

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

VINÍCIUS COUZZI MÉRIDA



O CONCÍLIO VATICANO II, DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E A DIOCESE DE  
CAMPOS: RESISTÊNCIA E CISMA

VINÍCIUS COUZZI MÉRIDA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 24/06/2016

O CONCÍLIO VATICANO II, DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E A DIOCESE DE  
CAMPOS: RESISTÊNCIA E CISMA

PPGCR  
Faculdade Unida de Vitória

Trabalho Final de Mestrado Profissional  
para obtenção do grau de Mestre em  
Ciências das Religiões. Faculdade Unida  
de Vitória. Programa de Pós-Graduação.  
Linha de Pesquisa: Religião e Esfera  
Pública.

Orientador: Dr. José Adriano Filho

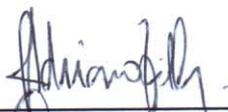
VITÓRIA

2016

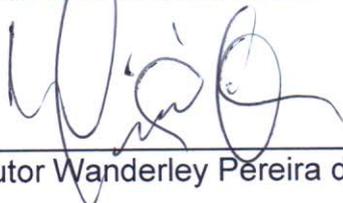
VINÍCIUS COUZZI MÉRIDA

CONCÍLIO VATICANO II, DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER E A DIOCESE DE  
CAMPOS: CISMA E RESISTÊNCIA

Dissertação para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências das Religiões no  
Programa de Mestrado Profissional em  
Ciências das Religiões da Faculdade Unida  
de Vitória.



Doutor José Adriano Filho – UNIDA (presidente)



Doutor Wanderley Pereira da Rosa – UNIDA



Doutor Rodrigo Coppe Caldeira – PUC Minas

Mérida, Vinícius Couzzi

O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos / Resistência e cisma / Vinícius Couzzi Mérida. – Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2016.

xii, 143 f. ; 31 cm.

Orientador: José Adriano Filho

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2016.

Referências bibliográficas: f. 106-113

1. Ciências das religiões. 2. Religião e esfera pública. 3. Concílio Vaticano II. 4. Catolicismo. 5. Aggiornamento. Tradicionalismo. 6. Dom Antônio de Castro Mayer. 7. Diocese de Campos. - Tese. I. Vinícius Couzzi Mérida. II. Faculdade Unida de Vitória, 2016. III. Título.



## Dedicatória

Dedico esta dissertação à memória dos Papas João XXIII e Papa Paulo VI e à memória de Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro. Pois, sem estes homens, esta dissertação não teria sido possível.

## Agradecimento

Embora eu não seja de berço tradicionalista, esta dissertação sobre o Tradicionalismo Católico em Campos retrata um pouco da minha história, e como um professor de História que se preze, farei meu agradecimento por ordem cronológica.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me abençoado e me protegido durante o mestrado. Este que foi um grande presente, pois me proporcionou amigos, conhecimento e ocasiões inesquecíveis.

Agradeço aos meus pais pelo apoio, oração e pelo dom da vida. Agradeço a minha avó Cândida por ter me levado para a Igreja, proporcionando-me a fé e um círculo social que mudaria indelevelmente a minha história.

Agradeço ao padre Geraldo Gualandi, que no dia 22 de agosto de 1995 me aceitou no Centro Sócio Cultural Nossa Senhora de Fátima para trabalhar na sua gráfica. Neste momento, que pela primeira vez eu me fiz a pergunta: “por que dois ritos católicos na mesma diocese”? Começava ali a minha pesquisa sem que eu soubesse.

Agradeço ao José Geraldo Neves Soares, então pároco da Matriz São José do Avahy, em Itaperuna, que no dia 04 de março de 1996 me levou ao seminário diocesano Maria Imaculada em Campos. Neste lugar, eu fiz amigos e obtive um aprendizado que se tornaram determinantes na minha trajetória de vida em todos os aspectos.

Agradeço ao Doutor padre Marco Antônio Soares, pároco da São José do Avahy entre 1996 e 2004. Meu padrinho de crisma e que tantos valores me ofereceu. Ainda no ano de 2006, quando eu estava perdido na pesquisa sobre a monografia para conclusão do curso de história (ainda na graduação), me disse que uma pesquisa sobre este assunto seria relevante para a história local, e assim eu fiz: pesquisei o tradicionalismo católico. Já no mestrado, ele me ajudou com dicas e materiais importantes.

Agradeço a professora Doutora Taís Badaró, que entre 2002 e 2006 foi minha professora de história e tanto me estimulou com seu exemplo. Ela foi a primeira pessoa que eu vi fazendo mestrado, e com uma singular realização, ela falava da sua pesquisa para nós, seus alunos, apesar de todas as lutas que se trava quando se está neste momento de pesquisa. O exemplo dela foi uma semente plantada, com certeza.

Agradeço a professora Mestre Lenise Dutra, que foi a primeira pessoa a dizer que eu deveria sim fazer um mestrado, em um momento que este se fazia totalmente distante da minha vida, e eu não conseguia me ver em um curso assim.

Agradeço ao professor Doutor Rodrigo Coppe Caldeira. Em 2013 eu conheci a sua pesquisa, em 2014 fiz os primeiros contatos, em 2015 ele aprovou minha comunicação para um Congresso em Lisboa e tive a felicidade de conhecê-lo pessoalmente em 16 de julho de 2015 na SOTER, na PUC de BH. Além de ter me ajudado muito com sua tese e com material para minha pesquisa, a lição que ele me dá é: quem de fato é bom, é solidário e humilde.

Agradeço a Dom Fernando Rifan, que me recebeu três vezes em sua casa, e muito amavelmente me esclareceu muitas dúvidas respondendo a todas as minhas perguntas nestes encontros e a todos os meus e-mails.

Agradeço a Dom Roberto Gomes Guimarães, figura de grande importância na minha vida, e que me recebeu em sua casa, por duas vezes para esclarecer dúvidas e questionamentos. Ele que me batizou, fez minha primeira comunhão, minha crisma e me recebeu no grupo de coroinhas em 1995 e no seminário no ano 2000, sendo um dos meus formadores.

Agradeço ao meu tio Ricardo Couzzi, por ter me ouvido tantas vezes durante estes dois anos de mestrado. Sempre me apoiado com sua sincera torcida.

Agradeço ao meu grande amigo Fred Ludugério que acompanhou a minha trajetória no mestrado, desde a escrita do projeto até a banca de defesa. Sempre fazendo ponderações fundamentais nos nossos colóquios sobre a vida.

Agradeço ao meu inestimável amigo, Pastor Timóteo Monteiro Borba que foi meu colega de sala, e se tornou um grande amigo, e que tantas vezes me ajudou, das mais diferentes formas. Um amigo que levarei para sempre. Agradeço a minha sempre querida Juliana Chinelli, por todos os momentos que passamos juntos no mestrado. Estar com ela sempre foi revigorante. Assim como Selma, Davi, Flávio e Henrique, quem me avisou da existência deste mestrado em abril de 2014.

Agradeço ao meu primo Luiz Carlos Mello, ao Leanderson Sueth, ao seu Romildo pela hospedagem em Vitória e a Aparecida Rosi, pela hospedagem em Portugal. Estas pessoas foram instrumentos da providência Divina na minha vida, e mais do que hospedagem, eu ganhei amigos.

E, por fim, agradeço ao meu orientador José Adriano por toda ajuda neste mestrado e ao excelente corpo docente da Unida pelos ensinamentos que levarei por toda a minha vida. Mais do que um título acadêmico, este mestrado me deu uma nova visão de mundo, o que me protegeu da mediocridade em muitos momentos.

Diante de tantas pessoas especiais, faço minhas as palavras de Tom Jobim que cantava “é impossível ser feliz sozinho.”



“Feliz de quem entende que é preciso mudar  
muito pra ser sempre o mesmo.”

Dom Hélder Câmara

## RESUMO

O presente trabalho faz uma abordagem histórica do Concílio Vaticano II enquanto evento histórico, pois, este pretendeu o *Aggiornamento* da Igreja Católica nos anos 60. O estudo procede a uma análise qualitativa, por meio de análise bibliográfica dividido em três capítulos: em um primeiro momento, este trabalho aborda o contexto histórico do Concílio Vaticano II e a figura do Papa João XXIII, que percebeu que a Igreja já não mais respondia às questões do homem moderno. Assim sendo, entre 1962 e 1965, 2500 Padres Conciliares se reunidos em torno do Papa para discutirem temas que tocassem a relação da Igreja com ela mesmo “*ad intra*” e sua relação com o mundo moderno “*ad extra*”. Através da análise das publicações de Dom Antônio e de outros autores que pesquisaram sua ação durante o Concílio, verifica-se, no segundo capítulo, a atuação de Dom Antônio de Castro Mayer enquanto agente do pensamento conservador do catolicismo, atuando diretamente em nome de seus princípios e que sua interpretação a respeito deste evento o direcionou para uma história singular dentro do catolicismo. E por fim, a recepção do Concílio Vaticano II é analisada na história do norte fluminense, caracterizando a diocese de Campos como a única diocese do mundo a resistir às reformas conciliares aprovadas por Paulo VI e pelo colégio episcopal reunido sob as abóbodas da Basílica de São Pedro.

**Palavras-chave:** Concílio Vaticano II, *Aggiornamento*, Tradicionalismo, Dom Antônio de Castro Mayer, Diocese de Campos.



## ABSTRACT

This paper tries for a historical approach of the Second Vatican Council as a historical event, since it aimed at the Aggiornamento of the Catholic Church in the 60s. This study conducts a qualitative analysis through bibliographical analysis divided into three chapters: in the first moment, this paper debates the historical context of the Second Vatican Council and the figure of Pope John XXIII, who realized that the Church no longer answered the questions of the modern man. Thus, between 1962 and 1965, 2500 conciliar priests gathered around the Pope to discuss issues that touched the church's relationship with itself "ad intra" and its relationship with the modern world "ad extra". Through the analysis of Don Antonio publications and other authors who investigated his action during the Council, one can notice, in the second chapter, the role of Don Antonio de Castro Mayer as a conservative thinking agent to Catholicism, acting directly on behalf of his principles and that his interpretation regarding this event directed him to a unique history within Catholicism. Finally, the reception of the Second Vatican Council is analyzed in Rio de Janeiro northern history, featuring the Diocese of Campos as the only diocese in the world to resist the conciliar reforms approved by Paul VI and for the episcopal college gathered under the vaults of St. Peter's Basilica.

**Keywords:** Vatican Council II, Aggiornamento, Traditionalism, Don Antônio de Castro Mayer, Diocese of Campos.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

FSSPX: Fraternidade Sacerdotal São Pio X.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O CONCÍLIO VATICANO II E O <i>AGGIORNAMENTO</i> DA IGREJA CATÓLICA.....	18
1.1 O Contexto Histórico do Concílio Vaticano II e o <i>Aggiornamento</i> da Igreja.....	18
1.2 O Modernismo e o Tradicionalismo dentro da Igreja nos séculos XIX e XX.....	21
1.3 Turbulências do século XX e antecedentes do Concílio.....	25
1.4 A eleição de João XXIII e o anúncio do Concílio.....	30
1.5 Fase preparatória e as discussões até a abertura Conciliar.....	33
1.6 O secretariado para a unidade dos cristãos e as comissões preparatórias.....	35
1.7 A Abertura Conciliar.....	37
1.8 As Quatro Sessões.....	39
2 O ENTENDIMENTO DE DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER SOBRE O CONCÍLIO VATICANO II.....	48
2.1 Biografia de Dom Antônio de Castro Mayer.....	48
2.2 A Raiz do Pensamento Antimodernista no Catolicismo.....	51
2.3 A Manifestação de diferentes vozes durante o Concílio Vaticano II.....	57
2.4 .....A Organização das Conferências Episcopais e as atuações Progressista e Conservadora no Concílio.....	60
2.5 A formação do <i>Coetus Internationalis Patrum</i> .....	63
2.6 O Entendimento de Dom Antônio de Castro Mayer sobre o Concílio Vaticano II.....	70
3 A CONFLITUOSA RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA DIOCESE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	75
3.1 A saída de Dom Antônio de Castro Mayer e a recepção a Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro em Campos dos Goytacazes.....	75
3.2 A Resistência do clero diocesano e a formação de uma Igreja paralela na diocese de Campos.....	79
3.3 As Sagrações em Écône e a excomunhão dos Tradicionalistas.....	97
3.4 A Sagração de Dom Licínio Rangel.....	99
3.5 A Reconciliação dos Tradicionalistas de Campos com a Santa Sé.....	100
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	114

## INTRODUÇÃO

Os séculos XIX e XX trouxeram mudanças profundas no pensamento ocidental<sup>1</sup>. Por isso, a Igreja Católica Romana viu a necessidade de um novo Concílio, uma vez que as respostas trazidas pelo Concílio Vaticano I, ocorrido em 1869-1870, já não respondiam às novas necessidades que a Igreja atravessava nesse *século impossível de definir e possível apenas de tentar entendê-lo*<sup>2</sup>. Dessa forma, de maneira surpreendente, o Papa João XXIII anunciou ao mundo sua intenção de realizar um Concílio Ecumênico em janeiro de 1959, e o tornou oficial no Natal de 1961, pela bula *Humanae Salutis*:

Por este motivo, acolhendo como vinda do alto uma voz íntima de nosso espírito, julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo concílio ecumênico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celestial para incremento da graça na alma dos fiéis e para o progresso cristão<sup>3</sup>.

Embora o mundo houvesse se transformado, o anúncio do Concílio foi uma surpresa, por se tratar de um Papa idoso, o que era perfeitamente natural, tendo em vista o longo papado de Pio XII (1939-1958). Assim, o Concílio Vaticano II foi aberto em 11 de outubro de 1962 e a última sessão foi encerrada em 08 de dezembro de 1965. Em 1963, o Papa João XXIII veio a falecer, e coube ao Cardeal Montini, eleito Papa com o nome de Paulo VI, a função de dar sequência à proposta de *Aggiornamento*<sup>4</sup> da Igreja.

Confirmando o pensamento do Papa João XXIII, o Papa Paulo VI entendeu que o Concílio tinha quatro objetivos: a exposição da Teologia da Igreja, sua renovação interior, a promoção da unidade dos cristãos, e, enfim, o diálogo com o mundo contemporâneo.

<sup>1</sup> O marxismo, a segunda revolução industrial, a doutrina social da Igreja Católica, tornada pública por meio da encíclica *Rerum Novarum*, o movimento operário, a perda dos Estados Pontifícios, o Imperialismo, a Revolução Russa e a criação da URSS, o Comunismo, a Crise Capitalista, o Totalitarismo, duas grandes Guerras, a descolonização da África, a maior visibilidade do chamado terceiro mundo, a Guerra Fria, Ditaduras, as Revoluções Científica, Cultural, Sexual, a Contracultura, e muito outros fatores tornaram estes dois séculos bastante complexos. Cf. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Cristianismo*. 1ª ed. São Paulo: Fundamento Educacional Ltda, 2012.

<sup>2</sup> HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 12.

<sup>3</sup> CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO XXIII *HUMANAE SALUTIS* CONVOCAÇÃO DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/motu\\_proprio/documents/hf\\_j-xxiii\\_motu-proprio\\_19620202\\_concilium.html](https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/motu_proprio/documents/hf_j-xxiii_motu-proprio_19620202_concilium.html)>. Acesso em: 27 set. 2014.

<sup>4</sup> Palavra italiana que significa Atualização.

Havia na Igreja, desde o século XIX, três correntes com pensamentos bem distintos: os modernistas, os conservadores e o clero moderado. Influenciados por pensamentos seculares, os padres conciliares<sup>5</sup> mais progressistas queriam nortear a Igreja, aplicando à Teologia os seus pensamentos, e um novo Concílio seria a ocasião ideal para que as ideias progressistas fossem disseminadas com maior eficiência dentro da Igreja e espalhadas por todo o mundo católico pós-conciliar. Nesse aspecto, merecem destaque o trabalho e a participação Achilles Liénart, Bispo de Lille; Agostino do Arcebispo de Recife e Olinda Dom Helder Pessoa Câmara; do Cardeal Belga Leo Josef Suenens, Arcebispo de Malinas-Bruxelas; do Cardeal Bernardus Johannes Alfrink, primaz da Igreja na Holanda; do Cardeal Julius Döpfner, Arcebispo de Munique; do Cardeal francês Bea, Cardeal responsável pelo ecumenismo, e demais padres conciliares do norte da Europa e América Latina<sup>6</sup>.

Dom Marcel Lefebvre, Arcebispo francês conservador, fundou e liderou a Fraternidade Sacerdotal São Pio X<sup>7</sup>, FSSPX, até 1991, ano do seu falecimento. Ele era radicalmente contra as mudanças propostas pelo Vaticano II e a proposta dessa Fraternidade foi organizar o clero para resistir às reformas conciliares. No Brasil, o nome maior da resistência foi Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo diocesano da Igreja de Campos dos Goytacazes entre 1948 e 1981. Assim como Lefebvre, ele não via com bons olhos o fortalecimento das conferências episcopais do mundo todo em detrimento da Cúria Romana e do poder monárquico do Papa, o ecumenismo, a tolerância à liberdade religiosa e principalmente a Reforma Litúrgica. Por isso mesmo, a “Missa Nova”, assim chamada pejorativamente pelos conservadores, só foi implantada nessa diocese no ano de 1981, ano que Dom Antônio saiu e assumiu seu substituto Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro. Por pensarem da mesma maneira, esses dois bispos conservadores estabeleceram uma parceria sustentada pelo discurso conservador e que os levaria a romperem com o Vaticano.

Dom Lefebvre e Dom Antônio, embora fossem conservadores, tinham um arcabouço consistente para temerem as reformas conciliares, pois em muitos lugares houve grande descaracterização da forma como a Igreja Católica até então celebrava sua liturgia. Por isso, a Igreja perdeu sua identidade em eventos patrocinados pelo clero progressista, em muitos

<sup>5</sup> Termo usado para se referir aos Cardeais, Arcebispos e Bispos que participaram do Concílio Vaticano II.

<sup>6</sup> Segundo os historiadores Roberto de Mattei e Giuseppe Alberigo, havia nas reuniões Conciliares um ar de subjetividade em relação aquilo que não estava escrito formalmente, era o “Espírito do Concílio” que abria margem para interpretação aos documentos, que acabaram tornando a Igreja Católica mais heterogênea.

<sup>7</sup> A FSSPX, fundada por Dom Marcel Lefebvre em 1971 logo após ter sido aprovada pela Igreja, por decreto do Bispo de Lausana-Friburgo (Suíça), Dom Charriere em 1º de novembro de 1970. A FSSPX recebeu a Carta Laudatória do Cardeal Wright Prefeito da SAGRADA Congregação para o clero reconhecendo os méritos da Fraternidade.

lugares. Muitas incorporaram a defesa do social em detrimento da espiritualidade - caso comum na América Latina com a Teologia da Libertação, chamada também de marxismo católico -, e cuja liberdade litúrgica se aproximou muito de abusos, até então impensáveis, que foram cometidos por parte do clero progressista; por isso, milhares de padres no mundo inteiro deixaram o ministério alegando uma crise de identidade dentro da própria Igreja. Evidentemente, essa não foi a realidade universal da Igreja Católica, mas sim a postura daqueles que interpretaram o Concílio à luz da hermenêutica da ruptura.

Outro fator de grande condenação dos conservadores foi o ecumenismo e a tolerância à liberdade religiosa, que colocava a Igreja Católica Romana próxima às demais confissões religiosas. Dom Lefebvre e Dom Antônio entendiam essa situação como uma humilhação. Para eles, ao proceder assim, a Igreja negava a fé apostólica, o que resultaria inevitavelmente no esfriamento cristão, na deturpação da liturgia e no esvaziamento dos seminários, e esses dois últimos elementos de fato aconteceram em muitas dioceses pelo mundo inteiro; o contrário também ocorreu em muitas outras dioceses, por isso não se pode dizer que o Concílio foi totalmente nocivo ou que resolveu todos os problemas pré-conciliares. O que se verificou de fato, foi uma Igreja mais aberta ao mundo contemporâneo e mais atenta à realidade social.

Com a chegada de Dom Carlos Alberto Navarro, em 1981, a Diocese de Campos se dividiu porque a maioria do clero diocesano, 25 padres no total, não aceitou a reforma litúrgica causando um grande cisma diocesano de repercussão mundial - esses padres tradicionalistas se posicionaram publicamente contrários ao Concílio Vaticano II -, de acordo com a formação recebida de Dom Antônio de Castro Mayer. Eles assinaram documentos contrários ao Concílio e orientaram seus milhares de fiéis a não obedecerem ao novo bispo diocesano, que contou apenas com poucos padres diocesanos e algumas ordens religiosas para pastorear a Diocese.

Campos dos Goytacazes e Écône se tornaram as bases mundiais para uma grande organização que mobilizou centenas de padres e milhares de fiéis contra as reformas conciliares na Igreja Católica, entendida por esses dois Bispos conservadores como herética. Assim sendo, Dom Antônio e Dom Marcel Lefebvre tiveram grande destaque, já que foram às últimas consequências na resistência, chegando à excomunhão. Entretanto, eles não foram os únicos padres conciliares publicamente conservadores em relação às mudanças propostas pelo Concílio, outros integrantes do alto clero também se mostraram contrários às reformas: Alfredo Ottaviani, Cardeal presidente da Suprema Sacra Congregação do Santo Ofício; Michael Browne, superior dos Dominicanos; Ernesto Ruffini, Arcebispo de Palermo; Dino

Staffa, secretário da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades; Enrico Dante, pró-secretário da Sagrada Congregação dos Ritos; Pietro Parente, assessor do Santo Ofício; Dom Geraldo de Proença Sigaud, este último, Arcebispo de Diamantina e secretário *Coetus Internationalis Patrum*, grupo conservador que visava conter a onda progressista dentro do Vaticano II - presidido por Marcel Lefebvre e assessorado teologicamente por Dom Antônio de Castro Mayer -, que tinha seus textos escritos e publicados pelo Bispo italiano Luigi Carli. Embora não fosse membro formalmente declarado do *Coetus*, Giuseppe Siri, Arcebispo de Genova e presidente da Conferência dos Bispos Italianos sempre deixou muito clara sua adesão e simpatia às ideias desse grupo.

O Concílio trouxe mudanças muito expressivas. Neste aspecto, merecem destaque a reforma litúrgica com a promulgação do *Novus Ordo Missae*, o novo missal promulgado em 1969, a reforma da “Liturgia das Horas”<sup>8</sup>, a tolerância à liberdade religiosa e o ecumenismo. A reforma litúrgica tornou a missa mais acessível: o padre celebraria de frente para a assembleia, em língua vernácula e com participação dos leigos durante as celebrações, substituindo a missa tridentina, celebrada em latim, de costas para a assembleia e sem participação dos leigos.

O ecumenismo era entendido como necessário na visão do clero progressista, pois abriria um diálogo com as demais religiões cristãs; na visão totalmente oposta, estavam os conservadores os quais entendiam que esse movimento como ultrajante, uma vez que para estes homens a Igreja Católica era a única detentora da Verdade Evangélica revelada por Jesus Cristo.

Dom Marcel Lefebvre e Dom Antônio entraram para a história do século XX como os dois bispos que desafiaram publicamente os Papas Paulo VI, João Paulo I e João Paulo II, pois, criticaram abertamente o Concílio e sagraram sem autorização de Roma quatro bispos em Écône, em 1988.

Em nome daquilo que Lefebvre e Mayer entendiam como tradição, a Igreja Católica amargou um cisma que levou à excomunhão os dois clérigos e vários padres que queriam manter a missa tridentina. Por ser um movimento que se dividiu e atuando dinamicamente, o Tradicionalismo existente atualmente na Igreja não é mais o mesmo dos anos 70, 80 e 90. O Tradicionalismo assumiu uma nova face, instaurando questões a serem analisadas em função das transformações ocorridas nas últimas décadas. Atualmente, o clero tradicionalista em toda Diocese de Campos dos Goytacazes reconheceu o Concílio Vaticano II como legítimo e a

<sup>8</sup> Livro de Salmos, leituras bíblicas, sermões e cartas patrísticas que o clero católico deve recitar ao longo do dia, nas horas indicadas pela Igreja, daí o nome Liturgia das Horas.

própria Igreja reconhece que o problema não foi a missa tridentina, mas a forma como tudo se processou: a hostilidade de ambos os lados provocou a divisão diocesana em Campos dos Goytacazes. Entretanto, a divisão em Campos dos Goytacazes que durou 20 anos precisa ser analisada e consiste na proposta deste trabalho, a de analisar o caminho percorrido pelo clero tradicionalista, em duas décadas de separação, até que a Santa Sé os reconhecesse como legítimos católicos.

Em janeiro de 2002, após um pedido de reconciliação dos padres tradicionalistas, foi realizada na Catedral Diocesana do Santíssimo Salvador, em Campos dos Goytacazes, uma celebração presidida pelo Cardeal Colombiano Dom Dario Castrillón Hoyos; essa celebração trouxe a União Sacerdotal São João Maria Vianney, conhecidos como “Padres de Campos”<sup>9</sup>, à comunhão com a Igreja Católica novamente. A partir daí, a União Sacerdotal tornou-se Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney, que diferentemente dos padres da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, sediados na Suíça e espalhados pela Europa, Estados Unidos, Canadá, Argentina e diversos países pelo mundo escolheram permanecer na mesma situação: rompidos com a Santa Sé.

Nasce, a partir do que foi apresentado, o seguinte questionamento: Qual impacto sociocultural e histórico da resistência de Dom Antônio de Castro Mayer ao Concílio Vaticano II na diocese de Campos dos Goytacazes? E por que Dom Antônio resistiu às reformas conciliares?

A partir de pesquisa historiográfica qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e coleta de depoimentos daqueles que viveram o Concílio Vaticano II e testemunharam a história diocesana de perto, este trabalho aborda a questão do Tradicionalismo em Campos estabelecendo uma cronologia histórica em três momentos: no primeiro momento aborda-se o contexto histórico do Concílio Vaticano II, desde o final do século XVIII quando ocorreu a Revolução Francesa, e segue percorrendo fatos históricos referentes aos séculos XIX e XX, sempre estabelecendo uma relação entre o Vaticano e a história europeia, onde encontra-se a sede do Catolicismo, nesses séculos. No segundo momento, faz-se uma análise da figura histórica de Dom Antônio de Castro Mayer enquanto Bispo: seu episcopado à frente da Igreja de Campos e sua atuação durante o Concílio. No terceiro capítulo, a tardia e conflituosa recepção do Concílio Vaticano II na Igreja de Campos:

---

<sup>9</sup> Dom Antônio de Castro Mayer e os 25 padres diocesanos que o seguiram na resistência ao Concílio Vaticano II foram conhecidos mundialmente como “Padres de Campos” nas décadas de 80, 90 e início do ano 2000, embora estivessem espalhados por diversas cidades do norte e noroeste fluminense.

o processo de ruptura diocesana com a Igreja e por fim, a reconciliação e reconhecimento do clero Tradicionalista de Campos pela Santa Sé.

Partindo de uma abordagem da história geral até chegar à história local, este trabalho relaciona a história do catolicismo diante do mundo em franca transformação, com o objetivo de averiguar os impactos dessa relação na história local do Norte Fluminense em busca de respostas para um evento que tocou diretamente a vida de milhares de pessoas que assistiram a uma história singular em todo o mundo, ocorrida nas cidades do norte do Estado do Rio de Janeiro e que chamou atenção em diferentes lugares do Brasil e do mundo, inclusive do poder central do catolicismo em Roma.



# 1 O CONCÍLIO VATICANO II E O AGGIORNAMENTO DA IGREJA CATÓLICA

## 1.1 O contexto histórico do Concílio Vaticano II e o *Aggiornamento* da Igreja

Em 25 de janeiro de 1959, após a celebração de uma missa para a unidade de todos os cristãos na festa da Conversão de São Paulo celebrada na Basílica de São Paulo Extramuros, o Papa João XXIII, diante do Sacro Colégio dos Cardeais, anunciou ao mundo sua intenção de realizar um Concílio Ecumênico. Este anúncio causou surpresa, pois o Cardeal Angelo Giuseppe Roncalli<sup>10</sup> assumira o Papado aos 77 anos de idade, e por ser um Papa idoso, ele era entendido como Papa de transição<sup>11</sup>. Além disso, o Dogma da Infalibilidade Papal<sup>12</sup> convenceu a Cúria Romana de que não haveria mais a necessidade de um novo Concílio, visto que o próprio Papa seria capaz de realizar todas as mudanças pelas quais a Igreja precisasse passar. Assim sendo, o colégio dos Bispos, espalhado pelo mundo todo, perderia sua influência em Roma, fortalecendo o poder do Papa e da própria Cúria Romana.

O discurso da Igreja de condenação e reprovação a respeito do mundo nos últimos séculos já era insustentável, e a Constituição Apostólica *Humanae Salutis* para convocação do Concílio em 25 de janeiro de 1961 evidencia a preocupação de João XXIII em relação à Igreja e ao mundo:

A Igreja assiste, hoje, à grave crise da sociedade. Enquanto para a humanidade surge uma era nova, obrigações de uma gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas da sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contato com as energias vivificadoras e perenes do evangelho o mundo moderno: mundo que se exalta por suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna se caracteriza por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral. Daí, enfraquecer-se o anseio pelos valores do espírito e crescer o impulso para a procura quase exclusiva dos gozos terrenos, que o avanço da técnica põe, com

<sup>10</sup> Angelo Giuseppe Roncalli (1881-1963) foi o 261º Papa da Igreja Católica. Membro do clero de Bérgamo. Ordenado presbítero da Igreja Católica em 1904. Bispo titular de Areopoli (1925); visitador apostólico (1925-31) e delegado apostólico da Bulgária (1931-1934); arcebispo titular de Mesembria (1934); delegado apostólico na Turquia e na Grécia (1913-44); núncio apostólico na França (1944-53); eleito Cardeal em 1953 e Patriarca de Veneza (1953-58) e eleito Papa em 1958, beatificado pelo Papa João Paulo II no ano 2000.

MATTEI, R. *O Concílio Vaticano II* uma história nunca escrita. São Paulo: Ambiente e Costumes, 2013. p. 96-97.

<sup>11</sup> Normalmente, quando um Papa fica muitos anos à frente da Igreja Católica Apostólica Romana, caso de Pio XII (1939-1958), os Cardeais elegem Cardeal mais idoso que ficará menos tempo, chamado Papa de transição.

<sup>12</sup> O Dogma da infalibilidade papal promulgado por Pio IX no Concílio Vaticano I (1869-1870) afirma que o Papa, em comunhão com o Sagrado Magistério, é infalível quando se pronuncia *ex cathedra* em matéria de Fé e Moral. Na clarificação solene e definitiva destas matérias, o Papa goza de assistência sobrenatural do Espírito Santo que o preserva de todo o erro.

tanta facilidade, ao alcance de todos; e mais ainda - um fato inteiramente novo e desconcertante - a existência do ateísmo militante, operando em plano mundial<sup>13</sup>.

Analisando o discurso do Papa, nota-se que naquele momento a Igreja não estava indiferente ao mundo, logo um novo Concílio seria viável para um diálogo com a sociedade contemporânea, e diferentemente dos outros Concílios a Igreja Católica Romana não pretendeu mais um discurso de condenação.

O discurso de convocação do Papa diz muito sobre seu entendimento sobre a Igreja, e ao mesmo tempo, diz muito sobre os Papas que o antecederam, em especial os Papa Pio IX<sup>14</sup> (1846-1878), Pio X<sup>15</sup> (1903-1914) e Pio XII<sup>16</sup> (1939-1958). Esses Papas tiveram um pensamento conservador, com forte valorização das orientações do Concílio de Trento, ou Tridentino. Ao se analisar os discursos tornados públicos em catequeses, encíclicas e Constituições Apostólicas, é possível perceber um mundo em franca transformação, principalmente o continente europeu e uma Igreja contrária às transformações históricas da sociedade, temerosa de que a modernidade chegasse à Igreja, tirando-lhe a autoridade interna e até mesmo diante dos fiéis. Por isso, os conservadores entendiam que a modernidade representava a fragilização do Magistério da Igreja.

Embora tenha ocorrido entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, o período que antecede o Concílio Vaticano II foi um período longo e de grandes transformações. Desde a Revolução Francesa (1789), as sociedades europeias mudaram muito e os ideais iluministas de Igualdade, Liberdade e Fraternidade se espalharam pelo mundo. No entanto, a Igreja não ficou alheia a estas transformações, ainda que reprovando-as em um primeiro momento, já que fora diretamente tocada na França do século XIX, em decorrência da Revolução.

O discurso de *Aggiornamento*<sup>17</sup> da Igreja Católica Romana, feito no início da década de 60 por João XXIII era relevante, pois a Igreja deveria dialogar não somente com as transformações ocorridas no século XX, mas com outras transformações que tiveram sua gênese ainda no século XVI.

<sup>13</sup> Constituição Apostólica *Humanae Salutis* para a convocação do Concílio Vaticano II em 25 de dezembro de 1961. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost\\_constitutions/1961/documents/hf\\_j-xxiii\\_apc\\_19611225\\_humanae-salutis.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html)>. Acesso em: 01 maio 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_pius-ix\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html)>. Acesso em: 09 fev. 2016.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-x.html>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>16</sup> Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli (1876-1958) foi o 260º Papa da Igreja Católica. Ordenado padre em 1899, subsecretário (1911) e depois secretário para Assuntos Eclesiásticos Extraordinários (1914). Sagrado bispo e elevado à dignidade arquiépiscopal em 1917. Núncio na Baviera (1917-1929), eleito Cardeal em 1929 e eleito Papa em 1939 quando substituiu Pio XI. MATTEI, 2013. p. 29.

<sup>17</sup> Palavra italiana que quer dizer atualização, colocar em dia. Esta palavra foi a proposta do Papa João XXIII, e marcou muito a identidade do Concílio Vaticano II.

Diante desses eventos, o Concílio Vaticano I, ocorrido no século XIX, buscou afirmar a fé Católica em uma Europa que vivia um processo de secularização em função do crescimento industrial, fortalecimento do capital, novas descobertas científicas e consequente busca pela razão, haja vista o darwinismo, o racionalismo e o positivismo. Daí, esse Concílio ter sido entendido como antiliberal, antissocialista, antidemocrático, antimodernista, centralizador e promulgador do dogma da Infallibilidade Papal<sup>18</sup>.

A Revolução Industrial que começou na Inglaterra do século XVIII, expandiu-se para outros países da Europa, no século XIX; assim a burguesia ganhou destaque social e maior participação política na Europa, em função do acúmulo de capital. A expansão industrial foi além da esfera geográfica, foi também uma expansão tecnológica. Ao carvão e ao ferro juntaram-se também a eletricidade e o petróleo, e houve um desenvolvimento da Química, Física e Matemática enquanto ciências<sup>19</sup>.

Essa Revolução Tecnológica fomentou a expansão do capitalismo para outros países além da Europa como o Japão e os Estados Unidos, e a expansão Imperialista protagonizada pelas potências industriais europeias, quando nações africanas e asiáticas foram ocupadas territorialmente e exploradas por grandes companhias capitalistas, em busca de matéria-prima, mercado consumidor e mão de obra barata, fortalecendo ainda mais o mercado europeu<sup>20</sup>.

Não obstante a ascensão burguesa, existe a classe proletária, que é o motor desse grande sistema integrado onde nem todos gozam dos mesmos privilégios sociais e do poder de compra. Ao observar as desigualdades sociais próprias do capitalismo, surgem os pensadores que irão propor uma nova dinâmica social a fim de diminuir e até extinguir as diferenças sociais entre ricos e pobres, pregando a igualdade social, como o socialismo científico, o marxismo e o anarquismo. De acordo com estes pensamentos, a sociedade deveria ser mais horizontalizada, assim sendo, o poder eclesiástico seria diretamente afetado por ser uma sociedade hierarquizada.

Em 1917 a Revolução Bolchevique<sup>21</sup> implantou o socialismo na Rússia tentando colocar em prática as ideias de Marx, e ao longo do século XX verificam-se outras revoluções operárias com a mesma finalidade. Por isso, que ao falar sobre Concílio Vaticano II, é fundamental que haja contextualização histórica sobre os séculos XIX e XX, por ter sido um longo período de profundas transformações.

<sup>18</sup> ARRAES, V.C. *De Pio XII a Paulo VI: do conservadorismo à incerteza da renovação durante a Guerra Fria*. Revista de Informação Legislativa, Brasília-DF, v. 42, n.165, 2005, p. 77-98.

<sup>19</sup> SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. IN: BOMBONATTO, V.I. e GONÇALVES, P.L. (ORG.) *Concílio Vaticano II: análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 17

<sup>20</sup> BLAYNE, G. *Uma Breve História do Mundo*. São Paulo: ed. Fundamento, 2011, p. 285.

<sup>21</sup> BLAYNEY, G. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Ed. Fundamento, 2008, p. 69.

O posicionamento da Igreja foi temeroso diante do advento de novas correntes filosóficas e, não por coincidência, o século XIX e a primeira metade do século XX foram marcados por Papas conservadores que temiam que a ortodoxia católica se fragilizasse diante dos movimentos e das revoluções que mudaram a mentalidade europeia neste período. Daí, o posicionamento conservador classificar esse período histórico de anticlerical. Ao assumir o Papado, João XXIII entendeu que o processo de *Aggiornamento* da Igreja era necessário, pois esta não acompanhara a dinâmica histórica no último século<sup>22</sup>.

## 1.2 O Modernismo e o Tradicionalismo dentro da Igreja nos séculos XIX e XX

Mesmo com o pontificado dos Papas conservadores, houve dentro da Igreja o advento do movimento modernista, diretamente influenciado pelo Cientificismo e por transformações seculares do século XIX. Entende-se por modernismo<sup>23</sup>, um fenômeno ocorrido dentro da Igreja Católica no final do século XIX e na primeira metade do século XX, que buscava adaptação da doutrina e da estrutura católica ao pensamento contemporâneo. Os adeptos desse movimento se entendiam como renovadores internos da Igreja e queriam adaptá-la, no discurso e na pastoral, ao mundo moderno.

Os modernistas não queriam romper com o catolicismo, queriam estruturá-lo de forma mais consonante às transformações pelas quais a Europa atravessava na economia, na ciência, na filosofia etc. Por essa razão, os modernistas chamaram o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX de Renascença Católica<sup>24</sup>, uma vez que tinham esperança de que a Igreja pudesse acompanhar o advento de um novo modo de ver a sociedade, reconhecendo a primazia científica e racional, e assim modelando e adaptando seus dogmas de fé ao mundo científico, e não mais como detentora das verdades absolutas e imutáveis reveladas por Deus, tanto pela bíblia como também pela Tradição<sup>25</sup>.

Pela ótica modernista, a fé no transcendental continuaria existindo, mas a Igreja submeteria sua doutrina aos métodos científicos, e a catequese não seria mais dogmática, ela

<sup>22</sup> SOUZA, 2004, p. 18.

<sup>23</sup> Entende-se por modernismo ou movimento modernista o conjunto de movimentos culturais, escolas e estilos que permearam as artes e o design da primeira metade do século XX. Apesar de ser possível encontrar pontos de convergência entre os vários movimentos, eles em geral se diferenciam e até mesmo se antagonizam. Encaixam-se nesta classificação, dentre outros campos culturais, a literatura, a arquitetura, design, pintura, escultura, teatro e a música modernas.

<sup>24</sup> FELÍCIO, M.R. *Na viragem do século (XIX-XX): a crise modernista*. Máthesis: Viseu, 2002, p. 373.

<sup>25</sup> A conjugação entre a bíblia e a tradição oral forma o Magistério da Igreja Católica.

seria relativa de acordo com o conhecimento científico. Partindo desse entendimento, é claro que haveria um choque dentro da Igreja Católica, visto que a Igreja entende que os dogmas são verdades absolutas de fé atemporais a serem transmitidas aos fiéis para que estes creiam em seus ensinamentos e assim obtenham a salvação eterna. E por serem essas verdades reveladas por Deus por meio da bíblia e por meio do Magistério da Igreja, e uma vez declaradas como dogmas, são intocáveis e não estão à disposição do mundo científico para serem averiguadas. Sabendo da concepção conservadora da Cúria Romana nesse contexto histórico, o modernismo eclesiástico seria combatido e condenado pela Igreja. Dessa forma, é natural prever que o Papa Pio IX não aceitasse dialogar com nenhuma teologia ou discurso racionalista que abrisse margem para que a fé católica fosse posta em questão.

Em resposta ao modernismo e ao racionalismo do século XIX, entre 1869 e 1870, a Igreja se posicionou diante do mundo por meio do Concílio Vaticano I: condena o modernismo e reafirma sua verdade de fé; publica como dogma a Infallibilidade Papal e condena o ateísmo, o racionalismo, o materialismo e a separação de Igreja e Estado, chamado de galicanismo. Essa sequência de fatos gerou uma centralização no catolicismo romano<sup>26</sup>. Portanto, pelo discurso conciliar, verifica-se o contexto histórico pelo qual a Igreja passava e nota-se que naquele momento, a Cúria Romana estava pouco interessada no diálogo convergente com o mundo moderno, diferentemente do Concílio Vaticano II. Esse posicionamento católico do século XIX deixou pendências que precisariam ser abordadas no século seguinte no Concílio que se realizaria<sup>27</sup>.

A França foi vanguardista em relação ao movimento modernista e se destacou muito com a criação do Instituto Católico de Paris em 1875<sup>28</sup>. Nesse instituto, o modernismo se comunicou fortemente com a renovação das ciências sagradas e a busca pela crítica histórica ganharam forças. Merece destaque o Padre Louis Duchesne (1843-1922) e seu discípulo o Padre Alfred Loisy (1857-1940)<sup>29</sup>, porque ambos fizeram uma exegese bíblica com critérios históricos próprios do século XIX<sup>30</sup>.

Alfred Loisy, ordenado padre em 1879, tornou-se uma figura polêmica. É dele a afirmação de que “Jesus anunciou a vinda do Reino de Deus, mas o que veio depois foi a

<sup>26</sup>MEDEIROS, W.S. *Concílio Vaticano I (1869-1870): Centralização do Catolicismo*. Revista Eletrônica Discente de História.com. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cruz das Almas, Ano 1, Volume 1, 2013, p. 3.

<sup>27</sup>As diferentes posições entre o Concílio Vaticano I e o Concílio Vaticano II foram determinantes para a divisão formal do catolicismo no século XX.

<sup>28</sup>COMBY, J. *Para ler a História da Igreja II*. De século XV ao século XX. São Paulo: Ed. Loyola, 1994, p. 175.

<sup>29</sup>GIBELLINI, R. *A Teologia do Século XX*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998, p. 154.

<sup>30</sup>FELÍCIO, 2002, p. 375.

Igreja”<sup>31</sup>, e suas opiniões começaram a ser aceitas por vários estudiosos católicos. Em sua “Memoire I”, ele critica a ortodoxia tradicional que afirma a imutabilidade da Verdade a qual, para ele, se define incessantemente e é determinada conforme as necessidades e oportunidades do tempo. Ele estudou diversas línguas orientais e em 1885 abandonou totalmente a ortodoxia, porém sem deixar o sacerdócio e a Igreja. Concluiu o doutorado em Teologia em 1890 e passou a estudar a Bíblia, reconsiderando fatos fundamentais para a Igreja sobre a vida e origem de Cristo. Em 1903, o Santo Ofício colocou cinco obras do Pe. Loisy no INDEX<sup>32</sup> em função de vários erros doutrinários.

O Modernismo teve outros representantes em outros países europeus: Padre Salvatore Minocchi [1869-1943], italiano e ordenado em 1892. Racionalista, ele procurava conciliar a ciência e a filosofia moderna com a doutrina da Igreja; Padre Romolo Murri (1870-1944), ordenado presbítero em 1893, seguiu o pensamento do filósofo Antonio Labriola na interpretação do materialismo histórico; Padre Ernesto Buonaiuti (1881-1946), ordenado sacerdote em dezembro de 1903<sup>33</sup>, ficou muito conhecido e sofreu muitas críticas do clero conservador durante o século XX. Já no seminário ele era contestador e habitualmente criticava as regras do seminário as quais qualificava como “exemplos de estupidez”. Difundiu teses modernistas no seminário, através de apostilas distribuídas discretamente. Fundou e dirigiu pessoalmente a *Rivista Storico-Critica delle Scienze Teologiche* (1905 -1910) e a *Nova et Vetera* (1908) condenada pelo Vaticano. Nessa revista, Buonaiuti defendia a abertura ao socialismo – apresentada através das *Lettere di un prete modernista* (1908) – na direção totalmente contrária à Encíclica *Pascendi Domini Gregis*, do Papa Pio X, que em 1907 condenou o Modernismo<sup>34</sup>. Totalmente contrário à Escolástica, Buonaiuti defendia ainda ser dever essencial do clero da sua geração eliminar a “contradição entre as conclusões das disciplinas morais e históricas aplicadas ao fato religioso e ao fato cristão, bem como as proclamações assim chamadas infalíveis dos últimos concílios ecumênicos, o de Trento e do Vaticano”<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> FELÍCIO, 2002, p. 375.

<sup>32</sup> O *Index Librorum Prohibitorum*, em tradução livre o Índice dos Livros Proibidos, foi uma lista de publicações literárias que eram proibidas pela Igreja Católica e as regras para que um livro entrasse nessa lista. A primeira versão do *Index* foi promulgada pelo Papa Paulo IV em 1559 e uma versão revista desse foi autorizada pelo Concílio de Trento. A última edição do índice foi publicada em 1948 e o *Index* só foi abolido pela Igreja Católica em 1966 pelo Papa Paulo VI. Nessa lista estavam livros que iam contra os dogmas da Igreja e que continham conteúdo tido como impróprio.

<sup>33</sup> FELÍCIO, 2002, p. 376.

<sup>34</sup> FELÍCIO, 2002, p. 379.

<sup>35</sup> Disponível em: <[http://traditioninaction.org/ProgressivistDoc/A\\_171\\_Buonaiuti.html](http://traditioninaction.org/ProgressivistDoc/A_171_Buonaiuti.html)>. Acesso em: 02 abr. 2015.

Seguindo ainda a linha modernista, o padre irlandês George Tyrrell (1861-1909)<sup>36</sup>, ordenado sacerdote jesuíta em 1891, criticou a Infalibilidade Papal definida no Concílio Vaticano I. Ele defendia o direito de cada época de adaptar o pensamento histórico-filosófico do cristianismo às convicções contemporâneas, afirmava que a Igreja é um organismo puramente espiritual e que a fé não é uma adesão intelectual a um sistema espiritual.

Em resposta a este movimento crescente e preocupante, o conservador Papa Pio X elaborou o Juramento Antimodernista em setembro de 1910, que evidencia-se no seguinte trecho:

(...) Desaprovo também e rejeito a opinião de quem pensa que o homem cristão mais instruído se reveste da dupla personalidade do crente e do histórico, como se ao histórico fosse lícito defender teses que contradizem a fé o crente ou fixar premissas das quais se conclui que os dogmas são falsos ou dúbios, desde que não sejam positivamente negados. Condeno igualmente aquele sistema de julgar e de interpretar a sagrada Escritura que, desdenhando a tradição da Igreja, a analogia da fé e as normas da Sé apostólica, recorre ao método dos racionalistas e com desenvoltura não menos que audácia, aplica a crítica textual como regra única e suprema. Refuto ainda a sentença de quem sustenta que o ensinamento de disciplinas histórico-teológicas ou quem delas trata por escrito deve inicialmente prescindir de qualquer ideia pré-concebida, seja quanto à origem sobrenatural da tradição católica, seja quanto à ajuda prometida por Deus para a perene salvaguarda de cada uma das verdades reveladas, e então interpretar os textos patrísticos somente sobre as bases científicas, expulsando toda autoridade religiosa, e com a mesma autonomia crítica admitida para o exame de qualquer outro documento profano. Declaro-me enfim totalmente alheio a todos os erros dos modernistas, segundo os quais na sagrada tradição não há nada de divino ou, pior ainda, admitem-no, mas em sentido panteísta, reduzindo-o a um evento pura e simplesmente análogo àqueles ocorridos na história, pelos quais os homens com o próprio empenho, habilidade e engenho prolongam nas eras posteriores a escola inaugurada por Cristo e pelos apóstolos. Mantenho, portanto, e até o último suspiro mantereí a fé dos pais no carisma certo da verdade, que esteve, está e sempre estará na sucessão do episcopado aos apóstolos, não para que se assuma aquilo que pareça melhor e mais consoante à cultura própria e particular de cada época, mas para que a verdade absoluta e imutável, pregada no princípio pelos apóstolos, não seja jamais crida de modo diferente nem entendida de outro modo (...)<sup>37</sup>.

Esse juramento fala por si mesmo, a preocupação com o entendimento modernista dentro da Igreja era grande, porque questionava, através do relativismo, a autoridade eclesial e a veracidade das fontes de revelação da fé. Preocupações estas muito próprias do final do século XIX e início do século XX dentro da Igreja Católica. Enquanto parte do clero católico concordava com a hermenêutica modernista, havia o clero conservador que entendia, que servir à Igreja e a sua doutrina é defender a Igreja do relativismo, conservando seus dogmas imutáveis e atemporais, e que cabe à Igreja transmitir a mensagem cristã ao

<sup>36</sup> FELÍCIO, 2002, p. 376.

<sup>37</sup> Disponível em:

<<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=antimodernismo&lang=bra>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

mundo, sem, no entanto, deixar-se influenciar por pensamentos seculares. Por isso, os conservadores enxergam na figura do sacerdote uma pessoa retirada do mundo, voltada para o transcendental.

Após a Revolução Francesa, foi possível perceber ares anticatólicos<sup>38</sup> em determinados grupos sociais na Europa. Por isso, os conservadores condenavam a modernidade e confirmavam sua fé na ortodoxia católica, sem abrir possibilidade de diálogo com qualquer discurso que pusesse a doutrina católica vulnerável às interrogações científicas e filosóficas próprias daquele momento. Dessa forma, o embate entre os conservadores e progressistas dentro da Igreja se iniciou no século XIX, atravessou o século XX, e até nos dias atuais as divergências ainda não chegaram ao fim<sup>39</sup>. O que ocorreu no século XX pode-se verificar com crescimento do modernismo em detrimento da visão conservadora que tendia a condenar o mundo moderno.

### 1.3 Turbulências do século XX e antecedentes do Concílio

Após as complexas transformações ocorridas no século XIX, deu curso ao primeiro grande evento desse século ocorrido em 1914, quando teve início a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Esse evento fragilizou o modelo eurocêntrico de modernidade, até então colonialista, imperialista e capitalista<sup>40</sup>, e a partir de 1918, com a Europa dilacerada pela guerra e a conseqüente ascensão estadunidense, o mundo começou a se tornar mais global e outros modelos começaram a se destacar, como o socialismo na Rússia. Portanto, o mundo começou a se tornar mais complexo, e o século XX foi por excelência o palco dos conflitos globais e também da percepção do diferente, ainda que com lentidão.

No ano que teve início a primeira guerra mundial, o Cardeal Giacomo della Chiesa foi eleito Papa com o nome de Bento XV (1914 e 1922). Ele conduziu a Igreja durante a guerra, e não assumiu partidarismo durante o conflito, entretanto não se furtou ao dever de

<sup>38</sup> FELÍCIO, 2002, p. 383

<sup>39</sup> Atualmente, a Igreja Católica não rejeita a ciência e nem se recusa a estudar a teologia dentro de uma perspectiva acadêmica, assim como submeter-se ao parecer científico diante de fatos sobrenaturais, quando estão se averiguadas as possibilidades de canonização dos santos. A divergência que existe entre o clero progressista e conservador atualmente dentro do catolicismo é amplo, e uma das divergências está no entendimento teológico, doutrinário e litúrgico: questões como a comunhão para divorciados; sobre a validade da missa de Paulo VI; formas de se celebrar a liturgia e o posicionamento do sacerdote diante da comunidade; adesão à Teologia da Libertação na América Latina etc. O teólogo Leonardo Boff atualmente tem se dedicado à chamada ecoteologia, um trabalho voltado para o discurso do bem estar e a defesa do meio ambiente que vão muito além do discurso tradicional.

<sup>40</sup> SOUZA, N. GONÇALVES, P.S.L. *Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013, p. 101-102.

exortar a paz e acudir os feridos. Tentou sem muito sucesso negociar a paz; o Vaticano havia sido excluído das negociações de paz no final da guerra. Após o armistício de 1918, Bento XV dedicou-se à reforma administrativa da Igreja com o intuito de adaptar ao novo sistema internacional emergente, essa adaptação trazida pela I Guerra não terminou em Bento XV, os anos de instabilidade política, econômica e os resquícios da I Guerra atingiram diretamente a Igreja<sup>41</sup>.

Após o falecimento de Bento XV, a Igreja Católica Romana elegeu o Cardeal Ambrogio Damiano Achille Ratti para o Papado. Tinha início o pontificado de Pio XI (1922-1939). Árduo e que precisa ser entendido dentro do seu contexto histórico: fascismo, nazismo, stalinismo, Guerra Civil Espanhola, e a Igreja Católica vivendo sérias restrições por esses regimes que causariam a Segunda Guerra Mundial. Essa animosidade explica sua política de propostas alternativas ao Totalitarismo em ascensão naquele momento na Europa, de modo particular com Mussolini, haja vista o Tratado de Latrão, em 1929, quando o Vaticano e a Itália fizeram um acordo territorial criando o Estado do Vaticano<sup>42</sup>.

Em 1931, Pio XI criou a Rádio Vaticano com a indenização recebida. Essa estação de rádio ajudou a aproximar o Papa e os católicos de todo o mundo, pois de alguma forma o Papa tornava-se mais acessível e ganhava voz que se expandiria por todo mundo. A perda territorial foi um duro golpe para a Igreja que a duras penas entendia que o mundo já não era o mesmo, e que seu raio de influência estava ficando cada vez mais minado, por isso o *Aggiornamento*, se fazia cada vez iminente.

Em 10 de fevereiro de 1939, o Papa Pio XI faleceu. Chegava ao fim o pontificado do 259º Papa. Seu sucessor foi o Cardeal Eugenio Maria Guisepppe Giovanni Pacelli, Papa Pio XII. Considerado o último Papa adepto do antimodernismo, conforme suas mensagens, discursos e encíclicas evidenciam: rejeitou doutrinas evolucionistas, existencialistas, historicistas e suas intervenções na teologia católica foram importantes, haja vista as censuras feitas ao teólogo Yves Congar<sup>43</sup>, ao filósofo Jacques Maritain<sup>44</sup>, ao teólogo Marie-Dominique

<sup>41</sup> SOUZA, N. GONÇALVES, P.S.L. 2013, p. 101.

<sup>42</sup> SOUZA, N. GONÇALVES, P.S.L. 2013, p. 103.

<sup>43</sup> Yves Congar (1904-1995). Dominicano francês, ordenado presbítero católico em 1930 e professor de teologia. Em 1994 recebeu título de Cardeal pelo Papa João Paulo II. Durante o Concílio Vaticano II foi um dos principais teólogos devido à sua influência. MATTEI, 2013, p. 57.

<sup>44</sup> Jacques Maritain (1882-1973). Discípulo do filósofo Henri Bergson, converteu-se ao catolicismo em 1906 com a sua esposa Raïsa, uma judia de origem russa. Depois de ter sido próximo da *Action Française*, distanciou-se de Maurras apresentando-se como novo *maître à penser* do mundo católico. Durante a segunda guerra mundial ficou na América, em 1944 foi eleito embaixador francês junto da Santa Sé (1944-1948). Depois, voltou para os Estados Unidos onde foi professor em Princeton. MATTEI, 2013, p. 60.

Chenu<sup>45</sup>, Henri-Marie de Lubac<sup>46</sup> e aos padres operários franceses. A preocupação de Pio XII com o movimento dos padres operários franceses está diretamente ligada ao contexto pelo qual o mundo passava a partir da segunda metade da década de 1940, a Guerra Fria. Diante de tais fatos, percebe-se que Pio XII exerceu um pontificado conservador, assim como seus últimos antecessores<sup>47</sup>.

Embora o stalinismo tenha sido um regime muito duro para o povo soviético, o ideal comunista ganhara muito espaço entre os operários do mundo todo. Por isso, Pio XII temia que esses ideais comunistas encontrassem abertura entre os padres operários, e assim se instalasse dentro da Igreja, influenciando-a por condução do seu próprio clero. Por essa razão, o movimento dos padres operários franceses foi extinto por Pio XII em março de 1954, com a ajuda do eminente Cardeal Alfredo Ottaviani, chefe do Tribunal do Santo Ofício<sup>48</sup>.

Naquele momento, o mundo buscava um novo direcionamento, afinal, a Europa estava se reerguendo da Segunda Guerra Mundial. A própria URSS, sob o secretariado de Nikita Khrushchov, também promovia seu *Aggiornamento* através da Desestalinização<sup>49</sup>. E o diálogo nos anos 60 entre o Vaticano e Moscou se deu porque a URSS passou por esse processo e porque João XXIII tornou pública sua intenção de diálogo com o mundo contemporâneo<sup>50</sup>. Endossando a nova posição da Igreja Católica e aos novos ares aos quais Moscou aspirava, Khrushchov mandou um telegrama para o Papa João XXIII por ocasião do seu 80º aniversário, em novembro de 1961, e o Papa agradeceu. Outro momento significativo foi o encontro de João XXIII e Alexei Adjubei<sup>51</sup>, genro de Khrushchov e membro do comitê central do partido comunista soviético. Naturalmente, os conservadores reprovaram esse encontro, função da aversão ao comunismo.

O Papa João XXIII pôs em prática medidas novas para a Igreja Católica, abrindo a Igreja para novas situações. Entretanto, é importante pensar que estas transformações estavam

<sup>45</sup> Marie-Dominique Chenu (1895-1990), dominicano francês, estudou no *Angelicum* de Roma com o padre Garrigou-Lagrange e foi professor de História Eclesiástica na Faculdade de *Le Saulchoir* entre 1920 e 1942. No Concílio, foi conselheiro de Monsenhor Claude Rolland. MATTEI, 2013, p. 56.

<sup>46</sup> Henri-Marie de Lubac (1896-1991) teólogo jesuíta ordenado em 1927. Professor de Teologia em Lyon, foi consultor da Comissão Teológica Preparatória e depois perito durante o Concílio. Em 1983, o Papa João Paulo II o fez Cardeal da Igreja. MATTEI, 2013, p. 59.

<sup>47</sup> BENQUET, P. CAMDESSUS, C. *A Guerra Perdida do Vaticano II*. [Filme-Vídeo]. Produção de Christine Camdessus e direção de Patrick Benquet. Paris. Canal France 3, 2012. 87 min. Color. Son.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.histoire.presse.fr/actualite/infos/qui-a-peur-des-cures-rouges-01-03-2004-8703>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

<sup>49</sup> HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 240.

<sup>50</sup> SILVA, W.T. Diálogo por cima dos muros: as encíclicas de João XXIII e o desenvolvimento católico brasileiro. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Araucária, Ano III, n. 8, p. 211-225, Set. 2010. p. 212.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/239/R165-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

sendo gestadas nos anos anteriores a João XXIII. Por mais conservador que fosse, Pio XII não ficou indiferente ao mundo e sabia das mudanças e das buscas por novas realidades no mundo de forma positiva, ainda que seu entendimento de Igreja tendesse para uma conduta mais comedida, já que a Igreja não deveria atender às modas do mundo secular. Pio XII sabia que o posicionamento conservador e dogmático do Concílio Vaticano I tinha deixado em aberto questões complexas para serem abordadas pela Igreja no século XX. Entretanto, Pio XII, além de seu caráter e formação conservadores e excessivamente prudentes, estava cercado pelo ambiente muito conservador da Cúria, o que restringia as possibilidades de ele convocar um novo Concílio. O discurso após o término da Segunda Guerra Mundial mostra sua consciência de que o mundo se transformara nos anos do conflito, e que era necessário um grande esforço para manter a paz mundial.

Não é, no entanto, fácil, em meio a tanto desarranjo de coisas, enquanto a disposição de muitos ainda permanece agitada de sentimento de vingança, alcançar uma paz que seja igualmente moderada pela equidade e pela justiça, que satisfaça com fraterna caridade as aspirações de todos os povos e elimine os germens latentes das discórdias e das rivalidades. Consequentemente, de modo especial são esses que têm necessidade das luzes celestes, cabendo-lhes o gravíssimo encargo de resolver tal problema, de cujo juízo depende a sorte não apenas de sua nação, mas também de toda a humanidade e das futuras gerações (...) Considerem estes, refletindo atentamente diante de Deus, que tudo o que ultrapassasse os limites da justiça e da equidade, certamente, cedo ou tarde, voltaria com enorme dano para os vencidos e vencedores, pois aí estaria escondida a semente de novas guerras<sup>52</sup>.

A centralização que Pio XII adotou explica sua preocupação com os rumos pelos quais a Igreja andaria neste mundo repleto de incertezas e já com sinais de que os valores da juventude haviam mudado, tornando mais complexa as relações sociais, em função de questões existencialistas que permeavam a mentalidade do europeu no Pós-Segunda Guerra<sup>53</sup>. Por isso, ele buscou transmitir a doutrina da Igreja com um significativo número de encíclicas e de documentos, basta observar *Mystici Corporis*<sup>54</sup> (1943) e *Humani Generis*<sup>55</sup> (1950). A primeira encíclica foi um posicionamento da Igreja frente a *Nouvelle Théologie*<sup>56</sup> na qual Pio

<sup>52</sup> PIO XII, Discurso radiofônico de Ecco Alfine Terminata. Fim da guerra na Europa. 09 maio 1945. Vaticano: site oficial. Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1945/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19450509\\_radiomessage-war.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1945/documents/hf_p-xii_spe_19450509_radiomessage-war.html)>. Acesso: em 01 jul. 2015.

<sup>53</sup> Disponível em <http://icsxx.weebly.com/existencialismo.html>. Acessado em 02 de julho de 2015.

<sup>54</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061943\\_mystici-corporis-christi.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html)>. Acesso: em 03 jul. 2015.

<sup>55</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_12081950\\_humani-generis.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html)>. Acesso: em 03 jul. 2015.

<sup>56</sup> A Nova Teologia ou *Nouvelle Théologie* foi um movimento surgiu na virada da década de 1930 para a década de 1940 em um convento cisterciense na Bélgica. Ainda no final dos anos 30, esta teologia se fortaleceu entre teólogos franceses como Pierre Teilhard de Chardin, em teologia e ciência; Henri de Lubac, em teologia e catolicidade; Jean Daniélou, em teologia e história; Marie-Dominique Chenu, em teologia dos sinais dos tempos

XII trata a identidade da Igreja e seu ordenamento diante desse novo entendimento teológico que ganhara força na França, principalmente nos anos 40. A segunda encíclica determina a posição do pontífice sobre a teoria evolucionista, recusando, ainda que indiretamente, o posicionamento de Teilhard de Chardin. Com um tom ameno, em linhas gerais, chama atenção por não conter acusações pessoais. A devoção à Virgem Maria teve relevância no pontificado de Pio XII, quando, em 1950, proclamou o dogma da Assunção de Nossa Senhora pela Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*<sup>57</sup>.

A teologia tomou muito tempo e consumiu muito trabalho de Pio XII, por isso ele negligenciou outras atividades. Desta forma, em seu pontificado a Cúria Romana avançou com sua influência dentro da Igreja. Exemplo disso foi a extinção dos padres operários franceses, conforme já foi mencionado. Outro fato foi a proibição dos teólogos progressistas de lecionarem em universidades católicas quando assumiram o silêncio obsequioso. Entretanto, estes mesmos padres irão influenciar o Vaticano II: Yves Congar, Henri de Lubac e Jean Daniélou<sup>58</sup>, no Concílio, tiveram voz prestando auxílio teológico aos Bispos e Cardeais progressistas.

O livro do teólogo jesuíta francês Pierre Teilhard de Chardin<sup>59</sup> *O fenômeno Humano* foi impresso e publicado por uma editora não católica<sup>60</sup>. Portanto, esse indício e outros semelhantes justificam as queixas de que dentro da própria Igreja havia restrições sérias ao seu próprio clero, não havendo possibilidade de diálogo e de entendimento entre pensamentos diferentes, se não aqueles aprovados e de acordo com o pensamento da Cúria, em que muitos cardeais ainda conservavam com a mentalidade da monarquia eclesiástica dos séculos anteriores. Sabendo desta crise e de entendimentos díspares dentro do seu clero, Pio XII considerava a possibilidade de um Concílio. Entretanto, sua saúde fragilizada inviabilizou que o Concílio se realizasse durante seu pontificado. Nos anos seguintes, a tendência tridentina foi enfraquecendo, a ponto de serem chamados de minoria pelos historiadores que retrataram o Concílio Vaticano II. E, dentro do processo histórico que foi sendo gestado nas últimas décadas, vão sendo colocados os pilares do diálogo com a pós-modernidade. Este diálogo terá

---

e Yves Congar, da eclesiologia ao ecumenismo. Disponível em: <<http://vatican2-en-questions.org/la-nouvelle-theologie/>>. Acesso: em 03 jul. 2015.

<sup>57</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-xii\\_apc\\_19501101\\_munificentissimus-deus.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html)>. Acesso: em 03 jul. 2015.

<sup>58</sup> SOUZA, N, e GONÇALVES, P.S.L. 2013, p. 107.

<sup>59</sup> Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) jesuíta francês ordenado em 1911. Paleontólogo e cientista, foi censurado pela Santa Sé em função das suas teses heterodoxas. MATTEI, 2013, p. 58. Chardin influenciou a Teologia do século XX em função de suas abordagens existencialistas próximas das teses do filósofo Jean Paul Sartre.

<sup>60</sup> SOUZA, N, e GONÇALVES, P. S. L. 2013, p. 107.

seu maior momento durante o Concílio Vaticano II, momento em que vários padres conciliares buscarão reconciliar a Igreja com o mundo moderno, tendo em vista que a condenação já não será mais o caminho a ser percorrido.

Os movimentos bíblicos e litúrgicos ganharam muito espaço nos anos 1920 e 1930, e influenciaram a mentalidade teológica da década de 1940. A exegese bíblica católica ficou ultrapassada em relação à exegese protestante, por isso os teólogos católicos aprenderam com os exegetas protestantes o aproveitamento das ciências auxiliares como a linguística, a arqueologia e a ciência comparada das religiões<sup>61</sup>. Nesse aspecto, a exegese católica começou a se tornar menos dogmática e mais científica, sem perder seu parâmetro de fé.

Outro importante fator foi o reencontro da Patrística e o estudo da história eclesiástica; este reencontro beneficiou o movimento litúrgico e o movimento bíblico. A influência medieval de São Tomás de Aquino cedeu lugar a um diálogo com o existencialismo moderno e a filosofia fenomenológica<sup>62</sup>. Teilhard de Chardin alçou a tentativa de conciliar fé e ciência, com um posicionamento evolucionista do mundo e da humanidade, ele inspirou uma nova e mais ampla inteligibilidade da condição do homem, até mesmo em sua dimensão religiosa. Diante de tanta complexidade, dificilmente o João XXIII poderia dar continuidade a uma Igreja excessivamente romana em um mundo repleto de novidades científicas, sociais, culturais e até mesmo rodeada por novos entendimentos teológicos<sup>63</sup>.

#### **1.4 A eleição do João XXIII e o anúncio do Concílio**

Em outubro de 1958 chegou ao fim o pontificado de Pio XII. No mesmo mês, a Igreja reuniu-se para o conclave, no qual foi eleito o Patriarca de Veneza, o Cardeal Angelo Giuseppe Roncalli, que adotou o nome de Papa João XXIII. Tinha início então um novo período na Igreja Católica. Seu pontificado durou cinco anos, 1958 a 1963. Sua eleição foi uma surpresa, pois Roncalli era desconhecido e não exercia grande influência sobre a Cúria. A eleição de um homem idoso e por não se tratar de um forte nome da Cúria com ideias excessivamente modernistas, Roncalli era visto com bons olhos pelos setores conservadores e por isso não se esperava dele nenhuma medida que fosse mudar significativamente as estruturas da Igreja.

---

<sup>61</sup> SOUZA, N, e GONÇALVES, P. S. L. 2013, p. 108.

<sup>62</sup> SOUZA, N, e GONÇALVES, P. S. L. 2013, p. 110.

<sup>63</sup> Não obstante a este fato, é determinante pensar o advento do terceiro mundo e o processo de descolonização da África e Ásia.

Enquanto Cardeal, Roncalli foi núncio na Bulgária e na França<sup>64</sup>, ele não teve grande destaque nos cargos eclesiásticos. Havia, por isso, uma certa decepção com o nome anunciado após sua escolha. Embora houvesse a necessidade, não se sabia se ele abriria um diálogo com o mundo secularizado. Roncalli era um homem de hábitos simples o que contrastava com a erudição de Pio XII. Tendo em vista o anonimato de Roncalli, os rumores se direcionavam para a ideia de que esta escolha acontecera em decorrência de um acordo entre os conservadores e progressistas, uma vez que até então não havia nenhum outro nome à altura de um longo papado da mesma envergadura intelectual e teológica de Pio XII. Diante de tais elementos, é possível entender que o conclave que escolheu João XXIII queria naquele momento um papa de transição.

Conhecido por ser carismático, João XXIII surpreendeu o mundo ao anunciar a realização de um novo concílio, apenas três meses depois de se tornar Papa. Ele revelou sua intenção de iniciar durante seu pontificado uma grande reforma da Igreja, por intermédio de um Concílio Ecumênico. Por isso, o Cardeal Giacomo Lercaro<sup>65</sup> e o Cardeal Giovanni Battista Montini<sup>66</sup> ficaram preocupados, pois sabiam que esse Concílio poderia representar o avanço dos setores conservadores da Igreja, tornando-a mais distante do mundo ainda.

Apesar da necessidade de se realizar um novo Concílio para dar continuidade aos trabalhos interrompidos do Vaticano I, não era esse o desejo da Cúria para o futuro próximo da Igreja. Para a Cúria Romana, a ortodoxia católica estava bem guardada em suas próprias mãos, e não havia a necessidade de convocar Bispos do mundo todo para tomar decisões que sempre foram pertinentes à própria Cúria. Este posicionamento explica a posição reacionária de alguns nomes como o Cardeal Giuseppe Siri<sup>67</sup> e o Cardeal Alfredo Ottaviani<sup>68</sup> durante o Vaticano II.

<sup>64</sup> Disponível em <[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_john-xxiii\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html)>. Acesso: em 01 jul. 2015.

<sup>65</sup> Giacomo Lercaro (1891-1976) ordenado padre em 1914, arcebispo de Bolonha entre 1952 e 1968. Feito Cardeal em 1953. Em 1963 foi escolhido pelo Papa Paulo VI um dos moderadores do Concílio Vaticano II.

<sup>66</sup> Giovanni Batista Montini (1897-1978), membro do clero de Bréscia e 262º Papa. Ordenado padre em 1920. Substituto da Secretaria de Estado para assuntos Ordinários (1952-54); arcebispo de Milão (1954). Cardeal (1958). Eleito Papa em 21 de junho de 1963 com o nome de Paulo VI. MATTEI, 2013, p. 34.

<sup>67</sup> Giuseppe Siri (1906-1989) estudou na Universidade Gregoriana de Roma. Foi ordenado padre em 1928. Em 1944, Pio XII o fez Bispo titular de Liviane tornando-se Arcebispo de Genova após da morte do Cardeal Pietro Boetto. Em 1953, tornou-se Cardeal e foi presidente da Conferência Episcopal Italiana entre 1959 e 1965. MATTEI, 2013, p. 94.

<sup>68</sup> Alfredo Ottaviani (1890-1979) ordenado padre da Igreja em 1916, foi secretário da Sagrada Congregação para Assuntos Eclesiásticos Extraordinários (1928-29). Substituto da Secretaria de Estado da Santa Sé a partir de 1929. Em 1935, entrou para o Tribunal do Santo Ofício como assessor. Ottaviani foi feito Cardeal em 1953 pelo Papa Pio XII. Trabalhou com o Cardeal Pizzardo como pró-secretário da Suprema Congregação. Em novembro de 1959, tornou-se Secretário da mesma. MATTEI, 2013, p. 92.

O termo *Aggiornamento* de fato era desconcertante. O próprio Papa João XXIII não tinha noção das reformas que a Igreja passaria após a convocação do Concílio. Esse era de fato um processo que se iniciara sem que pudesse fazer nenhuma previsão do término, embora a Cúria já tivesse articulado suas medidas com importantes nomes à frente das comissões preparativas do Concílio, para manter a Igreja longe das temidas mudanças pretendidas pelo clero progressista. João XXIII deixou claro sua ótica acerca do Concílio: uma Igreja atualizada com o mundo moderno, sem perder sua identidade eclesial, com um cristianismo mais presente e atuante. O ponto vital dos seus discursos estava na retratação das lacunas da Igreja e no entendimento de que a Igreja precisava mudar.

Diferentemente de outros Papas, João XXIII entendia que o reconhecimento de falhas por parte da Igreja eram virtudes e demérito. Assim sendo, é possível entender que a Igreja estava entrando em um novo momento de sua história, promovendo um novo entendimento sobre ela mesmo. Por isso, o Papa adotou medidas diferentes de seus antecessores: deixou de nomear somente Cardeais italianos, expandindo os horizontes da Igreja ao nomear Laurean Rugambwa<sup>69</sup>, natural da atual Tanzânia e primeiro Cardeal negro da Igreja; Rufino Jiao Santos<sup>70</sup>, primeiro Cardeal filipino e Peter Tatsuo Doi<sup>71</sup>, primeiro Cardeal japonês<sup>72</sup>. João XXIII iniciou ainda um diálogo ecumênico com Geoffrey Fischer<sup>73</sup>, Arcebispo anglicano de Cantuária, com o monge protestante de Taizé Roger Schultz<sup>74</sup> e com o patriarca ortodoxo Atenágoras<sup>75</sup>. Além do inédito relacionamento com a URSS<sup>76</sup>.

Entretanto, seria infantil acreditar que o pontificado de João XXIII foi totalmente inovador, em alguns aspectos ele manteve o entendimento conservador a respeito da Igreja, pois o processo histórico de mudanças de uma instituição com a estrutura planetária da Igreja

<sup>69</sup> Laurean Rugambwa (1912-97) ordenado padre em 1943. Bispo de Bukoba entre 1953 e 1968. Em 1960 foi feito Cardeal pelo Papa João XXIII. Entre 1968 e 1990 foi Arcebispo de Dar-es-Salam. Membro da Comissão das Missões. MATTEI, 2013, p. 403.

<sup>70</sup> Rufino J. Santos (1908-1973), ordenado padre 1931. Bispo auxiliar (1947), depois Arcebispo de Manila entre 1953 e 1973. Em 1960, tornou-se Cardeal e foi membro da Comissão Central Preparatória e da Comissão Doutrinal. MATTEI, 2013, p. 273.

<sup>71</sup> Peter Tatsuo Doi (1892-1970) primeiro Cardeal Japonês. SOUZA, 2004, p. 25.

<sup>72</sup> SOUZA, 2004, p. 25.

<sup>73</sup> Geoffrey Francis Fischer (1887-1972) Arcebispo anglicano da Cantuária. Disponível em <<http://www.findagrave.com/cgi-bin/fg.cgi?page=gr&GRid=9945>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>74</sup> Roger Schultz (1915-2005) pastor reformado suíço, fundador e prior da Comunidade Ecumênica de Taizé. Convidado do Secretariado para a unidade dos Cristãos no Concílio Vaticano II. MATTEI, 2013, p. 66.

<sup>75</sup> Atenágoras I (1886-1972) foi Patriarca de Constantinopla ao longo de 24 anos (de 1948 a 1972). O seu encontro com Paulo VI, em Jerusalém, foi significativo pela anulação das excomunhões do Grande Cisma do Oriente de 1054. Disponível em <[http://pt.radiovaticana.va/storico/2014/01/04/h%C3%A1\\_50\\_anos\\_paulo\\_vi\\_peregrino\\_na\\_terra\\_santa\\_e\\_hist%C3%B3rico\\_abra%C3%A7o\\_aopor-761177](http://pt.radiovaticana.va/storico/2014/01/04/h%C3%A1_50_anos_paulo_vi_peregrino_na_terra_santa_e_hist%C3%B3rico_abra%C3%A7o_aopor-761177)>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>76</sup> SOUZA, 2004, p. 25.

Católica Romana tende a ser longo, e o Papa está ligado à Cúria Romana que naquele momento era muito conservadora.

A criação do secretariado para a Unidade dos Cristãos foi uma novidade nesse Concílio; esse organismo foi dirigido inicialmente pelo Cardeal alemão Agostinho Bea<sup>77</sup>. Esse órgão ecumênico foi um dos elementos mais dinâmicos da Cúria Romana e uma de suas maiores tarefas foi estabelecer diálogos que levariam a uma representação oficial de quase todas as Igrejas cristãs no Concílio Vaticano II.

As demais religiões cristãs tinham sido convidadas para participação do Concílio Vaticano I, entretanto essa participação exigia que estas Igrejas reconhecessem seus erros e a necessidade de voltarem ao seio da Igreja Católica. Em relação ao Vaticano II, o procedimento foi diferente. As Igrejas não ligadas à Roma foram convidadas como irmãs, com quem a Igreja estava ligada, em função da fé em Cristo e em seu evangelho. Assim sendo, houve respeito pela profissão de fé dessas confissões. Dessa forma, havia um entendimento comum de maior unidade e as Igrejas cristãs foram convidadas a enviar observadores, que assistiriam a todas as sessões conciliares, ainda que sem direito de voto. Os observadores seriam hóspedes do Papa e não pecadores arrependidos e desejosos de retornar à Igreja Católica<sup>78</sup>. O êxito foi considerável, e no início do Concílio, 17 Igrejas estavam representadas.

### 1.5 Fase preparatória e as discussões até a abertura Conciliar

A fase preparatória dividiu-se em dois momentos: o anúncio em 25 de janeiro de 1959 até 05 de junho de 1960, quando teve início a fase preparatória e o início dos trabalhos por parte das comissões preparatórias até a abertura em outubro de 1962<sup>79</sup>. Após o anúncio, João XXIII enfrentou problemas no que se refere à preparação do evento. Após 5 dias de eleito, o Papa comunicou sua ideia ao Cardeal Ernesto Ruffini<sup>80</sup>. Em 20 de janeiro de 1959, Domenico Tardini<sup>81</sup>, secretário de Estado, depois de sua audiência com o Papa, resumiu o

<sup>77</sup> MATTEI, 2013, p. 133.

<sup>78</sup> Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19641121\\_unitatis-redintegratio\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>79</sup> SOUZA, N. *Contexto e Desenvolvimento Histórico do Concílio Vaticano II*. IN: BOMBONATTO, V.I. e GONÇALVES, P.L. (ORG.) 2004, p. 26.

<sup>80</sup> Ernesto Ruffini (1888-1967), ordenado padre em 1910, nomeado Arcebispo de Palermo em 11 de outubro de 1945, feito Cardeal em 1946. MATTEI, 2013, p. 104.

<sup>81</sup> Domenico Tardini (1888-1961), ordenado padre em 1912. Subsecretário da Sagrada Congregação para Assuntos Extraordinários em 1929 e Secretário de Estado de João XXIII em 1958. Nesta ocasião, foi nomeado Arcebispo de Laodiceia e feito Cardeal pelo Papa. MATTEI, 2013, p. 96.

conteúdo do Concílio: 1- um sínodo romano; 2- um *aggiornamento* do código de direito canônico; 3- um Concílio Ecumênico. Esses três objetivos foram anunciados aos 17 cardeais presentes em 25 de janeiro de 1959, na sacristia da Basílica de São Paulo Extramuros, em Roma.

Em um ambiente bastante esperançoso, apesar das incertezas e perplexidade tanto na Igreja como no mundo cristão e na opinião pública em geral, foram tomadas as providências para a convocação da assembleia conciliar. Após o anúncio, os cardeais reagiram com um silêncio absoluto durante seus trabalhos, para não comprometer o Concílio, dando abertura a intervenções externas que em nada ajudariam o andamento dos preparativos conciliares. A presidência das comissões foi confiada ao secretário de Estado, Cardeal Ruffini, surpreendendo a todos que apostavam que a presidência da mesma ficaria por conta do influente Cardeal Ottaviani. Monsenhor Pericle Felici<sup>82</sup> ficou com o secretariado.

Dentro da lógica de diálogo, a começar dentro da própria Igreja, a comissão preparatória enviou para os bispos, dicastérios da Santa Sé e faculdades católicas de teologia e de direito canônico do mundo todo, formulários para saber quais assuntos seriam pertinentes para serem abordados pelo Concílio Vaticano II. Nessa perspectiva, a comissão preparatória enviou os formulários e receberam os mesmos formulários oriundos dos cinco continentes com as respostas que eram orientadas de acordo com o pensamento teológico e pastoral de cada realidade episcopal. Uma realidade inédita na história da Igreja Católica<sup>83</sup>.

As respostas aos questionários foram chegando, algumas bastante atrasadas, totalizando 2109 respostas. Foram 2594 bispos, 62 faculdades e 156 superiores de ordens e institutos religiosos incluídos na consulta. O material era amplo e bastante variado, por se tratar de realidades muito distintas<sup>84</sup>. À luz do que a comissão preparatória recebeu, seria difícil convergir todos em uma mesma direção: desde a insistência sobre problemas canônicos e administrativos, até a defesa da tradicional doutrina católica. De fato, nesse Concílio, a Igreja saboreou as benesses e dificuldades da democracia, ainda que em escala menor, tendo em vista o número de votantes envolvidos.

A reforma da Cúria foi um assunto bastante abordado nos textos respondidos. Assim como a colegialidade episcopal, a liberdade de consciência sempre presente no discurso dos bispos dos Estados Unidos, a solicitude ecumênica dos bispos orientais e a questão social.

<sup>82</sup> Pericle Felici (1911-1982) ordenado padre em 1933, Arcebispo titular em 1960 e feito Cardeal em 1967. Presidente do Pontifício Conselho dos Textos de Lei (1967) e Prefeito do Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica (1967) MATTEI, 2013, p. 108.

<sup>83</sup> MATTEI, 2013, p. 114.

<sup>84</sup> SOUZA, 2004, p. 28.

Como era de se esperar, Dom Hélder Pessoa Câmara<sup>85</sup> foi um importante porta-voz desta questão durante o Concílio nas conversas com outros bispos mais influentes dentro da Cúria, de modo muito particular com o Cardeal Leo-Joseph Suenens<sup>86</sup>.

### 1.6 O secretariado para a unidade dos cristãos e as comissões preparatórias.

Durante a celebração da festa de Pentecostes de 1960, o moto-próprio *Superno Dei Mutu*, dava ao Concílio o nome de Concílio Vaticano II e instituía 10 comissões: 1) teológica 2) clero e povo 3) sacramentos; 4) administração das dioceses; 5) apostolado dos leigos; 6) ordens; 7) estudos eclesiásticos; 8) missões; 9) igrejas orientais e 10) liturgia. Foram criados também dois secretariados para os meios de comunicação social e para unidade dos cristãos<sup>87</sup>.

O secretariado para a unidade dos cristãos teve um papel muito importante durante o Concílio Vaticano II<sup>88</sup>; entretanto, causou polêmica porque os progressistas o enxergavam de forma positiva por apoiarem o diálogo com outras religiões cristãs. Por outro lado, os conservadores entenderam que a Igreja Católica se colocava em pé de igualdade com as demais confissões cristãs, logo reprovavam essa iniciativa, e até então, os Papas pretéritos ao Concílio condenaram o ecumenismo com diversos documentos<sup>89</sup>. Por isso, a iniciativa de dialogar com as demais confissões de fé foi uma novidade polêmica e só aconteceu porque João XXIII apoiou a iniciativa.

As atividades desse secretariado aconteceram sob a responsabilidade do Cardeal alemão Agostinho Bea, confessor de Pio XII durante seu pontificado, jesuíta e reitor do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, nomeado Cardeal em 28 de janeiro de 1960. Ao lado do Cardeal Agostino Bea, esse secretariado contou com o trabalho do Arcebispo de Paderborn, Lorenz Jaeger. O Papa João XXIII olhava esse trabalho com atenção, pois se tratava de um marco na história do cristianismo e uma ruptura no tradicional entendimento que a Igreja Católica tinha a respeito das demais religiões.

<sup>85</sup> Helder Câmara (1909-1999) Arcebispo brasileiro ordenado padre em 1931, sagrado bispo em 1952, exerceu a função de bispo auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro até 1964, quando fora para a arquidiocese de Olinda e Recife ficando até 1985 quando se aposentou.

<sup>86</sup> Leo-Joseph Suenens (1904-1996) ordenado padre em 1927. Arcebispo de Malines-Bruxelas entre 1961-1979. Feito Cardeal em 1962, durante o Concílio foi um dos quatro moderadores nomeado em setembro de 1963 por Paulo VI. MATTEI, 2013, p. 162.

<sup>87</sup> SOUZA, 2004, p. 30.

<sup>88</sup> Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/december/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19811219\\_centenario-bea.html](https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/december/documents/hf_jp-ii_spe_19811219_centenario-bea.html)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>89</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_19070908\\_pascendi-dominici-gregis.html](http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Com a finalidade de apoiar e organizar o trabalho das demais comissões preparatórias, foi constituída uma comissão central presidida pelo próprio Papa. Seus membros, além do Papa, eram os presidentes das dez comissões, outros cardeais e conselheiros escolhidos com a observação papal.

No final de 1961, havia 846 pessoas trabalhando diretamente na preparação do Concílio. Naturalmente, os principais postos eram ocupados pelos membros da Cúria Romana. A composição das comissões era internacional; entretanto, aproximadamente 80% dos trabalhadores eram europeus. O que justifica essa centralização europeia é o fato de cada pessoa envolvida na preparação ter sido investigada antes pelo Tribunal do Santo Ofício. Nesse caso, é mais fácil verificar a vida de um europeu do que de um prelado de outro continente.

A Itália foi o país com mais pessoas envolvidas, seguida de França, Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Bélgica, Holanda. A América Latina, Ásia, África e Oceania somaram juntos 112 participantes. Entre as congregações religiosas, houve a predominância de jesuítas e dominicanos.

Embora João XXIII fosse muito distinto de Pio XII, este influenciou muito o Concílio Vaticano II com os documentos que havia publicado, haja vista os textos elaborados pelas comissões preparatórias e que viriam a ser votados pelos padres conciliares durante o Concílio. Esses textos elaborados pelas comissões eram chamados de esquemas, e cada Bispo ou Padre Conciliar, como ficaram conhecidos os participantes, votaria de acordo com seu entendimento doutrinário e teológico.

O Concílio funcionaria da seguinte forma: cada esquema a ser discutido seria apresentado à Congregação Geral através de um relator determinado pelo presidente da comissão interessada. Em seguida, cada um dos padres conciliares que desejasse intervir para aprovar, corrigir ou recusar o esquema apresentaria seu pedido ao secretário geral, e chegada sua vez, o padre conciliar iria expor seu pensamento sobre o esquema abordado, com o tempo máximo de dez minutos. A Congregação Geral por sua vez, após a réplica do relator, emitiria seu posicionamento sobre o esquema e a justificativa dada pelo padre conciliar autor da intervenção, expondo novamente para a votação, caso não houvesse um acordo entre as partes envolvidas.

O regulamento conciliar era o código do Concílio. Ele determinava as regras para o funcionamento do Concílio Vaticano II, composto de 3 partes, subdivididas em 24 capítulos e 70 artigos. O primeiro ponto trata das pessoas que participariam do Concílio ou prestariam o

seu concurso para o desenvolvimento dele. O segundo ponto estabelecia as regras a serem seguidas, enquanto o terceiro ponto orientava sobre o procedimento dos trabalhos.

Um fato precisa ser levado em consideração: como a Igreja Católica não é uma instituição democrática, esse novo entendimento conciliar gerou desconforto em muitos bispos, pois, estavam diante de uma situação nova, o voto. Nesse aspecto, os bispos oriundos de países democráticos, e, portanto, mais habituados às assembleias, tiveram maior desenvoltura na assembleia conciliar e, por isso, tiveram suas vozes ouvidas com maior precisão, se não fossem ouvidos diretamente como arcebispos e cardeais europeus, eles se faziam ouvir ainda que indiretamente, como o fez o então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara nas suas conversas com os cardeais progressistas da Igreja. Esse entendimento irá nortear significativamente o futuro do Concílio, uma vez, que prevalecerá o posicionamento das conferências episcopais entendidas como progressistas, principalmente no tocante ao ecumenismo, haja vista a participação de vários pastores protestantes e sacerdotes da Igreja Católica Ortodoxa<sup>90</sup>.

### 1.7 A Abertura Conciliar

A primeira sessão teve início no dia 11 de outubro de 1962. Participaram 2540 padres conciliares com direito a voto na sessão de abertura, um número inédito de participação na história dos concílios. Evidentemente, que esse número sofrerá alterações nas próximas três sessões conciliares em função de novas nomeações, falecimentos e liberações ou impedimentos dos padres conciliares deixarem seus respectivos países em função de regimes ditatoriais<sup>91</sup>.

João XXIII atravessou a porta de bronze sendo levado na sede gestatória até o interior da Basílica de São Pedro. Um novo concílio, um novo entendimento e o Papa não estava usando sua tiara, mas, sim a mitra. Essa atitude inspira maior simplicidade e despojamento. A cerimônia não traz mudanças: todos entoam o *Veni Creator*, e a missa é celebrada pelo Cardeal decano Eugène Tisserant<sup>92</sup>.

<sup>90</sup>

Disponível

em:

<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/documents/rc\\_pc\\_chrstuni\\_doc\\_16031998\\_ecumenical-dimension\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_16031998_ecumenical-dimension_sp.html)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>91</sup> SOUZA, 2004, p. 33.

<sup>92</sup> Eugène Tisserant (1884-1972). Ordenado em 1907, escolhido Cardeal em 1936. Secretário da Congregação para a Igreja Oriental, bibliotecário e arquivista, decano do Colégio dos Cardeais. MATTEI, 2013, p. 43.

Na sequência, a entronização do Evangelho, a profissão do Credo, a oração do Concílio *Adsumus*. Tendo em vista a pluralidade da assembleia, o evangelho de São Matheus foi cantado em latim, grego, árabe e eslavo.

No discurso de abertura, *Gaudet Mater Ecclesia*<sup>93</sup>, o Papa reafirmava seu pensamento: a exposição da Teologia da Igreja, sua renovação interior, a promoção da unidade dos cristãos, e, enfim, o diálogo com o mundo contemporâneo. Esse Concílio inédito contou com a cobertura inédita da imprensa, tanto, que ao longo das sessões conciliares, foi por meio dos jornais que os bispos se informaram a respeito de muitas notícias sobre o Concílio que eles mesmos promoviam.

João XXIII queria uma Igreja conciliadora, mais evangélica e próxima das pessoas e que expusesse sua doutrina com mais acessibilidade, não somente para os católicos, mas, também para os não católicos. Dessa forma, seria possível o diálogo almejado pelo Papa. Reunidos na nave principal da Basílica de São Pedro, os padres conciliares representavam toda universalidade da Igreja. Neste momento, os cinco continentes estavam representados. Naturalmente, havia uma supremacia europeia, aproximadamente metade dos padres conciliares eram oriundos da Europa, e contava com os personagens mais influentes. Em função das ajudas financeiras, o episcopado estadunidense também gozava de prestígio junto aos Papas.

O Vaticano II deve ser analisado além dos textos conciliares. A análise deve ser como um todo: o contexto histórico, a preparação, o Concílio e a recepção do Concílio pelo mundo. A preparação dos textos, a votação e a publicação são o extrato dos diferentes posicionamentos assumidos pelos padres conciliares, fossem eles conservadores da Cúria Romana ou progressistas da Europa Central e América Latina.

Em 13 de outubro, durante a Congregação Geral, houve a proposta da eleição das comissões conciliares. Além das dez fichas que indicavam dezesseis nomes, os padres conciliares receberam elencos daqueles que fizeram parte das comissões preparatórias, com a predominância de Cardeais da Cúria. Entretanto, o Concílio Vaticano II foi uma reunião de caráter mundial: havia pessoas do mundo todo, e naturalmente esses bispos não se conheciam. Assim sendo, o Cardeal Achilles Liénart propôs que a eleição não ocorresse naquele momento, pois havia a necessidade de uma maior integração entre os bispos, a fim de que ocorresse uma eleição mais consciente<sup>94</sup>. A partir desse momento, os bispos se reuniram para se informar a respeito dos candidatos e articularem votos em seus candidatos de preferência.

<sup>93</sup> SOUZA, 2004, p. 34

<sup>94</sup> SOUZA, 2004, p. 35.

Assim, os votos entre as conferências episcopais eram quase unânimes nos mesmos candidatos, uma vez que os bispos eleitores influenciavam os votos dos seus conterrâneos.

Entre as conferências episcopais, a que mais agradou aos eleitores foi a conferência francesa, pois, esta organizou uma comissão que elencava bispos do mundo todo, dando um ar de pluralidade e universalidade, diferentemente da conferência italiana que só propôs nomes de bispos italianos para serem votados, 62 no total. As comissões foram compostas por 160 eleitos: 26 latino-americanos, 25 norte-americanos, 19 bispos da Ásia e Oceania, 7 africanos e 83 europeus. A Itália ganhou força quando João XXIII nomeou nove membros em cada uma destas comissões. Em 15 de outubro, João XXIII nomeou alguns bispos como subsecretários oriundos de diferentes países, o que ajudou a internacionalizar mais ainda o Concílio<sup>95</sup>.

### 1.8 As Quatro Sessões

O Concílio Vaticano II tinha quatro preocupações: a exposição da Teologia da Igreja, sua renovação interior, a promoção da unidade dos cristãos e o diálogo com o mundo contemporâneo<sup>96</sup>. Em consonância com o pensamento do Papa João XXIII, seu sucessor, Paulo VI, e a maioria dos padres conciliares também comungavam dessa preocupação, e por isso, as reformas propostas pela maioria progressista foram realizadas entre outubro de 1962 a dezembro de 1965; no final destas quatro sessões, os padres conciliares teriam aprovado quatro constituições: *Dei Verbum*, sobre a Tradição e fontes de revelação; a *Lumen Gentium*, sobre a relação da Igreja *ad intra*<sup>97</sup>; a *Gaudium et Spes* sobre a pastoral da Igreja e sua relação com o mundo moderno, *ad extra*<sup>98</sup> e a *Sacrosanctum Concilium*, sobre a liturgia. E além da aprovação dessas quatro constituições apresentadas como documentos de maior relevância, foram aprovadas três declarações e nove decretos<sup>99</sup>. Por isso, o Papa Paulo VI afirmou que o

<sup>95</sup> SOUZA, 2004, p. 35.

<sup>96</sup> ALBERIGO, G. *História dos Concílios Ecumênicos*. 1ª edição. São Paulo. Paulus, 1995, p. 395.

<sup>97</sup> Uma referência como a Igreja iria proceder internamente no pós-concílio.

<sup>98</sup> A respeito da relação da Igreja como o mundo moderno e os demais segmentos laicos. Desde a abertura do Concílio, o Papa João XXIII desejou que a Igreja estabelecesse um olhar mais amistoso e próximo do mundo, diferentemente do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I.

<sup>99</sup> Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2015.

Vaticano II foi um ponto de partida, e o influente teólogo alemão Karl Rahner<sup>100</sup> se referia ao Concílio como um “canteiro de obras”<sup>101</sup>.

O primeiro esquema a ser votado foi sobre a liturgia. Diante do mundo que se desenhava no século XX, de acordo com a maioria do episcopado, a missa em latim e de costas para o povo já não atendia mais às necessidades dos católicos contemporâneos no mundo moderno - tornara-se pouco atrativa e prática em uma época em que os movimentos culturais eram cada vez mais dinâmicos, e a juventude ganhava espaço na sociedade. Daí, a reivindicação da língua vernácula em substituição ao latim durante nas missas e demais cerimônias. Ao observar o formato dessas celebrações tridentinas, os fiéis católicos sempre ficavam alheios às cerimônias que eram presididas pelos padres e ao povo cabia somente a função de assistir sem participação. Essa proposta de reforma confrontou tradicionalistas e progressistas.

A favor da reforma litúrgica e do entendimento mais progressista da Igreja, pronunciaram-se nomes influentes da Igreja, como o Cardeal Belga Leo Joseph Suenens, arcebispo de Malinas-Bruxelas; o Cardeal Franz König<sup>102</sup>, Arcebispo de Viena; o Cardeal Joseph Frings<sup>103</sup>, Arcebispo de Colônia; o Cardeal Bernard Jan Alfrink<sup>104</sup>, Primaz da Igreja na Holanda; o Cardeal Julius Döpfner<sup>105</sup>, Arcebispo de Munique; o Cardeal francês Achilles Liénart<sup>106</sup>, Bispo de Lille; Agostinho Bea, Cardeal responsável pelo ecumenismo e demais padres conciliares da Europa central, Estados Unidos e América Latina<sup>107</sup>. O clero

<sup>100</sup> Karl Rahner (1904-1984) membro da Companhia de Jesus e ordenado padre em 1932. Professor de Teologia Dogmática em Innsbruck (1948-1964). Consultor da Comissão Preparatória da Disciplina dos Sacramentos, foi nomeado perito do Concílio em 1962. MATTEI, 2013, p. 182.

<sup>101</sup> SOUZA, N. GOMES, E.S. Os Papas do Concílio Vaticano II e a Sociedade Contemporânea. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 44, nº 1, p.5 a 27, janeiro-abril. 2014, p. 6.

<sup>102</sup> Franz König (1905-2004) austríaco. Arcebispo de Viena entre 1956 até 1985 e um dos principais teólogos do Concílio Vaticano II. Disponível em: <<http://www.zoroastrian.org.uk/vohuman/Article/Koenig,Cardinal%20Franz.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>103</sup> Joseph Frings (1887-1978) alemão, ordenado padre em 1910. Arcebispo de Colônia entre 1942 e 1969. Feito Cardeal por Pio XII em 1946. Membro da Comissão Preparatória e do Conselho da Presidência. MATTEI, 2013, p. 173.

<sup>104</sup> Bernard Jan Alfrink (1900-1987) holandês, ordenado padre em 1924, Arcebispo de Utrecht a partir de 1955 e feito Cardeal em 1960. Durante o Concílio, foi membro da Comissão Preparatória e do Conselho dos Presidentes. MATTEI, 2013, p. 115.

<sup>105</sup> Julius August Döpfner (1913-1976) alemão, ordenado em 1939. Escolhido Cardeal em 1958. Arcebispo de Munique e Freising entre 1961-1976.

<sup>106</sup> Achille Liénart (1884-1973). Bispo de Lille na França entre 1928 a 1968. Durante as aulas conciliares do Vaticano II assumiu uma conduta mais progressista.

<sup>107</sup> SOUZA, 2004, p. 36.

progressista da Europa Central era simbolizado pelo Rio Reno<sup>108</sup> de acordo com a ótica tradicionalista, o clero progressista realizou uma manobra que se sobrepôs à Cúria Romana<sup>109</sup>.

Por outro lado, no intuito de defender a Igreja Católica das mudanças modernistas e em defesa da missa tridentina, levantaram-se importantes nomes como o Cardeal Alfredo Ottaviani, Cardeal presidente da Congregação do Santo Ofício; o Cardeal Giuseppe Siri, Arcebispo de Gênova; o Cardeal Michael Browne<sup>110</sup>, superior dos Dominicanos; o Cardeal Ernesto Ruffini, Arcebispo de Palermo; o Cardeal Dino Staffa<sup>111</sup>, secretário da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades; o Cardeal Enrico Dante<sup>112</sup>, pró-secretário da Sagrada Congregação dos Ritos; o Cardeal Pietro Parente<sup>113</sup>, assessor do Santo Ofício; Monsenhor Marcel Lefebvre<sup>114</sup>, Arcebispo responsável pelas missões na África de língua francesa e presidente do *Coetus Internationalis Patrum*<sup>115</sup>, Dom Geraldo de Proença Sigaud<sup>116</sup>, Arcebispo de Diamantina e Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos dos Goytacazes.

No intuito de conter a onda reformista por parte do clero progressista, o Cardeal Ottaviani lembrou aos participantes que estavam sendo decididos assuntos sagrados, e que, portanto, o texto fosse reelaborado pela comissão teológica, da qual ele era presidente. Apesar de a maioria dos padres conciliares terem sido formados em Roma, os bispos africanos, asiáticos e latinos aprovaram a reforma litúrgica devido à experiência pastoral. Naquele momento, a finalidade pastoral proposta por João XXIII começava a ganhar contornos mais claros. A proposta da reforma litúrgica foi além do missal romano, os membros dessa

<sup>108</sup> MATTEI, 2013, p. 199.

<sup>109</sup> WILTGEN, R. *O Reno se lança sobre o Tibre: O Concílio desconhecido*. 1ª ed. Permanência: Niterói, 2007, p. 9.

<sup>110</sup> Michael Browne (1887-1971), dominicano irlandês, ordenado padre em 1910. Professor e posteriormente reitor do Angelicum entre 1923 e 1941. Mestre do Sacro Palácio (1951), mestre geral da ordem dos Dominicanos entre 1955 e 1962. Membro da Comissão Preparatória dos Bispos. Feito Cardeal em 1962 pelo Papa João XXIII. MATTEI, 2013, p. 262.

<sup>111</sup> Dino Staffa (1906-1977) ordenado padre em 1929. Arcebispo titular de Cesareia, secretário da Congregação, Cardeal em 1967. Membro da Comissão Antepreparatória do Concílio Vaticano II. Durante a primeira sessão foi nomeado membro da Comissão dos Seminários, dos Estudos e da Educação Católica. MATTEI, 2013, p. 191.

<sup>112</sup> Enrico Dante (1884-1967) ordenado padre em 1910. Secretário da Congregação para os Ritos em 1960. Feito Cardeal em 1965. MATTEI, 2013, p. 205.

<sup>113</sup> Pietro Parente (1891-1986) ordenado em 1916, secretário para a Congregação da Doutrina da Fé. Veja, 7 de janeiro, 1987. Edição N° 957, p. 67.

<sup>114</sup> Marcel Lefebvre (1905-1991) Bispo de Tulle, delegado apostólico de toda a África francófona e Superior dos Padres do Espírito Santo. Disponível em <http://www.fsspx.com.br/dom-marcel-lefebvre-e-dom-antonio-de-castro-mayer-10-anos-de-falecimento/>. Acessado em 08 de fevereiro de 2016. Destacou-se pela resistência conservadora ao Concílio Vaticano II.

<sup>115</sup> Grupo de padres conciliares conversadores que se organizaram para conter a onda progressista crescente durante o Concílio. WILTGEN, 2007, p. 152.

<sup>116</sup> Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999) Ordenação Sacerdotal: Roma - Itália - 12/03/1932, Ordenação Episcopal: São Paulo SP - 01/05/1947. Foi Bispo da Diocese de Jacarezinho (1947-1961) e Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Diamantina (1961-1980). MATTEI, 2013, p. 73.

comissão propuseram reforma do breviário: uma melhor escolha e divisão das leituras da Bíblia; abolição das festas dos santos do calendário litúrgico em função do ano cristocêntrico; reforma da música sacra e das artes, do calendário litúrgico e que a Páscoa se tornasse um ponto fixo no calendário. A votação aconteceu no dia 14 de novembro, a maioria esmagadora dos padres conciliares aprovou a reforma do texto. Nesse momento, teve início o processo de reforma litúrgica que culminaria com a elaboração do Novo Missal Romano em 1969.

Assim como o esquema da liturgia, o esquema sobre as Fontes da Revelação também dividiu o clero tradicionalista e o clero progressista. Presidido pelo Cardeal Alfredo Ottaviani, esse esquema tratou sobre a fundamentação da fé católica, e o debate ocorrido entre os padres conciliares se deu porque o clero progressista queria uma maior inserção da Bíblia na liturgia católica, enquanto o clero tradicionalista entendia que este pensamento era norteador por um entendimento protestante dentro do Concílio.

A discussão girava em torno de duas importantes questões: era necessário afirmar, contra os protestantes, que são duas as fontes da Revelação: a Escritura e a Tradição. Era necessário afirmar que alguns eram dogmas fundamentados somente na Tradição ou afirmar que a única fonte da Revelação é a Palavra de Deus, que é alcançada através de dois canais, a Escritura inspirada pelo Espírito Santo e a Tradição transmitida pela Igreja? Esse tipo de afirmação agravaria a situação com os protestantes e ameaçava a reconciliação ecumênica. Além disso, abriu-se uma controvérsia entre os professores da Pontifícia Universidade Lateranense e os membros do Pontifício Instituto Bíblico. Diferentemente daquilo que havia acontecido com o esquema sobre a liturgia que suscitara a oposição dos tradicionalistas, agora eram os progressistas que protestavam. Alguns padres conciliares, entre eles os cardeais Frings, Döpfner, König e Alfrink, refutaram completamente o esquema e propuseram um outro que já estava pronto. Outros, como os cardeais Suenens e Bea e o bispo de Bruges, De Smedt, solicitaram uma reelaboração completa e expuseram os pontos fundamentais que deveriam ser considerados no trabalho de revisão<sup>117</sup>.

A comissão teológica, que tinha uma tendência mais conservadora, reprovou as sugestões que estavam sendo feitas sobre o esquema. Dessa forma, no dia 20 de novembro foi realizada uma votação sobre a aprovação do esquema então apresentado: 1368 *placet*, 822 no *placet* e 19 votos nulos<sup>118</sup>. Como não houve a aprovação com os dois terços necessários, João XXIII delegou a responsabilidade de uma comissão mista presidida pelo Cardeal Ottaviani e pelo Cardeal Bea, e durante o Concílio esse esquema foi aprovado, resultando na Constituição *Dei Verbum*.

Tendo em vista a preocupação da Igreja em comunicar-se com o mundo, ainda na primeira sessão conciliar, os padres conciliares fizeram a votação do esquema sobre os meios

<sup>117</sup> SOUZA, 2004, p. 37-38.

<sup>118</sup> SOUZA, 2004, p. 39.

de comunicação e após quatro dias de discussões, no dia 27 de novembro, esse esquema foi aprovado com 2138 votos favoráveis, 15 contrários e 7 nulos. A folgada eleição evidencia que não houve polêmicas sobre este esquema. De fato, ampliar o espaço nos veículos de comunicação era uma necessidade da Igreja na difusão da doutrina católica. As discussões no interior do Concílio eram quanto à doutrina a ser disseminada. E um dia antes da aprovação do esquema sobre os meios de comunicação, em 26 de novembro, outro debate polêmico esteve em pauta na ordem do dia: o esquema sobre as Igrejas orientais. Separados desde o século XI, a Igreja Romana e as Igrejas Orientais viveram séculos de condenação mútua, e um diálogo de aproximação nove séculos depois não era tão simples de ser estabelecido, uma vez que dentro do clero romano e do clero das Igrejas orientais ainda havia restrições recíprocas<sup>119</sup>. Partindo dessa delicada questão que envolvia séculos, o esquema deu passos, mas não foi finalizado dentro da primeira questão, assim como os demais esquemas discutidos de votados na primeira sessão<sup>120</sup>. Entretanto, o aprendizado de uma conduta mais participativa dentro da Igreja tinha sido começado, contrariando a tendência do Concílio Vaticano I, quando, por meio do dogma da Infallibilidade Papal, o episcopado do mundo inteiro se viu submetido ao Sumo Pontífice.

Dando sequência ao Concílio Vaticano II, Paulo VI<sup>121</sup> expôs no discurso de abertura, em 1963, seu posicionamento a respeito do Concílio: a exposição da doutrina da natureza da Igreja, a reforma interna da Igreja, a importância da unidade dos cristãos e o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo<sup>122</sup>. A partir desse momento, a cúria romana e o clero conservador perceberam que o Papa iria no sentido mais progressista e que no entendimento do Pontífice, a Igreja deveria passar por uma reforma, na qual as mudanças propostas pela maioria progressista encontrariam voz e vez. Dessa forma, a Igreja precisaria repensar-se e definir-se enquanto instituição para, somente a partir daí, dialogar com o mundo moderno de forma mais clara e definida, por isso o esquema sobre a Igreja esteve na pauta de votação da segunda sessão: a questão da colegialidade episcopal<sup>123</sup>, o diálogo ecumênico<sup>124</sup> e a Igreja

<sup>119</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html)>. Acesso em: 09 jul. 2015.

<sup>120</sup> SOUZA, 2004, p. 41

<sup>121</sup> A retomada das sessões conciliares ocorreria no dia 29 de setembro de 1963, já com o novo Papa, Paulo VI, pois João XXIII viria a falecer no dia 3 de junho de mesmo ano.

<sup>122</sup> SOUZA, 2004, p. 44.

<sup>123</sup> A questão da colegialidade episcopal dividiu os padres conciliares: os conservadores queriam a manutenção da decisão do Concílio Vaticano I, no qual ficou definido a primazia do Papa diante dos bispos. Por outro lado, o clero progressista reivindicava maior autonomia para os bispos diante das decisões internas da Igreja. Para estes, os bispos, seguindo as tradições apostólica e bíblica, deveriam ser mais ativos e mais participantes das decisões papais sobre a Igreja. Este posicionamento era refutado pelos conservadores uma vez que era claramente

enquanto povo de Deus<sup>125</sup> estiveram em pauta. Mais uma vez, a Cúria Romana e os bispos da Europa Central expuseram pensamentos distintos.

A questão da colegialidade episcopal levou um mês inteiro de votações, pela complexidade que o esquema demandava. Na verdade, a maior autonomia dos bispos em suas respectivas dioceses, assim como o crescimento da participação no pontificado do Papa causavam à Cúria a sensação de perda de controle e poder. Assim, a Cúria se enxergava mais vulnerável, partindo da ideia de que a complexidade do mundo era cada vez maior, as diferentes realidades dos bispos do mundo todo poderiam descaracterizar a Igreja enquanto instituição romana.

O esquema sobre o ecumenismo trazia questões muito delicadas e inéditas a serem discutidas pela Igreja Católica como a relação com as Igrejas Orientais e Igrejas Protestantes, a situação dos judeus na história da salvação e da liberdade religiosa<sup>126</sup>. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II foi em direção contrária ao Concílio de Trento e ao Concílio Vaticano I, estes dois últimos convergiram com o Concílio de Florença (1438-1445), por meio da bula *Cantate Domino* de 1442, quando o Papa Eugênio IV afirmou que fora da Igreja Católica não haveria salvação<sup>127</sup>.

Dando sequência à proposta de *aggiornamento* da Igreja, o Papa Paulo VI e o Patriarca ortodoxo de Constantinopla, Athenágoras, encontraram-se em Jerusalém em 5 de janeiro de 1964 e após esse histórico encontro se findava quase um milênio de excomunhões mútuas entre as Igrejas do Ocidente e Oriente. Esse encontro foi muito oportuno para as pretensões conciliares da Igreja Católica Romana. Paulo VI pode, com esse gesto, mostrar que ele pretendia construir pontes para dialogar com os diferentes pensamentos, além do marco

---

influenciado pelos ideais democráticos, próprios do processo de secularização vivido na Europa, desta forma, a estrutura hierárquica da Igreja seria prejudicada pelos “ares da modernidade”. SOUZA, 2004, p. 45.

<sup>124</sup> O Cardeal Giacomo Lercaro apontou que a Igreja visível era diferente da *Corpus Christi Mysticum*, pois, todos os batizados eram membros do corpo místico de Cristo, ainda que não fossem membros da Igreja Católica. Este entendimento facilitava o diálogo ecumênico. SOUZA, 2004, p. 45.

<sup>125</sup> A maior participação dos leigos na pastoral da Igreja foi uma preocupação conciliar. A questão do diaconato permanente foi aprovada pelo Concílio Vaticano II, assim, a concepção de uma Igreja menos hierárquica, mas mais inclusiva ganhou espaço e a concepção de “Povo de Deus” fundamentada no sacerdócio comum. SOUZA, 2004, p. 45.

<sup>126</sup> SOUZA, 2004, p. 49.

<sup>127</sup> Disponível em <http://w2.vatican.va/content/eugenius-iv/it/documents/bulla-cantate-domino-4-febr-1442.html>. Acessado em 09 de julho de 2015. O ecumenismo foi um difícil ponto de legitimação do Concílio Vaticano II. Por ter acontecido no século XX, em um contexto histórico diferente dos demais Concílios da Igreja, o Vaticano II tomou medidas que contrariavam alguns Concílios e documentos pretéritos. A partir desta realidade, a Igreja teve três tendências no pós-concílio: os progressistas que entendiam que a partir de 1965 surgiu uma nova Igreja, os moderados que optaram pela hermenêutica da continuidade, e foi sobre esta hermenêutica que o Papa João Paulo II (1978-2005) e o Papa Bento XVI (2005-2013) nortearam seus pontificados. Bento XVI deu sequência ao seu trabalho enquanto Cardeal, prefeito da Sagrada Congregação da Doutrina da Fé (1981-2005). E por fim os tradicionalistas que não aceitaram a legitimidade do Concílio Vaticano II, por entenderem que este foi um evento nocivo à Igreja.

histórico que essa visita representou, pois, pela primeira vez em séculos, o Papa deixava a Itália.

A terceira sessão do Concílio começou no dia 14 de setembro com uma missa celebrada pelo Papa Paulo VI e concelebrada por mais 24 padres conciliares<sup>128</sup>. Nessa sessão, houve a votação de esquemas importantes e delicados, que causaram tensão na sala de votação conciliar devido aos diferentes posicionamentos do clero. Além da novidade da concelebração, que serviu como princípio da expressão da colegialidade episcopal<sup>129</sup>, o esquema sobre a Igreja, sobre a colegialidade episcopal, sobre o ecumenismo, retomando ainda a segunda sessão sobre a fonte de Revelação, não definida na primeira sessão em 1962, o esquema sobre a vida dos leigos e o esquema do mundo contemporâneo tiveram início e foram abordados nos dois meses seguintes. Nessa sessão, ainda foi definido e promulgado o esquema sobre as Igrejas Orientais<sup>130</sup> e a aprovação da *Lumen Gentium*<sup>131</sup>.

Diretamente ligada ao esquema sobre o ecumenismo, estava a pauta da liberdade religiosa que causou diferentes posturas: o episcopado da Itália e Espanha tinham restrições a esse esquema, pois nesses dois países a maior parte da população era católica, além da Igreja contar com benefícios do Estado. Por outro lado, os Bispos dos Estados Unidos e dos países comunistas apoiaram esse esquema, já que nesses países o catolicismo era minoria numérica, como no caso dos Estados Unidos, ou sofria sanções do Estado comunista. Dessa forma, se a Igreja tivesse um discurso mais flexível ao pensamento diferente, ela poderia transitar melhor entre setores políticos e religiosos não católicos. Por isso, os padres conciliares divergiram a respeito do tema, tendo em vista a realidade de cada um. Dentro da proposta sobre o esquema da Liberdade Religiosa foi discutida também a questão dos judeus. Os padres conciliares os absolveram do pecado de deicídio e apoiaram a manutenção do Estado de Israel<sup>132</sup>, assim como condenaram o racismo com um discurso de paz. Não obstante este discurso, o islamismo foi citado na discussão sobre o diálogo inter-religioso; dessa forma, os episcopados oriundos dos países árabes não se sentiriam pressionados em seus respectivos países. O Papa tinha uma preocupação com as questões internacionais, e em outubro de 1965, fez um discurso na ONU, um feito inédito até então. Em seu discurso, o Papa reconheceu a

---

<sup>128</sup> A mudança do missal começou na primeira sessão em 1962, e foi aprovada na segunda sessão em 1963. E já em 1964 as mudanças foram percebidas na liturgia católica.

<sup>129</sup> MATTEI, 2013, p. 309.

<sup>130</sup> SOUZA, 2004, p. 57.

<sup>131</sup> SOUZA, 2004, p. 58.

<sup>132</sup> SOUZA, 2004, p. 55.

pluralidade do mundo e a necessidade da coexistência pacífica, sem tomar partido entre a URSS e os EUA<sup>133</sup>.

A última sessão do Concílio Vaticano II foi trabalhosa. Nela foram votados os esquemas que não foram finalizados nas outras três sessões conciliares. Essa sessão começou no dia 14 de setembro de 1965 e foi aprovada o esquema sobre a fonte de Revelação, a *Dei Verbum*<sup>134</sup> e a *Gaudium et Spes*<sup>135</sup>, esquema sobre a relação da Igreja com o mundo contemporâneo. Foram finalizados o esquema sobre a vida sacerdotal, *Presbyterorum Ordinis*<sup>136</sup>, confirmando o celibato clerical. Sobre a educação cristã, a *Gravissimum educationis*<sup>137</sup>. Na sessão pública de 7 de dezembro foram aprovadas, além das já citadas, a *Ad gentes* e *Dignitatis Humanae*<sup>138</sup>.

Além de reformar a liturgia, o Concílio Vaticano II adotou um diálogo com outras religiões, estabeleceu uma relação mais próxima entre o Papa e o episcopado do mundo inteiro, mostrou-se otimista em relação ao mundo moderno e não condenou o comunismo<sup>139</sup>. Esses fatores frustraram o clero conservador, e comparado aos demais Concílios, o Vaticano II foi diferente, porque permitiu diferentes interpretações. Essa pluralidade de interpretações pelo episcopado do mundo todo comprometeu a legitimidade do Concílio: a corrente mais progressista publicou a revista *Concilium*<sup>140</sup>. Dentro da perspectiva neoagostiniana de que o Concílio Vaticano II não representava ruptura com a tradição da Igreja, mas sim a continuidade, o clero moderado que aceitou as reformas conciliares publicou a revista *Communio*. Entre os teólogos fundadores dessa publicação, merece destaque o padre Joseph Ratzinger<sup>141</sup>. E em meio a essas diferentes interpretações, o clero tradicionalista levantou a bandeira da ilegitimidade do Concílio Vaticano II, haja vista a Fraternidade Sacerdotal São Pio X - FSSPX -, fundada por Marcel Lefebvre e a União Sacerdotal São João Maria Vianney em Campos, cujo Bispo Dom Antônio de Castro Mayer prestou serviço aos padres tradicionalistas em Campos dos Goytacazes.

<sup>133</sup> Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united-nations.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html). Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>134</sup> Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html). Acesso em: 11 jul. 2015.

<sup>135</sup> Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html). Acesso em: 11 jul. 2015.

<sup>136</sup> Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651207\\_presbyterorum-ordinis\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html). Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>137</sup> Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decl\\_19651028\\_gravissimum-educationis\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html). Acesso em: 12 jul. 2015.

<sup>138</sup> SOUZA, 2004, p. 64.

<sup>139</sup> MATTEI, 2013, p. 418.

<sup>140</sup> FAGGIOLI, M. *Vaticano II a luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013. p. 82.

<sup>141</sup> FAGGIOLI, 2013, p. 84.

Diante da complexidade nas interpretações e das diferentes realidades do mundo, o Vaticano II foi um evento singular, que enfrenta ainda hoje o problema das diferentes recepções em todo o mundo. É consenso que o Vaticano II não terminou em 08 de dezembro de 1965, ainda hoje a Igreja busca legitimá-lo em todo o mundo, dentro da perspectiva da continuidade, buscando para junto de si os grupos progressistas e os conservadores que se formaram durante as reuniões conciliares. Entretanto, essa parece uma questão longe de chegar ao fim.



## 2 O ENTENDIMENTO DE DOM ANTÔNIO DE CASTRO MAYER SOBRE O CONCÍLIO VATICANO II

### 2.1 Biografia de Dom Antônio de Castro Mayer

A vida de D. Antônio de Castro Mayer revela um personagem ocupado com as questões de seu tempo, numa linha conservadora. Ele nasceu em Campinas, em 20 de junho de 1904. Com outros 11 irmãos, era filho do imigrante alemão Johan Mayer e de Francisca de Castro, casados na Igreja Nossa Senhora do Rosário, no dia 08 de junho de 1888. Seus pais mudaram-se para São Paulo em 1909, onde Dom Antônio cursou o Grupo Escolar do Pari desde 1911. Entrou no Seminário Menor de Pirapora em 16 de fevereiro de 1916 e no Seminário Arquidiocesano de São Paulo, no Bairro da Luz, em 1921.

Cursou Teologia no Instituto Gregoriano, em Roma, e foi ordenado padre no dia 30 de outubro de 1927, na capela do Colégio Germânico, pelas mãos do Cardeal Basílio Pompili, Vigário Geral do Papa Pio XI. Foi professor do Seminário Arquidiocesano de São Paulo, Assistente Geral da Ação Católica Arquidiocesana, em 1940, Cônego Catedrático e Tesoureiro-mor do Cabido Metropolitano de São Paulo, em 1941, Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo, em 1942, e Vigário Econômico da Paróquia de São José do Belém, em 1945.

Em 17 de março de 1948, Dom Antônio de Castro Mayer foi eleito Bispo titular de Priene e Coadjutor com direito à sucessão da Diocese de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, pelo Papa Pio XII. Ele foi sagrado Bispo pelo Núncio Apostólico Dom Carlos Chiarlo, tendo como cosagrantes Dom Ernesto de Paula, Bispo de Piracicaba, e Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho, em 23 de maio de 1948, na Basílica de Nossa Senhora do Carmo, em São Paulo<sup>142</sup>. No dia 03 de janeiro de 1949 ascendeu ao Episcopado de Campos em função do falecimento de seu antecessor, o Arcebispo-Bispo de Campos, Dom Octaviano Pereira de Albuquerque.

Dom Antônio teve grande dedicação à sua missão episcopal na Diocese de Campos dos Goytacazes. Entre as obras realizadas, podemos evidenciar a fundação, em 1951, da revista católica “Catolicismo” com tiragem semanal e a rádio católica Afonsiana. Inaugurou o seminário menor diocesano em 1952, a organização da Semana Eucarística em preparação ao

<sup>142</sup> PADRES DE CAMPOS. *Dom Antônio de Castro Mayer: 1948-1988. Quarente anos de Episcopado*. Itaperuna: Damadá, 1988. p. 4.

36º Congresso Eucarístico Internacional, realizado de 16 a 25 de abril de 1955, e o estabelecimento, em toda a Diocese da adoração diurna à eucaristia<sup>143</sup>.

Fundou também cinco paróquias, ordenou 23 padres, fundou o Seminário de Maria Imaculada, sendo o Menor de 1957 e o Maior de 1969, e elevou a Catedral Diocesana à Basílica Menor do Santíssimo Salvador, em 1963. Outras realizações foram as Missões Diocesanas presididas pela imagem Peregrina e Milagrosa de Nossa Senhora de Fátima, em 1974 e 1976, o que teve grande repercussão na prática religiosa dos católicos do Norte e Noroeste Fluminense. D. Antônio desempenhou um apostolado no campo da Ação Católica dando impulso às Congregações Marianas e às Pias Uniões das Filhas de Maria.

Dom Castro Mayer sempre escreveu cartas pastorais aos seus fiéis advertindo enquanto conduta de fé e prevenindo a respeito dos problemas enfrentados pelo mundo e que representavam ameaça à ortodoxia Católica. Entre as Pastorais publicadas, destaca-se as que tiveram repercussão internacional: Sobre Problemas do Apostolado Moderno (1953), com edições na França, Itália, Espanha e Argentina; *Aggiornamento* e Tradição (1971), traduzida na França, Alemanha Espanha, Inglaterra e Itália; Sobre o Santo Sacrifício da Missa (1969), traduzida para o italiano; Sobre Cursilhos de Cristandade (1972), traduzida para o inglês e espanhol; e cartas pastorais em que apresenta aos fiéis os documentos conciliares do Vaticano II.

Durante o Concílio, Dom Antônio de Castro Mayer foi uma das principais vozes conservadoras diretamente influenciada pela teologia dos Papas do século XIX que combateram o modernismo. Por isso, ele assumiu um papel relevante entre os padres conciliares conservadores. Suas intervenções em favor do latim na Liturgia, sobre a estrutura monárquica da Igreja, pela manutenção dos privilégios na ordem social cristã buscando distinguir a Igreja Católica das demais confissões cristãs. Além da explícita condenação ao comunismo no esquema da Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo e ainda sua intervenção a respeito do esquema da Igreja no mundo contemporâneo acusando a presença da doutrina marxista, comunista e socialista no texto da constituição, sem uma resposta clara da assembleia conciliar<sup>144</sup>.

Em parceria com Dom Marcel Lefebvre, Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Luigi Maria Carli, Bispo de Segni na Itália, Dom Antônio fez parte do *Coetus Internationalis*

<sup>143</sup> Biografia de Dom Antônio de Castro Mayer disponível em: < <http://arquiocesecampinas.com/clero/dom-antonio-de-castro-mayer>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

<sup>144</sup> CATOLICISMO, nº 179, 1965, Campos dos Goytacazes.

*Patrum* e foi com Lefebvre um dos dois únicos Bispos no mundo, no período pós-conciliar, a resistir às reformas conciliares propostas pelo Concílio Vaticano II.

A radicalização das posições do grupo *Coetus* se faz sentir ao rejeitar o esquema da liberdade religiosa, do diálogo com as outras religiões e do ecumenismo, como também ao rechaçar toda a *Gaudium et Spes* e repudiar a colegialidade episcopal, acusando-a de democratização inadmissível na sólida estrutura eclesial. A intransigência do grupo culmina com seu isolamento no Concílio, porém sua articulação continuou ativa no pós-concílio por intermédio de Dom Lefebvre e Dom Antonio de Castro Mayer que enveredados nessa linha tradicionalista terminam por criar um cisma religioso.

Ainda por ocasião do Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Marcel Lefebvre, juntamente a outros padres conciliares, coordenaram as petições de centenas de Bispos em prol da Consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria e da condenação do comunismo e do socialismo pelo Concílio, corroborando seu posicionamento conservador e mariano. Após o Concílio Vaticano II, Dom Antônio foi se afastando paulatinamente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, porque o Concílio Vaticano II tivera uma boa recepção pelos Bispos brasileiros.

O Papa João Paulo II, em 29 de agosto de 1981, aceitou a renúncia de Dom Antônio do episcopado da Diocese de Campos, RJ, quando fora substituído por Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro (1931-2003). A partir desse momento até 1991, Dom Antônio de Castro Mayer prestou serviço ao clero e a fiéis da Diocese de Campos dos Goytacazes que não aceitaram as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, assistindo-os com os sacramentos próprios do Bispo como a crisma e a ordenação de padres.

Em 02 de julho de 1988, pela Carta Apostólica *Ecclesia Dei* do Sumo Pontífice João Paulo II, sob forma de *Motu Proprio*, por ter participado da Sagração tradicionalista da Fraternidade Sacerdotal São Pio X em Écône, Suíça, e aderido ao movimento dessa Fraternidade fundada por Dom Lefebvre, em virtude de gravíssima desobediência ao Romano Pontífice por rejeição prática do Primado Romano, constituído em ato cismático, Dom Antônio de Castro Mayer incorreu em pena canônica prevista pelo Código de Direito Canônico, de excomunhão *latae sententiae*<sup>145</sup> por ter participado diretamente na celebração litúrgica de ordenação de quatro Bispos, como co-consagrante e tendo publicamente aderido ao ato cismático ocorrendo em *ipso facto*<sup>146</sup>. Nessas condições, continuou Bispo emérito da diocese de Campos dos Goytacazes, mas em estado de excomunhão com Roma criando assim

<sup>145</sup> Excomunhão em que o fiel incorre no momento que comete a falta previamente condenada pela Igreja.

<sup>146</sup> Termo latino que significa que um efeito é consequência direta da ação em causa.

uma cisão entre dois cleros na diocese: o clero diocesano, adepto das reformas propostas do Concílio Vaticano II, e o clero tradicionalista que recusou essas reformas e sustentou seu posicionamento teológico à luz do Concílio de Trento e do Concílio Vaticano I.

Alguns meses após o regresso das sagrações em Écône, Dom Antônio realizou seu último ato público quando ordenou padre o então diácono Manoel Macêdo de Farias, em Varre-Sai, no interior fluminense, em 18 de dezembro de 1988<sup>147</sup>. No início da ordenação, deixou bem clara as razões da sua conduta contra as determinações da Santa Sé:

Vivemos – ninguém nega – uma terrível crise na Igreja, que atinge profundamente o sacerdócio católico. A perpetuidade do Santo Sacrifício da Missa, a administração dos Sacramentos, a guarda e a transmissão fiel da fé católica estão hoje séria e gravemente ameaçadas. Por tudo isso é inegável o gravíssimo estado de crise na Igreja. Necessidade de padres católicos para o Santo Sacrifício, para a doutrina. Quando as autoridades da Igreja se recusam a dar-lhe destes padres verdadeiramente católicos, um bispo não pode pretender ter cumprido seu dever, se se limita a resistir na fé, como um leigo. Diante de Deus, de Quem recebi, na sagração episcopal, a plenitude do poder de ordem, afirmo que, na presente crise, não só é lícito, mas urge mesmo como dever impostergável utilizar destes poderes para o bem das almas. Declaro, por fim, que só realizo esta ordenação sacerdotal por sabê-la inteiramente lícita e de acordo com a vontade da Igreja perene. Cumpro a missão que me foi confiada: transmito o sacerdócio católico que recebi<sup>148</sup>.

Morreu na cidade de Campos dos Goytacazes em 25 de abril de 1991, exatamente um mês depois do falecimento do Dom Marcel Lefebvre.

## 2.2 A raiz do pensamento antimodernista no Catolicismo

O Concílio Vaticano II foi um evento que transformou a Igreja Católica Apostólica Romana a partir de dentro. Os impactos são tão sensíveis e significativos que Massimo Faggioli<sup>149</sup> se refere a esse Concílio como um evento Epocal<sup>150</sup>. Essas transformações foram o expoente de ideias que já havia na mentalidade clerical católica inserida nas mais variadas sociedades. Evidentemente, por ser uma instituição planetária, houve durante o Concílio o encontro de diferentes ideias e realidades teológicas e pastorais, sejam progressistas, moderadas<sup>151</sup> ou conservadoras; mas, fato é que a Cúria Romana não conseguiu dar o tom

<sup>147</sup> Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/pe-manoel-macedo-de-farias/>>. Acesso em: 10 fev. de 2016.

<sup>148</sup> Biografia de Dom Antônio de Castro Mayer disponível em: <<http://www.fspx.com.br/biografia-de-dom-antonio-de-castro-mayer/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

<sup>149</sup> *PhD* pela Universidade de Turim e professor assistente do Departamento de Teologia da Universidade de Santo Tomás em St. Paul, Minnesota. É Autor de artigos sobre o Vaticano II e catolicismo contemporâneo.

<sup>150</sup> FAGGIOLI, 2013, p. 21.

<sup>151</sup> Os moderados foram chamados de Terceiro Partido pelo historiador francês Émile Appolis. MATTEI, 2013, p. 41.

conservador pretendido no Concílio Vaticano II, apesar das articulações realizadas. Entretanto, as articulações entre os padres conciliares não foram exclusivamente dos conservadores, os progressistas também se articularam visando inserir suas ideias na vida pastoral da Igreja Católica Romana e por serem maioria numérica, eles conseguiram implantar algumas ideias novas, alterando a realidade da Igreja Católica.

Entre as diversas mudanças Conciliares, alguns pontos delicados foram debatidos mais abertamente entre o clero progressista e o clero ultramontano: a reforma da liturgia, ecumenismo e diálogo inter-religioso, a liberdade de consciência religiosa e a colegialidade dos bispos com o Sumo Pontífice Romano.

A Igreja Católica tem a sua doutrina própria, e sendo uma instituição bimilenar sempre lidou com diferentes pensamentos seja dentro do seu próprio clero, seja em pensamentos externos ao seu meio. E nessa dinâmica de diferentes ideias e interpretações teológicas e doutrinárias, surgiram pensadores católicos que realizaram trabalhos de influência atemporal tornando-se balizadores teológicos do catolicismo. Nesse aspecto, Santo Agostinho de Hipona (354-430), com a Patrística<sup>152</sup> e São Tomás de Aquino (1225-1274)<sup>153</sup> com a Escolástica exerceram grande influência deixando um importante legado teológico que orientou a teologia católica nos séculos seguintes.

Ao longo da sua história, houve significativas dissidências que levantaram dentro da Igreja Católica homens com uma conduta conservadora, ou dentro da perspectiva deste trabalho esse extremo conservadorismo será chamado de pensamento antimodernista e ultramontano<sup>154</sup>. Com advento da Idade Moderna, a Reforma Protestante, iniciada em 1517 pelo monge agostiniano Martinho Lutero (1483-1546)<sup>155</sup> encontrou adeptos como João Calvino (1509-1564)<sup>156</sup>, Ulrich Zwinglio (1484-1531)<sup>157</sup> e Henrique VIII (1491-1547)<sup>158</sup> etc.

<sup>152</sup> São chamados de “Padres da Igreja” (Patrística) aqueles homens da Igreja, aproximadamente do século II ao século VII, que atuaram como Mestres da cristandade pois eles firmaram os conceitos da fé católica, combatendo pensamentos diferentes do catolicismo chamados herético. A estes homens (S. Clemente de Roma, Santo Agostinho, São Teófilo de Antioquia, São Gregório Nazianzeno, Santo Ambrósio etc) é atribuída a Tradição da Igreja Católica. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/patristica1.htm>>. Acesso em: dez. 2015.

<sup>153</sup> A Teologia Escolástica compreendeu a leitura do aristotelismo e abarcou os séculos VIII-XV, tendo como expoentes da Alta Escolástica (século II) a Escola Dominicana, Alberto Magno, São Tomás de Aquino e Mestre Eckhart. CALDEIRA. R.C. *Os Baluartes da Tradição: O Conservadorismo Católico Brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba. ed. CRV, 2011.

<sup>154</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/luther\\_martin.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/luther_martin.shtml)>. Acesso em: 24 jan. 2016.

<sup>156</sup> Disponível em: <<http://www.historialivre.com/moderna/calvino.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

<sup>157</sup> Disponível em: <<http://www.zwingli.org/ulrichzwingli.php>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

<sup>158</sup> Disponível em: <<http://www.biography.com/people/henry-viii-9335322>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

E neste momento histórico, o catolicismo passou por grandes turbulências e precisou rever alguns conceitos e afirmar a sua doutrina no Concílio de Trento (1545-1563)<sup>159</sup>.

Após leituras e reflexões sobre carta de São Paulo Apóstolo aos Romanos na qual ele afirma que “o justo viverá pela Fé”, Lutero questiona os exercícios de piedade a que os católicos eram submetidos e entende que esses exercícios eram desnecessários, pois, o homem seria salvo pela gratuidade Divina<sup>160</sup>. À luz dessa interpretação, o Primado Petriano foi questionado pelo monge agostiniano Martinho Lutero, e o sacerdócio católico perderia a dimensão mediadora entre o homem e o sagrado. Dessa forma, Lutero concebe a ideia de sacerdócio universal<sup>161</sup>. Partindo da interpretação luterana e dos movimentos inflamados que surgiram posteriormente à Reforma Protestante que ganhou espaço na Europa, a Igreja Católica se reuniu no Concílio de Trento para condenar Lutero e as interpretações que surgiram a partir da Reforma. E nesse Concílio a Igreja além de condenar os protestantes afirmou sua doutrina e estabeleceu as diretrizes nas quais os católicos deveriam crer e a forma de praticar a religiosidade. Inegavelmente, a Reforma Protestante inaugurou um novo momento no qual a Igreja Católica Romana foi questionada e seu poder absoluto sofreu grande impacto. Os historiadores chamaram esse novo período de Modernidade, tendo em vista a nova e revolucionária compreensão de cristianismo<sup>162</sup>, além de outros processos contemporâneos àquele momento histórico como o Expansionismo Marítimo, Renascimento, a Imprensa etc.

De igual maneira e ainda no período chamado de Modernidade, o Iluminismo também colocou a dogmática católica em questão. Estimulados pelo resgate das doutrinas filosóficas da Grécia Antiga, houve estudiosos que desenvolveram métodos de se chegar ao conhecimento empírico, e portanto irrefutável, chegando assim a uma verdade integral. Dessa forma a ciência moderna<sup>163</sup> nasce diante de críticas à teologia católica que era caracterizada pela Revelação e não por métodos de experimentação. Por isso, o Iluminismo abarcou um movimento de ideias que surgiu na Europa Ocidental no século XVIII.

<sup>159</sup> Disponível em: <<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-o-concilio-de-trento/>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

<sup>160</sup> CALDEIRA, 2011, p. 30.

<sup>161</sup> CALDEIRA, 2011, p. 31.

<sup>162</sup> CALDEIRA, 2011, p. 31.

<sup>163</sup> René Descartes (1596-1650), John Locke (1632-1704), Baruc Spinoza (1632-1677), George Berkeley (1685-1753), Gottfried Leibniz (1646-1716), David Hume (1711-1776), Isaac Newton (1643-1727) entre outros estudiosos desenvolveram dentro de suas respectivas épocas e métodos um conjunto de ideias que enfraqueceram a concepção medieval de conhecimento revelado e passaram a adotar conhecimento através da experimentação. Este processo científico deu início ao Iluminismo: conjunto de ideias que iluminariam às mentes obscuras da Idade Média guiada pelo conhecimento teológico não provado. CALDEIRA, 2011, p. 31.

O ponto central de diferentes aspectos no qual o homem e a história humana eram abordados de diferente forma da concepção cristã medieval, o Iluminismo repudia o pensamento teocêntrico que até então regea a ordem universal<sup>164</sup>. O homem deixa de ser considerado no interior do pensamento de Deus, desaparece o além e configura-se uma nova visão de mundo por meio de uma nova visão de homem<sup>165</sup>. Evidentemente, que assim como a Reforma Protestante, o conjunto de ideias Iluministas foram de encontro à teologia Católica Romana e mesmo indo em direções opostas, o Iluminismo influenciaria alguns teólogos católicos no século XIX e obrigaria a Igreja a se movimentar visando eliminar a influência Iluminista da visão cristã através de condenações e catequeses publicadas nas encíclicas papais.

O terceiro movimento moderno que divergiu do Catolicismo foi a Revolução Francesa iniciada com manifestações violentas em 1789; foi neste evento histórico que se processou abertamente o caminho do pensamento que se iniciara com a Reforma no século XVI e dessa forma, essa Revolução se tornou paradigma para a civilização ocidental. Surgida no final da Idade Média com as Revoluções Comercial e Urbana, a burguesia ganhara poder político com a Revolução Francesa e assim houve uma grande alteração social e política na França levando à queda do Antigo Regime<sup>166</sup>. A partir daí, a Igreja Católica seria diretamente atingida porque existia uma estreita relação entre Igreja e Estado. Com a perda de privilégios históricos, a Igreja viu a secularização europeia, surgiu na França pós 1789 um sentimento anticlerical além do advento do pensamento Liberal<sup>167</sup> que já transitava na Europa.

Dessa forma, a partir do século XVI é possível perceber uma conexão direta entre os eventos históricos relatados acima que tiraram a supremacia absoluta da Igreja Católica no ocidente europeu. Diante do cenário desfavorável ao Catolicismo, principalmente ao catolicismo conservador, é no século XIX que surge declaradamente dentro da Igreja o pensamento antimodernista no qual a Igreja Católica no século XIX assumiu a tendência centralizadora de recuo e fechamento à modernidade, vista como perigo a ser enfrentado, que servirá como referencial para o conservadorismo católico no século XX.

Como referido no primeiro capítulo, no século XIX verificou-se que muitos padres aderiram aos ideais do racionalismo empírico Iluminista; assim, a Igreja se pronunciou e reafirmou seu pensamento conservador através do Concílio Vaticano I. Nesse evento, as

<sup>164</sup> MARTINS, M.H.P. ARANHA, M.L de A. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Ed. Moderna, 2009, p. 253.

<sup>165</sup> CALDEIRA, 2011, p. 32.

<sup>166</sup> A Monarquia Absolutista era chamada pelos Revolucionários de Antigo Regime e entendiam que este deveria ser superado.

<sup>167</sup> CALDEIRA, 2011, p. 27.

vozes ultramontanas predominaram o seu entendimento a respeito do *modus operandi* da Igreja e determinaram a conduta que a Igreja deveria seguir no continente europeu repleto de transformações. O arcabouço de ideias conservadoras organizadas e formalizadas através do Concílio Vaticano I influenciou o clero conservador ao longo do século XX e influencia até hoje os grupos tradicionalistas da Igreja Católica, principalmente no que toca o Dogma da Infalibilidade Papal proclamado pelo Papa Pio IX e a condenação da liberdade religiosa, pois para Pio IX, liberdade de consciência representava liberdade para o erro<sup>168</sup>. E a Igreja Católica ainda era uma instituição absolutista em uma Europa na qual tal regime estava em decadência, daí ter havido choque de pensamentos.

Mas, afinal, o que é secularização? E por que esse termo tem sido usado neste trabalho? De acordo com Berger (1985) entende-se por secularização “o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos”<sup>169</sup>. É fundamental, portanto, o entendimento deste termo para entender o trabalho de fortalecimento da Igreja Católica na Europa do século XIX, uma vez que essa instituição perdera poder ao longo desse período.

Com o processo de secularização, verifica-se de igual maneira a tomada da consciência individual. A partir desse momento, o indivíduo deixa de ser regido por uma instituição mediadora entre ele e Deus, o Senhor do Destino, e é o próprio indivíduo que pode ter escolhas sobre o seu destino e a sua história. Essa mudança na consciência das pessoas fez com que a Igreja, ainda que contrariada, começasse a rever o seu papel na História e nas relações sociais uma vez que diferentemente da Idade Média, não era mais senhora Absoluta da História ocidental da Europa e como fora pontuado anteriormente, a Reforma Protestante, o Iluminismo, e a Revolução Francesa têm relação direta com o surgimento do indivíduo e a subjetividade da percepção deste sobre si mesmo<sup>170</sup>.

Tocando na questão do indivíduo, o Liberalismo foi outro movimento que teve influência no advento do antimodernismo clerical católico do século XIX, já que essa filosofia

Coloca o indivíduo à frente da razão de Estado, dos interesses de grupo, das exigências da coletividade. [Caracterizada por ser igualmente uma filosofia do conhecimento e da verdade visto que] em reação contra o método da autoridade [...] acredita na descoberta progressiva da verdade pelo indivíduo [e que] o espírito deverá procurar por si mesmo a verdade, sem constrangimento<sup>171</sup>.

<sup>168</sup> LEFEBVRE, M. *Do Liberalismo à Apostasia: a Tragédia Conciliar*. 2ª Ed. Permanência. Niterói, 2013, p. 77.

<sup>169</sup> BERGER, P. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985, p. 39.

<sup>170</sup> TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013, p. 16-17.

<sup>171</sup> RÉMOND, R. *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 27.

Essa concepção vai de encontro à aceitação de dogmas e sugere a ideia de relativização da verdade, não obstante a Igreja, enquanto Mãe e Mestra, não poderia delegar ao indivíduo tal liberdade relegando a ela um papel secundário em suas escolhas. Por isso, em 1832, o Papa Gregório XVI publicou a encíclica *Mirari Vos Arbitramur*<sup>172</sup> cujo subtítulo era *Sobre as condenações dos erros modernos*. Nesse documento pontifício, o Liberalismo era diretamente condenado pela Igreja Católica Romana.

Por meio de vários pontos o documento demonstrou uma Igreja repulsiva aos princípios modernos: aclamação pela imutabilidade da doutrina, reafirmação em defesa do celibato e da indissolubilidade do matrimônio cristão, condenação do indiferentismo religioso, da liberdade de consciência, da liberdade de imprensa e da separação entre Igreja e Estado<sup>173</sup>.

Entretanto, apesar da preocupação da Igreja Católica com as novas filosofias e, na mesma direção da *Mirari Vos Arbitramur* e com maior repercussão, foi em 1864 que o Papa Pio IX promulgou o *Syllabus Errorum*. Esse documento veio em anexo à encíclica *Quanta Cura* muito caracterizada por uma visão dura e pessimista da sociedade contemporânea<sup>174</sup>. O *Syllabus* era constituído de oitenta proposições distribuídas em 10 capítulos direcionados para 3 pontos:

1- Panteísmo, naturalismo, racionalismo absoluto e mitigado, indiferentismo, incompatibilidade entre razão e fé; 2- erros sobre a ética natural e sobrenatural, matrimônio e 3- natureza da Igreja e do Estado e suas relações. Todo documento parece estar endereçado ao liberalismo e seus princípios. Da possibilidade de se buscar individualmente e sem constrangimento de nenhuma autoridade a verdade à separação da instituição eclesiástica do Estado o liberalismo foi categoricamente negado e condenado à condição de erro<sup>175</sup>.

Nesse documento Pontifício, as questões em destaque são as que tocam à constituição da Igreja, do Estado e das relações entre estas duas instituições. Quarenta e três erros são apontados sobre essa realidade. O discurso contido nesse documento aponta a clara oposição da Igreja ao Liberalismo<sup>176</sup>. E esse entendimento católico, muito próprio do século XIX, servirá de arcabouço teológico que norteará o clero tradicionalista durante e após o Concílio Vaticano II. É fundamental ter o conhecimento da literatura promovida e publicada pela Igreja Católica Romana por intermédio do Papa e da Cúria para que as ideias sejam amarradas e haja conexão entre esse discurso e a conduta conservadora por parte de alguns

<sup>172</sup> CALDEIRA, 2011, p. 38. Este discurso será rigorosamente usado para corroborar a conduta tradicionalista durante e pós Concílio Vaticano II.

<sup>173</sup> CALDEIRA, 2011, p. 38.

<sup>174</sup> Disponível em: <[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_pius-ix\\_po.htm](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2016.

<sup>175</sup> CALDEIRA, 2011, p. 39.

<sup>176</sup> CALDEIRA, 2011, p. 39.

padres conciliares que participaram do Vaticano II. E por isso, as reformas propostas durante as Aulas Conciliares encontram resistência, haja vista Monsenhor Marcel Lefebvre e Dom Antônio de Castro Mayer, maiores expoentes do Tradicionalismo católico do século XX que encontraram eco em milhares de católicos e clérigos no mundo todo.

Tendo em vista a crise do Absolutismo Monárquico e a reformulação dos paradigmas na mentalidade do europeu, a Igreja Católica Romana não ficou alheia a tais mudanças históricas que tiveram consequências políticas e sociais diretas. Ainda que lentamente, no século XIX o clero foi influenciado pelas ideias deste século: alguns aderiram ao cientificismo e a filosofias sociais dos novos tempos e outros se fecharam em suas concepções conservadoras e a partir desse momento, o movimento antimodernista se organiza dentro da Igreja Católica, suscitado pelo opositor progressista, e suas teóricas nortearam a Igreja não somente dentro do século XIX durante o Concílio Vaticano I, mas, tiveram eco nos discursos, documentos e encíclicas Papais do século XX até Pio XII<sup>177</sup>. Se durante a Idade Média a Igreja exerceu muito poder, a partir do final do século XVIII, ela terá menos influência dentro da sociedade europeia, uma vez que essa sociedade tornou-se mais científica<sup>178</sup> e menos presa à explicações somente religiosas.

### **2.3 A manifestação de diferentes vozes durante o Concílio Vaticano II**

Após a fase preparatória que foi até 1961, em outubro de 1962 tiveram início as sessões do Concílio Vaticano II. Os padres conciliares do mundo todo estão reunidos sob as abóbadas da Basílica de São Pedro para discutir o futuro da Igreja. No início da cerimônia solene de abertura, subiram lentamente a escada em direção à nave central da Basílica os Superiores das ordens religiosas, Abades, Prelados, Bispos, Arcebispos, Cardeais e por fim o Papa João XXIII na sedia gestatória. Seguiam em procissão sob o aplauso do povo que assistia à cerimônia<sup>179</sup>. Nessa ocasião João XXIII fez seu discurso com um tom otimista sobre o mundo. Ele declarou que se via na obrigação de

<sup>177</sup> Seria negligência dizer que a partir do pontificado de João XXIII a Igreja ignorou as encíclicas e determinações anteriores ao Concílio Vaticano II. Entretanto, o Concílio trouxe novas diretrizes para a Igreja e algumas destas rompiam drasticamente com algumas resoluções e orientações do Concílio de Trento, do Concílio Vaticano I e Encíclicas Papais, principalmente dos séculos XIX e XX.

<sup>178</sup> Conforme já foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a respeito da questão do cientificismo europeu, o próprio clero católico foi diretamente influenciado por ideias científicas próprias do século XIX aderindo ideias próprias do Positivismo ao ponto de haver padres que queriam submeter à bíblia aos métodos históricos próprios do Positivismo.

<sup>179</sup> MATTEI, 2013, p. 167.

Discordar desses profetas da desgraça, que anunciavam eventos sempre infelizes, como se fosse iminente o fim do mundo”. Essa parte da alocação culmina com a convicção de que a humanidade está caminhando para um novo ciclo histórico, que traz no seu bojo um significativo “inesperado” e “surpreendente”, ou seja, completamente transcendente<sup>180</sup>.

Um fato inédito e relevante foi a repercussão internacional: “nunca como aquele momento manifestou a Igreja Católica o seu caráter universal e hierárquico”<sup>181</sup>. E essa manifestação de suntuosidade fez com que o Segundo Concílio do Vaticano alcançasse visibilidade e impacto fora das Aulas Conciliares: a mídia internacional deu ampla cobertura à reunião dos Bispos católicos reunidos em torno do Papa<sup>182</sup>. Nesse episódio, o Bispo brasileiro Dom Helder Câmara teve muito destaque. Ele não interveio diretamente nas sessões, entretanto deu entrevistas, conferências e palestras para emissoras de rádio, televisão e veículos da imprensa escrita de grande tiragem<sup>183</sup>, além de estabelecer relações estreitas com os padres conciliares progressistas da Europa Central<sup>184</sup>. Dessa forma, Dom Helder foi uma voz influente, de caráter progressista, no Concílio Vaticano II, ainda que de forma indireta.

Como já fora dito, as comissões preparatórias enviaram cartas para os Prelados do mundo todo, para que estes respondessem quais assuntos deveriam ser discutidos durante as Aulas Conciliares. Estes assuntos seriam votados durante as Sessões<sup>185</sup>. A Cúria Romana, representada na pessoa do Cardeal Alfredo Ottaviani, queria um Concílio de natureza conservadora, entretanto, ao longo do Concílio a maioria dos padres conciliares mudaram os rumos pretendidos pela Cúria Romana, e observou-se ao longo das sessões um verdadeiro embate de diferentes tendências teológicas e pastorais, e já na primeira sessão, as diferentes ideologias e anseios para o futuro da Igreja começaram a se manifestar. Assim que começou a primeira Aula Conciliar, o Cardeal Achille Liénart contrapôs o discurso do Cardeal Eugène Tisserant.

“Eminência, é impossível votar desta maneira, sem nada saber sobre os candidatos mais qualificados. Se me permite, peço a palavra”. “Não pode”, replicou Tisserant. “A ordem do dia não prevê debates. Estamos reunidos apenas para votar. Não posso dar-lhe a palavra”<sup>186</sup>.

<sup>180</sup> ALBERIGO, 1995, p. 400.

<sup>181</sup> MATTEI, 2013, p. 167.

<sup>182</sup> BEOZZO, J.O. Presença e atuação dos Bispos brasileiros no Vaticano II. IN: GONÇALVES, P.S.L e BOMBONATO, V.I. *Concílio Vaticano II análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 143.

<sup>183</sup> BEOZZO, 2004, p. 144.

<sup>184</sup> MATTEI, 2013, p. 185.

<sup>185</sup> Para as votações eram previstos o voto afirmativo (*placet*), negativo (*non placet*) e aprovados com observações (*placet iuxta modum*). ALBERIGO, 1995, p. 399.

<sup>186</sup> MATTEI, 2013, p. 173.

No dia 13 de outubro de 1962, num sábado, foi inaugurada a primeira Congregação Geral do Concílio Vaticano II, e a Ordem do dia estabelecia que a assembleia apenas escolhesse seus representantes para composição das dez comissões delegadas para estudar os esquemas escritos pela Comissão Preparatória, por isso a sugestão do Cardeal Liénart alterou o planejamento da Assembleia Conciliar para aquele dia. Diante dessa situação, o Cardeal Josef Frings, o Cardeal Julius August Döpfner e o Cardeal Franz König apoiaram a intrépida fala de Liénart:

Tendo em consideração que existem em todo o mundo 42 conferências episcopais, enumeradas no Anuário Pontifício, pedimos que os presidentes destas comissões convoquem os membros das referidas conferências e lhes solicitem os nomes dos colegas que eles recomendam como os mais adequados para os trabalhos das comissões<sup>187</sup>.

O Cardeal Suenens registrou em suas memórias este episódio: “Feliz golpe de teatro e audaz violação do regulamento. O destino do Concílio ficou, em grande medida, decidido naquele momento. João XXIII ficou muito satisfeito”<sup>188</sup>. À luz da narrativa do Cardeal Suenens, percebe-se um movimento orquestrado para tirar da Cúria o poder absoluto do Concílio e inserir novos elementos, progressistas, para que essa reunião mudasse o caminho percorrido até então pela Igreja Católica. Já que os tempos eram outros, o Concílio Vaticano II também deveria ser diferente dos demais Concílios do passado, de acordo com o pensamento da maioria dos padres conciliares. Os resultados das votações não deixam dúvida de que o clero progressista conseguiu dar o tom no Concílio em função das reformas ocorridas.

Nesse primeiro momento, os padres conciliares receberam três relatórios organizados pelo Secretariado Geral. Nesses documentos, estavam contidos os nomes dos padres conciliares que poderiam ser eleitos para funções durante o Concílio, os nomes daqueles que participariam das decisões das diferentes comissões conciliares e por fim, o último o terceiro relatório com espaço em branco no qual os padres conciliares escolheriam os nomes de 160 representantes<sup>189</sup>. E diante das narrativas anteriores, a Cúria viu sua supremacia se enfraquecendo em função da manifestação de diferentes e influentes vozes nas Aulas Conciliares e o temor dos conservadores começou a se tornar realidade.

<sup>187</sup> MATTEI, 2013, p. 173.

<sup>188</sup> MATTEI, 2013, p. 174.

<sup>189</sup> MATTEI, 2013, p. 173.

## 2.4 A organização das Conferências Episcopais e as atuações progressista e conservadora no Concílio

O bloco antimoderno já tinha na Cúria Romana seu principal representante e a Cúria era majoritariamente italiana<sup>190</sup>. Quando o Concílio teve início, o grupo antimoderno já tinha orquestrado sua forma de trabalho e por isso, a previsão pré-conciliar era de um Concílio sem grandes alterações. Assim que houve o anúncio do Concílio, o Cardeal Alfredo Ottaviani teve grande destaque na elaboração dos trabalhos preparatórios, além de uma grande preocupação com possíveis inserções modernistas. Por isso, Ottaviani defendia que o preparativo deveria ser “acurado e meticuloso, mas controlado [...] com a finalidade de evitar confissões e dispersão”<sup>191</sup>. Entretanto, João XXIII contrariou o influente Cardeal chefe do Santo Ofício e convocou o Concílio para antes do tempo desejado por Ottaviani<sup>192</sup>. De acordo com Riccardi<sup>193</sup>, o Cardeal do Santo Ofício previa um Concílio para depois de 1967. Em função da autonomia do Cardeal Ottaviani, foi havendo um distanciamento entre ele e João XXIII, por causa daquilo que Ottaviani entendia como ameaça progressista, oriunda ainda do século XIX, ele se via como guardião da Tradição<sup>194</sup>. Em seus escritos, o Cardeal Giuseppe Siri registou: “O Cardeal Ottaviani tomou sempre parte da defesa da verdade [...] eu, ele, Browne e Ruffini estávamos reunidos para resistir a pressões”<sup>195</sup>. Dessa forma, esse grupo se via em uma tática de guerra para defender a Igreja que estava sendo ameaçada pelo modernismo. Por isso a fala do Cardeal Liénart foi tão indesejada pela Cúria Romana porque foi um primeiro passo para tirar o controle total de suas mãos.

O cardeal Siri novamente previu o embate que se formava:

Neste Concílio se há de sentir [...] o peso de um hábito ativista, que faz pensar pouco, estudar menos, projetar em uma zona escura os grandes problemas da ortodoxia e da verdade. O pastoralismo parece uma necessidade enquanto é, antes quem um método danoso, uma posição mental errônea. Em segundo lugar a Cruz – se assim se pode dizer, virá de costume das áreas franco-tedescas e respectivo sub-bloco, porque não eliminaram de todo a pressão protestante e a “Pragmática Sansão Bravíssima Gente”, mas não sabem ser portadores de uma história atrapalhada. Creio portanto que a parte dos italianos – dos latinos, com aquela da Cúria, deva ser dirimente, seja para preencher os vazios, seja para corrigir erros de rotina. A calma romana servirá para isso<sup>196</sup>.

<sup>190</sup> CALDEIRA, 2011, p. 125.

<sup>191</sup> CALDEIRA, 2011, p. 127.

<sup>192</sup> CALDEIRA, 2011, p. 127.

<sup>193</sup> CALDEIRA, 2011, p. 127.

<sup>194</sup> CALDEIRA, 2011, p. 127.

<sup>195</sup> CALDEIRA, 2011, p. 128.

<sup>196</sup> BUONASORTE, 2006, p. 275 *Apud* CALEIRA, 2011, p. 128.

O Clero Conciliar italiano imbuído do ideal antimodernista estava organizado para combater o clero progressista e já sabia de onde vinha a ameaça.

Siri demonstrava temor da possibilidade de bispos italianos caírem sob influência do episcopado centro-europeu, ou seja, a Aliança Universal, que se organizavam numa rede de relação intitulada Conferência 22, devido ao número de conferências episcopais, ou organismo, ali congregados<sup>197</sup>.

Nota-se assim que o clero conservador não estava na mesma consonância do otimista João XXIII. Segundo Roberto de Mattei, uma consequência direta da fala do Cardeal Liénart foi a introdução de um modelo de organização: as conferências episcopais. De acordo com o alinhamento ideológico de cada conferência, poderia haver o voto em blocos facilitando significativamente o trabalho de persuasão contra o posicionamento antimoderno da Cúria. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada por Dom Helder Câmara com o apoio do Núncio Apostólico Armando Lombardi<sup>198</sup> e do Monsenhor Montini, foi um importante modelo para o Conselho Episcopal Latino-Americano e demais conferências episcopais do mundo<sup>199</sup>. Ainda que em menor intensidade, outra preocupação da Cúria Romana era o momento histórico dos anos 60 “enquanto se intensificava o momento de descolonização e muitos Bispos do Terceiro mundo se preparavam para intervir no Concílio em pé de igualdade”<sup>200</sup>, caracterizando uma realidade inédita dentro da Igreja Católica.

As Conferências Episcopais da Itália, Espanha e Portugal eram mais conservadoras. As Conferências dos Estados Unidos, Reino Unido, Irlanda e da Austrália eram mais alinhadas com o conservadorismo do que com o progressismo, apesar de não serem conservadores como os Bispos italianos, portugueses e espanhóis. Entretanto, Alemanha, Holanda, França e Bélgica eram majoritariamente progressistas. Essas Conferências episcopais trouxeram para junto de si as Conferências Latino-Americanas e as Conferências da África e Ásia, onde exerciam trabalhos missionários<sup>201</sup>. Evidentemente nenhuma Conferência teve totalidade ideológica entre seus membros, haja vista o Arcebispo francês Dom Marcel Lefebvre, o Arcebispo brasileiro Dom Geraldo de Proença Sigaud e o Bispo de Campos dos Goytacazes Dom Antônio de Castro Mayer. Estes nomes, principalmente

<sup>197</sup> CALDEIRA, 2011, p. 128.

<sup>198</sup> Armando Lombardi (1905-1964) ordenado padre em 1928. Arcebispo de Cesareia de Filipe (1950), Núncio Apostólico da Venezuela (1950-1954) e no Brasil (1954-1964).

<sup>199</sup> MATTEI, 2013, p. 175.

<sup>200</sup> ALBERIGO, 1995, p. 398.

<sup>201</sup> MATTEI, 2013, p. 176.

Lefebvre e Mayer<sup>202</sup>, notabilizaram-se durante o Concílio Vaticano II e principalmente no pós-Concílio em função de seus posicionamentos conservadores e alinhados diretamente com discurso ultramontano dos padres conciliares Italianos fundamentados principalmente pelos Concílios de Trento e Vaticano I e Bulas Papais dos séculos XVI e XIX que serão o fundamento do conceito de Tradição Católica para os tradicionalistas. Segundo Soares, o conceito de Tradição apresentado pelos Tradicionalistas após o Concílio Vaticano II foi forjado em um recorte histórico iniciado no século XX e não em 20 séculos de cristianismo, pois a religiosidade Tradicionalista era codificada pelo Concílio de Trento, no século XVI e no século XIX pelo Concílio Vaticano I<sup>203</sup>. E, partindo desse princípio, muitas tradições que parecem ser muito antigas, na verdade, são mais recentes do que o tempo apresentado pelo discurso, tendo em vista a necessidade de legitimação<sup>204</sup>.

Na sala conciliar delineavam-se tendências e partidos<sup>205</sup>. Esse modelo parlamentar não fora usado no Concílio Vaticano I, e sim no Concílio de Constança (1411-1418)<sup>206</sup> quando houve a primeira experiência parlamentar da Igreja<sup>207</sup>, e para se fazerem ouvir, os padres conciliares se organizaram, além das afinidades teológicas, em blocos nacionais assim, suas intervenções teriam mais peso durante o Concílio<sup>208</sup>. Os padres conciliares organizaram seus trabalhos em duas esferas: na Congregação Geral e nas Comissões. Na parte da manhã, durante as Congregações Gerais todos se reuniram no interior da Basílica de São Pedro, e os que queriam falar se inscreviam por ordem de cargo na hierarquia Católica. Na parte da tarde, os padres conciliares se reuniam em Comissões e havia encontros informais nos quais os padres encontravam seus auxiliares, havendo discussões teológicas. Esses especialistas eram os peritos que tiveram influência no Concílio por meio dos discursos e intervenções dos padres conciliares e “a colaboração entre bispos e teólogos permitiu arrebatá-lo do controle de Ottaviani”<sup>209</sup>.

<sup>202</sup> Dom Geraldo Sigaud permaneceu em comunhão com a Santa Sé, diferentemente de Lefebvre e Mayer que não aceitaram as reformas conciliares e romperam com o Papa. O evento que marcou o cisma com a Santa Sé foram as sagração de 1988 em Écône.

<sup>203</sup> SOARES, M. A. *A trajetória da Igreja Local de Campos no Pós Concílio: Estudo Teológico Pastoral sobre os seus atuais desafios e Exigências*. 2010, 116 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010, p. 52.

<sup>204</sup> HOBBSAWM, E. RANGER, T. (ORG). *A Invenção das Tradições*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 7.

<sup>205</sup> MATTEI, 2103, p. 180.

<sup>206</sup> TAVARES FILHO, F. M. *Os Portugueses no Concílio de Constança (1416-1418): Questões e Problemas*. Plêthos, Niterói, v. 4, p. 187-203, 2014.

<sup>207</sup> MATTEI, 2013, p. 180.

<sup>208</sup> MATTEI, 2013, p. 181.

<sup>209</sup> MATTEI, 2013, p. 182.

Muitos destes teólogos – como os Padres Congar, Daniélou<sup>210</sup>, De Lubac, Häring<sup>211</sup>, Küng<sup>212</sup>, Rahner, Schillebeeckx<sup>213</sup> – tinham sido suspeitos de heterodoxia durante o pontificado de Pio XII; todos eles teriam grande influência nos anos do Concílio e do pós-Concílio. O próprio Congar anotou no seu diário, em 21 de outubro: Estou há vários dias impressionado com o papel dos teólogos. No Concílio Vaticano I eles não tiveram papel algum<sup>214</sup>.

## 2.5 A formação do *Coetus Internationalis Patrum*

Como já foi dito neste trabalho, o Cardeal Alfredo Ottaviani tinha preocupação de que medidas modernistas fossem implantadas na Igreja Católica Romana através do Concílio Vaticano II. Entretanto, no início das sessões Conciliares não havia um grupo organizado formalmente que buscasse defender a ortodoxia tradicionalista contra as ideias modernistas. O clero progressista tinha ideias claras e eram diretamente influenciados por teólogos modernistas que outrora foram censurados por Pio XII, como este trabalho já relatou. Este relacionamento entre teólogos progressistas e os padres conciliares foi chamado de partido antirromano pelo historiador Roberto de Mattei, em função da oposição teológica com a Cúria Romana.

Partindo, então, da realidade que o Concílio Vaticano II reuniu na Assembleia dos padres conciliares do mundo inteiro, com posições diferentes sobre os caminhos que a Igreja deveria percorrer diante dos desafios e complexidades do mundo contemporâneo, era natural haver diferenças e semelhanças pastorais e entre linhas teológicas. Assim sendo, inevitavelmente acabou ocorrendo um agrupamento por parte dos padres conciliares entre ordens religiosas, nacionalidades, língua, continente, conferências episcopais e por afinidades de visão e anseios sobre o futuro da Igreja Católica Romana de acordo com o posicionamento mais reformador ou conservador de cada um.

Dentro da dinâmica de agrupamentos por afinidades, entre a segunda e a terceira sessões do Concílio surgiu o *Coetus Internationalis Patrum*, Grupo Internacional dos Padres.

<sup>210</sup> Jean Daniélou (1905-1974) ordenado padre em 1938 na Companhia de Jesus. Atuou no Concílio Vaticano II como perito teológico. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507457-jean-danielou-vida-e-morte-de-um-teologo-artigo-de-gianfranco-ravasi>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>211</sup> Bernhard Häring (1912-1998) teólogo alemão ordenado padre redentorista em 1939 que atuou como perito teológico durante o Concílio Vaticano II. Disponível em: <[http://www.snpcultura.org/id\\_bernard\\_haring.html](http://www.snpcultura.org/id_bernard_haring.html)>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>212</sup> Hans Küng (1928) teólogo suíço ordenado padre em 1954. Em 1979 foi proibido pela Igreja Católica de dar aulas de Teologia em função de suas ideias heterodoxas. MATTEI, 2013, p. 97.

<sup>213</sup> Edward Schillebeeckx (1914-2009) Bélgica. Teólogo dominicano formado em Louvain, em Le Saulshoir e na Sorbonne. Foi perito teológico durante o Vaticano II. Disponível em: <<http://numinosumteologia.blogspot.com.br/2010/01/edward-schillebeeckx-uma-breve.html>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

<sup>214</sup> MATTEI, 2013, p. 181.

Esse grupo derivou o “*piccolo comitato*”<sup>215</sup>, ou pequeno comitê. A proposta desse grupo era fazer frente ao posicionamento progressista que propunha reformas significativas na Igreja. Durante a segunda sessão, o *Coetus Internationalis Patrum* surgiu, mas não de maneira formalizada. Portanto, é fundamental salientar que esse grupo não agia publicamente como grupo organizado, ele foi em um primeiro momento, a reunião de padres que tinham afinidades ideológicas quanto a Tradição da Igreja Católica Romana. Um exemplo que evidencia a informalidade no início do *Coetus Internationalis Patrum* foi a petição que reivindicava a condenação do comunismo que foi entregue ao Cardeal Amleto Giovanni Cicognani<sup>216</sup> em dezembro de 1963. Esse pedido foi assinado por Dom Geraldo de Proença Sigaud e Dom Antônio Castro Mayer, entretanto, estes dois Bispos não se referiram ao grupo que eles pertenciam.

O *Coetus Internationalis Patrum* foi fundado pelo Arcebispo brasileiro Dom Geraldo de Proença Sigaud<sup>217</sup> e presidido pelo Arcebispo francês Monsenhor Marcel Lefebvre e contou com a adesão e simpatia de aproximadamente 250 padres conciliares, o que equivalia a 10% da Assembleia Conciliar. Entre esses padres, destacam-se, ao lado do fundador e do presidente, Dom Antônio de Castro Mayer, que fez 30 intervenções por escrito durante as Aulas Conciliares<sup>218</sup> diretamente alinhado com o discurso do *Coetus* e o Monsenhor Luigi Maria Carli.

No aspecto teológico, Padre Victor-Alain Berto, Dom Georges Frénaud prestaram grande assistência, junto com o apoio do padre Labourdette e do padre Gagnebet. A atuação destes teólogos equivalia fundamentalmente em analisar os esquemas, em organizar notas e memórias para os padres conciliares e entregá-las nas Aulas Conciliares e, de igual maneira, ajudar os padres conciliares na organização de suas intervenções escritas ou orais<sup>219</sup>.

Apesar de Dom Antônio Mayer e Dom Geraldo Sigaud serem muito influentes neste grupo, a adesão foi pequena entre os padres conciliares brasileiros<sup>220</sup>:

<sup>215</sup> ROY-LYSENCOURT, P. *O Coetus Internationalis Patrum no Concílio Vaticano II*: apresentação e resultados de uma pesquisa. Horizonte, Belo Horizonte, v.13, n° 38, p. 1051-1079, abril/junho 2015, p. 1051.

<sup>216</sup> Amleto Giovanni Cicognani (1883-1973) ordenado padre em 1905, foi secretário de Estado do Vaticano e deão do colégio dos cardeais.

<sup>217</sup> WILTGEN, 2007, p. 152.

<sup>218</sup> BEOZZO, 2004, p. 155.

<sup>219</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1061.

<sup>220</sup> Dom Antônio e Dom Geraldo estavam ligados à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Desta forma, estes dois Bispos tiveram encontros com Plínio Correa de Oliveira durante a primeira sessão em Roma para organizar estratégias visando conter o modernismo no Concílio. BEOZZO, J.O. Presença e Atuação dos Bispos Brasileiros no Vaticano II. IN: BOMBONATTO, V.I. e GONÇALVES, P.L. (ORG.) 2004, p. 156.

Dom José Mauricio da Rocha, bispo de Bragança Paulista (SP); Dom Carlos Eduardo Saboia Bandeira de Mello, Bispo de Palmas (PR); Dom Luiz Gonzaga da Cunha Marelím, Bispo de Caxias (MA); Dom José Nepote-Fus, missionário da Consolata e prelado do território de Rio Branco (hoje Roraima); Giocondo Maria Grotti, dos servos de Maria, prelado do Acre-Purus (AC) estavam próximos ao *Coetus*<sup>221</sup>.

Além do Monsenhor Luigi Maria Carli, o *Coetus* teve a adesão do Monsenhor Pericle Felici, o que viabilizava o contato com demais padres conciliares. Esse grupo não ficou despercebido para importantes integrantes do conselho de presidência do Concílio: o Cardeal Arcadio Maria Larraona<sup>222</sup>, o Cardeal Ernesto Ruffini e o Cardeal Giuseppe Siri eram simpáticos às causas defendidas pelo grupo<sup>223</sup>, assim como o Cardeal do Santo Ofício, Alfredo Ottaviani. E às terças feiras a noite, as reuniões eram realizadas regularmente<sup>224</sup>.

Mas afinal, quais eram as críticas do *Coetus Internationalis Patrum*? Como já foi dito, o *Coetus* era um grupo conservador e a base do discurso desse grupo era fundamentada no Concílio de Trento e no Concílio Vaticano I. Desta forma, as reformas propostas durante o Vaticano II eram enxergadas como progressistas. O *Coetus* manifestou sua oposição abertamente contra

O esquema sobre a liturgia (*Sacrosanctum Concilium*), sobre o ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), sobre a responsabilidade pastoral dos bispos (*Christus Dominus*), sobre a Igreja (*Lumen Gentium*), sobre a Revelação (*Dei Verbum*), sobre a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*), sobre as religiões não cristãs (*Nostra Aetate*) e sobre as relações da Igreja com o mundo (*Gaundium et Spes*). A oposição em relação a todos esses esquemas – dos quais três dependiam do Secretariado para a Unidade dos Cristãos – foi considerável, tendo os membros do CIP condenado a maior parte deles em bloco, já que eles reprovavam a orientação teológica na qual tais documentos tinham sido redigidos, e também porque acreditavam que os ensinamentos vinculados por tais esquemas se opunham à doutrina tradicional da Igreja<sup>225</sup>.

Além da insistente condenação do Comunismo, da consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria e da preocupação de darem sequência ao Concílio Vaticano I mantendo a Tradição Católica<sup>226</sup>.

A reforma litúrgica foi muito combatida pelo *Coetus Internationalis Patrum*. Os integrantes fizeram clara oposição ao uso do vernáculo durante as missas e demais cerimônias católicas, reivindicando o uso do latim enquanto língua universal da Igreja Católica e a

<sup>221</sup> BEOZZO, 2004, p. 155.

<sup>222</sup> Arcadio Larraona (1887-1973) ordenado padre em 1911 pelos Claretianos. Feito Cardeal em 1959 e sagrado Bispo em 1962. MATTEI, 2013, p. 157.

<sup>223</sup> BEOZZO, 2004, p. 157.

<sup>224</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1064.

<sup>225</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1068.

<sup>226</sup> CALDEIRA, 2011, p. 187.

manutenção do modelo de missa proposto pelo Concílio de Trento, no qual, o padre celebra de costas para o povo.

Reprovaram, ainda, a comunhão distribuída com a hóstia e o vinho, duas espécies, e a concelebração<sup>227</sup>. Entretanto, esse grupo, retratado no Concílio como “minoría tradicionalista”<sup>228</sup>, não obteve sucesso nas suas reivindicações, pois a liturgia foi reformada já na primeira sessão de 1962, corroborada nas outras sessões e o novo missal foi promulgado na liturgia do advento do ano litúrgico de 1970<sup>229</sup>. Com a reforma litúrgica, o vernáculo passou a ser usado nas missas e demais cerimônias católicas, assim como a concelebração e a comunhão em duas espécies: hóstia e vinho consagrados na missa e distribuídos aos fiéis<sup>230</sup>.

Assim como a competência das Conferências Episcopais também foi ampliada através de votação no Concílio, o cenário foi semelhante no que se refere ao esquema sobre a carta pastoral dos Bispos. Julgando ser contrário à doutrina Católica, os integrantes do *Coetus* defenderam o Pontificado Papal e seus poderes absolutos enquanto Vigário de Cristo. A noção de colegialidade tinha influência democrática e como Leão XIII e Pio IX já tinham condenado o regime democrático por relacionarem-no ao Liberalismo, logo, a Igreja não deveria aceitar a Colegialidade Episcopal<sup>231</sup>. Por isso, o Papa não estaria em situação de igualdade com os Bispos Católicos. Estes deveriam sempre reverenciar o Papa como autoridade Suprema da Igreja Católica. Apesar de o esquema sobre os Bispos não ter sofrido grandes alterações, o trabalho realizado pelo *Coetus* teve certamente influência na redação do texto final<sup>232</sup>. A questão da Colegialidade Episcopal está relacionada ao esquema sobre a Igreja, *De Ecclesia*, que exigiu uma grande mobilização do *Coetus*. Buscando preservar o caráter hierárquico e monárquico da Igreja Católica, os integrantes reprovaram o esquema, que dava margem para uma interpretação nociva para a Igreja, possibilitando a criação de uma nova doutrina<sup>233</sup>. A relação entre o Papa e os Bispos ainda preocuparia muito o *Coetus* no esquema sobre a Igreja.

A questão do ecumenismo foi outro ponto delicado entre conservadores e progressistas e impôs outra derrota aos Padres conciliares do *Coetus*: os membros do *Coetus*

<sup>227</sup> Quando dois ou mais padres celebram a mesma missa. Pela liturgia do Concílio de Trento, somente um padre celebra a missa, e o outro padre atua como seu auxiliar na liturgia, mas, não como concelebrante. Com a reforma do missal de Paulo VI foi possível haver a concelebração

<sup>228</sup> E atualmente, são censurados pelos católicos neotradicionalistas. FAGGIOLI, 2013, p. 47.

<sup>229</sup> Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/as-62-raoes-para-nao-assistir-a-missa-nova/>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

<sup>230</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1069.

<sup>231</sup> LEFEBVRE, 2013, p. 56

<sup>232</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1070.

<sup>233</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1070.

empenharam-se muito para que a Igreja mantivesse o discurso segundo o qual a Igreja Católica Romana, sob o pastoreio do Sumo Pontífice, é o único meio de salvação; dessa forma, o ecumenismo só deveria ser aceito almejando o retorno dos cristãos separados da Igreja. Assim sendo, qualquer diálogo diferente deste seria impostor, contrariando o verdadeiro discurso da ortodoxia católica.

Diminuir as diferenças entre as Igrejas e aceitar outros meios de salvação fora da Igreja Católica Romana representaria a diluição do Primado Petri. O *Coetus Internationalis Patrum* não abria mão da máxima de que o Papa representa a única e verdadeira fonte de unidade. Dessa forma, toda a cristandade deveria reconhecer que ele é a autoridade suprema do cristianismo. Entretanto, de acordo com a interpretação desse grupo conservador, o ecumenismo admite que o Espírito Santo também está presente em outras comunidades cristãs<sup>234</sup>. Desta forma, o poder do Papa e da Igreja Católica Romana seria diminuído por considerar que nas demais confissões de fé também havia verdade.

Os valores defendidos pelos membros do *Coetus Internationalis Patrum* apoiam a unidade e a singularidade da Igreja, alicerçada no primado do Apóstolo Pedro. Afinal, quando Jesus de Nazaré disse no evangelho “Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela”<sup>235</sup>, na interpretação tradicionalista, Jesus estava se referindo a uma única Igreja e esta Igreja é a Católica Romana, pois é a única que fez a linha sucessória de Pedro até os Papas dos dias atuais. Por isso a necessidade irrestrita da Igreja Católica Romana não ter nenhuma condescendência com as demais confissões de fé cristãs promovendo uma pacificação impostora e traidora - ainda de acordo com a ótica tradicionalista - do magistério construído até aquele momento do catolicismo.

Para o *Coetus*, era, pois, absolutamente inadmissível e inconcebível que a Igreja pudesse se inserir e encontrar seu lugar em meio ao movimento ecumênico nascido no início do século XX. No entanto, o esquema não foi modificado à luz do que foi pedido pelo grupo, e os *modi* depositados pelo *Coetus* não foram bem acolhidos pela Comissão. Pode-se afirmar, portanto, que o CIP não conseguiu mudar a perspectiva teológica e o espírito segundo o qual o esquema tinha sido composto. Contudo, não se pode declarar que o grupo não teve nenhum impacto sobre o esquema. Sem a oposição pugnaz do *Coetus*, Paulo VI teria submetido emendas no último minuto, com o objetivo de fomentar a unanimidade? Talvez não<sup>236</sup>.

Um dos esquemas mais importantes foi o esquema sobre a Igreja, que viria a ser chamado após do Concílio de *Lumen Gentium*. Este documentou foi dividido da seguinte

<sup>234</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1069.

<sup>235</sup> Evangelho segundo Mateus capítulo 16, versículo 18.

<sup>236</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1070.

forma: O Mistério da Igreja; O Povo de Deus; A constituição hierárquica da Igreja e em especial o episcopado; Os Leigos; A vocação de todos à santidade na Igreja; Os Religiosos; A índole escatológica da Igreja peregrina e a sua união com a Igreja celeste; A bem-aventurada virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja<sup>237</sup>. Este esquema custou muito esforço ao *Coetus*, a questão da Colegialidade Episcopal foi uma grande preocupação para esses Padres conciliares<sup>238</sup>. Mais uma vez, o *Coetus* se posicionou com sérias reservas em relação a esse documento, por entender certas expressões entendidas como dúbias. Novamente, o *Coetus Internationalis Patrum* reafirmou que o Papa era o único chefe da Igreja e que somente na pessoa dele havia a totalidade do poder. Durante a segunda sessão, o *Coetus* sofreu outra derrota ocorrida na votação do dia 30 de outubro, quando a assembleia optou pelo princípio da Colegialidade<sup>239</sup>, elaborando o segundo ponto da Constituição *Lumen Gentium*. Entretanto, o grupo não desistiu e intensificou as investidas durante a terceira sessão. A perda do *Coetus* durou até os últimos momentos, já que o trabalho que seus integrantes prepararam e distribuíram não foram aceitos pela Comissão responsável.

No entanto, um evento fortuito mudou o curso das coisas; Paulo VI pediu, no último minuto, que se inserisse uma *Nota explicativa praevia* para explicitar como se deveria interpretar o esquema. O CIP talvez não tenha participado direta e originalmente da redação desse texto, mas o fato de ele nunca ter desistido e ter continuado protestando vigorosamente contra a rejeição de seus *modi* provavelmente incitou o Papa a impor tal nota. Para a maioria, foi uma derrota. Para o CIP, foi uma vitória *in extremis*, mas um meio-sucesso de qualquer modo: a nota tornava o texto aceitável para o CIP<sup>240</sup>.

Outro esquema delicado foi sobre a Virgem Maria. Esse tema foi delicado porque o Concílio Vaticano II tinha pretensões ecumênicas. E dessa forma, a devoção Católica à Maria poderia ser cerceada, no Concílio, tendo em vista os ideais ecumênicos. Naturalmente, esse não era uma preocupação dos padres conciliares do *Coetus*, a preocupação do grupo era sim em reafirmar a devoção à Virgem Maria em detrimento do ecumenismo. Esse esquema seria chamado originalmente de “Sobre a Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus e Mãe dos Homens”, mas foi alterado para “Sobre a Virgem Maria, Mãe da Igreja”<sup>241</sup> e sofreu ainda outra alteração até o título final.

Segundo o Padre Rahner,

<sup>237</sup> Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html)>. Acesso em: 08 fev. 2016.

<sup>238</sup> CALDEIRA, 2011, p. 191.

<sup>239</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1071.

<sup>240</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1071.

<sup>241</sup> WILTGEN, 2007, p. 96.

(...) sob o ponto de vista do ecumenismo, se aquele texto fosse aprovado “causaria um mal incalculável, em relação aos Orientais como aos protestantes. Não havia exagero em dizer “que todos os resultados conquistados no domínio do ecumenismo, graças a Concílio e em relação ao Concílio, seriam reduzidos a nada com a aprovação do esquema na forma em que estava”<sup>242</sup>.

Mais uma vez, os diferentes pontos de vista entram em choque. No que se refere à questão do esquema sobre a Igreja, deve-se de igual maneira considerar a redução do texto sobre a santíssima Virgem no seio da Igreja. O *Coetus* se empenhou muito contra isso, mas, a maioria dos padres conciliares preferiu, em função do ecumenismo também reduzir o esquema no dia 29 de outubro de 1963. Dessa forma, o texto sobre a Virgem Maria, acabou se tornando um capítulo no esquema sobre a Igreja e embora a mediação de Maria não tenha sido ignorada, ela não foi proclamada de forma solene como esperado<sup>243</sup>. Essa derrota foi atenuada quando Paulo VI, durante a última semana da última sessão, venerou a Virgem Maria como mãe da Igreja<sup>244</sup>.

O esquema da Revelação foi outro ponto de críticas que o *Coetus* insistiu com muita contundência. “As questões que mais preocupavam os membros e simpatizantes do *Coetus* eram a questão da relação Tradição, Escrituras e Magistério, a inspiração das Escrituras e historicidade dos Evangelhos”<sup>245</sup>. Os progressistas se fizeram ouvir através do Cardeal Liénart que entendeu que dentro da perspectiva tradicional “o projeto estava incompleto, era gravemente deficiente e excessivamente escolástico”<sup>246</sup>. Esse também foi o posicionamento dos Cardeais Frings, Léger, König, Alfrink, Suenens, Ritter, Bea e o Patriarca Maximos IV Saigh<sup>247</sup>. Após o adiamento da votação na primeira sessão, o esquema sobre a Revelação foi aprovado, afirmando a historicidade dos Evangelhos e que cabia à tradição da Igreja transmiti-lo. Entretanto, para os conservadores, este texto pareceu nebuloso<sup>248</sup>.

Houve ainda mais críticas a outros pontos do Concílio Vaticano II e documentos elaborados. O esquema sobre a liberdade religiosa, *Dignitatis Humanae*, e sobre as religiões não cristãs, *Nostra Aetate*, foram de igual maneira alvos de críticas do *Coetus*, já que mais uma vez entendiam que a Igreja estava abrindo mão da verdade e se igualando às demais confissões religiosas, no que se refere às demais confissões cristãs, o ecumenismo, e às

<sup>242</sup> WILTGEN, 2007, p. 96.

<sup>243</sup> MATTEI, 2013, p. 324.

<sup>244</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1072.

<sup>245</sup> ROY-LYSENCOURT, 2015, p. 1072

<sup>246</sup> MATTEI, 2013, p. 218.

<sup>247</sup> MATTEI, 2013, p. 218.

<sup>248</sup> MATTEI, 2013, p. 416.

religiões não cristãs, o diálogo inter-religioso. Sobre a relação com as demais religiões e o direito de liberdade religiosa, Dom Marcel Lefebvre escreveu:

Por causa disso nos rechaçamos a liberdade religiosa do Vaticano II, a rechaçamos nos mesmos termos que fizeram os Papas do século XIX, nos apoiamos na autoridade deles. Que maior garantia podemos ter de estar na verdade e sermos fortes senão pela própria força da tradição e do ensinamento constante dos Papas Pio VI, Pio VII, Gregório XVI, Pio IX, Leão XIII, Bento XV etc. que sem exceção condenaram a liberdade religiosa<sup>249</sup>.

Através dessa citação do presidente do *Coetus Internationalis Patrum*, fica claro o posicionamento conservador, o fechamento às demais confissões de fé e que o fundamento do seu discurso está pautado principalmente nos séculos XVI e XIX.

## 2.6 O entendimento de Dom Antônio de Castro Mayer sobre o Concílio Vaticano II

Dom Antônio de Castro Mayer foi um importante membro do *Coetus Internationalis Patrum*. Ele era o vice-presidente e pensador do grupo<sup>250</sup>, tendo participado diretamente da formação deste grupo, e foi um dos mentores do discurso e reivindicações feitas pelo *Coetus*, ao lado de Dom Marcel Lefebvre e Dom Geraldo de Proença Sigaud<sup>251</sup>. Por isso, o pensamento de Dom Mayer seguiu a linha conservadora durante o Concílio.

Neste tópico do segundo capítulo, este trabalho terá o cuidado de expor o pensamento de Dom Antônio Mayer, com base nas suas cartas pastorais, publicadas em uma única obra no ano de 1971, a respeito de alguns temas cruciais que foram abordados no Concílio Vaticano II e que explicam o processo que o levou à ruptura com a Santa Sé alguns anos após o Concílio Vaticano II.

A respeito da relação entre o Papa e os Bispos, Dom Antônio Mayer é contundente sobre a noção hierárquica que existe nessa relação. Os Bispos são credenciados e legitimados pelo Papa, cabeça visível do colégio episcopal<sup>252</sup> não havendo relação de igualdade, uma vez que corroborado pelo Concílio Vaticano I, o Papa tem o primado em todas as dioceses. Diferentemente do Magistério do Papa, o Magistério dos Bispos não é infalível e somente quando em comunhão com o Papa, a doutrina da Igreja revelada nos Concílios se torna

<sup>249</sup> LEFEBVRE, 2013, p. 73.

<sup>250</sup> MATTEI, 2013, p. 282.

<sup>251</sup> MATTEI, 2013, p. 193.

<sup>252</sup> MAYER, A.C. *Por um Cristianismo Autêntico*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1971. p. 240.

infalível. Para tal, os Bispos precisam do Papa<sup>253</sup>, portanto, ao Papa cabia o poder supremo da Igreja. A interpretação de Dom Antônio Mayer ia de encontro ao entendimento progressista dentro do Concílio que entendia ser o Papa quem presidia o Colegiado dos Bispos, e este sim tinha o poder supremo da Igreja, sendo o Papa seu representante. Havia ainda uma terceira linha que afirmava que o Colégio dos Bispos e o Papa tinham juntos o poder supremo da Igreja, e o equilíbrio destas duas fontes de autoridade governaria a Igreja<sup>254</sup>. Dom Antônio relacionava essas duas últimas interpretações ao Liberalismo que influenciado pelo movimento cultural dos anos 60<sup>255</sup> originou o Liberalismo Católico<sup>256</sup> ferindo a concepção de hierarquia monárquica da Igreja Católica e contrariando os Papas do século XIX.

Durante as Aulas Conciliares, Dom Antônio Mayer posicionou-se contra o uso do vernáculo na celebração da missa. Durante uma entrevista feita ao padre Ralph Wiltgen, ele declarou

Como podemos estar seguros”, disse Mons. De Castro Mayer, “de que a tradução da Missa em vernáculo permitirá aos fiéis captar todos os matizes do texto latino? (...) Trata-se de uma questão extremamente séria sobre a qual não se pode tomar decisão a não ser depois de madura reflexão<sup>257</sup>”.

Apesar de o latim não ser compreendido por todos, Dom Antônio Mayer defendia seu uso afirmando que o latim “confere certa dignidade ao culto divino, um tom misterioso que em certa medida é natural às coisas de Deus”<sup>258</sup>. Ainda continua

(...) a sabedoria do passado (...) quis que uma língua arcaica fosse empregada em cerimônias litúrgicas de alguns ritos não-latinos na Igreja Católica, como ocorre também nas mais conhecidas religiões não-cristãs. E como havia muitos missais contendo o texto da Missa traduzido para as línguas vivas, não era necessário que o padre celebrasse em vernáculo<sup>259</sup>”.

Dom Antônio Mayer não acreditava que a alteração para o vernáculo nas missas e celebrações acarretasse na renovação do fervor espiritual entre povos e nações como os defensores do vernáculo advogavam<sup>260</sup>.

Por outro lado, ele concedia que “em certas zonas culturais em que a língua é muito diferente do latim, pudesse ser levada em consideração uma modificação progressiva. A passagem deveria fazer-se do latim para uma língua de maior

<sup>253</sup> MAYER, 1971, p. 242.

<sup>254</sup> MATTEI, 2013, p. 365.

<sup>255</sup> LEFEBVRE, 2013, p. 205.

<sup>256</sup> LEFEBVRE, 2013, p. 206.

<sup>257</sup> WILTGEN, 2007, p. 45.

<sup>258</sup> WILTGEN, 2007, p. 45.

<sup>259</sup> WILTGEN, 2007, p. 45.

<sup>260</sup> WILTGEN, 2007, p. 45.

afinidade com a cultura local, contanto que fosse mantido um elemento de base universal”. A este respeito, ele explicou que não queria necessariamente dizer que a língua de substituição fosse o vernáculo<sup>261</sup>.

E por cuidado, Dom Antônio Mayer reivindicava que essa mudança deveria ser paulatina e controlada. “Sempre sob a inspiração e direção da Santa Sé, que goza de especial assistência do Espírito Santo em tudo quanto se refere ao culto divino e salvação das almas”<sup>262</sup>. Essa entrevista aconteceu no dia 07 de novembro de 1962, quando a missa ainda não tinha sido reformada. Sete anos depois, em setembro de 1969, Dom Mayer enviaria uma carta ao Papa Paulo VI pedindo para continuar celebrando a missa de Trento tendo em vista a afervoramento da fé<sup>263</sup>. Ainda sobre o uso do latim na liturgia, Dom Antônio Mayer entendia que para o culto Divino, por ter uma prerrogativa singular na vida do homem, não se deveria usar uma língua vulgar e sim uma língua hermética própria para a celebração litúrgica, assim como paramentos próprios e que o sacerdote deveria ser alguém retirado da sociedade vivendo exclusivamente para o exercício da religião. Portanto, a doação de vida a Deus, e a distinção entre o sagrado e o profano deveria ser clara<sup>264</sup>. Como é sabido, a reforma litúrgica foi implantada após o Concílio Vaticano II e Dom Antônio Mayer preferiu conservar a missa tridentina, o que causou um problema com Roma.

O que vimos expondo permite-nos indicar as características da verdadeira Igreja. Ela é Una, Santa, Católica, Apostólica e Romana (...) assim como fora da Arca de Noé ninguém pode fugir do dilúvio; assim, fora da Igreja, ninguém encontra a Salvação. (...) Qualquer Igreja que se apresente sem uma dessas notas características, podeis, amados filhos, rejeitá-la porque não é a Igreja de Cristo<sup>265</sup>.

À luz desse discurso, verifica-se que Dom Antônio de Castro Mayer era radicalmente contra do diálogo ecumênico, indo mais uma vez contra as determinações conciliares, pois acreditou e ensinou a máxima que “fora da Igreja não há salvação”<sup>266</sup>.

Como era de esperar, não há no escopo do Concílio cuja realização esteja inteiramente a coberto das insídias do demônio. O que se dá com a adaptação, ocorre também com o ecumenismo. A união de todos os cristãos na verdadeira Fé é um ideal sublime, constitui uma derrota tão grande para o Inferno, que não é possível pensar não tenha o “príncipe deste mundo” se empenhado por esvaziar também esta admirável meta conciliar. Eis que, como a propósito da adaptação também sobre a falsa aplicação do ecumenismo advertiu o Papa os fiéis (...) teria o Santo Padre

<sup>261</sup> WILTGEN, 2007, p. 46.

<sup>262</sup> WILTGEN, 2007, p. 46.

<sup>263</sup> Disponível em [http://amdg.free.fr/campos\\_castrom\\_paul6.htm](http://amdg.free.fr/campos_castrom_paul6.htm). Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

<sup>264</sup> MAYER, 1971, p. 314.

<sup>265</sup> MAYER, 1971, p. 232-233.

<sup>266</sup> MAYER, 1971, p. 235.

observado, em uma das suas Alocuções, nas audiências gerais, que o apostolado junto aos irmãos separados não está isento de ilusões e perigos<sup>267</sup>.

O discurso é radical e embora a publicação da coletânea de cartas pastorais de Dom Antônio Mayer tenha ocorrido em 1971, foi uma consideração feita por ele em 1966 na Carta Pastoral “Considerações a Propósito da Aplicação dos Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II”. Nesta carta pastoral, Dom Antônio Mayer fez as suas considerações sobre o Concílio, e a interpretação que deveria ser dada ao Vaticano II à luz da concepção conservadora da tradição da Igreja. Por ser verdade que houve Papas antes do Concílio que condenaram o ecumenismo, recomendou o uso do latim na liturgia e criticou o modernismo, Dom Antônio Mayer se reservou o direito de continuar transmitindo o discurso dos Papas pré-Vaticano II de acordo com aquilo que entendia como ortodoxia da fé, transmitindo-o aos seus fiéis e formando seus seminaristas dentro desta concepção.

Na carta pastoral sobre a Igreja, de 1965, Dom Antônio Mayer fez severas críticas ao movimento que ele chamava Modernista, e novamente, se fundamentou e legitimou em um Papa antes do Concílio Vaticano II.

Semelhante ambiente malsão tem, não obstante, uma consequência ainda mais nociva nos meios católicos. Ele faculta ao demônio infiltrar entre os fiéis as meias verdade e as meias virtudes, com que os faz crer que a conversão dos maus se torna mais fácil. E com isso consegue Lúcifer o que deseja, isto é, o afrouxamento da fé e o relaxamento dos costumes. Por esse declive ele leva as almas ao naturalismo e laicismo visceralmente contrários à Religião sobrenatural. No começo deste século, São Pio X, seguindo as pegadas de seus Antecessores, denunciou, de modo ainda mais enérgico, semelhante manobra do inimigo. Fê-lo na luminosa Encíclica “Pascendi”, de 8 de setembro de 1907, Encíclica que desmascara a conspiração modernista por católicos entre católicos com o fim de aluir o edifício sobrenatural do Cristianismo e de qualquer religião transcendente<sup>268</sup>.

Dom Mayer condenou o modernismo, e como ele entendeu que o Concílio Vaticano II foi diretamente influenciado por ideais modernistas, por isso, resistiu às reformas Conciliares e formou o seu clero dentro dessa concepção. Diante da interpretação conservadora de Dom Mayer, a Diocese de Campos dos Goytacazes viveu uma realidade singular em todo o mundo, uma vez que ao término do Concílio, a Igreja Católica Romana entrou em um processo de recepção do Concílio em todo o mundo e a Igreja de Campos se fechou a essas reformas, que foram acontecendo aos poucos em Campos dos Goytacazes, visto que o Bispo e a maior parte do Clero resistiram. E foi neste momento dos pós-Concílio

<sup>267</sup> MAYER, 1971, p. 299.

<sup>268</sup> MAYER, 1971, p. 253.

que Dom Antônio e Dom Sigaud tomaram rumos diferentes apesar de terem sido muito próximos durante o Concílio.

Por volta de 1968, as posições de Dom Geraldo de Proença Sigaud e de Dom Antônio de Castor Mayer começaram, contudo, a divergir: Dom Geraldo Sigaud fez uma opção “política” e aproximou-se do regime dos militares contra o presidente “progressista” João Goulart. Por seu turno, Dom Antônio Mayer aproximou-se de Mons. Lefebvre, rompendo progressivamente as relações com as autoridades eclesiais romanas<sup>269</sup>.

À vista disso, cada um com suas particularidades locais, Dom Antônio de Castro Mayer e Dom Marcel Lefebvre<sup>270</sup> representarão um problema para a Igreja pós-Conciliar por resistirem ao Concílio, e a Diocese de Campos será conhecida pela CNBB e pela Santa Sé como uma diocese tradicionalista, cabendo ao sucessor de Dom Antônio Mayer implantar tardiamente as reformas Conciliares.



<sup>269</sup> MATTEI, 2013, p. 476-477.

<sup>270</sup> Marcel Lefebvre criou a Fraternidade Sacerdotal São Pio X em 1970. Esta fraternidade recebeu padres da Europa que resistiram ao Concílio Vaticano II. Em Campos, foram somente os padres da diocese causando uma ruptura na diocese. Lefebvre não causou ruptura com uma Igreja local, Dom Antônio sim.

### 3 A CONFLITUOSA RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA DIOCESE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

#### 3.1 A saída de Dom Antônio de Castro Mayer e a recepção a Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro em Campos dos Goytacazes

O Concílio Vaticano II foi encerrado em dezembro de 1965, tendo realizado reformas significativas na Igreja Católica Romana. A partir de 1969, o *Novus Ordo Missae* ou Novo Missal Romano foi promulgado pelo Papa Paulo VI<sup>271</sup>, e as dioceses e prelazias do mundo inteiro aderiram às reformas litúrgicas conciliares. Entretanto, na Diocese de Campos dos Goytacazes foi diferente, porque Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo diocesano dessa Igreja, preferiu continuar celebrando a missa do Concílio de Trento, tornando essa Igreja particular e singular no mundo. E para tal, escreveu uma carta pedindo a manutenção da missa de Trento ou rito Tridentino nessa Diocese, conforme pode-se verificar

Campos, 12 de setembro de 1969

Beatíssimo Padre,

Tendo examinado atentamente o “*Novus Ordo Missae*”, a entrar em vigor no próximo dia 30 de novembro, depois de muito rezar e refletir, julguei de meu dever, como sacerdote e como bispo, apresentar a Vossa Santidade, minha angústia de consciência, e formular, com a piedade e confiança filiais que devo ao Vigário de Jesus Cristo, uma súplica. O “*Novus Ordo Missae*”, pelas omissões e mutações que introduz no Ordinário da Missa, e por muitas de suas normas gerais que indicam o conceito e a natureza do novo Missal, em pontos essenciais, não exprime, como deveria, a Teologia do Santo Sacrifício da Eucaristia, estabelecida pelo Sacrossanto Concílio de Trento, na sessão XXII. Fato que a simples catequese não consegue contrabalançar. Em anexo, junto as razões que, a meu ver, justificam esta conclusão. Os motivos de ordem pastoral que, eventualmente, poderiam ser alegados a favor da nova estrutura da Missa, primeiro, não podem chegar ao ponto de deixar no olvido os argumentos de ordem dogmática que militam em sentido contrário; depois, não parecem procedentes. As mudanças que preparam o “*Novus Ordo*” não contribuíram para aumentar a Fé e a piedade dos fiéis. Pelo contrário, deixaram-nos apreensivos, apreensão que o “*Novus Ordo*” aumentou; porquanto, abonou a ideia de que nada há de imutável na Santa Igreja, nem mesmo o Sacrossanto Sacrifício da Missa. Além disso, como saliento nas folhas juntas, o “*Novus Ordo*” não só não afervora, senão que extenua a fé nas verdades centrais da vida católica, como a presença Real de Jesus na SS. Eucaristia, a realidade do Sacrifício propiciatório, o sacerdócio hierárquico. Cumpro, assim, um imperioso dever de consciência, suplicando, humilde e respeitosamente, a Vossa Santidade, se digne, por um ato positivo que elimine qualquer dúvida, autorizar-nos a continuar no uso do “*Ordo Missae*” de S. Pio V, cuja eficácia na dilatação da Santa Igreja, e no afervoramento de sacerdotes e fiéis, é lembrada, com tanta unção, por Vossa Santidade. Estou certo que a Paterna Benevolência de Vossa Santidade não deixará de afastar as perplexidades que me angustiam o coração de sacerdote e bispo. Prostrado aos pés de Vossa Santidade, com humilde obediência e filial piedade, imploro a Bênção Apostólica.

+ Antonio de Castro Mayer

<sup>271</sup> Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/as-62-raoes-para-nao-assistir-a-missa-nova>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Bispo de Campos – Brasil.<sup>272</sup>

A carta, em tom muito respeitoso, evidencia bem a interpretação de Dom Antônio Mayer sobre a nova liturgia. E foi dentro desta ótica conservadora que ele procedeu e formou seu clero, embora a Santa Sé nunca tenha respondido. Segundo Dom Roberto Gomes Guimarães<sup>273</sup> entre 1969 e 1981, ano em que Dom Antônio se aposentou, a missa tridentina foi conservada em Campos dos Goytacazes, porque Dom Antônio alegava que a missa nova era facultativa e que a missa de Trento não fora proibida pelo Concílio Vaticano II, por isso ele continuaria a celebrar o rito antigo<sup>274</sup>. O depoimento de Dom Roberto Guimarães converge com o discurso do padre Antônio Ribeiro do Rosário em seu livro de memórias, conforme se verifica. Diante dessa realidade, o clero de Campos foi o único clero diocesano que continuou celebrando a missa pelo rito antigo<sup>275</sup>, apesar de a missa nova já ter sido declarada oficial pela Santa Sé e celebrada pelos Papas Paulo VI, João Paulo I e João Paulo II.

Assim, começou a haver uma divisão interna na diocese de Campos.

Expirado o prazo, pensei que deveria, inevitavelmente, pôr em prática as mudanças prescritas na celebração da Missa. E a isso já me dispunha, quando recebi oficialmente nova orientação da Diocese: continuar com o antigo rito, uma vez que o Novo Ordo não tinha caráter obrigatório. Estranhei um pouco a reviravolta, mas nada objetei, confiando plenamente no critério da Autoridade Diocesana. E como continuava a não morrer de amores pela nova Missa, tranquilizei-me. (...) Formou-se então, então, na Diocese de Campos dupla corrente: uns, por motivo de fé, rejeitaram a Nova Missa. Outros, também por fidelidade à sua fé, viam-se no dever de adotar o missal vindo de Roma. (...) Continuei, pois, com o antigo missal, considerando que o novo, como me fora dito, não era obrigatório. Mas como não levava em viagem o missal de São Pio V, aceitava o que me fosse apresentado fora da Diocese de Campos<sup>276</sup>.

Além do depoimento de Dom Roberto e das memórias do padre Antônio Ribeiro do Rosário, o jornal Boletim Diocesano de junho de 1977, doze anos após o fim do Concílio

<sup>272</sup> Disponível em: <<http://www.capela.org.br/Missa/antonio.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

<sup>273</sup> Dom Roberto Gomes Guimarães: nascido em 1936 em Campos dos Goytacazes, ordenado padre em 08 de dezembro de 1961 por Dom Antônio de Castro Mayer na Catedral Basílica Menor do Santíssimo Salvador e membro do clero diocesano de Campos, foi sagrado Bispo em 07 de janeiro de 1996 e tornou-se emérito em junho de 2011. Disponível em: <[http://www.diocesedecampos.org.br/gal\\_bispos.html](http://www.diocesedecampos.org.br/gal_bispos.html)>. Acesso em: 01 mar. 2016.

<sup>274</sup> Depoimento feito com Dom Roberto no dia 09 de março de 2016 em Campos dos Goytacazes.

<sup>275</sup> Em 1970 foi fundada a Fraternidade Sacerdotal São Pio X (FSSPX), pelo Arcebispo francês Marcel Lefebvre em Écône, Suíça. Monsenhor Marcel Lefebvre não era Bispo diocesano a exemplo de Dom Antônio; ele fora missionário na África onde ganhou destaque por serviços prestados à Igreja. Nesta Fraternidade, ele reuniu seminaristas e padres oriundos de diferentes lugares para resistirem às reformas do Concílio Vaticano II. Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/sobre-a-fraternidade-sao-pio-x/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

<sup>276</sup> ROSÁRIO, A.R. *Reflexões e Lembranças de um padre suas lutas e fracassos*. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas, 1984, p. 270-271.

Vaticano II e oito anos após a promulgação do *Novus Ordo Missae*, publicou nota recomendando a missa em latim, em detrimento da língua vernácula

Eis que o Latim tem a vantagem de acentuar o lado misterioso do Sacrossanto Sacrifício da Missa, e conciliar maior respeito por tão augusto Sacrifício. O vernáculo, pelo contrário, supõe a pretensão de penetrar o amago do grande Mistério. Tenta, portanto, dissipa-lo ou, ao menos, diminui-lo. Vem a ser uma tentação contra a Fé. Nela caiu Lutero, e os Protestantes em geral, que não admitem que na Santa Missa haja um verdadeiro e próprio sacrifício. (...) Em segundo lugar, porque o Latim torna mais consciente, no homem, a transcendência de Deus. (...) O Latim, pois, é um instrumento sobremodo útil para o fiel compenetrar-se dos sentimentos, com que deve se unir ao Sacerdote que se oferece sobre o Altar torna a participação da Santa Missa, também sob este aspecto, mais frutuosa<sup>277</sup>.

E não somente a defesa do latim em detrimento da língua vernácula fora disseminada na diocese de Campos. Ao longo dos anos que se seguiram após o Concílio Vaticano II, em Campos circularam outros jornais em defesa do modelo pré-Vaticano II, alertando contra ideias entendidas por Dom Antônio como modernista

Daí, vermo-nos a braços com os destemperos heretizantes de Küng, Schillebeeckx, Pothiers, etc., e com erupções heterodoxas disseminadas em revistas, outrora católicas, que predisõem os fiéis à aceitação de uma nova igreja que não é a Igreja de Jesus Cristo. Mais do que nunca é preciso vigiar e orar<sup>278</sup>.

Como fora dito no segundo capítulo deste trabalho, Dom Antônio discordou das reformas conciliares, e ao lado do Dom Marcel Lefebvre, ele fora uma voz radical e isolada dentro da Igreja pós-conciliar. Entretanto, teve tempo para formar seu clero e seus fiéis dentro de uma religiosidade que no futuro rejeitaria as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, embora não fosse intenção de Dom Antônio causar um cisma católico, como viria a acontecer no futuro. Em seus escritos é nítido que a rejeição das reformas propostas pelo Concílio era atribuída a uma questão de consciência.

À medida que os anos foram passando, a aposentadoria de Dom Antônio era cada vez mais iminente e com a sua aposentadoria, a manutenção da missa tridentina em Campos ficaria cada vez mais difícil. E assim, em novembro de 1981, a Diocese de Campos mudou de Bispo, e Dom Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro<sup>279</sup> assumiu o controle diocesano. Ele

<sup>277</sup> BOLETIM DIOCESANO, junho de 1977, Campos dos Goytacazes.

<sup>278</sup> VERITAS, janeiro de 1980, Campos dos Goytacazes.

<sup>279</sup> Dom Carlos Alberto E. G. Navarro: (1931-2003) nascido no Rio de Janeiro, ordenado sacerdote em 29 de junho de 1959. Em 12 de dezembro de 1975 tornou-se Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro. No dia 29 de agosto de 1981, Dom Carlos Alberto foi nomeado pelo Papa João Paulo II para ser o Bispo titular da Diocese de Campos dos Goytacazes a partir de novembro deste mesmo ano. O João Paulo II transferiu-o para assumir como Arcebispo em Niterói, em 9 de maio de 1990, onde ficou até seu falecimento. Disponível em: <<http://arqnit.org.br/arqnitfinal/dom-carlos-alberto-etchandy-gimeno-navarro-10-anos-de-falecimento>>/. Acesso em: 01 mar. 2016.

era Bispo auxiliar do Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, e por isso, seguia a mesma linha conservadora de Cardeal. E desta forma, Dom Carlos buscou implementar as reformas do Concílio Vaticano II, começando assim um mal-estar que levaria à uma divisão diocesana causando assim o episódio na história da Igreja do Século XX que seria conhecido como o Cisma Tradicionalista de Campos. Segundo David Allen White, Dom Carlos Alberto veio para Campos dos Goytacazes em função de um acordo entre a Santa Sé e a Arquidiocese do Rio de Janeiro<sup>280</sup>, uma vez que Dom Carlos teria sido indicado por Dom Eugênio Sales, homem de confiança do Papa João Paulo II; e Dom Carlos, por sua vez, um homem do Cardeal do Rio de Janeiro.

Diferentemente do Rio de Janeiro, uma metrópole nacional, a Diocese de Campos é composta por cidades pequenas, e durante as décadas de 70 e 80, a economia dessa região era predominantemente agrária. Ou seja, Dom Carlos estava diante de uma nova realidade econômica, religiosa e cultural. Ele assumiu a diocese de Campos dos Goytacazes no dia 15 de novembro de 1981 em uma cerimônia que teve lugar na praça São Salvador, em frente à catedral, e contou com a presença de Dom Eugênio Sales, do governador Chagas Freitas, dos bispos fluminenses e com a presença de mais de 10 mil fiéis<sup>281</sup>. Segundo Dom Roberto Guimarães<sup>282</sup>, apesar do aparente clima festivo na ocasião, o clima era pesado pois o clero sabia que a missão de Dom Carlos Alberto era implementar as reformas do Concílio Vaticano II até então rejeitadas por Dom Antônio. E desta forma aconteceu.

Assim que chegou a Campos, já na primeira semana, no dia 22 de novembro de 1981, Dom Carlos enfrentou a primeira manifestação conservadora na Diocese: membros da TFP e Congregados Marianos que fizeram faixas reivindicando a “moral e decência” nas igrejas. Esse manifesto fazia críticas ao fato de mulheres usarem calça, irem demasiadamente maquiadas e os homens usarem bermuda durante a missa, pois isso era interpretado como profanação do templo<sup>283</sup>. Diante de tal reivindicação, Dom Carlos deixou sob responsabilidade de cada pároco o vestuário a ser utilizado pelas mulheres. Ainda na mesma edição do jornal Folha da Manhã, o padre espanhol Pedro Casas comentou que Dom Carlos conseguiria proteção policial para evitar ser molestado por grupos conservadores na diocese. E o padre salesiano Ademir Regazzi afirmou apoio a Dom Carlos em função das reformas diocesanas.

---

<sup>280</sup> WHITE, D. A. *The Mouth of the Lion*. Kansas: Ed. Angelus Press, 1993, p. 121.

<sup>281</sup> FOLHA DA MANHÃ, 16 de Novembro de 1981, Campos dos Goytacazes.

<sup>282</sup> Depoimento colhido no dia 09 de março de 2016.

<sup>283</sup> FOLHA DA MANHÃ, 24 de Novembro de 1981, Campos dos Goytacazes.

### 3.2 A Resistência do clero diocesano e a formação de uma Igreja paralela na diocese de Campos

Quando chegou à Diocese de Campos, Dom Carlos Alberto encontrou uma realidade a ser mudada, tendo em vista as reformas conciliares. E nesse aspecto, ele encontrou resistência por parte do clero diocesano: 23 padres, em um primeiro momento; 25 no total que insistiam em celebrar a missa tridentina, em um universo de pouco mais de 30 padres diocesanos, e esses padres se recusaram a celebrar a missa nova. Em virtude disso, Dom Carlos Alberto Navarro iniciou um processo de conversação com o clero diocesano e os que se recusaram foram sendo substituídos aos poucos<sup>284</sup>, em um processo muito conflituoso que durou alguns anos e mobilizou o clero e milhares de fiéis que seguiram seus párocos removidos de suas respectivas paróquias. Em alguns casos de remoção, Dom Carlos se viu obrigado a acionar a justiça e até a polícia para fazer valer a determinação diocesana, amparada pela orientação da Santa Sé e com o apoio da CNBB.

Com a vinda para Campos do Senhor Dom Carlos Alberto, calculava que, concomitantemente, teríamos novas diretrizes. Aguardei-as. Presente a uma reunião do Conselho Presbiteral, percebi o mal-estar que se esboçava no ânimo dos Rev.mos Conselheiros, com relação ao Novo Ordo. O Senhor Dom Carlos Alberto, então, declarou que respeitava a consciência de todos, e sugeriu que os descontentes apresentassem as suas razões à Santa Sé. Aceito o aviltre, redigiu-se um memorial, para ser enviado ao Santo Padre. Subscreveram-no 23 padres. (...) A resposta de Roma demorou a vir, mas veio. E, segundo fui informado, veio desfavorável. Os 23 signatários não se submeteram. O pior foi que arrastaram muita gente, principalmente mulheres nervosas, para sua rebelde dissidência<sup>285</sup>.

Esses fatos foram narrados por diferentes veículos de comunicação do Estado do Rio de Janeiro. Houve também a publicação de diversas cartas e panfletos de fiéis e clérigos católicos manifestantes de diferentes pontos de vista a respeito da ruptura eclesiástica católica romana que ocorreu no Norte e Noroeste Fluminense durante os anos 80 e que se sustentou durante os anos 90. O Padre Antônio Ribeiro do Rosário, membro do clero diocesano de Campos, escreveu

Calculava que o novo Bispo encontraria aqui resistências. Mas, longe estava de supor que a radicalização chegasse a tal extremo. E tudo em nome da fé e da consciência! Não ignorava que os grupos dissidentes faziam restrições ao *Novus Ordo Missae*. Não imaginava, entretanto, que se considerasse pecado mortal a própria assistência a Missa instituída pelo Papa Paulo VI. Gravíssima se tornou a situação. Os jornais de Campos viviam inundados de publicações, as mais agressivas contra a nova Autoridade Diocesana, e até - quem diria! - contra o Papa. Nunca

<sup>284</sup> WHITE, 1993, p. 122.

<sup>285</sup> ROSÁRIO, 1984, p. 271-272.

pensei ver tanta desenvoltura no nosso meio religioso. Nem cuidava que um católico pudesse sentir-se tão a vontade, para – diante de Deus e dos homens – investir com tal desrespeito contra uma Atividade Religiosa. Repugna-me transladar a esta página. Feíssimas expressões dirigidas por católicos ao seu Bispo, nunca dantes ouvidas da boca de anticlericais<sup>286</sup>.

À vista disso, os padres tradicionalistas de Campos dos Goytacazes fizeram um manifesto com o título “Nossa Posição aos fiéis de nossas paróquias<sup>287</sup>” no qual afirmavam aceitar sempre as determinações da Igreja, desde que estas não ferissem a Tradição Católica em comunhão com os Concílios anteriores e assim se formalizaram-se publicamente contrários à celebração da missa promulgada, o *Novus Ordo Missae*, em 1969 pelo Papa Paulo VI. Além desse manifesto, em setembro de 1982, os padres tradicionalistas lançaram um livro chamado “Missa Nova: um caso de Consciência”. Nesse livro, o clero tradicionalista faz duras críticas ao novo missal, de forma detalhada, estabelecendo uma relação direta e próxima entre a nova celebração católica, e o culto protestante<sup>288</sup>. Nessa ocasião, assinaram este manifesto: Monsenhor Licínio Rangel, reitor do seminário; Monsenhor Benigno de Brito Costa, professor do Seminário e Capelão das Irmãs Redentoristas; Monsenhor Francisco Apoliano, vigário em Bom Jesus do Itabapoana; Monsenhor Ovídio Simón Calvo, vigário em São Fidélis; Monsenhor Henrique Conrado Fisher, Cura da Catedral de Campos; Padre Emanuel José Possidente, diretor espiritual e professor do Seminário; Padre Fernando Arêas Rifan, pároco da Igreja do Rosário em Campos e professor do Seminário; Padre José Collaço, vigário em Porciúncula; Padre Edmundo G. Delgado, vigário em Cambuci; Padre José Moacir Pessanha, pároco em Natividade; Padre Eduardo Athayde, pároco em Santo Antônio de Pádua; Padre Antônio Alves de Siqueira, pároco em Varre-Sai; Padre Gervásio Gobato, pároco em Lage do Muriaé; Padre José Olavo Pires Trindade, pároco em Miracema; Padre Élcio Murucci, vigário paroquial em Ururaí em Campos; Padre David Francisquini, pároco em Cardoso Moreira; Padre Antônio de Paula da Silva, pároco em Italva; Padre José Eduardo Pereira, pároco em São João da Barra; Padre José Gualandi, pároco da Igreja do Terço em Campos; Padre Jonas dos Santos Lisboa, vigário paroquial em São Fidélis; Padre Geraldo Gualandi, pároco da igreja de Nossa Senhora de Fátima em Itaperuna; Padre José Ronaldo de Menezes, enviado por Dom Carlos para Bom Jesus do Itabapoana; Padre Alfredo Oelkers, vigário emérito da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Campos; Padre José Onofre Martins de Abreu, reitor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Campos; e Padre Alfredo

<sup>286</sup> ROSÁRIO, 1984, p. 269.

<sup>287</sup> ANEXO 19, pág. 132. Publicado em 26 de setembro de 1982.

<sup>288</sup> PADRES DE CAMPOS. *A Missa Nova: Um Caso de Consciência*. São Paulo: Artpress, 1982. p. 12.

Gualandi, vigário cooperador em Santo Antônio de Pádua<sup>289</sup>. O documento foi publicado em 26 de setembro de 1982, menos de um ano após chegada de Dom Carlos Alberto Navarro. Entre janeiro de 1982 e julho de 1987<sup>290</sup>, Dom Carlos retirou 25 padres de suas paróquias por não aceitarem a celebrar a missa do Concílio Vaticano II. Estes padres foram conhecidos mundialmente como os padres tradicionalistas de Campos e deixaram suas paróquias e construíram novas comunidades para conservar o rito do Concílio de Trento, ou rito Tridentino, e levaram consigo dezenas de milhares de fiéis do Norte e Noroeste Fluminense a serem conhecidos igualmente ao seu clero, sendo chamados de católicos tradicionalistas. Portanto, a Diocese de Campos ficou marcada por haver a coexistência de duas Igrejas: a oficial da Diocese de Campos e a Igreja Católica tradicionalista, paralela à Igreja diocesana. Esse fato foi uma realidade singular no mundo.

O primeiro padre a ser exonerado de suas funções foi o padre Geraldo Gualandi, pároco da paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no bairro Vinhosa em Itaperuna<sup>291</sup>. A primeira visita de Dom Carlos Alberto Navarro, ocorrida em 06 de dezembro de 1982, foi marcada por um conflito ocorrido entre fiéis na hora da missa. Nessa ocasião, o padre Geraldo não concelebrou a missa com Dom Carlos Alberto e quando o novo Bispo chegou, havia várias faixas contra ele e contra a missa nova<sup>292</sup>. A paróquia estava repleta de fiéis das três paróquias de Itaperuna: São Benedito, São José do Avahy e Nossa Senhora de Fátima. Durante a celebração, os fiéis tradicionalistas se levantaram, recusando-se a assistirem à missa com Dom Carlos. Houve um conflito dentro da Igreja: brigas, gritos e confrontos físicos entre fiéis tradicionalistas e fiéis defensores de Dom Carlos Alberto. A igreja virou um campo de batalha<sup>293</sup>. Esse episódio foi determinante para que o padre Geraldo fosse removido da paróquia por Dom Carlos Alberto. Nos anos seguintes, uma fila de padres teria o mesmo destino do padre Geraldo, eles formariam a União Sacerdotal São João Maria Vianney.<sup>294</sup>

No dia 06 de janeiro de 1982, Padre Geraldo Gualandi não era mais pároco da Matriz de Nossa Senhora de Fátima tendo sido exonerado. Nessa ocasião, ele foi designado para a paróquia de Nossa Senhora do Rosário, no Parque Leopoldina, em Campos dos Goytacazes para ser auxiliar do Padre Fernando Arêas Rifan. Em função da retirada do Padre Geraldo da paróquia de Nossa Senhora de Fátima, muitos fiéis assistiam à missa tridentina em outras

<sup>289</sup> Conforme documento em anexo a esta dissertação.

<sup>290</sup> FOLHA DA MANHÃ, 21 de junho de 1987, Campos dos Goytacazes.

<sup>291</sup> SEIBLITZ, Z. Conflito na Diocese de Campos. In: SANCHIS, P. (Org.). *Catolicismo: Modernidade e Tradição*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 277.

<sup>292</sup> FOLHA DA MANHÃ, 03 de janeiro de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>293</sup> WHITE, 1993, p. 134.

<sup>294</sup> Em 18 de janeiro de 2002, com o reconhecimento pela Santa Sé da União Sacerdotal, esta passaria a se chamar Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney.

cidades vizinhas, já que em Itaperuna o Padre Roberto Gomes Guimarães, pároco da Matriz São José do Avahy, e o Padre Lamar Barreto Calzolari, pároco da Matriz São Benedito, já celebravam pelo novo missal romano. Diante desta situação, muitos fiéis manifestaram por meio de cartas ao Padre Geraldo a necessidade de sua volta e assim ele o fez, e no dia 3 de março de 1982, os fiéis itaperunenses foram a Campos dos Goytacazes pedir a Dom Carlos que permitisse a presença do padre Geraldo em Itaperuna, entretanto, Dom Carlos não os recebeu<sup>295</sup>. Assim, o Padre Geraldo Gualandi retornou a Itaperuna e passou a celebrar a missa tridentina nas garagens do fiéis, que começaram a construir uma nova igreja. Em julho de 1985, Dom Antônio foi a Itaperuna para dar a bênção ao início da nova igreja<sup>296</sup>. Tudo isso aconteceu sem a bênção de Dom Carlos Alberto Navarro. Esse evento e o surgimento de outras paróquias na diocese de Campos mostram a existência de uma Igreja Católica paralela às determinações do Bispo diocesano que estava seguindo as recomendações da Santa Sé em função das reformas do Concílio Vaticano II. Após a saída da paróquia e a criação da comunidade tradicionalista em Itaperuna, Padre Geraldo criou um trabalho social chamado Centro Sociocultural Nossa Senhora de Fátima que atendia crianças e famílias carentes.

Após o evento ocorrido em Itaperuna, Dom Carlos Alberto Navarro legitimou sua conduta diante dos tradicionalistas em uma entrevista ao jornal campista Folha da Manhã

Faculdade Unida de Vitória

Tenho encontrado também algumas dificuldades que partem de pessoas ou grupos que não conseguem entender a renovação da Igreja. Não uma renovação desordenada e sem princípios, mas uma renovação incentivada pela Santa Sé e por sua Santidade, o Papa<sup>297</sup>.

A situação da Igreja Católica Romana ficou tão delicada em Campos que o Núncio Apostólico, Carmine Rocco, afirmou que “A Diocese de Campos é o maior problema da Igreja no Brasil”<sup>298</sup>. Essa frase foi dita após o acontecimento de algumas reuniões entre o Núncio, Dom Carlos Alberto Navarro e os padres tradicionalistas de Campos. Diante dessa situação, Dom Carlos sempre contou com o apoio da CNBB e mesmo assim, o clero tradicionalista que se formara em Campos manteve a sua posição de não ceder

No dia 26 de setembro de 1983, Dom Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracajú, publicou no Jornal do Brasil uma carta com o título “A Rebelião dos que prometeram obedecer”<sup>299</sup>. Nessa carta, Dom Luciano Duarte mostra total apoio a Dom Carlos Navarro. Ele

<sup>295</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 279.

<sup>296</sup> WHITE, 1993, p. 137.

<sup>297</sup> FOLHA DA MANHÃ, 03 de janeiro de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>298</sup> WHITE, 1993, p. 147.

<sup>299</sup> JORNAL DO BRASIL, 26 de setembro de 1983, Rio de Janeiro.

começa dizendo que “A Igreja Católica no Brasil segue, com aflita inquietação, desde novembro de 1981 o problema dos chamados “padres tradicionalistas” da Diocese de Campos, no Estado do Rio de Janeiro”. Ao longo do texto, Dom Luciano legitima o Concílio Vaticano II, apoia Dom Carlos Navarro e faz duras críticas aos padres que desobedecem à Igreja Católica na pessoa do Bispo diocesano de Campos Dom Carlos Alberto Navarro, além de críticas a Monsenhor Marcel Lefebvre, e termina com o clamor à obediência, pois assim prometeram fazer no dia de suas respectivas ordenações. A resposta a Dom Luciano Cabral Duarte veio no dia 11 de outubro de 1983 no Jornal Folha da Manhã com o título “Quando obedecer é rebeldia”<sup>300</sup>. Monsenhor Licínio Rangel, assinando pelos padres tradicionalistas, legitima sua conduta em cinco pontos fazendo duras críticas à ortodoxia do Concílio Vaticano II, trazendo à tona que houve na Igreja Católica vozes conservadoras que reprovaram as reformas conciliares, citando os Cardeais italianos Alfredo Ottaviani e Antonio Bacci que enviaram ao Papa Paulo VI uma carta contra a reforma do missal romano, além do episcopado inglês que pediu para continuar com o antigo missal<sup>301</sup>, preferindo manter-se, portanto, alinhado ao seu conceito de Tradição. Monsenhor Licínio Rangel termina sua carta citando São Bernardo de Claraval: “Aquele que faz um mal porque lhe mandam, faz menos um ato de obediência do que de rebeldia. Faz uma inversão das coisas: deixa de obedecer a Deus, para obedecer aos homens”. Ainda enfatizando o drama católico nas páginas dos jornais, o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa publicou no jornal O Estado de São Paulo, do dia 02 de setembro de 1982, o artigo “O cisma de Campos”. No artigo, Lenildo defende os padres de Campos e faz duras críticas à Santa Sé e defende a ortodoxia dos padres tradicionalistas.

Dir-se-á que a nova missa não foi inventada por D. Navarro, mas veio da Santa Sé, à qual ele e os padres devem obediência. A Igreja porém, jamais exigiu de seus sacerdotes um voto de imbecilidade, embora a maioria se comporte como o tivesse feito, abandonando doutrinas sempre apresentadas pela mesma Santa Sé como eternas e imutáveis, para aderir a outras condenadas, no começo do século, como heréticas e transformadas depois, pelo Concílio Vaticano II, na nova ortodoxia. (...) E é justamente à luz da inegável fidelidade dos padres de Campos ao que a Igreja ensinou ao longo dos séculos - nem Roma ousa acusa-los de estar ensinando alguma doutrina nova - que se deve avaliar a informação, divulgada pela imprensa, de que a crise pode fazer surgir uma nova Igreja, a Igreja Católica Tradicionalista Brasileira<sup>302</sup>.

As publicações de Dom Luciano, do Núncio Apostólico, do jornalista Lenildo Tabosa Pessoa e a resposta dos padres tradicionalistas de Campos evidenciam que o conflito

<sup>300</sup> FOLHA DA MANHÃ, 11 de outubro de 1983, Campos dos Goytacazes.

<sup>301</sup> O GLOBO, 17 de julho de 1971, Rio de Janeiro.

<sup>302</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 de setembro de 1982, São Paulo.

na Igreja Católica de Campos não ficou restrito geograficamente ao norte do Estado do Rio de Janeiro, ele atingiu proporções muito maiores chegando inclusive à Santa Sé, do contrário, o Núncio não teria participado das reuniões entre Dom Carlos Navarro e os padres tradicionalistas, e tampouco o Arcebispo de Aracaju teria escrito uma carta e publicado em um jornal de grande circulação do Rio de Janeiro. Em março de 1985, Dom Carlos Alberto Navarro esteve em Roma e durante a visita notificou pessoalmente ao Papa João Paulo II sobre a situação atípica da Diocese de Campos. Nesta ocasião, Dom Carlos Navarro disse que o Papa ficou penalizado com a realidade enfrentada na Diocese fluminense<sup>303</sup>.

Dentro da perspectiva de fato social de Émile Durkheim, o cisma em Campos representou um significativo fato social para os fiéis católicos uma vez que contrapôs dois diferentes entendimentos do catolicismo, coagindo os fiéis à necessidade de escolha sobre qual segmento deveriam frequentar, não podendo haver uma conciliação entre ambas as partes por 20 anos. E em face disso, não faltaram famílias e grupos sociais que foram divididos em função das suas preferências religiosas. Assim sendo, a interpretação de Dom Antônio de Castro Mayer a respeito do Concílio Vaticano II e o impacto histórico e social na religiosidade Católica do Norte e Noroeste Fluminense se caracterizou em um evento singular no mundo, marcando a história da Igreja Católica no século XX e início do século XXI.

Diante dessa situação desfavorável dentro do clero, Dom Carlos Alberto Navarro fecha o seminário diocesano Maria Imaculada em 03 de março de 1982<sup>304</sup>, três meses depois, com o início da reforma do altar mor da Catedral do Santíssimo Salvador, os tradicionalistas reagem calorosamente às reformas e Dom Carlos começa a receber ameaças de morte<sup>305</sup>. Tais ameaças a Dom Carlos Alberto Navarro eram anônimas, feitas por telefonemas e telegramas, e alegavam também a exoneração do padre José Ronaldo de Menezes<sup>306</sup> da paróquia de Bom Jesus do Itabapoana. Dom Carlos Navarro as atribuiu a fanáticos<sup>307</sup>, mas por outro lado, o Padre Fernando Rifan se pronunciou ao mesmo jornal assegurando ser um fato sensacionalista<sup>308</sup>.

Na sequência das reformas diocesanas, no dia 14 de janeiro de 1982, o Monsenhor Francisco Apoliano, pároco da Matriz do Senhor Bom Jesus, em Bom Jesus do Itabapoana recebeu a sua dispensa da paróquia<sup>309</sup>. A razão já era sabida por todos: se recusar a celebrar a

<sup>303</sup> FOLHA DA MANHÃ, 20 de março de 1985, Campos dos Goytacazes.

<sup>304</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 278.

<sup>305</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 279.

<sup>306</sup> FOLHA DA MANHÃ, 10 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>307</sup> FOLHA DA MANHÃ, 11 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>308</sup> FOLHA DA MANHÃ, 11 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>309</sup> WHITE, 1993, p. 154.

missa de Paulo VI. Assim, no dia 28 de fevereiro de 1982, o Monsenhor Francisco celebrou a sua última missa na paróquia. A saída do monsenhor Francisco Apoliano foi muito significativa na cidade, e até o prefeito de Bom Jesus do Itabapoana, Adílio Teixeira Pimentel, organizou uma comissão com assessores mais próximos que foi até o bispado pedir a Dom Carlos que o Monsenhor não fosse retirado da paróquia<sup>310</sup>; entretanto, o pedido não foi aceito por Dom Carlos.

A celebração dos 25 anos da presença do Monsenhor Francisco Apoliano em Bom Jesus do Itabapoana reuniu mais de cinco mil fiéis em Bom Jesus<sup>311</sup>, e alguns dias depois, foi removido da paróquia por Dom Carlos Alberto Navarro. Ele continuou morando em Bom Jesus e celebrando missas em capelas de associações religiosas dos fiéis que tinham igrejas nos seus nomes, mas não pertenciam juridicamente à diocese; por isso, quando Dom Carlos Navarro proibiu que o Monsenhor celebrasse missas nas paróquias e capelas da diocese, muitas dessas capelas continuaram abrindo suas portas aos padres tradicionalistas, pois pertenciam às associações religiosas e não à diocese. Dom Antônio Mayer assim o fez, pois sabia que essa hora iria chegar e a missa tridentina seria substituída na Diocese, como fora em todas as outras dioceses<sup>312</sup>.

Em Bom Jesus do Itabapoana o abrigo dos velhos José Lima, construído pelo Monsenhor Francisco Apoliano o abrigou e tornou-se a igreja dos fiéis tradicionalistas daquela cidade. Monsenhor Francisco Apoliano foi substituído pelo Padre José Ronaldo de Menezes; entretanto, o padre era da mesma linha do Monsenhor Francisco Apoliano e, três meses após a saída do monsenhor da paróquia, Padre José Ronaldo também foi exonerado por Dom Carlos Navarro<sup>313</sup>. Quem assumiu em seu lugar foi o pároco da Matriz São José do Avahy de Itaperuna, Padre Roberto Guimarães, em junho de 1982<sup>314</sup>, que ficou em Bom Jesus até janeiro de 1983, quando Dom Carlos confiou a paróquia aos cuidados do Padre Pedro Paulo Seródio Garcia<sup>315</sup>.

Diante dessa realidade, os fiéis tradicionalistas de Bom Jesus do Itabapoana, que eram muito numerosos na cidade, fizeram panfletos justificando a adesão à causa do Tradicionalismo católico em detrimento da missa de Paulo VI. Estes panfletos tinham títulos que evidenciam bem o clima em Bom Jesus com a saída do Monsenhor Francisco Apoliano e do Padre José Ronaldo: “Protesto: verdadeira catástrofe na Diocese de Campos”, publicado

<sup>310</sup> FOLHA DA MANHÃ, 20 de janeiro de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>311</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 278.

<sup>312</sup> WHITE, 1993, p. 155.

<sup>313</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 279.

<sup>314</sup> FOLHA DA MANHÃ, 11 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>315</sup> FOLHA DA MANHÃ, 02 de janeiro de 1983, Campos dos Goytacazes.

em 03 de março de 1982. “Alerta!!! Para onde estamos sendo conduzidos?” Publicado em 12 de março de 1982. “Decisão: “quem tiver medo e trepidar, volte para trás e retire-se logo!” (Jz 7-3), publicado em 19 de março de 1982. “Bom Jesus” e “Bom Jesus II”, publicados em junho de 1982.

Nesses panfletos, os fiéis acusavam Dom Carlos Alberto de tirania e enumeram o afastamento do Padre Geraldo Gualandi da paróquia do bairro Vinhosa, em Itaperuna, além do afastamento o Monsenhor Henrique Conrado Fisher do cargo de Cura da Catedral de Campos e de chanceler do bispado, a suspensão do Padre Fernando Arêas Rifan do cargo de diretor do ensino religioso da diocese, a retirada do Monsenhor Francisco Apoliano da paróquia de Bom Jesus e o fechamento do Seminário Diocesano Maria Imaculada, tudo isso entre novembro de 1981 e março de 1982. Além disso, os fiéis bonjesuenses questionavam no panfleto “Estão fora da Igreja os que querem conservar a Fé e a Moral pregadas pelos Apóstolos, testemunhadas pelos Mártires e vividas pelos Santos?”<sup>316</sup>. De fato, Dom Carlos Alberto Navarro, assim que chegou à Diocese, fez mudanças muito significativas em pouco tempo. No panfleto “Bom Jesus” e “Bom Jesus II”, os fiéis tradicionalistas de Bom Jesus do Itabapoana chamam os demais católicos para lutarem pela defesa da fé, recusando a missa nova “A nossa mais incondicional rejeição a essa Igreja progressista com o culto que a alimenta, a Missa protestantizada, cujos frutos estamos colhendo”<sup>317</sup>.

No panfleto intitulado “Decisão”, os fiéis acusam a missa nova pontuando que os padres não usam batina, gente vestida indecorosamente na Igreja, desrespeito, profanações e sacrilégio contra a Santíssima Eucaristia, perda gradativa e irreparável da verdadeira Fé, deformação das consciências e dessacralização da Igreja. Para os fiéis tradicionalistas, a Igreja Católica é imutável e intransigente e não pode sofrer alterações tamanhas como as que foram propostas pelo Concílio Vaticano II e por isso seguiriam as recomendações do Monsenhor Francisco Apoliano. Dando sequência às publicações de protesto contra Dom Carlos Alberto Navarro, no panfleto “Protesto”, os fiéis continuam com a seguinte pergunta: “São cismáticos os que querem seguir fielmente o que a Santa Igreja sempre mandou e ensinou, em toda a parte e por tantos séculos? Meditemos um pouco!” e terminavam dizendo por escrito no mesmo panfleto “queremos viver e morrer como filhos da SANTA IGREJA CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA”.

Portanto, verifica-se que o discurso dos fiéis tradicionalista buscava legitimação afirmando que queriam conservar o que Igreja sempre ensinou e que a expulsão dos padres

<sup>316</sup> ANEXO 9, p. 122.

<sup>317</sup> ANEXO 6, p. 119.

tradicionalistas de suas respectivas paróquias por Dom Carlos Alberto Navarro era infundada, porque o que estava sendo colocado no lugar da Igreja tradicional era uma nova igreja em detrimento da “Igreja de Sempre”, termo este usado em diversas publicações tradicionalistas.

Em março de 1982, a Santa Sé entregou a Dom Carlos Alberto Navarro um parecer a respeito dos tradicionalistas, afirmando que estes deveriam seguir as determinações do Concílio Vaticano II e tendo até o dia 25 de outubro desse ano para começar a celebrar o novo rito. Por meio do documento pontifício, a Santa Sé endossou o trabalho do Bispo diocesano. Dom Carlos entregou o parecer da Santa Sé ao Monsenhor Licínio Rangel para que os demais padres tivessem ciência da determinação vinda diretamente de Roma para os padres de Campos<sup>318</sup>. Entretanto, apesar da ordem do Papa, o clero tradicionalista manteve a postura de não celebrar conforme a exigência e se posicionou publicamente contrário ao novo rito<sup>319</sup>.

A cidade de Porciúncula foi igualmente afetada em relação à chegada do novo Bispo, pois o Padre José Maria Fernandes Collaço foi removido da paróquia por se recusar a celebrar a missa nova. Ele veio da Arquidiocese de São Paulo para Campos, justamente por não querer celebrar o novo rito da missa. Assim sendo, em 1973, Dom Antônio o enviou para a paróquia de Porciúncula<sup>320</sup>. No dia 09 de dezembro de 1982, o Padre Olivácio Nogueira Martins, padre diocesano enviado de Dom Carlos Alberto Navarro, recebeu as chaves da paróquia e o Padre José Collaço foi recebido nas casas dos fiéis, onde passou a celebrar. E assim continuou exercendo seu ministério na cidade de Porciúncula.

A situação ficou muito difícil em Porciúncula, e a divisão das duas linhas do catolicismo marcou muito essa cidade, causando divisões entre familiares. Esta situação era agravada, porque o Padre Lamar Barreto Calzolari usava o alto falante da igreja Matriz de Porciúncula para criticar o Padre Collaço, a Dom Antônio de Castro Mayer e ao movimento tradicionalista<sup>321</sup>; e portanto, essa situação aborreceu muito o Padre José Collaço que já sofria de problemas do coração. No dia 14 de janeiro de 1986, dentro de uma igreja que ele atendia, enfartou e foi socorrido pelos fiéis. Quando chegou ao hospital, o Padre Lamar ministrou os últimos sacramentos. Dom Antônio e os padres tradicionalistas da região foram a Porciúncula e fizeram as celebrações próprias dos funerais<sup>322</sup>, que não contou com a presença do clero que apoiava Dom Carlos.

---

<sup>318</sup> FOLHA DA MANHÃ, 25 de agosto de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>319</sup> FOLHA DA MANHÃ, 27 de agosto de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>320</sup> WHITE, 1993, p. 163.

<sup>321</sup> FOLHA DA MANHÃ, 17 de janeiro de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>322</sup> WHITE, 1993, p. 165.

Diante da morte abrupta do Padre Collaço, o Monsenhor Licínio Rangel publicou uma nota no jornal Folha da Manhã explicando que o Padre Collaço foi atendido espiritualmente pelo Padre Lamar, mas que não havia revisto sua postura e morrera alinhado com o movimento tradicionalista<sup>323</sup>. Em seu lugar, em 1987 o Padre Alfredo Gualandi passou a atender os fiéis tradicionalistas de Porciúncula<sup>324</sup>.

Na sequência do ano de 1983, o Núncio Apostólico, Carlo Furno se reuniu novamente com Dom Carlos e o clero tradicionalista para tentar apaziguar a situação, entretanto, esta não se resolveu e o Núncio saiu de Campos sem a resolução do problema que perduraria alguns anos<sup>325</sup>.

São Fidélis foi uma outra cidade que passou pelo problema da remoção do pároco, o espanhol Ovídio Simón Calvo. Ele chegou a São Fidélis em 1958. Na década de 1970, Dom Antônio Mayer mandou para São Fidélis o Padre Jonas dos Santos Lisboa para ajudar o Monsenhor Ovídio. Em 1982, o Monsenhor Ovídio foi removido da paróquia e o Padre Jonas continuou até 1983 e só saiu após um processo delicado que envolveu a polícia e a justiça<sup>326</sup>.

A população tradicionalista de São Fidélis organizou faixas e panfletos em defesa da religiosidade tradicionalista e condenando a retirada dos padres pelo novo Bispo. “Roubam o nosso Templo, Jamais a nossa Fé”, dizia o título do panfleto assinado por 23 pessoas autointitulados Católicos de São Fidélis. O conteúdo o panfleto pedia a permanência do padre Jonas na cidade e lamentava a exclusão promovida por Dom Carlos<sup>327</sup>. A despeito de todos os problemas, em 08 de julho, o Padre Jonas foi notificado que deveria deixar a paróquia. No entanto, no dia 18 de julho de 1983, ele se recusou a deixar a paróquia, formalmente por escrito<sup>328</sup>. As negociações da saída do Padre Jonas da paróquia só foram resolvidas no final de setembro, mas a situação ficou tão delicada que o padre chegou a ser preso, e uma multidão de mais de três mil fiéis pediam liberação do padre aclamado como inocente e defensor da fé<sup>329</sup>. Após ser detido, Padre Jonas foi liberado pela polícia por ordem judicial e foi removido da paróquia, entregando as chaves da igreja ao Padre Olivácio Martins no dia 19 de setembro de 1983, em função de uma determinação judicial do Juiz Eduardo Guimarães<sup>330</sup>. Tinha início nesse instante, uma outra comunidade católica tradicionalista paralela à Igreja Católica diocesana na Diocese de Campos dos Goytacazes.

<sup>323</sup> FOLHA DA MANHÃ, 17 de janeiro de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>324</sup> WHITE, 1993, p. 165.

<sup>325</sup> FOLHA DA MANHÃ, 13 de agosto de 1983, Campos dos Goytacazes.

<sup>326</sup> WHITE, 1993, p. p. 171-173.

<sup>327</sup> ANEXO 10, p. 123.

<sup>328</sup> WHITE, 1993, p. 173.

<sup>329</sup> WHITE, 1993, p. 178-179.

<sup>330</sup> FOLHA DA MANHÃ, 20 de setembro de 1983, Campos dos Goytacazes.

Uma das situações mais delicadas ocorridas na Diocese de Campos foi a remoção do Padre Antônio Alves de Siqueira, da paróquia de São Sebastião em Varre-Sai. Em 1984, quando o padre tradicionalista foi removido, Varre-Sai era distrito de Natividade, tendo se emancipado pela lei estadual nº 1790, de 12-01-1991<sup>331</sup>. Reduto de imigrantes italianos, e com forte apelo às tradições, o catolicismo sempre foi uma religião quase unânime em Varre-Sai e a religiosidade tradicionalista era uma das expressões do valor às tradições que o povo varre-saiense sempre teve<sup>332</sup>. E neste lugar, Dom Carlos Alberto viveu um grande problema.

O título da coluna “A Voz do Pastor” “Sangue em Varre-Sai?”, escrita por Dom Carlos e publicada em setembro de 1984 evidencia bem o que foi a situação naquela localidade. Dom Carlos Alberto começa sua coluna usando palavras fortes brancas e de fogo.

Há perigo de derramamento de sangue em Varre-Sai. Se alguém duvida de tal afirmação, pergunte às autoridades civis e policiais que estão acompanhando o cumprimento de uma determinação judicial. Vidas inocentes correm perigo devido ao fanatismo religioso liderado por sacerdotes católicos. Homens são vistos portando armas brancas e de fogo. Crianças, jovens, mulheres são arregimentados como um pequeno exército e gritam slogans, ofendem autoridades da Igreja. Em meio a esta balbúrdia, sucedem-se orações e cânticos<sup>333</sup>.

No dia 20 de setembro de 1984, os oficiais de justiça chegaram à paróquia de Varre-Sai para executar mandato judicial para devolver a paróquia ao controle da mitra diocesana de Campos. Neste dia, ao saberem disso, os fiéis foram para a rua no intuito de defender a igreja, para que o mandato não fosse executado e desta forma, haver a permanência do pároco e da missa tridentina na Matriz de São Sebastião. A multidão impediu a entrada dos oficiais da justiça na paróquia até que o Padre Antônio de Siqueira retirasse do templo a hóstia consagrada. Os oficiais aceitaram o acordo e a retirada ocorreu no dia seguinte. Nesse mesmo dia, os oficiais foram até as capelas paroquiais exercer a mesma execução de posse. O povo se dirigiu às capelas e com gritos e manifestações interceptaram os oficiais para que as capelas não fossem tomadas de acordo com a decisão judicial. Diante dos mandatos, o povo cercou as capelas das zonas rurais rezando o rosário inibindo a ação dos oficiais<sup>334</sup>. Os oficiais de justiça tentaram seguidas vezes tomar as capelas e houve repetidas manifestações, mas a diocese não conseguiu retomar a posse dessas capelas; por isso, ainda hoje há um grande predomínio do Tradicionalismo na zona rural de Varre-Sai.

<sup>331</sup> Disponível em: <[http://www.varresai.rj.gov.br/site/nossa\\_historia-pagina-54-2-54](http://www.varresai.rj.gov.br/site/nossa_historia-pagina-54-2-54)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

<sup>332</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 299.

<sup>333</sup> FOLHA DA MANHÃ, 23 de setembro de 1984, Campos dos Goytacazes.

<sup>334</sup> WHITE, 1993, p. 192.

No dia 21 de setembro de 1984, o Padre Antônio deixou a paróquia e como forma de luto, o comércio em Varre-Sai fechou as portas, e a justificativa dessa conduta, explica-se pelo fato de a Igreja Católica ser o referencial mais forte e constante na construção desta comunidade<sup>335</sup>. Os católicos de Varre-Sai eram leigos<sup>336</sup> que faziam da observância da moral católica sua maior virtude<sup>337</sup>, apesar do rigor requerido para a observância de tal modo de vida, por isso, a retirada do padre Antônio causou tanta tensão envolvendo ações na justiça e até a polícia teve que amparar o Bispo Dom Carlos, o novo padre e os oficiais de justiça no exercício de suas funções com mandatos de justiça<sup>338</sup>. Assim como os demais padres tradicionalistas da diocese de Campos, o Padre Antônio celebrava nas capelas rurais e nas casas dos fiéis. Alguns anos depois, teve início a construção da paróquia de Nossa Senhora das Graças para atender aos fiéis tradicionalistas de Varre-Sai<sup>339</sup>. O Padre Élcio Murucci que estava antes no distrito de Ururaí, em Campos dos Goytacazes, deu sequência à fé tradicionalista. Assim, mais uma cidade da Diocese de Campos ficou com duas igrejas católicas, uma diocesana celebrando o novo rito, e uma igreja católica paralela, conservando o rito do Concílio de Trento. No lugar do Padre Antônio ficou o padre Afonso Brauer, que celebrou o novo rito sob forte esquema de proteção policial<sup>340</sup>.

O Padre Davi Francisquini de Cardoso Moreira foi exonerado em outubro de 1984. Ele foi o 12º padre a ser exonerado por Dom Carlos, e após a exoneração, ele recorreu à Santa Sé sentindo-se injustiçado, entretanto, a Santa Sé deu parecer favorável a Dom Carlos Alberto Navarro<sup>341</sup>. O Padre Gervásio Gobato, de Laje do Muriaé, foi retirado da paróquia Nossa Senhora da Piedade em setembro de 1983. Alguns fiéis tradicionalistas fizeram um abaixo assinado pedindo a permanência dele<sup>342</sup>; entretanto, a cidade ficou dividida e a maior parte da população apoiou o Bispo Dom Carlos, e após alguns dias relutando, o Padre Gervásio entregou as chaves da paróquia ao padre Olivácio<sup>343</sup>. Ele foi abrigado por alguns fiéis que o seguiram, e celebrava a missa na garagem da casa de um fiel, até então. Depois de um tempo conseguiu comprar um terreno para construir a sua nova paróquia<sup>344</sup>. O padre Olavo Trindade

<sup>335</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 297.

<sup>336</sup> Termo usado para os fiéis católicos que não pertencem ao clero regular e nem ao clero diocesano.

<sup>337</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 298.

<sup>338</sup> FOLHA DA MANHÃ, 27 de setembro de 1984, Campos dos Goytacazes.

<sup>339</sup> WHITE, 1993, p. 193.

<sup>340</sup> FOLHA DA MANHÃ, 02 de outubro de 1984, Campos dos Goytacazes.

<sup>341</sup> FOLHA DA MANHÃ, 02 de setembro de 1984, Campos dos Goytacazes.

<sup>342</sup> FOLHA DA MANHÃ, 10 de setembro de 1983, Campos dos Goytacazes.

<sup>343</sup> FOLHA DA MANHÃ, 16 de setembro de 1983, Campos dos Goytacazes.

<sup>344</sup> Segundo depoimento da fiel Maria Aparecida Valentim, feito em 09 de janeiro de 2016, o padre Gervásio foi xingado e levou até tomateda de algumas pessoas no dia que deixou a paróquia de Laje do Muriaé por determinação de Dom Carlos Alberto Navarro.

de Miracema e o Padre Edmundo Delgado foram afastados das paróquias de Miracema e Cambuci, respectivamente, em novembro de 1982<sup>345</sup>. O Padre Olavo deixou a paróquia e fundou uma nova comunidade para ele em Miracema, e o Padre Edmundo ajudou o Padre Moacir Pessanha, em Natividade, onde veio a falecer em março 1990. O Padre Possidente continuou como professor e diretor espiritual do seminário tradicionalista quando este passou a funcionar e cuidou de Dom Antônio de Castro Mayer até a sua morte<sup>346</sup>. O Padre Antônio de Paula deixou a paróquia Nossa Senhora da Conceição em Italva no dia 29 de maio de 1984. Nesse dia, o vigário geral da diocese, padre Olivácio Nogueira Martins e o procurador da diocese, Walter Manhães e o seu assessor, Ronald Damas Sá foram até a paróquia e com o mandato judicial presenciaram a saída do Padre Antônio de Paula que ocorreu à noite, em uma procissão portando a hóstia consagrada e acompanhado de centenas de fiéis tradicionalistas. Após a saída, outra multidão de fiéis entrou na paróquia e ouviu a mensagem de Dom Carlos Alberto Navarro lida pelo Padre Olivácio<sup>347</sup>. Em nenhum lugar os padres tradicionalistas saíram sozinhos, eles sempre contaram com fiéis que os apoiavam e com estes fiéis, fundaram uma nova comunidade, principalmente onde só havia a paróquia principal da cidade, onde após essas exonerações, a missa passou a ser celebrada de acordo com o novo rito. Somente em Itaperuna e Campos dos Goytacazes havia mais de uma paróquia, nas demais cidades da Diocese só havia uma. O Monsenhor Benigno de Brito Costa era capelão das Irmãs Redentoristas e professor do Seminário no episcopado de Dom Antônio Mayer, e com a chegada de Dom Carlos Navarro, ele continuou capelão das Irmãs Redentoristas até seu falecimento em 04 de março de 1997. O Padre José Onofre Martins de Abreu era capelão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Campos e depois que Dom Carlos o exonerou, ele tornou-se reitor da igreja de São José em Campos. Quando Dom Carlos foi para Campos, o Padre Alfredo Oelkers já era idoso e nessa ocasião, ele permaneceu vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em Campos e depois emérito, vindo a falecer nessa cidade, no dia 06 de junho de 1988.

A saída do Padre José Moacir Pessanha da paróquia de Natividade aconteceu em 1984, todavia, dois anos antes, Dom Carlos Alberto já tinha começado a remoção do clero que se recusou a celebrar a missa nova das paróquias da Diocese de Campos, e em Natividade não seria diferente. Sabendo dessa realidade, já em 1982, os paroquianos escreveram uma carta em apoio ao Padre Moacir.

---

<sup>345</sup> FOLHA DA MANHÃ, 10 de novembro de 1982, Campos dos Goytacazes.

<sup>346</sup> WHITE, 1993, p. 57.

<sup>347</sup> FOLHA DA MANHÃ, 30 de maio de 1984, Campos dos Goytacazes.

E nós, que não queremos a nossa fé católica conspurcada, maculada; e nós, que não desejamos que nossos templos sejam profanados por vestes indecorosas, por cânticos profanos, por instrumentos musicais impróprios, por cultos ambíguos e indignos de Deus; e nós, que desejamos ardentemente continuar recebendo a mesma orientação de 20 séculos de Igreja, **IMPLORAMOS** ao nosso querido Pároco: **FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE MOACIR!**<sup>348</sup>.

O trecho é extraído de uma carta de 15 de setembro de 1982 e quem a assina são os fiéis tradicionalistas de Natividade. Dois anos após a carta, chegou à paróquia de Natividade o novo padre que iria tomar conta da igreja; no entanto, o Padre Moacir se recusou a sair. Então, ele escreveu uma carta ao Cardeal Silvio Oddi explicando a sua situação diante de Dom Carlos, e no dia 14 de abril de 1984, o Cardeal respondeu informando que recebera a carta mas não respondeu às questões levantadas pelo Padre Moacir. O tempo passou e o padre não recebeu nenhuma outra resposta. Ainda em busca de algum parecer da Santa Sé, Padre Moacir escreveu para o Secretário de Estado do Vaticano o Cardeal Agostino Casaroli e de igual maneira ficou sem resposta<sup>349</sup>. O povo de Natividade escreveu duas cartas, uma para Dom Carlos e outra para o Papa João Paulo II pedindo a permanência do Padre Moacir, mas não obtiveram resposta de ambos os destinatários.

Assim, sendo, Padre Moacir Pessanha deixou a paróquia, tendo celebrado a sua última missa naquela igreja em 16 de outubro de 1984, e no dia 17 de outubro de 1984, a missa de Trento estava sendo celebrada em outro local<sup>350</sup>. Assim como os demais padres, Padre Moacir saiu por meio de ordem judicial.

São João da Barra, no litoral do norte do Estado do Rio de Janeiro, foi outro município onde um padre também foi removido por ser recusar a celebrar a missa reformada pelo Concílio Vaticano II. O Padre José Eduardo Pereira foi notificado em dezembro de 1984, e em janeiro de 1985, deixou a paróquia por decisão judicial do Juiz Benedito Carlos Ferreira<sup>351</sup>, assim como nos demais locais, o Padre José Eduardo foi abrigado por fiéis tradicionalistas e celebrou em casa e nas igrejas de irmandades que decidiram não participar no *Novus Ordo Missae* e continuar mantendo o antigo rito. Em São João da Barra, muitas igrejas não pertencem à Diocese e sim às irmandades de leigos, por isso não houve problemas para conseguir um novo lugar para celebrar a missa tridentina. Dessa forma, nessa cidade, a manutenção do Tradicionalismo foi mais tranquila do que nas demais paróquias. Em São João da Barra, uma pequena parte da população seguiu o padre Eduardo, e escolheu permanecer na

<sup>348</sup> ANEXO 22, p. 135.

<sup>349</sup> WHITE, 1993, p. 193.

<sup>350</sup> WHITE, 1993, p. 194.

<sup>351</sup> FOLHA DA MANHÃ, 13 de janeiro de 1985, Campos dos Goytacazes.

paróquia com o novo pároco<sup>352</sup>. Apesar de serem minoria, houve aqueles que permaneceram com o Padre Eduardo, havendo assim, como nas demais cidades da Diocese duas paróquias católicas, um com o antigo rito romano e a Matriz com o rito pós Concílio Vaticano II.

Localizada no Noroeste Fluminense, Santo Antônio de Pádua pertence à Diocese de Campos dos Goytacazes. Quando Dom Carlos Navarro chegou à diocese, o pároco da Matriz Santo Antônio de Pádua era o Padre Eduardo Athayde e o vigário era o Padre Alfredo Gualandi<sup>353</sup>, ambos tradicionalistas. E naturalmente, eles foram removidos da paróquia por Dom Carlos Alberto Navarro pelo mesmo motivo dos demais padres.

Assim que foi retirado da paróquia, em 1985, o Padre Eduardo deu início à construção de um novo templo na área urbana de Santo Antônio de Pádua, e contou com a contribuição dos fiéis que o seguiram. Em junho de 1988, Dom Antônio de Castro Mayer foi à cidade de Santo Antônio de Pádua para consagração do novo templo<sup>354</sup>. Assim como ocorreu em Bom Jesus do Itabapoana, na zona rural de Pádua algumas capelas foram transferidas para a propriedades de associações religiosas e os Padres Eduardo e Alfredo puderam celebrar a missa sem a interferência diocesana<sup>355</sup>, embora houvesse processos judiciais, o que era comum naquele momento. Em 1987, Padre Alfredo Gualandi, irmão do padre Geraldo Gualandi e José Gualandi, foi para Porciúncula atender aos fiéis tradicionalistas em função da morte do Padre José Collaço.

Em 1986, Dom Carlos Alberto Navarro enfrentou um dos maiores desafios: a remoção do Padre Fernando Arêas Rifan da paróquia Nossa Senhora do Rosário, em Campos dos Goytacazes<sup>356</sup>. O Padre Fernando Rifan era um dos líderes do movimento tradicionalista em Campos. Era ele quem dava as entrevistas por ser o porta-voz do movimento. As páginas dos jornais sempre notificavam atitudes e falas do Padre Fernando Rifan em função do seu discurso eloquente e de sua postura de líder. Foi justamente nesse período que Dom Carlos usou com mais contundência as suas colunas nos jornais contra o comportamento do clero tradicionalista.

Uma das atitudes do polêmico padre foi o convite para um debate com Dom Carlos Alberto, convite este negado pelo Bispo diocesano<sup>357</sup>. Em 1999, Padre Fernando Rifan publicou o polêmico livro “Quer agrade, quer desagrade”, uma reunião de diversos artigos publicados por ele em defesa do movimento tradicionalista e com severas críticas ao

<sup>352</sup> WHITE, 1993, p. 208.

<sup>353</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 286.

<sup>354</sup> WHITE, 1993, p. 214.

<sup>355</sup> WHITE, 1993, p. 215.

<sup>356</sup> WHITE, 1993, p. 217.

<sup>357</sup> FOLHA DA MANHÃ, 30 de setembro de 1985, Campos dos Goytacazes.

modernismo, aos exageros do Concílio Vaticano II e a outros problemas enfrentados pela sociedade atribuídos às questões de fé<sup>358</sup>.

No dia 06 de julho de 1986, Dom Carlos Navarro publicou uma carta na Folha da Manhã com o título “O Bispo”. Nessa carta, ele afirma que os fiéis devem obedecer ao clero e que este deve obediência ao Bispo, assim se constitui a hierarquia da Igreja Católica

Prezados filhos e filhas, o atual Bispo de Campos convida os verdadeiros católicos de nossa diocese a, diante de Deus, refletirem e a rezarem sobre os ensinamentos acima. Estejamos certos de que se referem ao Papa e aos Bispos as palavras de Jesus: “quem vos rejeita é a mim que rejeita, e quem me rejeita, rejeita aquele que me enviou” (Lc 10, 16).

Diante da ordem de Dom Carlos Navarro, os paroquianos do Padre Fernando mobilizaram-se para uma passeata em defesa do padre<sup>359</sup>. A saída do Padre Fernando Rifan da paróquia do Rosário mobilizou a mídia campista e perdurou por vários dias. Em 09 de julho de 1986, o jornal Folha da Manhã trazia a notícia intitulada “Padre Rifan recusa-se abandonar a paróquia”<sup>360</sup>. As notícias dessa remoção ainda perduraram vários dias nos jornais, rádios e na emissora de televisão da cidade. Outros episódios semelhantes se repetiriam. “Divergências entre correntes da Igreja em Campos continuam”<sup>361</sup> trazia a manchete do jornal narrando o embate entre Dom Carlos Navarro e o Padre Fernando Rifan em função dos diferentes pontos de vista. Neste mesmo número do jornal Folha da Manhã, Dom Carlos Alberto Navarro publicou uma carta com o título “A igreja ‘popular’ dos sacerdotes ‘tradicionalistas’”. Nessa carta, Dom Carlos Navarro começa citando o evangelho de Marcos 13, 22 a respeito dos falsos pastores, fazendo clara relação entre os falsos pastores e o clero tradicionalista, que na visão de Dom Carlos Navarro desvirtuava os fiéis a respeito do Concílio Vaticano II. Em tom irônico, Dom Carlos Navarro afirmou que a menor parte da população era tradicionalista e que, portanto, havia mais barulho do que adesão de fato. “Ai do homem pelo qual o escândalo vem” foi o título da carta escrita por Dom Carlos Navarro em relação à conduta tradicionalista de desobediência à hierarquia da Igreja e ao Concílio Vaticano II. Na carta publicada em diferentes jornais, Dom Carlos Navarro critica os tradicionalistas em uma atitude que o Bispo de Campos chama de escandalosa<sup>362</sup>. Assim sendo, entre julho e agosto de 1986 houve uma intensificação do cisma diocesano da Igreja de

<sup>358</sup> Em 2014, o padre Fernando Rifan, já sagrado Bispo, publicou um livro chamado Sementes, em função dos seus 40 anos de sacerdócio. Neste livro, ele adota tom ameno e apaziguador, em função do reconhecimento e da criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney pela Santa Sé.

<sup>359</sup> MONITOR CAMPISTA, 29 de junho de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>360</sup> FOLHA DA MANHÃ, 09 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>361</sup> FOLHA DA MANHÃ, 20 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>362</sup> FOLHA DA MANHÃ, 13 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.

Campos, e os jornais de Campos e região narraram embates diretos entre Dom Carlos Navarro e o Padre Rifan, e publicaram diferentes cartas de Dom Carlos Navarro criticando abertamente o clero tradicionalista.

No dia 29 de julho, a Diocese afirma que poderá entrar na justiça contra o Padre Fernando para reaver a Igreja Nossa Senhora do Rosário<sup>363</sup>. Até então, ele permanece na paróquia realizando seu trabalho pastoral, contra as orientações de Dom Carlos Navarro. E a data limite estabelecida por Dom Carlos Alberto Navarro para reintegração da paróquia do Rosário foi até às 10 horas da manhã do dia 07 de agosto de 1986<sup>364</sup>, caso o padre não saísse, a justiça seria acionada, como de fato aconteceu. No dia 24 de agosto, o juiz Ronaldo Assed Machado emitiu nota judicial determinando que o Padre Rifan entregasse as chaves da paróquia. No dia 31 de agosto de 1986, Padre Rifan celebrou sua última missa na paróquia. Nessa ocasião ele disse aos fiéis

Hoje, nós não estamos abandonando nossa luta; nós estamos sendo expulsos por uma ordem judicial e estamos nos transferindo para uma “paróquia de exílio”. Aqueles responsáveis pela implementação do progressismo na igreja serão os mesmo que profanarão este templo, por falta de respeito, pela presença de roupas indecentes, pela nova Missa. Eles podem introduzir o progressismo à força nessa igreja, mas mais tarde eles irão responder a Deus, na hora do julgamento final... Nosso trabalho permanecerá, com todo o seu apoio na periferia. Este é um dia histórico, e nós não partiremos derrotados. Um dia nós prestaremos contas e saberemos no paraíso que somos todos vitoriosos<sup>365</sup>.

Em agosto de 1986, os paroquianos da igreja do Padre Fernando Rifan fizeram uma placa agradecendo “Ao Padre Fernando Arêas Rifan, por dez anos em sua paróquia, por sua luta em defesa da Fé e da doutrina Católica, com toda gratidão de seus paroquianos”. Campos, 03 de agosto de 1986. No dia 01 de setembro, a placa foi removida a mando da Diocese de Campos<sup>366</sup>.

O último padre a ser removido foi o Padre José Gualandi da paróquia Nossa Senhora do Terço, em Campos dos Goytacazes. A remoção ocorreu em julho de 1987 e assim criou-se uma igreja paralela com Campos dos Goytacazes, com o Bispo emérito, Dom Antônio de Castro Mayer e mais 25 padres tradicionalistas. A esses padres, se juntariam ainda outros 3 padres: Padre Hélio Marcos da Silva Rosa e o Padre José Paulo Vieira, ordenados em 30 de novembro de 1986, pelo Arcebispo francês Marcel Lefebvre, no seminário de La Reja da FSSPX, na Argentina, onde fizeram sua formação e voltaram para Campos, e o Padre Manoel

<sup>363</sup> FOLHA DA MANHÃ, 29 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>364</sup> FOLHA DA MANHÃ, 07 de agosto de 1986, Campos dos Goytacazes.

<sup>365</sup> WHITE, 1993, p. 228.

<sup>366</sup> WHITE, 1993, p. 229.

Macedo de Farias, ordenado por Dom Antônio de Castro Mayer, em Varre-Sai, em 16 de dezembro de 1988<sup>367</sup>. Este que foi o último evento público que Dom Antônio promoveu.

É possível perceber que no interior da Diocese, Itaperuna foi a cidade diferente, pois o Padre Roberto Gomes Guimarães pároco da paróquia de São José do Avahy, a principal igreja da cidade, e o Padre Lamar da São Benedito seguiram as ordens de Dom Carlos Alberto. A paróquia Nossa Senhora de Fátima era menor do que as outras duas paróquias em Itaperuna, por isso nesta cidade, o Tradicionalismo católico não foi tão forte como nas demais cidades vizinhas. Entretanto, nas outras cidades, todos os padres das igrejas matrizes apoiaram e seguiram a postura de Dom Antônio de Castro Mayer. Em Campos dos Goytacazes, a situação também ficou dividida, com uma tendência maior ao progressismo, pois nesta cidade havia diferentes cleros regulares que já nos anos 70 celebravam a missa de Paulo VI. E, embora não apoiasse a celebração do novo rito, Dom Antônio também impediu as celebrações promulgadas pela Santa Sé no novo missal.

O desgaste de Dom Carlos na Diocese de Campos foi tão grande que o jornal Folha da Manhã de 14 de abril de 1985 notificou: “Igreja luta na justiça para recuperar mais de 100 capelas”<sup>368</sup>. Estas capelas ficaram sob posse dos padres tradicionalistas e tiveram que ser devolvidas à justiça, e outras ficaram com os fiéis tradicionalistas por pertencerem a irmandades e associações católicas, e foram amparados judicialmente. Campos, Natividade, Varre-Sai, Laje do Muriaé, São João da Barra e Santo Antônio de Pádua causaram tais problemas a Dom Carlos.

E por que somente a Diocese de Campos foi assim? Essa resposta passa necessariamente pelo entendimento de Dom Antônio de Castro Mayer a respeito das reformas conciliares, abordado no segundo capítulo deste presente trabalho, a respeito do modelo de Igreja que ele entendia como sendo o ideal e por ser um homem conservador e escrupuloso<sup>369</sup>, ele formou seu clero de igual maneira e seus fiéis a serem conservadores.

Entre a promulgação do *Novus Ordo Missae* em 1969 e a saída de Dom Antônio Mayer da Diocese de Campos dos Goytacazes passaram-se 12 anos. Esse tempo foi suficiente para ele formar na mentalidade do seu clero restrições em relação ao novo missal, ainda que este não tivesse sido declaradamente proibido na Diocese, conforme Dom Fernando Rifan e

---

<sup>367</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 286.

<sup>368</sup> FOLHA DA MANHÃ, 14 de abril de 1985, Campos dos Goytacazes.

<sup>369</sup> No depoimento colhido de Dom Roberto Guimarães no dia 09 de março de 2016, ele afirmou que Dom Antônio era muito escrupuloso na celebração da missa. E que portanto, alterar o texto do missal romano poderia comprometer a validade do sacramento da eucaristia, e como o novo missal dava mais liberdade a ao celebrante, a missa poderia perder sua validade em função da falta de zelo do padre por não observar rigorosamente às recomendações contidas no missal romano.

Dom Roberto Guimarães disseram em depoimento para a realização deste trabalho. Antes da saída de Dom Antônio de Castro Mayer, o clero salesiano, redentorista, beneditinos, carmelitas e jesuítas já celebravam a missa de Paulo VI<sup>370</sup>.

Além do mais, outros fatores contribuíram para dar à Diocese de Campos o caráter favorável ao Tradicionalismo: existência e manutenção de grupos religiosos de leigos pertencentes às associações como Pia União das Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Congregados Marianos e a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, com sede em São Paulo e que exercia em Campos um forte trabalho em função da relação entre Dom Antônio e o Dr. Plínio Correa de Oliveira. A criação do jornal O Catolicismo que transmitia valores muito conservadores, diretamente ligado à TFP. A criação do Seminário Maria Imaculada, em Varre-Sai em 1977, onde Dom Antônio poderia formar seu clero. A discussão a respeito da Reforma Agrária, e nesse sentido, Dom Antônio reuniu em torno de si as forças políticas conservadoras da região, uma vez que Dom Antônio era publicamente contra a Reforma Agrária no Brasil. E o golpe de 1964, nessa ocasião, Dom Antônio fazia duras críticas ao comunismo e os conservadores enxergaram no golpe militar a defesa da Pátria contra o inimigo externo: o socialismo<sup>371</sup>.

### 3.3 As Sagrações em Écône e a excomunhão dos Tradicionalistas

Em 1987, o Padre José Gualandi foi exonerado e, dessa forma, não havia mais padres tradicionalistas nas paróquias da Diocese de Campos, todos já tinham sido exonerados por Dom Carlos Alberto Navarro. Existia então em Campos dois cleros católicos: o clero diocesano e o clero tradicionalista. A Diocese estava dividida. Na Europa, também havia um clero tradicionalista; no entanto, diferente de Campos, o clero do Monsenhor Lefebvre era constituído de jovens oriundos de diferentes países europeus que ingressavam no seminário que pertencia à Fraternidade Sacerdotal São Pio X, fundado pelo Arcebispo francês Marcel Lefebvre em 1970 em Écône, na Suíça, e ali eram formados; portanto, não causaram uma divisão diocesana como ocorrera em Campos.

Nesta época, os padres de Campos e os tradicionalistas europeus estreitaram laços em função do mesmo ideal conservador a respeito da Igreja; assim em 1987, após uma visita ao Arcebispo francês, o Padre Fernando Rifan voltou motivado a continuar com seu

<sup>370</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 259.

<sup>371</sup> SEIBLITZ, 1992, p. 262-262.

posicionamento conservador, pois sabia que não eram somente os padres de Campos que resistiam ao Concílio Vaticano II<sup>372</sup>. No Brasil, o Monsenhor Lefebvre era conhecido, e o próprio Dom Carlos Alberto o classificou de rebelde porque ele tinha ideia de sagrar Bispos tradicionalistas, no prazo de um ano, sem a autorização do Vaticano<sup>373</sup>, incorrendo em excomunhão automática, e assim ele procedeu.

Em 1988, Dom Antônio estava com 83 anos de idade e Dom Lefebvre com 82. Tendo em vista a idade avançada dos dois Bispos, eles julgaram necessária a sagração de outros Bispos para darem continuidade ao movimento de resistência ao Concílio Vaticano II, pois sem Bispos não haveria mais como ordenar padres e assim a luta tradicionalista seria extinta. Em 30 de junho de 1988, Marcel Lefebvre ordenou quatro bispos sem a autorização da Santa Sé, incorrendo em excomunhão *latae sententiae*<sup>374</sup> e *ipso facto*<sup>375</sup>. Nessa ocasião, foram sagrados o suíço padre Bernard Fellay, o francês Padre Bernard Tissier de Mallerais; o inglês Padre Richard Nelson Williamson; e espanhol Padre Alfonso Ruiz de Galarreta. Foram, portanto, excomungados, tendo a notificação pública da excomunhão em 02 de julho de 1988, pela carta *Ecclesia Dei*, sob forma de *Motu Proprio*<sup>376</sup>. Dom Antônio de Castro Mayer participou da sagração, sendo igualmente excomungado. Nesse mesmo dia, Dom Carlos Navarro celebrou uma missa na catedral de Campos em reparação e classificou o evento de fantasia da fé<sup>377</sup>.

Entretanto, apesar da condenação da Igreja Católica Romana e das duras críticas de Dom Carlos Alberto Navarro, o Padre tradicionalista José Onofre Martins de Abreu classificou as sagrações em Êcône como o fato mais importante após o Concílio Vaticano II, por se tratar de uma ação de necessidade da Igreja, diante dos erros impostos pelo Concílio Vaticano II e classificou a excomunhão como nula, tendo em vista após o Concílio Vaticano II, a Igreja entrou em estado de excepcionalidade. O Padre José Gualandi classificou as sagrações como defesa da verdadeira doutrina católica<sup>378</sup>. Os tradicionalistas justificavam dizendo

Santo Atanásio foi também excomungado pelo Papa Libério (*Ep. Studens Paci*, D. 138) e nem por isso se perturbou: sabia que estava defendendo sua Fé como a Igreja

<sup>372</sup> FOLHA DA MANHÃ, 28 de julho de 1987, Campos dos Goytacazes.

<sup>373</sup> FOLHA DA MANHÃ, 15 de julho de 1987, Campos dos Goytacazes.

<sup>374</sup> Significa que ocorreu automaticamente no momento que a ação é cometida.

<sup>375</sup> Significa que um certo efeito é uma consequência direta da ação cometida

<sup>376</sup> Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu\\_proprio/documents/hf\\_jp-ii\\_motu-proprio\\_02071988\\_ecclesia-dei.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_02071988_ecclesia-dei.html)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>377</sup> FOLHA DA MANHÃ, 30 de junho de 1988, Campos dos Goytacazes.

<sup>378</sup> FOLHA DA MANHÃ, 01 de julho de 1988, Campos dos Goytacazes.

sempre ensinara e não queria participar do favorecimento da heresia patrocinada pelo Papa de então<sup>379</sup>.

### 3.4 A Sagração de Dom Licínio Rangel

No dia 12 de outubro de 1990, o Papa João Paulo II nomeou um novo Bispo para Diocese de Campos, o Monsenhor João Corso<sup>380</sup>. Ele substituiu Dom Carlos Alberto Navarro que se tornaria Arcebispo de Niterói. Dom João Corso foi o segundo Bispo a enfrentar a questão dos tradicionalistas que ainda estava longe de ser resolvida em Campos dos Goytacazes e ainda contaria com mais um episódio delicado.

Em 25 de abril de 1991, Dom Antônio Mayer faleceu, deixando o clero tradicionalista de Campos sem um bispo para ordenar seus padres e realizar o sacramento da crisma. Diante dessa situação, o clero tradicionalista precisou de um novo bispo<sup>381</sup>, e assim como ocorreu em Écône, os tradicionalistas fizeram uma nova sagração episcopal sem a autorização de Roma. No dia 28 de julho de 1991, na cidade de São Fidélis, Dom Licínio foi sagrado pelo Bispo francês Bernard Tissier de Mallerais, e contou com dois outros dois cosagrantes, Dom Richard Nelson Williamson e Dom Alfonso Ruiz de Galarreta<sup>382</sup>. Na ocasião, o superior da FSSPX, Bernard Fellay, também estava presente, assim como os outros padres da Fraternidade e da União Sacerdotal de Campos. Nesse momento, o Tradicionalismo em Campos entraria em um novo momento, e mais uma vez, a sagração episcopal não trouxe aos tradicionalista um temor a respeito da excomunhão, declarando-a sem validade<sup>383</sup>, pois justificavam na defesa da fé a sua conduta. Tal discurso era embasado no posicionamento do Monsenhor Marcel Lefebvre que não raras vezes afirmou que Roma vivia na apostasia e que o Concílio Vaticano II era anticristão<sup>384</sup>.

<sup>379</sup> RIFAN, F. A. *Quer agrade quer desagrede*. 1ª ed. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 1999, p. 73.

<sup>380</sup> João Corso, (1928- 2014) padre salesiano, juiz da rota romana com doutorado em teologia e direito canônico. Foi Bispo diocesano de Campos dos Goytacazes entre 1990 e 1996 e presidente do Tribunal Eclesiástico Regional do Rio de Janeiro assim que se tornou Bispo Emérito de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15161:morre-aos-86-anos-dom-joao-corso&catid=187&Itemid=214](http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15161:morre-aos-86-anos-dom-joao-corso&catid=187&Itemid=214)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>381</sup> Apesar de precisarem de um novo Bispo, o clero tradicionalista sempre afirmou que o Bispo que lhes atendia era um Bispo para estado de necessidade. O Bispo da diocese de Campos era o Bispo oficial da diocese, apesar dos tradicionalistas não o seguirem em decorrências das reformas conciliares.

<sup>382</sup> O GLOBO, 29 de julho de 1991, Rio de Janeiro.

<sup>383</sup> FOLHA DA MANHÃ, 28 de julho de 1991, Campos dos Goytacazes.

<sup>384</sup> FLEICHMAN, L. *Tradição versus Vaticano*: Dossiê completo das negociações entre Mgr. Lefebvre e o Vaticano 1988-2001. Permanência: Niterói, 2001, p. 14-15.

### 3.5 A Reconciliação dos Tradicionalistas de Campos com a Santa Sé

Após dois bispos terem passados pela Diocese de Campos e sem a resolução da questão tradicionalista, em 07 de janeiro de 1996, a Diocese entrou em um novo momento: Dom Roberto Gomes Guimarães se tornaria Bispo diocesano de Campos<sup>385</sup>. Dom Carlos Navarro era da linha de Dom Eugênio de Salles e pretendeu abrir a Diocese, mas sem risco de modernizar ao ponto de abrir para a Teologia da Libertação e tampouco ficar no outro extremo conservador, como os tradicionalistas<sup>386</sup>. Dom João Corso era canonista da rota romana, com excelente formação acadêmica, e também não conseguiu resolver a situação de Campos, que foi iniciada no episcopado de Dom Carlos Navarro. Durante o episcopado de Dom João Corso houve a sagração do sucessor de Dom Antônio Mayer, Dom Licínio Rangel. Essa sagração foi um fato agravante na situação diocesana de Campos. Então, o Papa João Paulo nomeou um padre do próprio clero de Campos, Monsenhor Roberto Gomes Guimarães, que fora ordenado padre por Dom Antônio Mayer e conhecia bem o clero tradicionalista, porque foram formados juntos, no mesmo seminário<sup>387</sup>.

Nas comemorações do jubileu do ano 2000, um evento importante aconteceu, porque os tradicionalistas do mundo inteiro foram a Roma para celebrar o jubileu com o Papa, mesmo estando excomungados<sup>388</sup>. No ano 2001 começaram as conversações entre Roma e os tradicionalistas europeus e tradicionalistas de Campos. A FSSPX não negou o acordo com Roma<sup>389</sup>; então, os padres de Campos escreveram uma carta pedindo perdão ao Papa pedindo o seu reconhecimento, e assim aconteceu<sup>390</sup>.

E se, por acaso, no calor da batalha em defesa da verdade católica, cometemos algum erro ou causamos algum desgosto a Vossa Santidade, embora a nossa intenção tenha sido sempre servir à Santa Igreja, humildemente suplicamos o seu paternal perdão. Renovando os mais profundos sentimentos de veneração para com a augusta Pessoa do Vigário de Jesus Cristo na terra e suplicando, para nós e para o nosso ministério, o precioso benefício da Bênção Apostólica, somos de Vossa Santidade, filhos humildes e obedientes, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil, 15 de agosto de 2001<sup>391</sup>.

<sup>385</sup> FOLHA DA MANHÃ, 06 de janeiro de 1996, Campos dos Goytacazes.

<sup>386</sup> SEIBLITIZ, 1992, p. 275.

<sup>387</sup> No depoimento realizado em 09 de março de 2016, Dom Roberto afirmou que seu caráter conciliador foi determinante para sua escolha para o episcopado de Campos.

<sup>388</sup> FLEICHMAN, 2001, p. 71.

<sup>389</sup> FLEICHMAN, 2001, p. 86.

<sup>390</sup> Conforme documento em anexo a esta dissertação.

<sup>391</sup> Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/wp-content/uploads/2014/01/Carta-de-Dom-Lic%3%ADnio-e-dos-Padres-da-ent%3%A3o-Uni%3%A3o-Sacerdotal-S%3%A3o-Jo%3%A3o-Maria-Vianney-ao-Santo-Padre-Jo%3%A3o-Paulo-II.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Todos os padres da União Sacerdotal São João Maria Vianney assinaram a carta de pedido de perdão e reconhecimento pela Santa Sé.

O Papa João Paulo II recebeu a carta em 25 de dezembro de 2001 e respondeu positivamente aos padres União Sacerdotal São João Maria Vianney

Ao Venerável Irmão Licínio Rangel e aos queridos Filhos da União São João Maria Vianney de Campos (Brasil) (...) Neste documento, a União será erigida canonicamente como Administração Apostólica, de caráter pessoal, diretamente dependente desta Sé Apostólica e com território na diocese de Campos. Tratar-se-á de uma jurisdição cumulativa com a do Ordinário do lugar. O seu governo te será confiado, Venerável Irmão, e será assegurada a tua sucessão. Será confirmada à Administração Apostólica a faculdade de celebrar a Eucaristia e a Liturgia das Horas conforme o Rito Romano e a disciplina litúrgica codificados pelo nosso predecessor São Pio V, com as adaptações introduzidas pelos seus sucessores até o Beato João XXIII<sup>392</sup>.

A carta foi lida pelo padre Fernando Guimarães, na criação da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. Assim, a Santa Sé recebeu os padres tradicionalistas de Campos na comunhão na Igreja novamente, em uma cerimônia presidida pelo Prefeito da Congregação para o Clero, o Cardeal Dom Dario Castrillón Hoyos, e teve lugar na Catedral Diocesana de Campos, no dia 18 de janeiro de 2002. No reconhecimento da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney estavam presentes o Núncio Apostólico do Brasil Alfio Rapisarda, Dom Eugênio Sales; Dom Carlos Alberto Navarro; Dom Roberto Guimarães; Dom Licínio Rangel; o clero diocesano; o clero tradicionalista e centenas de fiéis das duas linhas católicas<sup>393</sup>. A partir deste momento, a Igreja Católica de Campos passou a ter oficialmente reconhecidos pela Santa Sé dois bispos: o Bispo diocesano e o Bispo da Administração Apostólica Pessoa São João Maria Vianney, voltada para atender aos fiéis que preferem assistir à missa tridentina, já que até então, havia o Bispo diocesano e o Bispo tradicionalista, caracterizando uma situação irregular para os padrões católicos.

Dom Licínio faleceu em 16 de dezembro de 2002; no entanto, antes do seu falecimento, ele pediu à Santa Sé a sagração de um bispo para substituí-lo à frente da Administração Apostólica. Em 18 de agosto de 2002, Dom Dario Hoyos voltou a Campos e sagrou Dom Fernando Arêas Rifan, em substituição Dom Licínio à frente da Administração Apostólica. Na cerimônia, Dom Alano Maria Pena, Bispo de Nova Friburgo e Dom Licínio Rangel foram os Bispos cosagrantes. Dom Roberto Guimarães estava hospitalizado e não pôde comparecer à sagração. Dom Carlos Alberto Navarro, Arcebispo de Niterói e Dom

<sup>392</sup> Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/wp-content/uploads/2014/01/Carta-do-Santo-Padre-Jo%C3%A3o-Paulo-II-a-Dom-Lic%C3%AAdnio-e-aos-Padres-da-ent%C3%A3o-Uni%C3%A3o-Sacerdotal-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Maria-Vianney.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

<sup>393</sup> MONITOR CAMPISTAS, 19 de janeiro de 2002, Campos dos Goytacazes.

Eugênio Sales, Dom Manoel Pestana, Bispo de Anápolis, e o Abade do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, Dom José Palmeiro Mendes, também assistiram à sagração de Dom Fernando Rifan. A presença de um abade, de dois bispos e de dois cardeais, além de Dom Licínio, comprovava que a Administração Apostólica estava em plena comunhão com a Santa Sé e estabeleceu um relacionamento direto com as demais dioceses do Brasil, mesmo conservando o rito Tridentino e suas particularidades próprias de uma Administração Pessoal ligada diretamente ao Papa.

Após o reconhecimento, a Administração integrou oficialmente à Igreja Católica, devidamente reconhecida por Roma, e o discurso até então agressivo e de crítica foi revisto e deu lugar a um discurso de conciliação, valorizando a comunhão entre a Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney e a Santa Sé, e não somente com a Santa Sé, o clero da Administração Apostólica São João Maria Vianney participa ativamente. Dom Fernando participa da CNBB, o clero e os seminaristas participam dos eventos que compõem o regional leste 1 da CNBB<sup>394</sup>. Haja vista o documento escrito por Dom Fernando Arêas Rifan ao seu clero e aos fiéis em sua orientação pastoral

O nosso objetivo é pois, repito, purificar o nosso “*tradicionalismo*”, corrigindo distorções, imprecisões e até desvios doutrinários, para que, assim purificados, possamos realmente prestar serviço à Hierarquia da Igreja, combatendo eficazmente, ao lado dela e sob sua autoridade, a “*autodemolição*” da Igreja, lamentada pelo Papa Paulo VI, salvando muitas almas, especialmente as nossas<sup>395</sup>.

Assim sendo, atualmente em Campos dos Goytacazes existem dois bispos em função das duas linhas do catolicismo, caracterizando uma realidade singular no mundo, uma vez que após 20 anos de conflitos dentro do clero diocesano de Campos, a Santa Sé aceitou reconhecer os padres tradicionalistas de Campos, finalizando um episódio delicado originário em decorrência das reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, de recepção peculiar no norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>394</sup> O regional leste 1 é composto pela arquidiocese de Niterói (sede), dioceses de Campos, Petrópolis, Nova Friburgo e Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney. Disponível em: <<http://cnbbleste1.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

<sup>395</sup> Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/artigos/orientacao-pastoral-sobre-o-magisterio-vivo-da-igreja/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

## CONCLUSÃO

O Concílio Vaticano II trouxe muitas mudanças para a Igreja Católica Romana, pois o *Aggiornamento* sugerido pelo Papa João XXIII, na gênese do Concílio, pode ter muitos significados diferentes, e assim o foi. Embora a Igreja tenha dado as diretrizes para a recepção do Concílio, fato foi que as diferentes realidades católicas espalhadas pelo mundo inteiro interpretaram e receberam o Concílio muito à luz das suas respectivas realidades.

É sabido que o Concílio Vaticano II teve por uma das suas principais metas, responder à realidade do continente europeu, no pós-guerra, tão sedento de questões existenciais. Não obstante, a década de 1960 foi marcada pela luta por conquistas de direitos dos negros e das mulheres na América do Norte. O continente africano, inserido na descolonização, galgava uma identidade própria já independente do colonizador europeu. Assim como a América Latina, marcada pelas ditaduras militares e inseridas na Guerra Fria, buscava resolver as mazelas sociais que flagelavam, e ainda flagelam, milhões nesse continente. Por isso, tendo em vista a pluralidade do mundo neste momento histórico, a recepção do Concílio não poderia se dar de forma homogênea. E neste aspecto, o Concílio merece muitas pesquisas em buscas de respostas.

Em um primeiro momento, a Igreja particular de Campos dos Goytacazes não implementou as reformas conciliares, e após 20 anos de conflito em Campos, a solução foi a coexistência de duas linhas católicas para atender, sem exclusão, aos diferentes anseios de fiéis. Entretanto, o Tradicionalismo católico é dinâmico e continua expressando sua religiosidade. Assim, é sabido que alguns grupos mantêm o rito Tridentino em comunhão com Roma, como a Fraternidade São Pedro, a Administração Apostólica de Campos e o Instituto Bom Pastor. Existe ainda a Fraternidade Sacerdotal São Pio X, que está em diálogo com Roma visando um possível reconhecimento, após a suspensão da excomunhão pelo Papa Bento XVI em 2009. Existe ainda a União Sacerdotal Marcel Lefebvre, criada pelo Bispo inglês Dom Richard Nelson Williamson, recém saída da FSSPX, uma vez que Williamson e seus seguidores não aceitam diálogo com Roma, até que o Concílio Vaticano II seja anulado e tudo volte a ser como antes o Concílio, e por isso, mantêm a resistência do Concílio Vaticano II, até com sagrações episcopais sem mandato apostólico.

Diante de um cenário com tanta complexidade, não se pode falar hoje em Tradicionalismo católico, mas sim em tradicionalismos, tendo em vista a pluralidade que esse movimento tomou, apesar de ter surgido de forma homogênea com o Dom Marcel Lefebvre e Dom Antônio de Castro Mayer.

Após o reconhecimento da Administração Apostólica Pessoal São João Maria Vianney pela Santa Sé, os grupos Tradicionalistas fizeram duras críticas à Administração, classificando esse clero de traidor. Entretanto, Dom Dario Castrillón Hoyos disse em uma entrevista que o modelo de diálogo estabelecido com a Igreja de Campos servirá para o mundo inteiro<sup>396</sup>, mesmo assim, essa realidade de proximidade ainda está longe de acontecer, em função de divisões ocorridas no Tradicionalismo católico, contudo, a Santa Sé segue com repetindo os esforços usados em Campos com outras ordens religiosas Tradicionalistas.

Diante dos fatos, conclui-se que a Igreja Católica Romana está aberta ao diálogo por querer ver a conciliação com todos os grupos católicos. E que a Igreja de Campos dos Goytacazes tem uma história singular diante da mentalidade conservadora do seu clero, apesar de estar inserida na América Latina, berço da Teologia da Libertação. A maioria do clero diocesano rompeu com Roma em função da mentalidade conservadora de Dom Antônio diante das reformas conciliares. Entretanto, esse mesmo Bispo, que levou seu clero à ruptura com Roma, foi um dos principais promotores da reconciliação a longo prazo, pois da mesma forma que ele condenou o Modernismo, ele também sempre afirmou que o católico não pode estar rompido com o Papa, autoridade suprema da Igreja, conforme sua carta pastoral Instrução Pastoral sobre a Igreja, de março de 1965<sup>397</sup>.

O clero tradicionalista de Campos começou de forma aguerrida, condenando totalmente o Concílio Vaticano II e assim o foi por 20 anos, e com os anos foi percebendo a sua situação como irregular, e portanto, insustentável. O discurso de condenação ao mundo moderno sempre foi dirigido aos fiéis, caracterizando uma severa religiosidade, porque os tradicionalistas entendiam que ao cristão cabe a renúncia e a penitência, para obtenção da salvação eterna, e evidentemente, que por estarem tão próximos ao modelo católico pós Vaticano II, o clero tradicionalista acirrava esse discurso, visando à manutenção da sua religiosidade. Entretanto, com a entrada de novos seminaristas e a consequente ordenação destes em padres e a adesão dessa fé por jovens, oriundos das famílias que seguiram Dom Antônio nos anos 80, houve um processo de mudança na mentalidade desse grupo religioso, o que flexibilizou uma aproximação com a Igreja conciliar, tornando a expressão da religiosidade Tradicionalista mais flexível e menos rigorosa, sem perder a identidade. Após com reconhecimento da Santa Sé e a sagração de Dom Fernando Rifan, o Tradicionalismo católico de Campos foi diretamente influenciado pelas diretrizes da CNBB, o que deu novos elementos a essa religiosidade, haja vista o fato de os jovens tradicionalistas de Campos terem

<sup>396</sup> FOLHA DA MANHÃ, 18 de janeiro de 2002, Campos dos Goytacazes.

<sup>397</sup> MAYER, 1971, p. 238.

participado da Jornada Mundial da Juventude e os jovens padres terem participado deste evento concelebrando a missa com o Papa Francisco, inclusive.

Portanto, o que se verifica em Campos atualmente é a realidade de duas linhas católicas que se frequentam e estão em comunhão com a Santa Sé, com o entendimento que a religião deve preservar seus valores sem que necessariamente os fiéis devam se abster do mundo contemporâneo, como fora no início do Tradicionalismo em Campos, mas sim integrando à sociedade, e que religião não representa um discurso castrador, mas sim um discurso que agrega valores e que esses valores, uma vez aderidos pelo indivíduo, moldam seu entendimento social nas mais variadas questões que tocam os fiéis inseridos em um mundo cada vez mais plural. Assim sendo, o Tradicionalismo em Campos mudou sua forma de ver o mundo e o clero, de forma mais específica o clero mais jovem, e os fiéis praticam sua religiosidade com tranquilidade, pois não precisam mais combater o catolicismo, apesar de serem católicos. E como disse Dom Roberto Guimarães na cerimônia e reconhecimento da Administração, “tudo se esquece e tudo se faz novo”, assim o movimento Tradicionalista de Campos reviu o seu discurso, e conserva a sua identidade e legitima e reconhece o Concílio Vaticano II como um Concílio da Igreja, e por isso, ele está em plena comunhão com o Papado de Francisco e com seus sucessores.

## REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, G. *História dos Concílios Ecumênicos*. 1ª edição. São Paulo. Paulus, 1995.
- ARRAES, V.C. *De Pio XII a Paulo VI: do conservadorismo à incerteza da renovação durante a Guerra Fria*. Revista de Informação Legislativa, Brasília-DF, v. 42, n.165, p. 77-98, 2005.
- BENQUET, P. CAMDESSUS, C. *A Guerra Perdida do Vaticano II*. [Filme-Vídeo]. Produção de Christine Camdessus e direção de Patrick Benquet. Paris. Canal France 3, 2012. 87 min. Color. Son.
- BEOZZO, J.O. Presença e atuação dos Bispos brasileiros no Vaticano II. IN: GONÇALVES, P.S.L e BOMBONATO, V.I. *Concílio Vaticano II análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004,
- BERGER, P. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BLAINEY, G. *Uma Breve História do Cristianismo*. 1ª ed. São Paulo: ed. Fundamento, 2012.
- \_\_\_\_\_. *G. Uma Breve História do Mundo*. São Paulo: ed. Fundamento, 2011.
- \_\_\_\_\_. *G. Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Ed. Fundamento, 2008.
- CALDEIRA, R.C. *Os Baluartes da Tradição: O Conservadorismo Católico Brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba. ed. CRV, 2011.
- COMBY, J. *Para ler a História da Igreja II. De século XV ao século XX*. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.
- FAGGIOLI, M. *Vaticano II a luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FELÍCIO, M.R. *Na viragem do século (XIX-XX): a crise modernista*. Máthesis: Viseu, 2002.
- FLEICHMAN, L. *Tradição versus Vaticano: Dossiê completo das negociações entre Mgr. Lefebvre e o Vaticano 1988-2001*. Permanência: Niterói, 2001.
- GIBELLINI, R. *A Teologia do Século XX*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, M. *Do Liberalismo à Apostasia: a Tragédia Conciliar*. 2ª Ed. Permanência. Niterói, 2013
- MARTINS, M.H.P. ARANHA, M.L de A. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Ed. Moderna, 2009.
- MATTEI, R. *O Concílio Vaticano II uma história nunca escrita*. São Paulo: Ambiente e Costumes, 2013.
- MAYER, A.C. *Por um Cristianismo Autêntico*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1971.

MEDEIROS, W.S. *Concílio Vaticano I (1869-1870): Centralização do Catolicismo*. Revista Eletrônica Discente de História.com. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Cruz das Almas, Ano 1, Volume 1, 2013.

PADRES DE CAMPOS. *A Missa Nova: Um Caso de Consciência*. Artpress. São Paulo, 1982.

\_\_\_\_\_ Dom Antônio de Castro Mayer: 1948-1988. Quarente anos de Episcopado. Damadá: Itaperuna, 1988.

RÉMOND, R. *O Século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974.

RIFAN, F. A. *Quer agrade quer desagrade*. 1ª ed. Campos dos Goytacazes: Gráfica Lobo, 1999.

ROSÁRIO, A.R. *Reflexões e Lembranças de um padre suas lutas e fracassos*. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas, 1984.

ROY-LYSENCOURT, P. O Coetus Internationalis Patrum no Concílio Vaticano II: apresentação e resultados de uma pesquisa. Horizonte, Belo Horizonte, v.13, nº 38, p. 1051-1079, abril/junho 2015.

SEIBLITZ, Z. Conflito na Diocese de Campos. In: SANCHIS, P. (Org.). *Catolicismo: Modernidade e Tradição*. São Paulo: Loyola, 1992.

SILVA, W.T. Diálogo por cima dos muros: as encíclicas de João XXIII e o desenvolvimento católico brasileiro. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Araucária, Ano III, n. 8, p. 211-225, Set. 2010.

SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. IN: BOMBONATTO, V.I. e GONÇALVES, P.L. (ORG.) *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo. Paulinas, 2004.

\_\_\_\_\_ N. GONÇALVES, P.S.L. *Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013.

SOUZA, N. GOMES, E.S. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 44, nº 1, p.5 a 27, janeiro-abril. 2014.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

WILTGEN,R. *O Reno se lança sobre o Tibre: O Concílio desconhecido*. 1ª ed. Permanência: Niteroi, 2007.

WHITE, D. A. *The Mouth of the Lion*, Ed. Angelus Press, Kansas, 1993.

WEBSITES:

Disponível

em:

<[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_xxiii/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jxxiii\\_apc\\_19611225\\_humanae-salutis\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_constitutions/documents/hf_jxxiii_apc_19611225_humanae-salutis_po.html)>. Acesso em: 27 set. 2014.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost\\_constitutions/1961/documents/hf\\_j-xxiii\\_apc\\_19611225\\_humanae-salutis.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html)> Acesso em: 01 maio 2015.

Disponível em: <[http://traditioninaction.org/ProgressivistDoc/A\\_171\\_Buonaiuti.html](http://traditioninaction.org/ProgressivistDoc/A_171_Buonaiuti.html)> Acesso em: 02 abr. 2015.

Disponível em: <<http://www.histoire.presse.fr/actualite/infos/qui-a-peur-des-cures-rouges-01-03-2004-8703>> Acesso em: 02 abr. 2015.

Disponível em <<http://www.histoire.presse.fr/actualite/infos/qui-a-peur-des-cures-rouges-01-03-2004-8703>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

Disponível em. <<http://www.news.va/pt/news/concilio-vaticano-ii-joao-xxiii-a-igreja-e-a-relac>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1945/documents/hf\\_p-xii\\_spe\\_19450509\\_radiomessage-war.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1945/documents/hf_p-xii_spe_19450509_radiomessage-war.html)>. Acesso em: 01 jul. 2015.

Disponível em: <<http://icsxx.weebly.com/existencialismo.html>>. Acesso em: 02 jul. de 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_29061943\\_mystici-corporis-christi.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_29061943_mystici-corporis-christi.html)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xii\\_enc\\_12081950\\_humani-generis.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_12081950_humani-generis.html)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

Disponível em: <<http://vatican2-en-questions.org/la-nouvelle-theologie/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_p-xii\\_apc\\_19501101\\_munificentissimus-deus.html](http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-xii_apc_19501101_munificentissimus-deus.html)> Acesso em: 03 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_john-xxiii\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_john-xxiii_po.html)> Acesso em: 01 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm)>. Acesso em: 05 jul. 2015.

Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=antimodernismo&lang=bra>>. Acessado em: 11 jul. 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_19070908\\_pascendi-dominici-gregis.html](http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19641121\\_unitatis-redintegratio\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_06081964\\_ecclesiam.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_06081964_ecclesiam.html)>. Acesso em: 09 jul. 2015.

Disponível em: <[https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/december/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19811219\\_centenario-bea.html](https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1981/december/documents/hf_jp-ii_spe_19811219_centenario-bea.html)>  
Acesso em: 10 jul. 2015.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf\\_p-vi\\_spe\\_19651004\\_united-nations.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651004_united-nations.html)> Acesso em: 10 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html)>. Acesso em: 11 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>. Acesso em: 11 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651207\\_presbyterorum-ordinis\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decl\\_19651028\\_gravissimum-educationis\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/chrstuni/documents/rc\\_pc\\_chrstuni\\_doc\\_16031998\\_ecumenical-dimension\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/chrstuni/documents/rc_pc_chrstuni_doc_16031998_ecumenical-dimension_sp.html)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/eugenius-iv/it/documents/bulla-cantate-domino-4-febr-1442.html>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

Disponível em: <<http://arquioceseocampinas.com/clero/dom-antonio-de-castro-mayer>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/biografia-de-dom-antonio-de-castro-mayer/>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

Disponível em: <[http://cleofas.com.br/voce-sabe-o-que-e-a-patristica/http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais\\_da\\_igreja/os\\_santos\\_padres](http://cleofas.com.br/voce-sabe-o-que-e-a-patristica/http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/pais_da_igreja/os_santos_padres)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/historic\\_figures/luther\\_martin.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/luther_martin.shtml)>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507457-jean-danielou-vida-e-morte-de-um-teologo-artigo-de-gianfranco-ravasi>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Disponível em: <[http://www.snpcultura.org/id\\_bernard\\_haring.html](http://www.snpcultura.org/id_bernard_haring.html)>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Disponível em: <<http://numinosumteologia.blogspot.com.br/2010/01/edward-schillebeeckx-uma-breve.html>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

Disponível em: <<http://www.historialivre.com/moderna/calvino.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Disponível em: <<http://www.zwingli.org/ulrichzwingli.php>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Disponível em: <<http://www.biography.com/people/henry-viii-9335322>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Disponível em: <<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-o-concilio-de-trento/>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_pius-ix\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html)>. Acesso em: 05 jan. 2016.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/news\\_services/liturgy/saints/ns\\_lit\\_doc\\_20000903\\_pius-ix\\_po.html](http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20000903_pius-ix_po.html)>. Acesso em: 09 fev. 2016.

Disponível em: <<https://w2.vatican.va/content/vatican/pt/holy-father/pio-x.html>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/pe-manoel-macedo-de-farias/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Disponível em: <[http://pt.radiovaticana.va/storico/2014/01/04/h%C3%A1\\_50\\_anos,\\_paulo\\_vi\\_peregrino\\_na\\_terra\\_santa\\_e\\_hist%C3%B3rico\\_abra%C3%A7o\\_aopor-761177](http://pt.radiovaticana.va/storico/2014/01/04/h%C3%A1_50_anos,_paulo_vi_peregrino_na_terra_santa_e_hist%C3%B3rico_abra%C3%A7o_aopor-761177)>. Acesso em: 08 fevereiro 2016.

Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/dom-marcel-lefebvre-e-dom-antonio-de-castro-mayer-10-anos-de-falecimento/>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Disponível em: <<http://www.zoroastrian.org.uk/vohuman/Article/Koenig,Cardinal%20Franz.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html)>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/as-62-razoes-para-nao-assistir-a-missa-nova/>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

Disponível em: <[http://amdg.free.fr/campos\\_castrom\\_paul6.htm](http://amdg.free.fr/campos_castrom_paul6.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Disponível em: <[http://www.varresai.rj.gov.br/site/nossa\\_historia-pagina-54-2-54](http://www.varresai.rj.gov.br/site/nossa_historia-pagina-54-2-54)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/as-62-razoes-para-nao-assistir-a-missa-nova>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Disponível em: <<http://www.capela.org.br/Missa/antonio.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Disponível em: <[http://www.diocesedecampos.org.br/gal\\_bispos.html](http://www.diocesedecampos.org.br/gal_bispos.html)>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Disponível em: <<http://www.fsspx.com.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Disponível em: <<http://arqnit.org.br/arqnitfinal/dom-carlos-alberto-etchandy-gimeno-navarro-10-anos-de-falecimento/>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

Disponível em: <[http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu\\_proprio/documents/hf\\_jp-ii\\_motu-proprio\\_02071988\\_ecclesia-dei.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/motu_proprio/documents/hf_jp-ii_motu-proprio_02071988_ecclesia-dei.html)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Disponível em: <[http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15161:morre-aos-86-anos-dom-joao-corso&catid=187&Itemid=214](http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15161:morre-aos-86-anos-dom-joao-corso&catid=187&Itemid=214)>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/wp-content/uploads/2014/01/Carta-de-Dom-Lic%C3%ADnio-e-dos-Padres-da-ent%C3%A3o-Uni%C3%A3o-Sacerdotal-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Maria-Vianney-ao-Santo-Padre-Jo%C3%A3o-Paulo-II.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Disponível em: <<http://www.adapostolica.org/wp-content/uploads/2014/01/Carta-do-Santo-Padre-Jo%C3%A3o-Paulo-II-a-Dom-Lic%C3%ADnio-e-aos-Padres-da-ent%C3%A3o-Uni%C3%A3o-Sacerdotal-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Maria-Vianney.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Disponível em: <<http://cnbbleste1.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 01 abr. 2016.

Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/doutrina/documentos-da-igreja/7949-orientacao-pastoral-o-magisterio-vivo-da-igreja>> Acesso em: 30 mar. 2016.

#### JORNAIS:

O GLOBO, 17 de julho de 1971, Rio de Janeiro.

BOLETIM DIOCESANO, junho de 1977, Campos dos Goytacazes.

VERITAS, janeiro de 1980, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 16 de Novembro de 1981, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 24 de Novembro de 1981, Campos dos Goytacazes.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 de setembro de 1982, São Paulo.

FOLHA DA MANHÃ, 03 de janeiro de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 03 de janeiro de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 10 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 11 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 11 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 20 de janeiro de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 11 de junho de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 25 de agosto de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 27 de agosto de 1982, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 10 de novembro de 1982, Campos dos Goytacazes.

JORNAL DO BRASIL, 26 de setembro de 1983, Rio de Janeiro.

FOLHA DA MANHÃ, 02 de janeiro de 1983, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 13 de agosto de 1983, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 10 de setembro de 1983, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 16 de setembro de 1983, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 20 de setembro de 1983, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 11 de outubro de 1983, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 30 de maio de 1984, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 23 de setembro de 1984, Campos dos Goytacazes

FOLHA DA MANHÃ, 27 de setembro de 1984, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 02 de outubro de 1984, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 02 de setembro de 1984, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 13 de janeiro de 1985, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 20 de março de 1985, Campos dos Goytacazes.

FOLHA DA MANHÃ, 14 de abril de 1985, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 30 de setembro de 1985, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 17 de janeiro de 1986, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 17 de janeiro de 1986, Campos dos Goytacazes.  
MONITOR CAMPISTA, 29 de junho de 1986, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 09 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 20 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 13 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 29 de julho de 1986, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHA, 07 de agosto de 1986, Campos dos Goytacazes  
FOLHA DA MANHÃ, 21 de junho de 1987, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 28 de julho de 1987, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 15 de julho de 1987, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 30 de junho de 1988, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 01 de julho de 1988, Campos dos Goytacazes.  
O GLOBO, 29 de julho de 1991, Rio de Janeiro.  
FOLHA DA MANHÃ, 28 de julho de 1991, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 06 de janeiro de 1996, Campos dos Goytacazes.  
MONITOR CAMPISTAS, 19 de janeiro de 2002, Campos dos Goytacazes.  
FOLHA DA MANHÃ, 18 de janeiro de 2002, Campos dos Goytacazes.

## ANEXOS

## ANEXO 1

## AS VESTES A LUZ DA BÍBLIA SAGRADA ( I )

Porque muitos padres não usam mais falar contra a imodéstia das modas, muitas pessoas, sobretudo as mais novas, ficam pensando que as exigências da modéstia são invenções dos padres tradicionalistas. Por isso, quero tratar deste assunto baseado na Sagrada Escritura, que é a palavra de Deus.

1 - Deus Criou Adão e Eva no estado de inocência, sem a concupiscência, isto é, sem o desregramento das paixões. Daí, antes do pecado, Adão e Eva estavam nus e não se envergonhavam. Confira a Bíblia Sagrada: Gen. II, 25. E eles conversam familiarmente com Deus. Mas a partir do momento em que pecaram, perderam a inocência, começaram a ter maldade e então, tiveram vergonha em se verem nus, e coseram folhas de figueira e fizeram para si cinturas. É o que se lê na Sagrada Escritura em Gen. III, 7. Foi o que eles puderam conseguir naquele momento após o pecado. Mas embora assim cobertos na cintura, se julgaram ainda nus, tiveram vergonha e se esconderam de Deus. Confira a Bíblia Sagrada: Gen. III, 9 e 10. E notei que o próprio Deus não achou também suficiente esta veste sumária. Eis o que diz a Bíblia em Gen. III, 21: «Fêz também o Senhor Deus a Adão e à sua mulher umas túnicas de peles e os vestiu».

2 - Consideremos bem isto, porque é uma ação do próprio Deus. Quem ousará contestá-la?! Se veste fosse assim algo secundário, Deus teria deixado a critério de Adão e Eva. Considere-se primeiramente, que Deus os vestiu assim com modéstia, embora fossem esposos e os únicos que existiam até então sobre a terra. Neste particular entende-se a palavra de S. Paulo que recomenda a modéstia «porque Deus está perto». Confira Filipenses IV, 5. A pessoa deve se vestir com modéstia não só na igreja mas em toda parte. É claro que na igreja exigir-se-ão modéstia e decore ainda maiores. São Paulo diz: «Do mesmo modo orem também as mulheres em trajés honestos, vestindo-se com modéstia e sobriedade». Confira I Timóteo, II, 9. Considere-se também que Deus vestiu nossos primeiros pais com túnicas. A túnica, por sua própria natureza, é uma veste que satisfaz as exigências da modéstia, porque oculta inteiramente o corpo não só enquanto o cobre, mas também enquanto não deixa transparecer a sua forma.

3 - Era também exigido por Deus a diferenciação entre o modo de se vestir dos homens e das mulheres; tanto assim que Deus considera abominável a mulher que se veste de homem e vice-versa. É o que diz a Bíblia Sagrada em Deuteronomio, XXII, 5. Vê-se, portanto, que as vestes unissex são condenadas por Deus na Sagrada Escritura. E a própria ordem natural exige que as diferenças entre os sexos sejam manifestadas, de maneira digna e honesta, pelo modo diferente de vestir, adequado a cada sexo.

Entre o povo fiel a Deus, procurando obedecer ao Seu preceito, desde os primeiros tempos, procurou-se um feitiço de túnica para cada sexo, além das vestes complementares que davam naturalmente uma diferenciação maior. Há, no entanto, testemunhos de que os pagãos não obedeciam a estas normas. Não reconheciam o verdadeiro Deus e a sua Lei.

Os sacerdotes da Antiga Lei também usavam túnicas cujo modelo era bem diferente e foi indicado pelo próprio Deus. Confira Êxodo, XXVIII, 31. Nosso Senhor Jesus Cristo também se cobria com túnica. Confira S. João, XIX, 23. Há muitas outras passagens do Antigo e do Novo Testamento que mostram ser a túnica usada entre o povo. Por exemplo: Gen. XXXVII, 32; S. Mateus, V, 50 Ats. IX, 39 etc.

4 - Alguém dirá que estas vestes tiveram que ser trocadas por outras diante das novas exigências da sociedade. Até concedemos que assim possa ser, mas desde que se respeitem os dois princípios determinados por Deus na Sagrada Escritura através do exemplo dado em relação a Adão e Eva e do preceito do Deuteronomio, XXII, 5 ou seja: 1º - que a roupa cubra realmente o corpo e não envolva nenhuma indecência que venha trazer escândalo para o próximo; 2º - que não haja travestimento, isto é, que a mulher não se vista de homem e vice-versa.

5 - Além da primeira razão da decência para as vestes (= a presença de Deus em toda parte, a concupiscência própria e a vergonha natural depois do pecado original), há também uma outra razão que diz respeito ao próximo. Como depois do pecado original passou a existir no homem a concupiscência da carne, dos olhos pelos quais entram no coração os maus desejos, a lascívia, os adultérios etc. as vestes cobrindo direito o corpo se tornam necessárias também em relação ao próximo ou seja para se evitar o escândalo, isto é, tropeço que leva as pessoas a cair no pecado. E neste particular, indecente e condenável é não só a veste que não cubra bem o corpo mas também quando deixa transparecer a forma do corpo ou em razão de seu próprio feitiço ou por ser ajustado. Roupa muito ajustada só pode ter uma razão de ser: a maldade. Jesus Cristo deixou os princípios, os avisos, as regras da mal moral pelos quais os homens de todos os séculos devem guiar o seu modo de proceder. Segundo diz a Sagrada Escritura na Epístola aos Hebreus, XXII, 8 e 9: «Jesus Cristo é sempre o mesmo, ontem e hoje, e por todos os séculos». E, por outro lado, os homens, quando à concupiscência, são também sempre os mesmos. Daí não pode ninguém dizer que os tempos mudaram e por isso as advertências de Jesus não têm mais valor hoje. Consideremos, então, algumas destas advertências de Jesus. Jesus falou contra os escândalos, isto é, as seduções que levam os outros ao pecado: Disse Jesus: «Ai do mundo por causa dos escândalos; porque é inevitável que sucedam escândalos; mas ai daquele por quem vem o escândalo!» Confira S. Mateus, XVIII, 7-9. Jesus advertiu igualmente: «Quem olhar para uma mulher desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração». Confira S. Mateus, V, 28. Agora, quem é que não reconhece que uma pessoa vestida menos decentemente é causa destes maus desejos e adultérios contra os quais fala Jesus acima? Quem não for fraco neste ponto atire a primeira pedra.

6 - Alguém poderá dizer que não vê e não sente maldade alguma em usar tal veste. Pode até ser verdade agora porque já se acostumou no mal e adquiriu o mau hábito. Mas considere: 1º - que toda pessoa é culpada quando não procura eliminar o mau hábito, 2º - que é preciso olhar também o próximo. Onde, se a veste não é inteiramente decente eu tenho obrigação de evitá-la para não escandalizar talvez o próximo e incorrer assim na censura de Jesus: «Ai daquele por quem vem o escândalo». E veja bem que a Sagrada Escritura manda evitar até uma coisa que de si não seria condenável, mas que fosse motivo de escândalo para o irmão fraco por quem morreu Jesus. Confira I Coríntios, VIII, 13.

7 - E há também o escândalo das crianças que se sentem tentadas a imitar as mães velhas e assim vão perdendo o recato, o pudor e a pureza já desde pequenas. Jesus advertiu: «É melhor uma pessoa amarrar uma pedra de moinho ao pescoço e se lançar no fundo do mar do que escandalizar uma criança». Confira S. Mateus, XVIII, 6. Já imaginaram as contagens que vão dar a Deus as mães que dão este mau exemplo às suas Filhas!!! Os pais procurem, pois, seguir o conselho que a Bíblia Sagrada lhes dá em relação aos Filhos: «Tens Filhos? Ensina-os bem, e acostuma-os à sujeição desde a sua infância. Tens Filhas? Conserve-as e devem aproveitar a mocidade. Estas ouçam o que diz a Sagrada Escritura: «Regozija-te, pois, ó jovem na tua mocidade, e viva em alegria o teu coração na flor de teus anos, segue as inclinações de teu coração e o que agrada aos teus olhos, mas sabe que Deus te chamará a dar contas de todas estas coisas». Confira Eclesiastes, XI, 9 e 10. Meditem, outrossim, nos elogios que a Bíblia faz a castidade e pureza: «Oh! quão formosa é a geração pura com o seu brilho! Confira Sab. IV, 1. «Graça sobre graça é a mulher santa e cheia de pudor. Todo preço é nada em comparação de uma alma que pratica a castidade». Confira Eclesiástico, XXVI, 19 e 20.

8 - CONCLUSÃO: A Sagrada Escritura e a Tradição são as duas bases sólidas sobre as quais se funda a Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo. Se alguém não as aceita, então, vai se basear em que? No seu modo de pensar? Nas máximas do mundo? Mas quem age assim não é de Jesus Cristo.

Nossa Senhora do Rosário de Fátima!

Converti os pecadores!

Pe. ELCIO MURUGGI - Vigário de Ururá - Dors...

## ANEXO 2

Quinta-feira, 2-9-82 -- O ESTADO DE S. PAULO

# O cisma de Campos

Lenildo Tabosa Pessoa

Embora os problemas religiosos não nos fascinem, como assunto para artigos, freqüentemente a Igreja de hoje aparece, no noticiário da televisão ou da imprensa, como protagonista de acontecimentos de interesse jornalístico. Depois do aparecimento de uma edição falsa de O São Paulo, que parecia verdadeira, em contraposição à verdadeira, que parecia falsa, surge a notícia de que os padres tradicionalistas de Campos receberam um ultimato do papa e do bispo diocesano, d. Carlos Alberto Navarro, para que abandonem suas posições até 25 de outubro próximo, sob pena de enquadramento no Código de Direito Canônico e de suspensão de ordens, ou seja, da autorização para exercerem o ministério. Segundo d. Navarro, o Vaticano classifica o comportamento dos tradicionalistas como provocador de escândalos internacionais.

A inacreditável hipocrisia dessa acusação torna-se ainda mais evidente por ela ser feita justamente no momento em que o pasquim desta colenda Arquidiocese está na ribalta. O fato de o órgão da maior Arquidiocese católica do mundo seguir uma orientação nitidamente marxista, proclamando, entre outras coisas, que a luta dos guerrilheiros comunistas salvadorenses é nossa, não provoca, também, o fato de frei Leonardo Boff escrever em um dos grandes jornais do País que seu propósito é introduzir o marxismo na teologia. Muito menos é provocador o fato de o vate ibérico Pedro Casaldáliga, que, entre um verso e outro, é também bispo, proclamar que deseja a revolução e vestir em público o uniforme dos guerrilheiros sandinistas. E, se nada disso perturba a delicada consciência vaticana, muito menos a perturbam as missas transformadas em espetáculos circenses e animadas por guitarras e pandeiros. Vez por outra, a condenação de algumas missas, feita por desenganho de consciência, dá a impressão de que os guardiães da ortodoxia estão atentos e vigilantes e lhes permite tolerar, tranquilos, todas as outras pantominas litúrgicas.

O que a Santa Sé realmente não pode tolerar é que vinte e cinco padres de Campos celebrem a missa com dignidade, recusando-se a transformá-la em sacro forró. Isto sim, Roma não pode aceitar, sob pena de ter de suicidar-se depois, de acordo com o conselho evangélico relativo aos que escandalizam os pequeninos. O pior e o mais grave, porém, é que a Santa Sé ameaça punir os padres tradicionalistas, justamente por permanecerem fiéis àquilo a que a Igreja lhes exigiu que jurassem eterna fidelidade. Se há apenas poucos anos d. Carlos Navarro inventasse a missa que hoje celebra, a Igreja não lhe daria sequer um prazo para mudar de atitude até 25 de outubro: afastá-lo-ia imediatamente do cargo, suspendê-lo-ia de ordens e o prelado poderia dar-se por satisfeito se não fosse também excomungado. Ao mesmo tempo, os padres tradicionalistas seriam elegidos por sua fidelidade e apresentados aos fiéis como exemplo.

Dir-se-á que a nova missa não foi inventada por d. Navarro, mas veio da Santa Sé, à qual ele e os padres devem obediência. A Igreja, porém, jamais exigiu de seus sacerdotes um voto de imbecilidade, embora a maioria se comporte como se o tivesse feito, abandonando doutrinas sempre apresentadas pela mesma Santa Sé como eternas e imutáveis, para aderir a outras condenadas, no começo do século, como heréticas e transformadas depois, pelo Concílio Vaticano II, na nova ortodoxia.

A essência do problema de Campos está justamente nisso. A imprensa, com uma inequívoca predileção pela superficialidade, identifica a posição dos padres ameaçados com a proibição às mulheres de entrar na igreja de calças compridas, blusas de mangas curtas e cabelos

presos. Sem dúvida, há, como sempre houve, muito exagero nesse campo e alguns padres confundem com doutrina cristã um rigorismo resultante, muitas vezes, de uma visão fanática e, por isso mesmo, pouco equilibrada da realidade. O problema, entretanto, não é esse. As citadas posições são apenas aspectos marginais e secundaríssimos de um problema que é sobretudo de natureza doutrinária. A própria questão da missa não é senão uma pequena parte do problema e ninguém, nem mesmo o papa, poderá negar às justificações que os padres apresentam para suas posições uma sólida base doutrinária, profundidade e coerência não com o que eles inventaram, mas com o que a própria Igreja ensinou ao longo de séculos.

Sem dúvida, qualquer organização pode pregar uma doutrina durante muito tempo e, depois, resolver trocá-la por outra oposta. Não, porém, uma organização que não se limitou a pregar, mas sempre disse que tinha a assistência direta de Deus e que a doutrina pregada era eterna e imutável. Sob esse aspecto, os padres de Campos podem ser argüídos de querer perpetuar uma Igreja cuja reviravolta comprometeu definitiva e irremediavelmente sua própria credibilidade. Entretanto, menos cômoda ainda é a posição da Santa Sé, que não pode exigir dos tradicionalistas a traição a juramentos que deles exigiu, fazendo-lhes prometer ser fiéis a determinadas doutrinas não até que ela resolvesse mudá-las, mas para sempre. E os problemas da liberdade religiosa e do ecumenismo estão aí, entre outros, para desautorizar os que, temendo enfrentar a realidade, fecham os olhos, desligam a inteligência e insistem em que nada mudou.

E é justamente à luz da inequívoca fidelidade dos padres de Campos ao que a Igreja ensinou ao longo dos séculos — nem Roma ousa acusá-los de estar ensinando alguma doutrina nova — que se deve avaliar a informação, divulgada pela imprensa, de que a crise pode fazer surgir uma nova Igreja, a Igreja Católica Tradicionalista Brasileira.

A punição dos padres exigirá, certamente, uma tomada de posição, a seu favor, do antigo bispo de Campos, d. Castro Mayer, que não poderá abandoná-los na presente situação. Sob esse aspecto, o desfecho da crise poderá representar um grande auxílio para mons. Marcel Lefebvre, que se encontra no dilema de sacrificar um bispo e ser excomungado ou não sacrificar e condenar à extinção, após sua morte, os sacerdotes que não traíram os compromissos antimodernistas assumidos por imposição da própria Igreja, já que só um bispo pode ordenar novos padres.

Não se pode excluir que, secretamente, o arcebispo de Ecône já tenha sagrado seu sucessor e que o fato seja revelado apenas após sua morte, quando já não terá tanto sentido anunciar que ele incorreu na excomunhão, embora ela seja, no caso, automática. Tanto mais quando, segundo seu ponto de vista, baseado, de resto, na interpretação rigorosa do que a própria Igreja sempre ensinou, ela é, no caso, tão ilegal e destituída de valor quanto foi sua suspensão a divinis. De qualquer maneira, a clara adesão de um novo bispo facilitará até mesmo a sagração de outros.

Se isso, porém, ocorrer, terá ocorrido tudo, menos o aparecimento de uma nova Igreja. A Igreja de Campos, como a de Ecône, é, pelo contrário, antiqüíssima, velhíssima. Nova, no caso, é a que ensina doutrinas que condenava antes de 1962, ou seja, a Igreja de d. Carlos Navarro. Um cisma, em Campos, seria apenas a formalização de um afastamento já empreendido pelo Vaticano II e colocaria fatalmente, na posição de cismáticos, os que são, além de tudo, também incoerentes, pregando o pluralismo e punindo os que não aceitam suas imposições modernistas.

## ANEXO 3

## 15ª LIÇÃO

## PONTOS DE DOCTRINA CATÓLICA

ORAÇÃO - Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo. Amém.

Sede-nos propício, Senhor, e dai-nos com tanta retidão de espírito e de ação, e já que só por Vós vivemos, fazei que não vivamos senão conforme a Vossa vontade. Por Cristo Nosso Senhor. Amém. Sede da Sabedoria, rogai por nós. Ave Maria...

SEGUNDA PARTE DO DECÁLOGO - DEVERES PARA COM O PRÓXIMO.

Dizendo "Deveres para com o próximo", não queremos significar que todos os sete Mandamentos restantes refiram-se só ao próximo. Um ou outro prescreve também coisas que dizem respeito a nós mesmos. Mas, de modo geral, consideram-se aqui mais as obrigações do cristão para com o seu próximo.

4º MANDAMENTO: "HONRAR PAI E MÃE"

Este mandamento prescreve diretamente os deveres dos filhos para com os pais. Mas, por extensão, abrange também os deveres dos pais para com os filhos, os dos cônjuges mutuamente, os dos inferiores para com superiores, e os destes para com aqueles.

Diretamente - Devem os filhos honrar pai e mãe. Honrar uma pessoa é manifestar a grande estima que se tem por ela, dado o alto conceito que dela fazemos. Ora, os nossos progenitores deram-nos a existência logo devemos lhes gratidão e amor. De algum modo, são representantes da autoridade de Deus: logo, devemos lhes respeito e obediência (pronta, alegre, inteira). Eles, por muitos anos cuidaram de nós: logo, também nós devemos cuidar deles, quando e como for preciso (assistência material e espiritual).

Por extensão - Este Mandamento estabelece também os deveres:

A) DOS PAIS: 1) amor, sem fraquezas, sem preferências, sem egoísmos; 2) educação, não só instrução; 3) exemplo, de uma vida cristã.

B) DOS CÔNJUGES: mútuo amor, auxílio e fidelidade. A mulher deve ainda obediência ao seu marido. (Estes deveres explicados, quando tratarmos do Sacramento do Matrimônio).

C) DOS INFERIORES E SUPERIORES: Estes Superiores podem ser eclesiásticos (Papa, bispos, sacerdotes), civis (autoridades da Nação e do Estado) e domésticos (professores, mães, etc...):

A estes "Superiores", os "Inferiores" devem como aos pais amor, respeito e obediência. "Os superiores", de seu lado, reconhecendo que a sua autoridade vem de Deus", devem empregá-la em procura o bem dos "Inferiores" tanto material como espiritual.

OBSERVAÇÕES PRÁTICAS

1) Desde que os pais são - por natureza - superiores aos filhos, procurem, prezadas Aspirantes, evitar o mau costume de dizer "Você" ao pai ou à mãe. Este tratamento poderá usar-se de igual para igual, mas não de filho para pai.

2) Lembrem-se as Aspirantes muitos sacrifícios que os próprios pais fizeram para criá-las e educá-las. Quando eram pequeninas não podiam retribuir-lhes essa dedicação; agora que o podem, não deixem de fazê-lo, procurando contentar quanto possível os próprios pais e, quando impossível, saber dizer um "não" com carinho, delicadeza, de maneira tal em casa haja sempre harmonia, sossego e paz.

3) É inútil dizer que o melhor modo de agradecermos os desvelos dos nossos pais, é rezar frequente e fervorosamente por eles.

Dr. Tereza Isha

## ANEXO 4

+ Solidariedade ao nosso Vigário, P<sup>re</sup> José -  
A Paróquia de Porciúncula, representada por suas  
Associações religiosas, vem hoje de público manifestar  
a sua adesão filial ao Padre José, e agradecer-lhe  
toda a assistência religiosa que nos vem dando já  
a nove anos.

Unidos ao nosso P<sup>re</sup> Vigário, como ele queremos lutar,  
por todos os meios ao nosso alcance, em defesa da Fé  
e da Moral, nestes dias de desentendimento geral e de  
desarticulação de nossa Mãe comum, a Sta Igreja.  
Lutaremos ainda em trevas pela Liturgia tradicional,  
reto puro e santo do Sacrifício propiciatório dos  
nossos altares.

Para longe de nós toda dúvida e ambigüidade!  
Se Deus o consentar entre nós, no cargo que sempre  
ocupou em zelo e dedicação, saberemos agradecidos  
cantar o nosso "Te Deum"!

Se for despedido de nosso meio, a despeito de sua idade,  
doenças e poucos recursos, nós o cercaremos de carinhoso  
afeto, para de suas mãos continuarmos a receber o  
Pão da Vida e de seus lábios a Palavra do Senhor!

Unamo-nos pois em nome de Deus!  
Pela Cruzada Eucarística - Helena Pessanha -  
Pelas Marianinhas - Marilda d'Almeida Floria  
Pelas Marianinhas - Prof. Darlan Daniel -  
Pela Pia União dos Filhos de Maria - Conceição Schwartz  
Pela Devocão à N. S.ª Graças - Maria Alves Rozetolato Vieira  
Pelo Apostolado da Oração - Ormezinda Carbins  
Pela Digna Colônia, Jesus, Maria José - Torquato dos Santos  
Pela Catequese paroquial - Dulce Rodrigues de Araújo

- Porciúncula, setembro de 1982 -

## ANEXO 5

# DECISÃO

**"Quem tiver medo e trepidar, volte para trás e retire-se logo!"**  
(Jz. 7 - 3)

A Paróquia de Bom Jesus do Itabapoana atravessa momentos de graves conseqüências para a nossa vida religiosa, bem como toda a Diocese de Campos!!!

Põe-se o dilema:

Ou aceitar a igreja nova, o progressismo e perder a Fé; ou condenar-se a incômodos de toda ordem - sobretudo no que respeita à assistência religiosa - conservando ÍNTEGRA E PURA A FÉ CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA.

A VERDADE É DE SI MESMA, IMUTÁVEL E INTRANSIGENTE. E o demônio, pai da mentira, sabe bem que a "clareza de idéias, tanto no campo do mal, como no campo da Verdade, é nociva a seus planos funestos. Por isso procura baralhar as coisas". E assim consegue enganar os incautos.

O significado e objetivo de certas atitudes que parecem favorecer aos fiéis tradicionalistas é: arrefecer a decisão que leva a uma reação justa e digna contra o avanço do progressismo pernicioso e destruidor.

— Quem não vê que é PROVISÓRIA a permanência de um Sacerdote Tradicionalista em nossa Paróquia ?

— Porque, ou o Padre afina com a canção inovadora, ou terá de procurar um asilo - está patente.

— Qual é o ponto central de toda esta questão ?

É evidente que o ponto central é a SANTA MISSA.

— É fácil estabelecer o paralelo entre :

MISSA NOVA - PADRES SEM BATINA (são raras as excessões);

MISSA NOVA - GENTE INDECOROSAMENTE VESTIDA NA IGREJA;

MISSA NOVA - DESRESPEITO, PROFANAÇÕES E SACRILÉGIOS CONTRA A SANTÍSSIMA EUCARISTIA;

MISSA NOVA - PERDA GRADATIVA E IRREPARÁVEL DA VERDADEIRA FÉ;

MISSA NOVA - DEFORMAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS.

Em uma palavra, a Missa Nova leva à DESSACRALIZAÇÃO DA IGREJA, mostrando assim que o novo rito não traduz mais a autêntica Doutrina da Santa Igreja CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA.

Aqui vale a Palavra de N. Senhor Jesus Cristo: "PELOS FRUTOS, CONHECEREIS A ÁRVORE". (Luc. 6,44)

Estejamos decididos a nada aceitar que contrarie a Fé, ainda que por isso sejamos espoliados de nossas igrejas - às vezes construídas com nosso suor, como em Bom Jesus - de nossos Sacerdotes, etc.

Esta penúria espiritual, (sem templo, sem alimento, sem assistência) se não comove aos nossos Senhores Bispos, preocupados mais com injustiças sociais, solo urbano, etc., coisas da terra enfim, atrairá certamente a compaixão de Deus e de Sua Mãe Santíssima.

FIÉIS DA PARÓQUIA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA - RJ.

Bom Jesus, 19 de março de 1982.

## ANEXO 6

# **BOM JESUS (II)**

« A força dos maus vem da covardia dos bons. »

Já nos esforçamos por dialogar com o Bispo; já nos dirigimos à Nunciatura Apostólica; já levamos o doloroso caso de nossa Paróquia ao conhecimento da Sagrada Congregação do Clero. - Nada Resolvido.

Negando-se a velar pelos interesses dos súditos perdem as autoridades o direito à reverente submissão pois afastam-se da sublime missão de fazer valer o direito, tanto para uns como para outros, sem discriminação e parcialidade.

A Paróquia de Bom Jesus está sendo destruída! Passa para a dependência de Itaperuna!

Bom Jesus não tem estatura para possuir um Vigário? Voltamos a povoado?

Em Bom Jesus, vemos espezinhado o mais elementar direito natural. Uma série de mudanças inexplicáveis com graves danos para todos levando a Paróquia e a própria cidade a uma caótica e calamitosa situação.

A quem apelaremos? O Direito não tem suas fronteiras que precisam ser respeitadas para o bem de todos? - É doloroso! É a pior das tiranias, pois sob a capa do sagrado, com o fim de impor uma arbitrariedade, vão sendo violados unilateralmente os direitos de muitos.

Se não há quem faça valer a lei dentro da equidade, somos forçados a manifestar nossa reprovação diante do mundo inteiro, na esperança de que alguém que detenha o poder possa dar ao caso a atenção que merece e a solução de que necessita.

São naturais mudanças de Vigário, uma vez que o bem comum o exija; mas o que é intolerável é que ela nem sequer disfarça o caráter injustamente punitivo. Nessas condições é um dever a resistência. Tanto mais que, em última análise, trata-se de conservar a Missa inequivocamente católica.

Resistamos denodadamente!

A Religião verdadeira merece este sacrifício. Guardemos a nossa fé na santa Igreja Católica, Apostólica, Romana. A Igreja dos santos Papas, dos valorosos Bispos, dos zelosos padres, a santa Igreja dos grandes Concílios a santa Igreja de Roma.

Defendamos também nosso templo material, obra prima em gesso colorido, que será um monumento a lembrar a injustiça de que foi vítima o nosso caríssimo Mons. Francisco Apoliano e o povo em geral.

Não permitamos nas Igrejas as vestes imodestas, as músicas sensuais, e outras coisas piores.

Queremos ter o direito de ter um lugar onde, longe do ambiente pecaminoso, possamos chorar nossas faltas, reconciliar nossas consciências, conseguir a paz da alma e educar nossos filhos.

Fica, de qualquer maneira nosso testemunho contra a Igreja nova, opressora, que não tendo mais capacidade de subjugar as inteligências, cativar as vontades e atrair os corações, refugia-se no abuso do poder.

A nossa mais incondicional rejeição a essa Igreja progressista com o culto que a alimenta, a Missa protestantizada, cujos frutos estamos colhendo.

Fiéis tradicionalistas da Paróquia de Bom Jesus  
Bom Jesus do Itabapoana, junho de 1982.

## ANEXO 7

# ALERTA!!!

## Para onde estamos sendo conduzidos?

— O afastamento de Mons. Francisco Apoliano, da Paróquia de Bom Jesus do Itabapoana, feriu profundamente o povo naquilo que ele tinha de mais caro:

**UM PADRE QUE, HÁ VINTE E CINCO ANOS, NUMA DOAÇÃO AUTENTICAMENTE APOSTÓLICA, APONTAVA AOS FIÉIS O CAMINHO DO CÉU!**

Três razões concorreram para tornar mais pungente o golpe desferido pela mão paterna de nosso Bispo, recém chegado:

a) Estes cinco lustros de Mons. Francisco Apoliano à frente da nossa Paróquia foram marcados pelo zelo ardente da glória de Deus e da Santa Igreja Católica Apostólica Romana; pelos incessantes trabalhos apostólicos; pelo total desprendimento de si mesmo; pela caridade para com o próximo.

b) Um homem, da têmpera de Mons. Francisco, dava segurança e tranqüilidade aos paroqueanos nestes momentos tempestuosos porque passa a humanidade inteira.

c) Mons. Francisco «amou a justiça e odiou a iniquidade», preferiu o exílio a sacrificar seus princípios baseados na Fé. Nós nos sentimos orgulhosos, quais soldados rodeando seu general, ferido e morto no campo de batalha!

Mons. Apoliano ama o Papa, por Ele sempre rezou com o povo e sente a alegria de, numa confiança respeitosa, poder dizer ao Romano Pontífice que, para ser coerente com a Fé, **não pode aceitar a missa nova.**

\* \* \*

**Agora, perguntamos:**

— O crime praticado por Mons. Apoliano é haver semeado e cultivado a Fé e a Moral da SANTA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, de 20 séculos?

— Seus 25 anos de trabalhos incessantes serviram apenas para tornar a despedida mais desembaraçada de quaisquer compromissos; não já de gratidão, mas até mesmo de justiça?

Francamente, a atitude de D. Carlos Alberto Navarro torna-se no mínimo, imcompreensível!!!

E o povo de Bom Jesus está profundamente ferido!...

**E OS GOLPES CONTINUAM...**

— Por que D. Carlos Alberto Navarro, faz com que o jovem Vigário cooperador, que, apenas 15 meses foi ordenado Sacerdote, substitua o venerando Vigário afastado injustamente?

— Por que pretende S. Exa. Revma. forçar o jovem Coadjutor a aceitar um fardo superior à sua incipiente carreira sacerdotal?

— Além do mais, não é o jovem sacerdote da mesma linha do antigo Vigário?

— Não assinou ele também a carta de recusa à Missa Nova?

— Ocuparia ele, de boa mente, uma sede que vagou em circunstâncias tão dolorosas, quanto injustas?

O bom senso do povo estranha e pede respostas!!!

— Lamentamos ainda o intempestivo desmembramento da nossa Paróquia que perde, inicialmente, as Capelas de: Rosal, Barra, Braúna, Sacramento, Vargem Alegre e Calheiros.

Agora, nossa Paróquia está vendo-se mutilada até física, geográfica e territorialmente com a conseqüente depreciação para a própria estatura religiosa do Município de Bom Jesus do Itabapoana.

Muitos pretendem ver nestes gestos misteriosos de D. Navarro, novos golpes contra seus filhos de Bom Jesus.

Só um pronunciamento de S. Exa. Revma. esclarecerá isto, a não ser que os fatos venham mostrar claramente as profundas razões que movem este sucessor dos Apóstolos a usar contra nós, não a bondade, mas a espada do poder.

— Manifestamos também a nossa estranheza ante o fechamento do Seminário de Maria Imaculada, aprovado pela Santa Sé e que vinha dando à Santa Igreja Sacerdotes tão convictos! A Santa Igreja não está precisando de Ministros do Altar?

Ó Senhora de Fátima, apressai a hora de Deus!

Vinde, cobri a Santa Igreja com o Vosso manto!

FIÉIS DA PARÓQUIA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA  
Bom Jesus do Itabapoana, 12 de março de 1982.

## ANEXO 8

# **BOM JESUS**

**“DEPOIS DUMA LEVE TRIBULAÇÃO, RECEBERÃO UMA GRANDE RECOMPENSA, PORQUE DEUS OS PROVOU, E ACHO-OS DIGNOS DE SI”. (Sab. 3,5)**

Afastamento do Revm<sup>o</sup> Mons. Henrique Conrado Fischer da Catedral, deposição do Revm<sup>o</sup> Pe. Geraldo Gualandi da Paróquia da Vinhosa, substituição do Revm<sup>o</sup> Pe. Fernando Arêas Rifan na Diretoria do Ensino Religioso, fechamento do Seminário Diocesano, destituição do Revm<sup>o</sup> Mons. Francisco Apoliano da Paróquia de Bom Jesus do Itabapoana: este o quadro deprimente criado com a nova administração da Diocese de Campos em pouco mais de 3 meses!

A repressão cessou? — Não. Continua sua marcha devastadora. É patente aos olhos de todos.

Onde permaneceu o Vigário tradicionalista, um padre progressista vai semanalmente realizar sua obra desagregadora, na mais mesquinha das desmoralizações.

E mais: acaba de ser exonerado da Paróquia de Bom Jesus do Itabapoana o Revm<sup>o</sup> Pe. José Ronaldo de Menezes, que ali tinha ficado, todo o mundo percebeu, para amortecer a reação do povo contra a injusta deposição de Mons. Francisco Apoliano, sacerdote zeloso que por 25 anos consagrou todo o ardor de sua alma apostólica ao engrandecimento desta Paróquia, procurando sempre a glória de Deus e a salvação das almas.

Diante disto, sentimo-nos no dever de elevar nossa voz em veemente repulsa contra semelhante maneira de agir, ao mesmo tempo em que lançamos um brado a nossos irmãos de outras Paróquias suplicando-lhes que nos auxiliem em nossas angústias com suas preces junto de Deus e de sua Mãe Santíssima.

Os progressistas que nos consideram uma ala de Oposição vencem em tirania os mais autoritários ditadores, pois nem sequer permitem que expressemos nosso ponto de vista e isto quando são tolerados os maiores escândalos.

Fique mais uma vez registrada a causa desta verdadeira perseguição: queremos conservar íntegra a nossa Fé; assistir à Missa Católica de 20 séculos; venerar as sagradas Imagens dos Santos; ver os nossos sacerdotes separados do mundo e com sua batina; seguir a Moral Católica que proíbe as vestes imodestas, sobretudo no recinto sagrado, e assim recusamos a Igreja Progressista, onde penetrou a fumaça de Satanás, como alertou Paulo VI, e rejeitamos seu principal culto, a Missa Nova com todas as desordens que verificamos nas igrejas progressistas.

Não recusamos a pena de que fomos achados dignos, mas concedei-nos o que não se nega aos piores criminosos: julgai a nossa causa, pois apelamos também para o Tribunal do Deus Altíssimo!

**Fiéis tradicionalistas da Paróquia de Bom Jesus.**

**Bom Jesus do Itabapoana, junho de 1982.**

## ANEXO 9

# PROTESTO

## VERDADEIRA CATÁSTROFE NA DIOCESE DE CAMPOS

A população católica da Diocese de Campos vem sofrendo duríssimos e repetidos golpes de injustiça!

Tudo começou em 15 de Novembro de 1981!

O cenário da nossa Diocese transforma-se bruscamente... A paz reinante até então, degenera-se em inquietações e sobressaltos.

Em poucos meses se nos apresenta o triste saldo da terrível tormenta:

- O afastamento do Revmo. Mons. Henrique Conrado Fisher, das funções de Cura da Catedral e Chanceler do Bispado;
- O Revmo. Pe. Geraldo Gualandi é injustamente destituído do cargo de Pároco, na Vinhosa;
- O Revmo. Pe. Fernando Arêas Rifan, padre culto e zeloso é demitido do cargo de Diretor do Ensino Religioso da Diocese;
- O caríssimo Mons. Francisco Apoliano é afastado, sem nenhuma explicação, das funções de Vigário em Bom Jesus do Itabapoana; cargo que ocupa há 25 anos;
- Fechamento do Seminário Diocesano, dificultando o acolhimento das vocações;
- Os preparados sacerdotes, professores do extinto Seminário, tiveram suas atividades limitadas.

Por que tudo isso?

Unicamente porque estes fervorosos sacerdotes não aderiram ao Progressismo?

Para aqueles que dizem que os nossos sacerdotes estão fora da Igreja, pergunta-se:

— Estão fora da Igreja os que querem conservar a Fé e a Moral pregadas pelos Apóstolos, testemunhadas pelos Mártires e vividas pelos Santos?

— São cismáticos os que querem seguir fielmente o que a Santa Igreja sempre mandou e ensinou, em toda a parte e por tantos séculos?

Meditemos um pouco!...

Se esses fervorosos padres tivessem cedido, renuenciando assim à Fé verdadeira, estariam todos em seus cargos.

Mas, pela fé, perdemos tudo, até a própria vida, se Deus nos conceder tamanha glória.

Confiantes, na promessa de Nosso Senhor Jesus Cristo: «Eis que estarei convosco até a consumação dos séculos», permaneceremos firmes, guardaremos íntegra a nossa Fé, na certeza de que não nos faltará a graça de Deus e a proteção da Santíssima Virgem Maria.

Queremos viver e morrer como filhos da SANTA IGREJA CATÓLICA, APOSTÓLICA, ROMANA.

FIÉIS DA PARÓQUIA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA.

Bom Jesus do Itabapoana, 3 de março de 1982.

## ANEXO 10

# Roubam o nosso Templo, Jamais a nossa Fé.

De nada adiantaram os abaixo-assinados que o povo de São Fidélis fez, os pedidos insistentes dos vereadores, dos médicos, dos advogados, dos professores, dos comerciantes, dos pescadores, dos jovens, das crianças, solicitando a permanência do Pe. Jonas. Tudo foi jogado fora. Fica, pois, provado que o Sr. Bispo não quer ouvir o povo de São Fidélis.

Solicitamos a permanência do Pe. Jonas porque significa a permanência da ordem, do respeito, da reverência na Igreja, da verdadeira doutrina e da moral de sempre. Mas não: o Sr. Bispo quer outra religião. Os verdadeiros católicos são expulsos, enxotados.

Onde está o espírito de compreensão tão alardeado do atual bispo? Onde o clima democrático que, dizem, foi aqui implantado a 15 de novembro de 1981, abrindo espaços para todas as correntes?

É assim: quando o povo pede esclarecimento, a resposta é o silêncio, quando não a agressão verbal.

Quando o Sr. Bispo colocou a Missa nova no Ginásio, alegou que, sendo pastor de todos, tinha de atender a todos os grupos. Nós, os verdadeiros católicos, não temos direito...

Nunca se falou tanto em direitos humanos. Será que esses direitos não existem para nós? Ou bastará chamar-nos de fanáticos em vez de atender, pelo menos, à nossa dignidade humana, tratando-nos dentro das normas da justiça e da equidade?

## CATÓLICOS DE SÃO FIDÉLIS

Dr. Clarindo Menezes  
Luiz Felipe Maia Damião  
Custódio Pereira de Souza  
Jacy Nunes de Alvarenga  
José Carlos Barroso Campos  
Heraclio Santarém Neto  
Wilmar Paixão Carlos  
Pedro Espanhol

Dr. Ismael Reiff Souto  
Sebastião Consolini  
Devanir Lopes Moreira  
Maria de Lourdes Fonseca Souto  
Margarida Maria Barros S. Lopes  
Maria José de Oliveira Castro  
Heloisa Helena Damião Azeredo  
Dileni Carvalho Santos Silva

Ana Regina Soares Ribeiro  
Nair Vigo  
Maria Luzia Pinto Menezes  
Ália Damião Moreira  
Magnólia Mercador Rodrigues  
Perpedigna Rodrigues Santos  
Maria José Damião Moreira

## ANEXO 11

# A Rebelião dos que prometeram obedecer

Dom Luciano Cabral Duarte

A Igreja Católica no Brasil segue, com aflita inquietação, desde novembro de 1981 o problema dos chamados "padres tradicionalistas" da Diocese de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. No dia 15-11-81 chegava àquela Diocese o seu novo pastor, Dom Carlos Alberto Navarro, que, desde então, tem sido, em Campos, um exemplo de zelo, de bondade, de tolerância. A partir daquela data, começaram a ocupar espaço, na grande imprensa do País, as notícias de uma estranha revolta, naquela Diocese, por parte de um grupo de 25 sacerdotes, que não aceitam a "Missa de Paulo VI". Esta Missa é a que se encontra no Novo Missal Romano, promulgado pelo Papa Paulo VI a 3/4/1969, numa Quinta-feira Santa. Naquela data, com a Constituição Apostólica *Missale Romanum*, o Sumo Pontífice cumpria a decisão do Concílio Vaticano II, que determinou: "Os textos e ritos sejam ordenados, de modo a exprimirem mais claramente as realidades sagradas que significam" (*Constituição Sacrossanctum Concilium*, do Vaticano II, n.º 21).

Das modificações introduzidas pelo Novo Missal Romano, a que mais chamou a atenção do público foi a adoção da língua vernácula na celebração do Sacrifício Eucarístico.

Lembro-me da resposta luminosa que o hoje Cardeal Henri de Lubac, um dos grandes peritos do Vaticano II, deu, durante o Concílio, a um jornalista que lhe perguntava o sentido da adoção do vernáculo na Liturgia. "Era por espírito progressista que muitos Bispos e teólogos lutavam neste sentido?" E o grande jesuíta respondeu: "Não. É exatamente o contrário. Nós, que desejamos a adoção do vernáculo na Missa, o fazemos por fidelidade à tradição. A primeira Missa foi dita por Jesus em aramaico, a língua que Ele e seus Apóstolos falavam. Depois, quando a Igreja se espalhou pelas bordas do Mediterrâneo, a Missa era dita em grego, pois esta era, então, a língua mais falada. Em seguida, quando o grego foi deixado de lado e os cristãos falavam latim, a Missa começou a ser celebrada na língua dos Romanos, para que o povo continuasse a entendê-la.

Mas, quando o latim caiu em desuso, não se fez a adaptação vernacular da Missa, que prosseguiu sendo celebrada em latim, até agora. O que desejamos, atualmente, é continuar com a bela e antiga tradição da Igreja, de celebrar a Ceia e o Sacrifício do Senhor Jesus em língua vernácula."

Entretanto, os 25 padres de Campos, que se intitulam "tradicionalistas", não aceitam a Missa em vernáculo e somente a celebram em latim, e ainda exclusivamente segundo o Missal Romano promulgado por São Pio V, em 1570.

Fique claro que a "Missa de Paulo VI" é rezada também hoje em latim, para os grupos que conhecem esta venerável língua da Igreja. Assim é que, todos os domingos, a Missa de Paulo VI, em latim, é rezada na Catedral do Rio de Janeiro.

O problema que analisamos aqui não é simplesmente de língua: os 25 padres de Campos pretendem ver no Novo Missal Romano pontos de fé inaceitáveis. Neste sentido divulgaram em Campos um impresso, com o título "Sessenta razões pelas quais não posso assistir à Missa de Paulo VI". Tenho diante dos olhos este triste papel, fonte de desorientação para o Povo de Deus. E é com amargura que verifico a ligeireza, a parcialidade, a falta de substância de todas estas supostas razões. E esta opinião não é só minha. Os 25 padres de Campos, seguindo uma sábia sugestão do seu Bispo, Dom Carlos Alberto Navarro, se dirigiram a Roma para expor seus pretensos argumentos. A Sagrada Congregação dos Sacramentos, em data de 3/7/82, lhes respondeu: "Os argumentos aduzidos não se podem considerar nem novos, nem eficazes, nem convincentes, nem sequer originais". E mais: "Estes argumentos não resistem a uma serena, precisa e acurada revisão, segundo os princípios da teologia católica tradicional e perene".

Todavia, esta carta de Roma, assinada pelo hoje Cardeal Casoria, não teve resultado. Outras intervenções e também numerosos encontros de diálogo entre o atual Bispo de Campos e os "25 padres tradicionalistas" se mostraram igualmente infrutíferos.

E aos poucos foi aparecendo o fundo do problema: não era só contra a Missa de Paulo VI que aqueles pretensos defensores da Doutrina da Igreja se insurgiam, mas sim contra o próprio Concílio Vaticano II. Em uma publicação de nome *Heri et Hodie*, de maio de 1983, os "25 padres" erguem, finalmente, a viseira. O que eles pretendem impugnar, em nome da fé, é mesmo o Concílio Vaticano II, particularmente o Decreto sobre o Ecumenismo, a Declaração sobre a Liberdade Religiosa e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (sobre a Presença da Igreja no Mundo). Como fecho trágico de suas impugnações contra tais documentos, dizem os citados "25 padres de Campos": estes pontos "são suficientes para, em nome da Fé, não se aceitar substancialmente o Concílio, pois não se enquadra satisfatoriamente na Tradicional Verdade Revelada Católica Apostólica Romana.

Meus irmãos "Padres Tradicionalistas de Campos":

Não tenho a pretensão de convencê-los com argumentos. Roma não o conseguiu. O seu Bispo, impregnado de zelo, aflito em buscar a unidade de sua Igreja local, não teve êxito. O fato de três Papas terem dito "sim" ao Concílio Vaticano II e terem rezado a "Missa de Paulo VI", na mais inteira tranqüilidade de fé, não os comove. Saber que mais de 2 mil 500 Bispos, pelo mundo inteiro, também o fazem, não os impressiona. (O Mons. Lefèvre é apenas uma triste e solitária exceção, perdido por esta terra de Deus, talvez com mais um ou outro obstinado, no meio dos milhares de Bispos, fiéis sucessores dos Apóstolos de Jesus.) A consciência de que, em todos os países do planeta, mais de 300 mil sacerdotes vão andando, talvez tropeçando aqui ou acolá, pelo caminho da fidelidade ao Concílio Vaticano II, também não os abala...

Como chegaram a este ponto de insensibilidade católica, irmãos?

UMA das mais atuais definições do termo ideologia (entre mil que existem) é esta: "A ideologia é o uso superapaixonado da razão humana" (Olivier Clément). Já pensaram nisto, irmãos? Quando a fé se transmuda em fanatismo, não há mais nenhum argumento que possa brilhar no turbilhão interior do espírito, totalmente absorto em suas próprias posições ideológicas... E um homem ideologizado, da esquerda ou da direita, emparedado na sua torre de marfim, se torna cegamente "dono da verdade". Mais ainda: ele é a sua própria e desafiante verdade...

Ora, quem guia a Igreja de Jesus é o Espírito Santo, pela voz do Papa e dos Bispos e pelo exemplo dos santos.

É o Espírito Santo quem conduz os cristãos pelos caminhos perenes do Evangelho, aclarando, com a luz de sempre, os problemas novos da humanidade que avança.

Como Pedro e os Apóstolos, reunidos no Primeiro Concílio de Jerusalém, os Padres Conciliares do Vaticano II, com Paulo VI, ao promulgarem os Documentos Finais, estavam dizendo aos católicos do mundo inteiro: "Aprove o Espírito Santo e a nós não impor-vos fardo maior do que o indispensável" (*Atos dos Apóstolos*, 15, 28).

Donde lhes veio, caros 25 padres, a pretensão inaudita de possuírem o monopólio da Verdade Católica? Da humildade dos santos? Ou da raiz do orgulho donde brotaram os cismas na Igreja?

Não tenho a intenção de julgá-los: Deus nos julgará a todos. Peço-lhes apenas licença para lembrar-lhes que, no dia em que foram ungidos Sacerdotes de Jesus Cristo, o seu Bispo (nomeado pelo Papa) lhes perguntou: "Prometem a mim, e aos meus sucessores, obediência e respeito?" E os srs. responderam: "Prometemos". Pois bem, aqui vai um apelo fraterno: Cumpram agora sua palavra...

Dom Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju, é doutor em Filosofia pela Sorbonne e membro do Conselho Federal de Educação.

Transcrito do Jornal do Brasil de 26/09/83  
Distribuição da Diocese de Campos.

## ANEXO 12

## Quando Obedecer é Rebeldia

Yolha da Manhã 11-10-83 Pag. 4

No "Jornal do Brasil" de 26/09/83, pg. 9, sob o título "A rebelião dos que prometeram obedecer", D. Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju, invectiva incisivamente os 25 padres tradicionalistas de Campos.

1 - O arrazoado de D. Luciano vem recheado de invectivas pessoais. Para ele, somos "pretensos defensores da doutrina da Igreja"; atingimos o ponto extremo da "insensibilidade católica"; temos a "pretensão inaudita" de possuir "o monopólio da verdade católica". Enfim, nós nos emparedamos no "fanatismo", na "ideologização" como "na torre de marfim" da cegueira e do orgulho, erigindo-nos em donos, regra e medida da verdade.

Se D. Luciano, em vez de, no caso, seguir o exemplo da CNBB, procurasse ouvir-nos antes de nos julgar, quêrêmos crer que sua opinião a nosso respeito seria outra. De fato, tomamos nós a iniciativa do diálogo com o Senhor Bispo e sempre expusemos, por escrito, lógica e serenamente nossa posição. Na única reunião do Clero em que se tratou "ex professo" do assunto, tivemos apenas quinze minutos para falar. Historicamente não consta a existência dos "numerosos encontros de diálogo" do atual Bispo conosco, a que alude D. Luciano. Houve, sim, da parte de nossos opositores uma campanha de acusações gratuitas, apontando-nos como "dilatadores do patrimônio da Mitra", "ervas daninhas", "envenenadores do rebanho", "subversivos", etc.

II - As invectivas de D. Luciano contra nós, no campo doutrinário, são igualmente destituídas de fundamento sólido:

1 - D. Luciano afirma que o novo Missal Romano cumpre o que determinou o Concílio Vaticano II: "Os textos e ritos (...) exprimem mais claramente as realidades sagradas que significam". Ora, deu-se o contrário: as modificações, introduzidas nos textos e ritos da Santa Missa, após o Vaticano II, foram tão infelizes que provocaram reações, diante das quais a Santa Sé julgou que devia fazer certas revisões. A mais importante delas foi a nova redação do n° 7 da Introdução geral. O caso foi tal, que os bispos ingleses, na época, pediram à Santa Sé para continuar a usar o antigo Missal Romano ("O Globo", 17/07/1971). D. Luciano nada diz das observações dos Srs. Cardeais Ottaviani e Bacci constantes da carta endereçada a Paulo VI, em que justificavam sua opinião contra a aceitação do Novo Missal Romano: "As novas transformações na liturgia só conduzem a uma total desorientação dos fiéis, que já apresentam sinais de indiferença e de diminuição na fé". E Suas Eminências aduzem "a torturante crise de consciência" de muitos padres, como lhes constava por testemunhos que possuíam "inumeráveis e cotidianos". A última Carta da S. C. para a Doutrina da Fé, de 6 de agosto deste ano de 1983, confirma a existência de graves desvios doutrinários, surgidos na Igreja após o Concílio Vaticano II, cuja raiz vem a ser a falsa noção de Missa proposta no n° 7 da *Institutio generalis* (Cf. *L'Osservatore Romano*, de 11/09/1983, pg. 1 e 3).

2. D. Luciano, citando Henri de Lubac, defensor de Teilhard de Chardin, diz que o uso do vernáculo é um retorno à Tradição. Em outras palavras, a adoção do Latim na Missa durante tantos séculos teria envolvido uma censurável ruptura com a Tradição. Acontece que o Papá Clemente XI condena a afirmação de que é uso contrário à Tradição Apostólica e aos desígnios de Deus tirar ao povo simples a consolação de unir sua voz à voz de toda a Igreja (DS 2486). No mesmo sentido se pronunciou Pio VI ao condenar a proposição 66 do Sínodo de Pistóia, proscrevendo a introdução do vernáculo na Liturgia como coisa falsa, temerária, perturbadora da ordem prescrita na celebração dos Mistérios (DS 2666). O Concílio de Trento anatematizou aqueles que dizem que a Missa deve ser celebrada só em língua vernáculo (DS 1759). Como fecho destes testemunhos, verdadeiramente autorizados, da Tradição, o Vaticano II declara que o Latim é o idioma próprio do rito latino, e que os fiéis devem ser levados a dizer e cantar em Latim as partes da Missa que lhes competem (Const. sobre a Liturgia, n° 36 e 54).

3. Sobre nossa posição em face da Missa Nova, D. Luciano se refere apenas a um folheto popular "60 razões porque..." Não conhecerá a publicação: "A Missa Nova: um caso de consciência", compilada por nós? D. Luciano parece querer impressionar o público com o seguinte quadro: 25 sacerdotes apenas, contra 3 Papas, 2.500 Bispos, 300.000 sacerdotes que aceitam tranquilamente o novo Ordo. Está subjacente a afirmação de que a Igreja impõe de maneira definitiva a nova liturgia da Missa. Há um engano. De fato, a carta do Sr. Cardeal Baggio a D. Navarro parecia

fechar perentoriamente a questão: a Santa Sé não faria nenhuma concessão para o uso da Missa Tridentina. Baseado nesta carta D. Navarro fez um decreto impondo o "uso exclusivo" da Liturgia, assim chamada, renovada. Indo a Roma, informou-se melhor, e mudou de linguagem, afirmando o contrário, ao dizer que os padres poderão celebrar a Missa de S. Pio V sob certas condições (Jornal do Brasil, 28/01/83). Ademais é simplificar as coisas dizer que há uma aceitação "unânime, tranquila" e consciente do novo Ordo Missae. Pelas centenas de cartas que recebemos de todo o Brasil verificamos que a perplexidade suscitada pelo novo Ordo perdura na consciência de muitos sacerdotes. No mesmo sentido se expressaram os Cardeais Ottaviani e Bacci. Quanto à carta do Sr. Cardeal Casoria nós a publicamos lealmente, juntamente com a resposta que lhe enviamos, que ficou sem réplica.

4. Em relação ao Concílio, D. Luciano vê nossa atitude como "trágica" e desleal. Desleal, porque somente agora "erguemos a viseira". É bom que D. Luciano saiba que nunca ocultamos da Santa Sé o que sempre pensamos sobre o Concílio. Agora, forçados pelas circunstâncias, por um dever de consciência, o publicamos. O mesmo zelo que nos levava a calar, agora nos leva a falar. Se há algo de "trágico" é ver o Concílio Vaticano II, em alguns documentos, contradizer os ensinamentos de outros Concílios e do Magistério perene. Agora, está no dever de D. Luciano Cabral mostrar que é falso o confronto que apontamos entre aqueles documentos do Vaticano II e os documentos dos Papas e Concílios anteriores, por nós citados no "Heri et Hodie", n° 3.

Não somos nós que contraditamos o Concílio Vaticano II; é o Concílio que contradita a doutrina do Magistério tradicional. E a contradição, todo ser inteligente, sobretudo um fiel instruído na doutrina verdadeira, está à altura de perceber. Não podemos, aliás, fugir à responsabilidade de ver e indicar a contradição nesses pontos, pois nenhuma autoridade nos pode eximir dessa responsabilidade (DS 3115).

5. Concordamos com Sua Excelência quando afirma que quem guia a Igreja de Jesus é o Espírito Santo, pela voz do Papa e dos Bispos. Mas a Igreja, no Concílio Vaticano I, já explicou de que maneira: "O Espírito Santo não foi prometido aos sucessores de São Pedro para que estes, sob a revelação do mesmo Espírito Santo, pegassem uma nova doutrina, mas para que, com sua assistência, conservassem santamente e expusessem fielmente o depósito da Fé, ou seja, a Revelação herdada dos Apóstolos". (DS 3070).

## III - Conclusões e perguntas:

1. Uma questão fundamental se impõe: admite D. Luciano uma resistência legítima contra atos de um superior e até de um Papa? — Pode um Papa favorecer um erro, e até perfihá-lo, em documento oficial não infalível? — É contra a doutrina responder afirmativamente a essas perguntas?

Respaldados em ensinamentos e exemplos de Papas, Santos e Doutores, dos mais autorizados, respondemos que é perfeitamente de acordo com a doutrina católica a resposta afirmativa a essas perguntas. Que diz D. Luciano: é cismático, rebelde ou hereje quem defende essa tese?

Uma outra questão: a evidência e a lógica mostram que os exacerbamentos do progressismo têm sua inspiração e raízes em reformas oficializadas pela Santa Sé. Exemplo vivo é a noção de Missa constante do n° 7 da *Institutio generalis*. D. Luciano, ao contrário, parece defender "tout-court" tudo quanto é oficial, condenando os abusos e defendendo todas as inovações. Como explica Sua Excelência que reformas tão boas, quase sempre e em toda parte, sejam acompanhadas de frutos tão ruins?

2. D. Luciano diz que a Igreja Católica no Brasil — leia-se CNBB — acompanha "com inquietação" nossa atitude.

É de pasmar que nada inquiete tanto a D. Luciano e a CNBB neste Brasil! Nem os erros contra a Fé propagados às escâncaras em edições de *Vozes, Paulinas*, em revista: como *Vida Pastoral* (Cf. n° 110, pg. 7-15; n° 112, pg. 17-22 *Família Cristã*, n° 541, jan. 1981, *Ave Maria*, 16/4/75, pg. 6).

3. Será que faltamos à obediência prometida na ordenação ou é D. Luciano que nos quer impor uma obediência que não é conforme aos ensinamentos da Igreja?

O grande São Bernardo ensina: "Aquele que faz um mau porque lhe mandam, faz menos um ato de obediência do que de rebeldia. Faz uma invasão das coisas: deixa de obedecer a Deus, para obedecer aos homens". (Cf. *Oeuvre Complètes* de S. Bernard, Charpentier, Tómo I, Epístola VII).

Padres Tradicionalistas de Campos  
Mons. Licínio Rangell.

## Em Legítima Defesa

(Ref. a "Voz do Pastor" de 11/9/1983)

Todos são testemunhas — e os nossos documentos o comprovam — da lisura, delicadeza e seriedade, embora com firmeza e sinceridade, com que temos expressado a nossa posição na presente crise por que passa a Santa Igreja, procurando embasar nossas teses com sólidos argumentos filosófico-teológicos, todos eles exauridos da lídima doutrina tradicional católica.

Jamais poderíamos pensar que, por seguirmos o que a Igreja sempre nos ensinou, suscitariamos tamanha oposição, justamente por parte daqueles que nos deveriam encorajar!

Causa-nos especial estranheza o modo mesquinho e ofensivo como temos sido tratados. Hoje, quando só se fala em respeito para com os mais ferrenhos inimigos da Igreja. Hoje, quando só se fala em compaixão e compreensão para com os hereges, os maçons, os padres apostatas, e até os ateus, causa espanto sacerdotes católicos serem tratados dessa maneira.

Entre os que nos têm atacado, e com palavras descaridasas, injuriosas e até caluniosas, está, é triste dizê-lo, S. Exa. D. Carlos Alberto Navarro.

Logo que aqui chegou, numa total falta de ética, sem ter mantido contato conosco sobre o assunto, começou a nos apontar como ladroes.

Nas audiências que os nossos Padres têm tido com ele, a que ele dá o nome de "diálogo paternal", são tratados como um réu diante de um tribunal despótico, sem direito até de se levar testemunhas, e onde o Sr. Bispo trata os sacerdotes com expressões tais como "cale a boca".

Nos seus documentos oficiais, já nos apelidou de **ervas daninhas, fontes poluídas, lobos, envendoados** do rebanho, e, ultimamente, procura nos enfiar entre os perversos, maliciosos, fingidos, hipócritas, etc. É assim que se tratam questões de consciência, colocadas por nós com tanta seriedade e sinceridade? Que tenham conosco ao menos uma parcela de compreensão que têm com os piores inimigos da Igreja!

Entre as muitas inverdades, insinuações e juízos temerários, em sua última "Voz do Pastor", S. Exa. afirma que "nossa estratégia perversa e premeditada é possivelmente amparada por forças ocultas e diversas"; que "tudo é preparado artificial e minuciosamente"; que "tudo não passa de um plano muito bem arquitetado por mentes umas equivoçadas outras malignas"; que "o objetivo é um só: transformar a pessoa do pai, do pastor, do bispo, na figura de um perverso e desprezível perseguidor", etc.

Será que S. Exa. estaria disposto a provar tudo isso em juízo? Onde estão as provas de tais afirmações? Como se pode julgar as intenções, que só Deus conhece?

Ademais S. Exa. afirma que nós só atacamos o nome e a pessoa do Bispo e se externarmos o nosso pensamento sobre o Papa e o Concílio Vaticano II, nossos seguidores nos abandonarão e todos descobri-

ção que somos lobos em pele de ovelhas. Ora, além de nunca termos injuriado o nome e a pessoa do Bispo (como ele faz conosco), já expusemos com clareza meridiana todo o nosso pensamento com relação ao Sumo Pontífice, sua autoridade, suas atitudes, e o Concílio Vaticano II, tudo baseado na doutrina da Igreja, dos Papas e dos Concílios. Basta que se leiam os nossos documentos, todos eles públicos, claros e já bem conhecidos, que, inclusive, já enviamos à Santa Sé e entregamos pessoalmente nas mãos do Exmo. Sr. Núncio Apostólico. Nós não temos medo da verdade. Queremos sinceridade.

S. Exa. o Sr. Bispo afirma outrossim que cometemos e defendemos erros graves que subvertem a doutrina de sempre e a disciplina tradicional da Igreja. Costariamos que S. Exa. tivesse a franqueza de apontá-los claramente. Já publicamos a nossa "Profissão de Fé"; há nela algum erro contra a doutrina da Igreja? Costariamos sinceramente de o saber.

Até agora estamos esperando uma carta pastoral de S. Exa. de saudação aos seus dioceses, explicando com clareza os seus pontos de vista. Por que S. Exa. não faz um documento sério (não um decreto), refulando claramente as nossas teses e defendendo-as às teses progressistas? Creemos que não seria exigir demais. Até agora não sabemos qual é o plano pastoral de S. Exa.

Se S. Exa. está tão preocupado em restabelecer a disciplina, podemos até colaborar neste ponto. Um exemplo apenas: em nossa diocese há sacerdotes que se apresentam, até em reuniões do clero, em mangas de camisa, sem nenhum distintivo eclesástico em total desobediência às normas do Papa. Pelo que sabemos, S. Exa. não investiu contra eles nos jornais, nem os chamou de rebeldes ou desobedientes.

Mas de que adianta nomear tais coisas? S. Exa. chegou a afirmar, e o seu vigário Geral, Pe. Oliveira, o repetiu, que é menos grave um padre ter amante (horresco referens) do que agir conforme nós agimos!

Hoje, em nome da criatividade e do ecumenismo, experiências pastorais as mais diversas e absurdas são permitidas. Fazem-se cultos ecumênicos e heréticos em Igrejas católicas, festivais de músicas pop no recinto sagrado, extravagâncias de toda a espécie.

Segundo jornais da época — também foi televisada — S. Exa. D. Carlos Alberto Navarro, quando padre, organizou uma celebração com "fê-tê-tê" na Igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, com músicas exaltantes e atitudes desautoradas dentro da Igreja, "gente pendurada nos altares entre os santos, mochinhas afilhadas bamboleando no embalo das guitarras elétricas, risadas histéricas de triunfal irreverência, jovens gudeelhudos de quadris frouxos", etc (Cl. a Cruz, Jornal de Arquidiocese do Rio de Ja-

neiro e o Globo de 14/7/66, pag. 7).  
 Ai está a razão por que os verdadeiros fiéis resistem em entregar suas igrejas: não querem que elas sirvam de palco para tantas profanações!

E assim: tudo hoje é permitido. Só o que não é permitido, de modo algum, é celebrar a Santa Missa Tradicional, cheia de união e piedade, que os santos celebraram, que tanto bem fez à Igreja. Os sacerdotes que querem seguir as normas tradicionais da Santa Igreja, hoje, são injuriados, enxotados e perseguidos. Para eles nem voz nem vez.

É o sinal dos tempos. Somos tratados como a escória da sociedade, para alegria dos inimigos da moral e doutrina da Igreja de sempre. Oh! como eles ficam contentes com esta perseguição que o Bispo faz contra nós!

Não parece sintomático que a Maçonaria esteja acompanhando de perto as atitudes de S. Exa.? Por que se nota sempre a presença de maçons quando se trata de entregar a igreja ao bispo? Em vários lugares tem-se notado isto e não parece ser acaso.

S. Exa. tem insinuado como causa da saída dos padres tradicionais o "ódio do povo". Talvez alguém, que não concorde com a doutrina e a moral da Igreja, nos odeie. Mas isto já está predito por Nosso Senhor: Se o mundo vos odeia, fica sabendo que, antes de odiar a vós, odiou a mim. Se fôsseis do mundo, o mundo amaria o que é seu; mas porque não sois do mundo... por isso é que o mundo vos odeia" (Jo. 15, 18 e 19).

Mas existe alguém que, não sendo odiado pelo mundo, no entanto, pelas suas atitudes, tem excitado o ódio de centenas e centenas de pessoas de bom senso, e isto em toda a diocese e em todas as classes sociais. Por virtude, essas pessoas sabem conter a sua santa indignação. Já estamos cansados de lhes presgar a paciência e que esperem a hora de Deus.

Concluindo, afirmamos que enquanto houver contra nós a calúnia, a ofensa pessoal, o ódio, a falta de sinceridade e seriedade em encarar o cerne da questão, não haverá possibilidade de diálogo e de união.

De nossa parte, continuaremos, com a graça de Deus e a proteção de Nossa Senhora, a fazer o bem a todos aqueles que desejarem e exercer o ministério para o qual fomos ordenados, conforme aquilo de São Paulo: "Mostremo-nos como ministros de Deus com muita paciência, nas aflições, nas necessidades, nas angústias, nos açoites, nas prisões... entre a glória e a ignomínia, entre a calúnia e o louvor; julgados como enganadores e, todavia, verdadeiros; por ignorados ainda que conhecidos; como morrendo e eis que vivemos; como castigados e não mortos; como tristes mas sempre alegres; como pobres, porém enriquecidos a muitos; como nadando e possuindo tudo." (2 Cor. 6, 4-11).

Campos, Setembro de 1983.  
 Em nome dos 25 Padres autores da "Profissão de Fé".  
 (ass.) Pe. Fernando Arêas Rifan

## ANEXO 14

13/03/82

**PADRES TRADICIONALISTAS, VENDAS DE TERRAS, TFP**

Exmo. Sr. Diretor,

Confiado no espírito imparcial deste prestigioso órgão peço-lhe o obséquio de publicar as observações que seguem:

1 — De vez em quando, certos meios de comunicação de larga difusão lançam para o público a história de um suposto escândalo ou algo sensacional. Lembra-me, por exemplo, os programas do FANTÁSTICO da TV Globo contra o Vigário de Miracema e a TFP. — Durante semanas vão desenrolando, capítulo por capítulo, a novela ou o drama, procurando manter o público atento e em «suspense». Mas, de repente, interrompe-se pelo meio o enredo, sem apresentar o desfecho, feliz ou trágico. E o público deve-se perguntar: o que afinal aconteceu? — Não se noticia.

2 — Há cerca de dois meses, uma outra história dessas começou a ser narrada nos jornais, rádios e TV, mas sobretudo nos jornais, e ganhou publicidade nacional: a história das vendas ilegais de imóveis da Mitra de Campos pelos padres tradicionalistas dessa diocese.

Desde 5 de janeiro até bem recentemente essa novela foi se desenrolando num crescendo de dramaticidade e de acusações.

3 — O primeiro capítulo começou com inesperado ataque em grande manchete de primeira página contra Mons. Ovidio Simon, Vigário Emérito de São Fidélis. Depois, o leque das acusações foi-se ampliando e, praticamente, todos os padres tradicionalistas foram atingidos nas acusações de vendas irregulares de terras, de desvio de verbas em cerca de 60 milhões, e até de boicote econômico da Mitra diocesana de Campos (Cfra. «Folha da Manhã», de 5, 6, 7, 14, 16/1/82; «Monitor Campista», 7/1/82; «A Notícia», 7/1/82; «O Fluminense», 8/1/82; «Jornal do Brasil», 17/1/82, pg. 23; «O Estado de São Paulo», 17/1/82, pg. 10 e outros).

Um jornal chegou ao auge da difamação falando em «corrupções e falcatuas», em «tática de estrangulamento econômico para minar o bispado» por parte dos padres tradicionalistas, em «negociatas ilegais feitas com consentimento de D. Antônio de Castro Mayer, em «dilapidação da maior parte do patrimônio da Diocese». (O Estado de São Paulo, 17-1-82, pg. 3).

E acenavam para punições canônicas e civis: excomunhão, interdições de bens, etc. («Folha da Manhã», 5/1/82; «O Fluminense», 8/1/82, pg. 6; «A Notícia», 7/1/82).

4 — Mas quando, justamente o público deveria esperar os capítulos finais do drama: as provas dos crimes e as punições devidas, interrompe-se o enredo. De repente cessam as baterias acusatórias. E cessa com uma notinha publicada pelo assessor jurídico do Bispado de Campos, o advogado Roberto Wilson Cardoso Fernandes, o fomentador de todo esse noticiário difamatório pelas declarações contínuas que dava à imprensa.

Essa notinha — que nem de longe teve o destaque e a difusão do noticiário infamatório — em termos mitigados, meio obscura, afirma que «em momento algum se falou e nem se pode afirmar, em desvios quantitativos de importâncias e valores da Mitra... Que as medidas tomadas» não significavam «uma devassa na diocese» mas «um levantamento de dados» para «uma atualização» etc. e que as conversações entre as partes decorria de maneira cordial e educada».

5 — Mas então a quem atribuir toda essa publicidade infamatória contra os padres tradicionalistas de Campos? — Pela notinha mencionada o advogado da Mitra quer eximir-se da responsabilidade e fica insinuado que coube à imprensa o estardalhaço acusatório.

Mas, um dos jornais, justamente um dos que levaram as acusações a termos mais graves e incriminantes, depois de publicar a nota de assessor jurídico da Mitra, devolve a acusação afirmando que «todas as informações que dão conta das irregularidades religiosas e financeiras do bispado, foram confirmadas pelo próprio advogado Roberto Fernandes e pelo assessor de imprensa do bispado, professor Gil Carlos Pereira» (O Est. de São Paulo, 28/1/1982, pg. 2).

Volta a pergunta: e o desfecho? — E a punição dos acusados ou a reparação justa e condigna de sua honra denegrida?

6 — Alguém perguntará: mas onde as provas de que os padres não são culpados? — A pergunta é outra: onde as provas de que eles são culpados? Porque, se é verdadeiro o princípio de que toda pessoa deve ser julgada inocente até prova em contrário, a pergunta a ser feita é essa: onde as provas das acusações?

Até agora, nenhuma. A nós, fiéis da diocese de Campos, que conhecemos de perto a honorabilidade, o desapêgo e a vida virtuosa desses sacerdotes, e nada disso nos afeta: ao contrário, essas difamações serviram para provar-nos que a fidelidade a Igreja e a sua doutrina verdadeira sempre atraíram o ódio e a perseguição. Mas e a opinião pública de outras dioceses, e a opinião pública de todo o Brasil? — Quando um criminoso, um terrorista é lesado em seu direito de defesa, ergue-se um clamor pelo Brasil e pelo mundo, fazem-se ouvir vozes episcopais clamando pelos direitos humanos.

Os sacerdotes tradicionalistas são abruptamente condenados à execração pública — sem nenhum diálogo, sem serem ouvidos - com a ausência de qualquer indício sério de culpa, e tudo fica por isso mesmo. Onde está a Comissão de Justiça e Paz, onde está a CNBB? Esses sacerdotes não têm direitos? Ou não são pessoas humanas? — Justiça! Justiça! Nunca se pronunciou tanto essa palavra. Ora, a justiça não exige que os responsáveis por essa publicidade difamatória, façam um desmentido com igual publicidade?

## ANEXO 15

Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano D. Carlos Alberto Navarro

Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

Com todo respeito devido a um Bispo da Santa Igreja, dirijo-me a V. Excia., na certeza de estar expressando sinceramente os sentimentos próprios, os de muitos colegas no sacerdócio, e de milhares de fiéis, da Paróquia, da Diocese e de fora da Diocese.

A terrível crise que se bate contra a Santa Igreja atinge também a nós. Assim nos encontramos no momentoso impasse: de um lado temos as Leis de Deus e da Santa Igreja, de acordo com as quais fomos criados; e de outro lado, as múltiplas novidades contrárias a nossa consciência, que nos são impostas. Aqui podemos aduzir, bem a propósito, as palavras de São Pedro, primeiro Sumo Pontífice, e de São João Evangelista, o Apóstolo do amor. Querendo os judeus obrigá-los a calarem-se a respeito de Nosso Senhor Jesus Cristo, eles lhes disseram: "Se é justo diante de Deus obedecer antes a vós que a Deus, julgai-o vós" (Atos, 4, 19).

V. Excia. numa fórmula aparentemente conciliatória, quer que eu saia da Paróquia, mas com a liberdade de apresentar sugestões do que fazer no futuro.

Tendo em vista que V. Excia. veio para dismantelar tudo quanto foi construído sob a inspiração dos ensinamentos multi-seculares da Santa Igreja, essa minha exoneração não é senão um ato que dá continuidade a essa demolição da Tradição Católica, na Diocese.

Por essa razão V. Excia. somente aceitará sugestões que estejam de acordo com esse objetivo. As sugestões contrárias serão recusadas. Aliás, na conversa que tivemos no dia 19/3, p. p., V. Excia. me advertiu de que ouvirá as sugestões mas não se compromete em atendê-las. Por isso, cabe-me, pelo menos, portar-me com dignidade, não sugerindo nada. Para que minhas sugestões fossem atendidas teria que sugerir o que é contra a minha consciência. Comprova isto o fato de V. Excia. impor a condição de que, em qualquer hipótese, devo ficar fora da Paróquia, para que meus paroquianos fiquem inteiramente à mercê do trabalho de reciclagem, perdendo assim o contato com toda influência religiosa tradicional.

Justamente, Excia., o que me angustia a consciência é a perspectiva de que milhares de meus paroquianos — que se mobilizam num abaixo-assinado que já conta com mais de mil assinaturas — não terão o direito e os meios para uma assistência religiosa da forma que sempre receberam da Santa Igreja: nos moldes da Tradição Católica. E serão sugestionados, pressionados, forçados a uma adaptação que contraria a sua consciência, porque contraditória com tudo o que se habituaram a ver e a receber da Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana.

Se V. Excia. estivesse usando sua autoridade não com esse objetivo "auto-demolidor", eu acataria a ordem de V. Excia., confiando-lhe tranquilamente meu futuro e o de meus paroquianos.

Mas a Santa Igreja é divina, é de Cristo. E toda a autoridade, toda a ordem, toda disciplina, devem estar subordinadas aos fins altíssimos para os quais Nosso Senhor Jesus Cristo A edificou.

A Santa Igreja não é uma instituição humana, uma empresa, cujo governo se regeria, não pelas regras da Fé divina e dos mandamentos revelados por Deus, mas somente pela vontade humana de suas autoridades. Pelo contrário, os ensinamentos do próprio Papa, segundo nos ensina Pio IX, devem estar ligados aos ensinamentos da Sagrada Escritura e aos ensinamentos irreformáveis dos Papas anteriores.

O sacerdote na Paróquia, por sua vez, tem como regra última de sua catequese e de sua ação, não a vontade e os decretos do bispo, mas a Revelação Divina assegurada infalivelmente pelo Magistério perene da Santa Igreja. De fato, porque as autoridades, hierárquicas são constituídas para salvaguardar o depósito da Revelação.

Sobre minha participação nas manifestações de apoio e de solidariedade aos padres demitidos, elas se inserem dentro desse contexto em que os atos de V. Excia. — com formalidades legais e pretextos pastorais — no entanto convergem todos para um objetivo mais do que óbvio: desalojar de seus postos os sacerdotes que agem segundo a Tradição; e nós, por outro lado, fazemos o contrário: dentro do que permite uma legítima resistência, na esteira do que fizeram grandes santos e ensinaram grandes Doutores e Papas, pacífica, serena, mas firmemente procuramos nos opor aos objetivos de V. Excia., sempre tendo em vista que "salus animarum suprema lex".

Quanto à posição de minhas assinaturas em nossos documentos, pediria a V. Excia. que mostrasse em que esses documentos contradizem o Magistério da Igreja. E particularmente sobre o Vaticano II, também imploro encarecidamente que V. Excia. demonstre como seus documentos, naqueles pontos por nós aludidos, se conciliam com os ensinamentos do Magistério Tradicional.

V. Excia., na conversa que tivemos, timbrou em afirmar que quer agir cordial e paternalmente comigo. É próprio do pai esclarecer e persuadir os filhos à luz da lógica e da evidência. Como se conciliam o que diz o Vaticano II sobre a "Liberdade Religiosa" e o que dizem a "Quanta Cura" de Pio IX e a "Libertas" de Leão XIII?

V. Excia. diz que deseja paz e reconciliação. João Paulo diz que a paz é fruto da verdade. Sem um esclarecimento exaustivo e sereno, teológico e profundo, se a doutrina do Vaticano II se opõe ou não à Tradição, a verdade não reluz. E por isso não pode apaziguar os espíritos.

Quanto ao fato de eu responder a V. Excia. através da imprensa, ultimamente a maneira como foi conduzida toda a controvérsia religiosa de Campos, tornou-se uma praxe do bispado publicar pela imprensa atos e decisões que anteriormente eram tratados confidencialmente. Temos os fatos mais notórios, por exemplo, das acusações a Mons. Ovídio Simón e da remoção do Pe. Geraldo Gualandi. Isto justifica inteiramente minha atitude.

De nossa parte esse modo de agir tornou-se um ato de legítima defesa.

É o que tenho a declarar a V. Excia.

In Jesu et Maria, subscrevo-me respeitosamente.

Italva, 22 de abril de 1984.  
Páscoa da Ressurreição.

**Pe. Antônio Paula da Silva**



## ANEXO 17

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 24/06/2016



S E C R E T O

O povo católico de BOM JESUS DO ITABAPOANA, fiel aos compromissos do santo Batismo, empenha-se por que sua Fé se conserve sem novidades profanas que distorcem a verdadeira Igreja e a substituem pela Igreja Nova, secularizada e mundana.

É este compromisso que nos leva a erguer a voz para denunciar as calamidades que vêm assediando nossa Paróquia para nela instalar a Nova Religião. Com efeito, qualquer pessoa de bom senso vê qual a seqüela natural dos fatos seguintes:

- 1 - O inexplicável, imerecido e por isso injusto afastamento de nosso venerando Pai e Pastor Mons. Francisco Apoliano, precisamente ao completar 25 anos de esplêndido e fecundo paroquiano, coroado pelo Santo Padre com o título de seu Capelão de Honra;
- 2 - a exoneração do Revmo. Pe. José Ronaldo da Menezes que, embora nos primórdios de seu sacerdócio, com grande dedicação e espírito sobrenatural empenhava-se por manter o fervor religioso instalado por Mons. Apoliano;
- 3 - a inexplicável e humilhante redução de nossa Paróquia à condição prática de Capela de São José de Itaperuna, Paróquia desmembrada da nossa em 1926 quando Bom Jesus já tinha 64 anos de existência;
- 4 - o prejuízo incalculável do povo de nossas Capelas rurais que perderam a assistência regular e eficiente de nossos Padres;

Nunca se falou tanto em direitos humanos. Será que esses direitos não existem para nós de Bom Jesus, ou bastará chamar-nos de fanáticos em vez de atender à nossa dignidade humana tratando-nos dentro das normas da justiça e da equidade?

FIEIS TRADICIONALISTAS DA PARÓQUIA DE BOM JESUS

Bom Jesus do Itabapoana, 26 de junho de 1951



## ANEXO 18

Ao Querido Povo de São Fidélis

Meus caros paroquianos

Em uníssono com o pesar que vos invade a alma, comunico a todos vós que, por um ato do Meritíssimo Sr. Juiz de Direito, fui constringido a entregar as chaves de nossa Igreja Matriz, esse templo magnífico que vossos antepassados construíram como testemunho de sua fé íntegra e genuína, por cuja pureza deu sua vida e derramou seu sangue o nosso glorioso Padroeiro: SÃO FIDÉLIS.

Eis que o Sr. Bispo, na falta de argumentos doutrinários, recorre à violência, usando da Justiça Civil, para me expulsar da Paróquia de São Fidélis.

Único crime que cometi: ser fiel à Tradição da Igreja. Único crime de que o Sr. Bispo me acusa: ter eu, por gratidão, permitido ao caro Mons. Ovídio, a quem S. Fidélis tanto deve, celebrar a Santa Missa na Matriz por ele restaurada.

A verdadeira razão que leva o Sr. Bispo a me expulsar, como consta de Decreto de 25/08/1982, é minha recusa em aceitar uma missa cujo texto extenua excessivamente a profissão de fé nos dogmas eucarísticos. Semelhante diminuição na profissão de fé é tão clara que S. Excelência se sentiu na necessidade de cogitar um outro motivo para apresentar ao povo.

A própria natureza do assunto escapa à competência da Justiça Civil. Mas o Sr. Bispo quer que eu me retire de qualquer maneira. Usei de todos os meios possíveis para permanecer, por imperativo de consciência, dada a ilegalidade da medida. É, portanto, só diante da força, da violência, que somos obrigados a sair.

Já que não houve causa justa e grave, de acordo com o Direito Canônico (c. 2.157, § 1), minha remoção é destituída de valor. Sou, portanto, o Pároco de São Fidélis.

A violência usada na minha destituição e expulsão patenteou-se tão chocante que o oficial de Justiça de São Fidélis se recusou a executá-la, prestando-se a isso um oficial de Justiça recentemente nomeado menos comprometido com os sentimentos do povo de São Fidélis.

Caríssimos paroquianos, como vos sou grato por toda bondade e solidariedade que tivestes comigo! Mais que por sentimento de gratidão, e por dever de consciência que vos afirmo: não vos abandonarei. Continuarei em vosso meio, exercendo os poderes que me conferem a ordenação sacerdotal e a praxe da Igreja, conforme o Direito Canônico, para a salvação de vossas almas.

Entristecido ante a previsão das profanações e irreverências de que será objeto a nossa Matriz com a liberalização de trajés e maneiras mundanas, estou certo de que haveis de reparar, com atos de penitência, as ofensas irrogadas à Majestade do Deus três vezes Santo.

São Fidélis, advogai a nossa causa!

São Fidélis, 19 de setembro de 1983.

*Pe. Jonas dos Santos Lisboa*  
Pároco de São Fidélis

## ANEXO 19

NOSSA POSIÇÃO**Aos fiéis de nossas Paróquias**

Nossos paroquianos e inúmeros outros fiéis olham para nós com ansiosa expectativa. Que resposta demos à intimação feita pelo Sr. Bispo Diocesano através do Decreto de 25 de agosto do corrente ? Aceitamos ou não o novo "Ordo Missae" ?

Neste momento crucial, em que se suspeita da ortodoxia de nossa fé e se põe em dúvida nosso acatamento à autoridade sagrada do Papa; em que somos ameaçados de demissão de nossos cargos e de outras severas penas, mais do que em nenhum outro momento de nossa vida, não poderíamos omitir uma palavra de esclarecimento para aqueles que sempre confiaram em nós.

Nosso silêncio causaria grave escândalo aos fiéis, diante dos quais temos o dever de dissipar qualquer dúvida sobre a coerência de nosso procedimento com a Fé Católica.

E, pois, diante de Deus, Juiz Supremo que um dia nos vai julgar a todos nós, que fazemos esta declaração. Temos presentes as conseqüências que nos possam advir da parte dos homens, mas tememos muito mais as que nos adviriam da parte de Deus.

I - Somos sacerdotes católicos apostólicos romanos, filhos da Santa Igreja, que amamos com todas as veras de nossa alma e em cujo seio queremos viver e morrer, como esperamos pela graça de Deus.

Renovamos, pois, nossa profissão de Fé, já conhecida de nossos fiéis. Mais particularmente, declaramos que damos plena e amorosa adesão e obediência ao Santo Padre, o Papa, Vigário de Jesus Cristo na Terra, Chefe visível da Igreja. Aceitamos todos os direitos e atribuições, honras e privilégios que ao Romano Pontífice conferem a Tradição e o Direito Canônico, dentro dos limites especificados no Concílio Vaticano I, ao definir o dogma da Infalibilidade Pontifícia. Reconhecemos o primado e o magistério do Papa sobre a Igreja Universal, Pastores e fiéis. Baseados, no entanto, na Tradição, não temos dúvida em afirmar que uma medida que ponha em risco a pureza e a integridade da Fé não deve ser aceita, seja qual for o Superior que a ordene.

É esta doutrina da Igreja que nos leva a, em consciência, não poder aceitar e pôr em prática a nova ordenação da Santa Missa, instaurada em 1969.

Toda obediência na Igreja está condicionada à fidelidade à Fé. Ora, nessa nova ordenação do Santo Sacrifício do Altar, extenuam-se e obscurecem-se os dogmas eucarísticos: da Presença Real e substancial de Jesus Cristo na Hóstia Consagrada; da Transubstanciação; da Missa como verdadeiro sacrifício propiciatório; do sacerdócio hierárquico especificamente distinto do sacerdócio comum dos fiéis. E o n° 7 da "Institutio", que precede e explica o novo Missal reformado, chega a afirmar, contrariamente ao ensino do Concílio de Trento e de acordo com a doutrina luterana, que a ação sacrificial é de toda a assembléia, e não exclusivamente do sacerdote hierárquico.

Santo Tomás de Aquino: "(...) havendo perigo próximo para a Fé, os prelados devem ser argüídos, até mesmo publicamente, pelos súditos. Assim, S. Paulo, que era súdito de S. Pedro, argüiu-o publicamente, em razão de um perigo iminente de escândalo em matéria de Fé." (Suma Teol. II-II, 33, 4, 2)

São Roberto Belarmino: "(...) assim como é lícito resistir ao Pontífice que agride o corpo, assim também é lícito resistir ao que agride as almas, ou que perturba a ordem civil, ou, sobretudo, àquele que tentasse destruir a Igreja. Digo que é lícito resistir-lhe não fazendo o que ordena e impedindo a execução de sua vontade..." (De Rom. Pont., lib. II c. 29)

II - Nossa recusa é motivada, portanto, justamente pela obediência aos ensinamentos perenes da Santa Igreja.

Será justo nos apontarem como rebeldes, desobedientes, cismáticos, se, ao nos dirigirmos aos nossos superiores, usamos as mesmas palavras de S. Bruno de Segni ao Papa Pascoal II: "Eu vos estimo como a meu Pai e senhor (...) Devo amar-vos; porém devo amar mais ainda Àquele que criou a vós e a mim."

Esta atitude não é perfeitamente coerente com o ensinamento de S. Pedro: "Importa obedecer antes a Deus que aos homens" ? (Atos 5, 29)

A resistência é uma forma heróica de obediência. Repetimos com São Bernardo: "Aquele que faz um mal porque lhe mandam, faz menos um ato de obediência do que de rebeldia." (Carta XXIII, em "Cartas Diversas")

## ANEXO 20

III - Nossa posição, por outro lado, se ajusta ao propósito explícito do Concílio Vaticano II, quando declara, na Constituição sobre a Sagrada Liturgia (Proêmio, nº 4), que: “obedecendo fielmente à Tradição, a Santa Mãe Igreja considera todos os ritos legitimamente reconhecidos com igual direito e honra e, para o futuro, os quer *defender* e, de todos os modos, *favorecer*.” (grifos nossos)

Afirmamos, outrossim, que nossa atitude é patrocinada pelo mesmo Concílio Vaticano II, ao estabelecer que, em matéria religiosa, ninguém pode ser impedido por nenhum poder humano de agir segundo a sua consciência, em privado ou em público, só ou associado a outros, desde que se respeitem os direitos alheios segundo a justiça e a benevolência. (Decl. sobre a Liberdade Religiosa, nn. 2 e 7)

Concluimos dirigindo uma súplica filial e confiante à Virgem Santíssima, Mãe do Sumo Sacerdote e nossa Mãe, para que nos obtenha de Seu Divino Filho a graça de permanecermos fiéis, até à morte, à Missa Católica.

SUB TUUM PRAESIDIUM CONFUGIMUS, SANCTA DEI GENITRIX.

DEBAIXO DA VOSSA PROTEÇÃO NOS REFUGIAMOS, Ó SANTA MÃE DE DEUS.

Campos, 26 de setembro de 1982.

Mons. Licínio Rangel	Pe. José Olavo Pires Trindade
Mons. Dr. Benigno de Britto Costa	Pe. Élcio Murucci
Mons. Francisco Apoliano	Pe. David Francisquini
Mons. Ovídio Simón	Pe. Antônio Paula da Silva
Mons. Henrique Conrado Fischer	Pe. José Eduardo Pereira
Pe. Emanuel José Possidente	Pe. José Gualandi
Pe. Fernando Arêas Rifan	Pe. Jonas dos Santos Lisboa
Pe. José M. F. Collaço	Pe. Geraldo Gualandi
Pe. Edmundo G. Delgado	Pe. José Ronaldo de Menezes
Pe. José Moacir Pessanha	Pe. Alfredo Oelkers
Pe. Eduardo Athayde	Pe. José Onofre Martins de Abreu
Pe. Antônio Alves de Siqueira	Pe. Alfredo Gualandi
Pe. Gervásio Gobato	

## ANEXO 21

Itaperuna (RJ) 22 de setembro de 1982.

Revmos Srs. Padres,

Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo !

Aproxima-se o dia 25 de setembro. É satisfazendo a vontade de P. Carlos Alberto, em seu decreto de 26 de agosto, que os senhores 25 Padres tradicionalistas responder-lhe-ão se acatam ou não a decisão do Santo Padre, segundo diz o decreto citado :

Srs. Padres tradicionalistas, é com viva emoção que queremos manifestar-lhes nossa humilde solidariedade nesta hora - cremos - tão angustiada e dolorosa para os srs, que deixaram tudo, sacrificaram os amores mais legítimos deste mundo para se dedicarem unicamente ao serviço da glória de Deus e salvação das almas, e agora em troca, para os Homens desta Igreja de Nosso Senhor a que tanto os Srs se dedicaram, estarão suspensos e impossibilitados de continuar a obra redentora do Divino Mestre para a qual se consagraram. Srs Padres, isto é doloroso, sentimos. Sentimos com V. Revmas! Como estarão estes corações ilibados, todo feitos de amor, o mais puro e santo pelos pobres, doentes, crianças, jovens, adultos, penitentes, para os pecadores os mais impenitidos!

Acompanhando todo o movimento diocesano a partir do dia 06 de dezembro p.p., vemos que os Srs. Padres serão punidos só pelo fato de não aceitarem as orientações progressistas, e em especial a Nova Missa.- Referimo-nos ao dia 06 de dezembro por ser neste dia, em nossa paróquia que se deu o estúpido de toda esta resistência ao movimento desta Nova Igreja que se implanta em nossa diocese.- Sentimos com V. Revmas, mas também alegramo-nos e quanta honra para nós estarmos do lado dos Srs., pois por bondade divina tivemos um padre que, há tempo abriu-nos os olhos para estas invações dessacralizantes e demolidoras da Fé e doutrina da Santa Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim falamos, porque esta perda da Fé, já a sentíamos em nossa paróquia antes da Chegada do Pe Geraldo .

Os Srs Padres estão certos! Padres de Nosso Senhor, fiquem firmes pois a sua firmeza nos robustece, é um consolo, é uma tranquilidade para nossas almas, para a educação de nossos filhos, para a verdadeira formação de nossa juventude. Continuem a dar-nos os Sacramentos, A Santa Missa e a Sagrada Comunhão com aquele respeito que bem mostra a presença da Pessoa ~~Rixin~~ Divina com quem os Srs tratam nestes momentos. Continuem a orientar-nos com os seus conselhos, confissões, etc. Não nos deixem! Os Srs são canais das graças e favores de Deus para nossas almas .

Srs Padres, sua punição será injusta, não pegará... pois não pode haver pena sem delito. É qual o delito dos Srs? Serem fiéis aquilo a que a Igreja lhes exigiu que jurassem eterna fidelidade? Deveriam ser perjuros? Por serem fiéis à doutrinas que a Santa Sé sempre ensinou como eternas e imutáveis? O progressismo, com seus asseclas não foram já condenados por S. Pio XI? Será que a Santa Sé pode obrigar los à trair o juramento que exigiu a respeito de determinadas doutrinas que nunca podem mudar? Celebrar uma Missa que foi sempre celebrada, será crime? ... A Igreja não muda...

Padres, os Srs não podem mudar mesmo. Sejam fiéis a Nosso Senhor. Um dia receberão a recompensa. " Bem-aventurados os que sofrem pelo amor da justiça, porque deles é o reino dos céus"! " Bem-aventurados ~~XXXXX~~ ~~XXXXX~~ sereis quando Vos caluniarem, quando Vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra Vós por causa de mim. Alegrai-vos e exultai porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós."

Senhores Padres conte conosco, com as nossas orações! Estaremos sempre prontos a acolhê-los. Pe. Geraldo não esqueça de seu povo! Queremos que continue a nos mostrar o caminho do céu. Soframos juntos e assim teremos mais força para lutar na aquisição das virtudes cristãs e salvação de nossas almas. O céu nos aguarda. Depois da tormenta vem a bonança.

Tradicionalistas da Vinhosa

Itaperuna RJ.

## ANEXO 22

Mensagem de solidariedade ao Padre José Moacir Pessanha

"Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor da justiça...

Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e vos perseguirem, e mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de Mim."

(São Mateus 5, 10...11)

O sacerdote é um outro Jesus Cristo. É Jesus multiplicado, ora batizando, ensinando, confortando, ora abençoando, dirigindo, perdoadando, ora pregando, rezando e, sobretudo, celebrando os Divinos Mistérios: o Santo Sacrifício da Missa.

Durante 20 séculos, cerca de 2.000 anos, a Santa Igreja, através dos seus sacerdotes, vem ensinando a sã doutrina.

Há 18 anos, para nossa felicidade espiritual, está à frente da nossa Paróquia de Nossa Senhora da Natividade um sacerdote zeloso, virtuoso e dinâmico: o Revmo. Sr. Padre José Moacir Pessanha.

Pe. Moacir, como é por nós chamado, tem pregado a mesma doutrina que a Santa Igreja sempre ensinou. Este virtuoso sacerdote celebra a mesma Santa Missa codificada pelo Santo Padre, o Papa São Pio V, elevado à honra dos altares para a glória de Deus e edificação e imitação dos fiéis. Este honrado e digno sacerdote segue o mesmo ritual litúrgico que foi observado por incontáveis padres santos, por cuja ação uma legião de fiéis goza, hoje, da visão beatífica: o céu.

Por causa de sua fidelidade à Igreja de Deus, por sua adesão irrestrita à doutrina de Jesus Cristo, ensinada pela Santa Igreja ao longo dos séculos, por sua firmeza na fé católica de sempre, está o nosso caríssimo Pároco, consoante decreto de S. Exa. Revma. o Sr. Bispo Diocesano, sujeito até mesmo a ser exonerado de suas funções, já que, em consciência, não pode ele celebrar um outro rito que repugna à fé de sempre, / quer pela sua ambigüidade, quer pela sua ambivalência, já pelo obscurecimento da verdade Revelada, já pelo favorecimento da heresia.

E nós, que não queremos a nossa fé católica conspurcada, maculada; e nós, que não desejamos que nossos templos sejam profanados por vestes/ indecorosas, por cânticos profanos, por instrumentos musicais impróprios, por cultos ambíguos e indignos de Deus; e nós, que desejamos ardentemente continuar recebendo a mesma orientação de 20 séculos de Igreja, **IMPLORAMOS** ao nosso querido Pároco:

**FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE MOACIR!**

Nós precisamos de suas orações, precisamos de seu Breviário, precisamos de seu sacrifício, precisamos de sua orientação segura, precisamos, sobre

## ANEXO 23

tudo, da celebração do Sacrifício Perpétuo da Nova Lei, do Santo Sacrifício da Missa de acordo com a tradição católica de sempre; precisamos da celebração do Santo Sacrifício num rito incontestavelmente lícito e válido, digno de Deus.

FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE! para que nossos filhos possam ser formados na verdadeira escola católica; para que nossos pecados sejam lavados no Sangue do Cordeiro Imaculado; para que nossos enfermos recebam o bálsamo da cura e do perdão; para que possamos ser alimentados pelo Pão Vivo que desceu do Céu; para que seja celebrada a Santa Missa, conforme a definiu dogmaticamente o Concílio de Trento: como sacrifício de adoração a Deus, de propiciação pelos nossos pecados, de ação de graças e de súplica!

FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE!

V. Revma. é a garantia da nossa fé católica, da tranquilidade das nossas consciências; V. Revma. é o penhor da nossa salvação eterna!

FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE! FIQUE CONOSCO, PADRE MOACIR!

Depois de ter construído o templo material em honra da Bem-Aventurada SEMPRE VIRGEM MARIA, continue a edificar em nós o Templo Vivo da SANTÍSSIMA TRINDADE, dando-nos o pão da Palavra da Verdade, alimentando-nos com o Pão Vivo que desceu do Céu, para nosso alimento espiritual, perdoando-nos os pecados, sufragando nossas almas!

FIQUE CONOSCO, SENHOR PADRE! NÃO SE APARTE DE NÓS, Ó OUERO JESUS CRISTO! JAMAIS !

Tudo pela Igreja! Tudo pela fé católica!

"As portas do inferno não prevalecerão contra ELA!"

VIRGEM DAS DORES, ROGAI POR NÓS!

Como testemunho de nossa fidelidade à Igreja de Deus - eterna;

Como testemunho de nossa solidariedade

receba o nosso sinal de adesão.

Natividade, 15 de setembro de 1982

FESTA DAS SETE DORES DE NOSSA SENHORA.

FIEIS TRADICIONALISTAS DA PARÓQUIA DE  
NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE

## ANEXO 24

09/82  
 CATÓLICOS!...

A hora é de decisão. A Igreja de Cristo passa por reformas radicais.

Aquilo que aprendemos no decorrer de nossas vidas em matéria de religião e bons costumes, está sendo posto em dúvida pela nova ordem.

Tudo que aprendemos até hoje é mentira?

Aquela Igreja da fé do silêncio e do respeito, acabou-se?

Foi tragada pelo modernismo, onde tudo é válido, sem o menor respeito pela casa de Deus?...

Não foi por isso que realizou-se um Concílio, é com a finalidade de trazer melhores dias para a Igreja. Segundo PAULO VI foi introduzida na Igreja a "Fumaça de Satanás" e a sua "Auto Demolição".

A balela dos inovadores, é que a missa é celebrada em latim e que os jovens não aceitam, porque não entendem. Pobre juventude, segundo os autores da inovação você não sabe que o latim, é a língua universal da Igreja. Já pensou se o Santo Padre fosse falar ao mundo na língua de cada país?.

Outra balela usada pelos inovadores... os padres conservadores não obedecem ao Papa. E vocês obedecem ao vigário de sua paróquia?, ou a sua autoridade não merece consideração?.

Os conservadores é que obedecem ao Papa, o vigário de Cristo na terra. O Papa usa batina, os modernos usam?. O Papa prega a unidade, o que acontece aqui?. Fundaram outra Igreja. O Papa prega respeito aos direitos humanos, aqui joga-se velhos padres na rua. O Papa prega liberdade de consciência, aqui temos que pensar como os inovadores querem.

Não temos o direito de conservar nossa fé, a fé que recebemos dos nossos antepassados. A fé pregada e defendida pelos padres da Igreja autêntica, a fé pregada ao longo de vinte séculos, por todos os Papas, pela Igreja Católica Apostólica Romana.

## ANEXO 25

Aprendemos na nossa Igreja que os padres podem além de consagrar, distribuir aos fiéis a Santa Comunhão, porque suas mãos foram unguidas para tocar o Corpo de Cristo. E Agora?. Qualquer um pode distribuir a Santa Comunhão, fazendo com que o Sacramento seja vulgarizado, que os fiéis percam aquele sentimento de fé e respeito pela Sagrada Hóstia.

Estão quebrando toda a mística que envolve o Grande Mistério.

Os inovadores dirão: O Papa pode mudar tudo na Igreja, é autoridade para isto.

...Pode até mesmo faltar com a caridade jogando velhos padres na rua, com prazo para desocupar?.

Pobre Santo Padre, quanta maldade feita em seu nome. Padres na maioria entre 50 e 80 anos sem terem para onde ir, sem tomar em consideração os anos dados ao serviço de Deus, pregando, batizando celebrando o Santo Sacrifício da Missa distribuindo os Sacramentos, assitindo aos enfêrmos, levando-lhes o conforto da fé, usando em tudo isto, a pesada batina que os modernos já sacudiram fora, por considerá-la antiquada e não terem eles o espírito de sacrifício.

E pensar que tudo isso estava errado, segundo os inovadores promotores da Igreja recém-nascida.

E o Santo Padre sabe<sup>o</sup> que se passa por aqui?

Não. Existe uma cortina feita pelos modernos e o Santo Padre não sabe de nada.

Caríssimos padres conservadores, os senhores não estão sós o povo de Deus está ao vosso lado para o que der e vier.

Nossa Senhora Rainha dos Sacerdotes lhes dará forças para carregar a cruz que Cristo lhes legou quando também transportou a que lhe serviu de leito de morte pela salvação da humanidade.

Por Cristo e pela Igreja vamos lutar e sofrer.

N.B Porciúncula, Setembro de 1982.  
Aproveitamos a oportunidade para convidar: -lhe para, reunidos, fazermos uma Manifestação de apóio ao Padre José, no próximo dia 10 às 5horas da Tarde na casa paroquial.

## ANEXO 26

19/03/82

**Mais um Capítulo da Novela: Um Modesto Leitor e um Advogado Erudito**

Ilmo. Sr. Diretor,

Antes de tudo, os meus agradecimentos por ter publicado o meu artigo anterior. Em vista da resposta do Dr. Roberto Wilson Fernandes, peço mais uma vez que as portas deste prestigioso órgão se abram democraticamente às considerações que seguem.

Leitor inveterado de jornais, comecei a acompanhar cuidadosamente, dia por dia, o noticiário sobre a suposta «dilapidação do patrimônio da Mitra» pelos sacerdotes tradicionalistas de Campos.

Escrevendo o artigo: «PADRES TRADICIONALISTAS, VENDAS DE TERRAS, TFP», quis comentar o noticiário dado pela imprensa. Não fui constituído procurador ou advogado da causa dos Padres, nem quis entrar no aspecto técnico-jurídico ou contábil. O meu ângulo era o lado moral. Espalhou-se pelo Brasil um noticiário calunioso contra os padres tradicionalistas globalmente. Não se provou isso, e ficou tudo por isso mesmo. Passados os fatos, quis manifestar estranheza e, essencialmente, afirmei duas coisas: I — *Certos meios de comunicação acusaram de irregularidades e desonestidades praticamente todos os sacerdotes tradicionalistas; II — O advogado Roberto Wilson Cardoso Fernandes colaborou em targas medidas nessas acusações pelas suas declarações à imprensa. Disse que «fomentou essa publicidade difamatória».*

1 — Diante dessas considerações o advogado Roberto Wilson saiu com um artigo em que pretende-me massacrar com citações eruditas, compacta argumentação jurídica, ditos latinos, repetições das acusações de irregularidades, ar de superioridade e fúria leonina e com um estribilho com que quis desmoralizar-me: Sou subscritor de um artigo escrito por outro. Depois, com desprezo, nem quer me olhar. Dirige-se apenas à opinião pública. Se faz de rei que não quer ouvir o parecer de um camponês sobre plantação de trigo, por que é rei.

**REAFIRMANDO E EXPLICITANDO O QUE ESCREVI**

2 — Não sou advogado, não tenho curso superior, Dr. Roberto. Não vou discutir Direito Canônico nem Civil, nem entrar no mérito da questão jurídica. Mas como os jornais são feitos também para nós leigos, nós cidadãos modestos, julgo por isso, que temos também alguma capacidade de entender o que lá se escreve. Não fui ao fórum, nem à Universidade discutir com doutores. Mas, no nível de qualquer pessoa mediana, que lê muito, reflete, assimilei as notícias. Nessas condições, tenho uma convicção inabalável: Quando uma coisa é verdadeira, nem latim, nem citações eruditas, nem toda capacidade de argumentar de um advogado, nem uma biblioteca podem derrubar a verdade.

3 — E o que eu afirmei no artigo, estou convencido de que é verdade. E passo a provar:

Como disse acima: I) *Praticamente todos os padres tradicionalistas de Campos foram atingidos nas acusações de vendas irregulares de terras, desvio de verbas, de desonestidades e até de boicote econômico à Mitra, por certa imprensa, rádios e TV.* Houve até suspeitas de que a casa adquirida para o caríssimo e inolvidável D. Antonio de Castro Mayer, teria sido adquirida por dinheiro desviado da Mitra. Além das acusações contra Mons. Ovidio, foram acusados nominalmente os vigários ou as Paróquias: De Ururai, Lage do Muriaé; e de Varre-Sai, Pe. Antonio Alves Siqueira; da Igreja do Terço, Pe. José Gualandi; de Bom Jesus do Itabapoana, Mons. Francisco Apoliano; acusações contra vendas de lotes em Farol (para as despesas da construção do Seminário, em Campos); Paróquia de N. Senhora do Rosário do Saco e também a questão do prédio doado por Da. Euzi Jorgenite. («A NOTÍCIA», 07-01-82, pag. 3; «FOLHA DE SÃO PAULO», 14-01-82, pag. 5; «O FLUMINENSE», 08-01-82, pag. 9). A revista «ISTO É» vai mais além e afirma haver «irregularidades em quase 30 (trinta) Paróquias», louvando-se de afirmação (verdadeira ou não) do advogado Roberto Wilson, de modo que aqui a imprensa atingiu até outros sacerdotes, não tradicionalistas. E o pior, a imprensa não fica só em acusações de irregularidades, que poderiam ocorrer sem culpa moral. Não. Os padres são acusados de desonestos, de «dilapidadores dos bens da Mitra». Enfim, em palavras simples, ladrões. (Cfra. «ISTO É», 20-01-82, pag. 35; «VEJA», 20-01-82, pag. 44; «O FLUMINENSE», 17-01-82, pag. 3).

Veja o leitor: Um jornal fala em «corrupções e falcaturias»; «negociatas» ilegais feitas com o consentimento de D. Antonio ou dos padres que teriam aproveitado de sua boa fé. Tática do «estrangulamento» econômico para minar o bispado, ou «boicote econômico» como afirma outro jornal («O ESTADO DE SÃO PAULO», 17-01-82, pag. 3; «FOLHA DE SÃO PAULO», 15-01-82, pag. 5).

Quem não leu isso? Quem não acompanhou todo esse noticiário? Desculpe-me, leitor, por aborrecê-lo repetindo o que já leu tantas vezes.

Dr. Roberto Wilson — talvez por estar cheio de paixão — nota-se isso pela maneira como me respondeu, quer negar que a imprensa tenha chegado a estas generalizações e a estes exageros. Confunde as coisas e julga que atribui a ele a culpa total por tudo isso. (Cfra. n.º 5 do seu artigo).

4 — O que atribuí a ele — passo agora ao: II) ponto das provas — foi ter colaborado com isso, fomentado tudo isso pelas suas declarações. Não afirmei que ele acusou TODOS os padres de terem cometido irregularidades, de serem desonestos, mas, deu o ponto, de partida, e os meios de comunicação chegaram até lá. A desonestidade está insinuada por ele, para dizer o mínimo. Declarações feitas em: «A NOTÍCIA», 07-01-82, em fotos mostrando certidões de vendas de bens da Mitra e aludindo a eventuais punições: excomunhão, etc.; «O FLUMINENSE», 08-01-82, pag. 9, atribuí ao advogado declarações de vendas ilegais de terras e do patrimônio

## ANEXO 27

artístico, etc.; «A FOLHA DE S. PAULO», 14-01-82, pag. 5, atribui ao advogado a afirmação do que os bens de Mons. Ovídio seriam interditados; «O ESTADO DE S. PAULO», 15-01-82, pag. 10, cita o assessor do bispado: «para nós (...) esta questão de «Missas de Paulo VI» é apenas uma forma de desviar a atenção para o problema sério da Diocese relativo à venda de propriedades da Igreja de forma fraudulenta». «O Jornal do Brasil», 17-01-82, pag. 23; «Monitor Campista», 07-01-82, pag. 1; «A Folha da Manhã», 16-01-82, pag. 3; «O Fluminense», 08-01-82, pag. 9 e 17-01-82, pag. 3, citam declarações semelhantes.

Pelos termos usados pelo advogado, pelas generalizações, precipitando-se em apresentar como suspeitos negócios inteiramente limpos, como por exemplo, a venda dos terrenos do Farol, ficou evidente que ele fomentou a difamação injusta, por certos meios de comunicação, a que aludimos acima (1). O Dr. Roberto Wilson na resposta dada ao meu artigo, confirma mais uma vez essa interpretação. Diz (n.º 10) que no ano da mudança do bispo, houve um apressamento de vendas de imóveis. E pergunta: Tal apressamento de vendas de bens imóveis e móveis seria uma tentativa para esvaziar economicamente a Diocese no ano da eleição do novo bispo? E também dá como suspeito o fato de o novo bispo não ter sido imediatamente notificado a respeito dos negócios e do patrimônio das paróquias.

Essas declarações todas não provam satisfatoriamente que ele fomentou aquilo que a imprensa disse de todos os padres? Isto salta aos olhos.

### RESPONDENDO ALGUMAS OBJEÇÕES

5 — Respondo a algumas objeções, sempre com o bom senso, e olhando pelo lado moral.

Pode-se objetar, antes de tudo, que a imprensa não reproduziu bem as suas palavras e as deturpou. Acontece que o advogado não desmentiu os jornais, e até afirmou que «(...) o povo católico tem direito de saber o que se passa. Foi nesse sentido que as notícias chegaram até a imprensa e não poderiam ser de outra maneira» (O FLUMINENSE, 17-01-82, pag. 3).

Além disto o advogado, vendo que a imprensa generalizava demais e interpretava supostas irregularidades como desonestidades, guardou silêncio durante semanas.

Para justificar a publicidade diz que os fatos já eram juridicamente públicos. Ora há uma diferença, moralmente falando, entre a publicidade jurídica e essa publicidade das manchetes na imprensa.

Em relação a não notificação imediata ao novo bispo a respeito do patrimônio da Mitra: julgo que não se pode ser jurista assim depois do Concílio Vaticano II. Acredito que até hoje ainda o novo bispo não foi notificado em tudo sobre questões muito mais importantes relacionadas à ordem espiritual. E isto seria normal, pois, as coisas vão se fazendo devagar. Não comunicar a um bispo recém-empossado os patrimônios da Mitra, os negócios realizados recentemente, não significa necessariamente sempre ocultar dolosamente os fatos. Em relação ao apressamento das vendas de imóveis de São Fidelis é sabido que no fim de 1980, Mons. Ovídio ganhava uma demanda de 15 anos. Era natural que no ano de 1981 apressasse a venda dos lotes de terra em demanda, para pagar as dívidas contraídas na demanda. Além disso só se soube da mudança do bispo dia 15 de setembro, quando o fato foi divulgado. Suspeitos e boatos sobre a saída de D. Antônio houve muito mais ainda em 79, quando completou 75 anos.

6 — Repisa nos problemas de Mons. Ovídio. Sem entrar no aspecto jurídico e contábil, pergunto: no balanço geral, contando tudo o que Mons. gastou, realizou, pode-se afirmar que agiu desonestamente? Todas as obras que fez, as despesas com recursos próprios não pesam na interpretação moral das eventuais irregularidades de que o acusa o advogado? É mais do que legítimo distinguir o aspecto moral do aspecto técnico-legal. Às vezes, uma pessoa que está com a razão num julgamento pode perder uma causa. Não estou dizendo absolutamente que as leis e a contabilidade devem ser desprezadas.

7 — Um dos grandes truques que o advogado repete várias vezes é que sou um subscritor de artigos alheios. Isto não é sério. O Sr. bem deve saber, Dr. Roberto, que a responsabilidade de um artigo cabe a quem o subscrive. Pode-se receber ajuda, informações, colaboração estilística etc, mais quem o subscrive é o responsável, e pronto! O Sr. não se informa quando quer aprofundar algo em direito Canônico? Um Presidente da República quando lê um discurso, não o faz seu, mesmo que outros o redijam? As próprias encíclicas de um Papa, às vezes, não tem redatores até conhecidos? Nada disso é importante. O importante é quem assina. Eu assinei, sou o responsável, e está acabado!

8 — O Dr. Roberto diz que a novela vai continuar. Alude a penalidades severíssimas do Direito Canônico. E diz: quem viver, verá. Será que isto é uma ameaça a Mons. Ovídio que poderia ser colhido na rede dos rigores legais sem que se leve em conta o saldo moral a seu favor pelo que despendeu do seu e de si em favor da Mitra?

### QUEM TEM MAIS CULPA?

9 — Mais poderia se objetar: E a nota assinada pelo Dr. Roberto mitigando os fatos e, portanto, desmentindo os exageros da imprensa? Leiaamos parte da nota: 1 — «Em momento algum se falou e nem se pode afirmar em desvios quantitativos de importância ou valores da Mitra, constatadas apenas irregularidades em vendas não autorizadas etc.

2.º «O levantamento de bens da Mitra continua sendo feito simplesmente porque não há dados seguros para uma atualização e para um inventário necessário aos arquivos diocesanos, mas tal atitude de zelo e prudência não significa devassa na Diocese (...)

«(...) As conversações mantidas por essa assessoria jurídica com antigos procuradores tem se desenrolado de maneira cordial e educada, inexistindo ânimos acirrados ou clima de perseguição (...)

Mas essa nota somente saiu dia 17 em Campos e com muito pouco destaque, e em São Paulo — onde o noticiário difamatório foi larga e destacadamente divulgado pela grande imprensa — no dia 23 de janeiro de 1982. Portanto, semanas depois da publicidade acusatória.

Mas relevemos o irrelevável. Acontece que um jornal de São Paulo (que mais acusou os padres) não aceitou este desmentido mitigado que, ao mesmo tempo, insinuava ser a imprensa a culpada. Responde o jornal:

1 — «Desde que o bispo de Campos, D. Carlos Alberto Navarro, começou a ser alvo de manifestações contrárias por parte de integrantes do clero tradicionalista, seus assessores não mediram palavras, para esclarecer todos os fatos religiosos ou não, que envolviam o início da questão.

2 — A partir do sermão proferido domingo, 17 de janeiro (...), todos esses mesmos assessores passaram a evitar a imprensa, e, no caso do Dr. Roberto, a negar o que havia declarado.

3 — «O advogado da Mitra teve, inclusive, muito trabalho em proceder a tal operação, já que em suas diversas declarações aumentou o valor do dinheiro arrecadado com a venda ilegal de propriedades da Igreja, argumentando que a cada novo levantamento tenderia a se tornar maior.

4 — «(...)

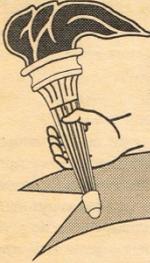
5 — «Todas as informações que dão conta das irregularidades religiosas e financeiras do bispado, foram confirmadas pelo próprio advogado Roberto Fernandes e pelo assessor de imprensa do bispado, professor Gil Carlos Pereira.» («Estado de São Paulo», 28-01-82, pag. 2).

Mas então o Dr. Roberto não fomentou o noticiário difamatório? Nessa nota parece querer negar. O jornal citado afirma que sim. A questão agora é entre os dois.

10 — Para terminar, Dr. Roberto Wilson, eu o perdoo pela paixão que o levou a chamar a mim e outros de minoria impertinente e fanática; perdoo também pelo desprezo com que tratou o modesto leitor de jornais; pela alusão injuriosa à fábula da gralha, por grosserias que não menciono por respeito à opinião pública, e, por outras manifestações incontinentes de seu talento superior, pouco condescendente com os homens modestos que têm a mania de acompanhar os noticiários de jornais e refletir sobre eles.

Cardoso Moreira, 19 de março de 1982 — José Flores Fiuza.

## ANEXO 28



# Ontem Hoje Sempre

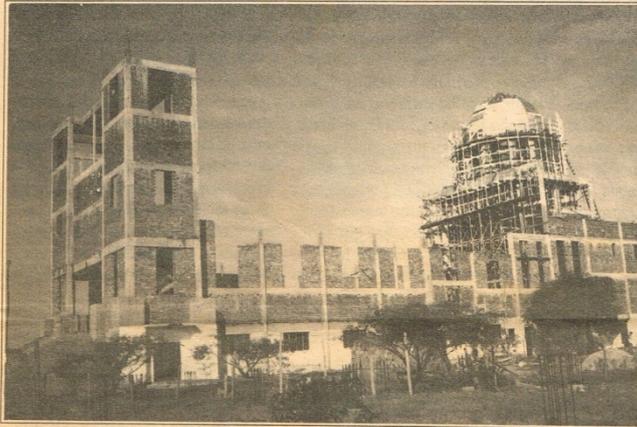
*quasi per manus traditae*

CAMPOS, MAIO/JUNHO 1995

No. 29

RS 0.30

## A Tradição constrói, o Progressismo destrói



↑ A Igreja do Imaculado Coração de Maria, em Campos. Monumento da Tradição católica. O grandioso templo está sendo edificado pelo Revmo. Pe. Fernando Arêas Rifan e seus paroquianos.

Igreja de Nossa Senhora do Terço, em Campos (1987). Há oito anos fechada e abandonada pelos progressistas, hoje este artístico interior da igreja se acha em ruínas. →



### Modéstia Cristã

O Superior Geral da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, S.Exa. Dom Bernard Fellay, fez uma importante advertência sobre a "frivolidade ou vaidade das mulheres que preferem seguir a moda a seguir as regras da modéstia cristã. É um dever do padre, continua S.Exa., velar para que a indecência não entre nos lugares santos e recusar os sacramentos aos indignos. Que os padres se atenham à disciplina eclesiástica: quadro de avisos (sobre a modéstia) bem visível na entrada da igreja, aviso pessoal, advertência no púlpito, etc." (Bulletin Officiel du District de France, 23 de abril de 1995).

Advertências que servem para todos nós padres e leigos da Tradição. *Ver págs. 6 e 7 artigo do Pe. Philippe François.*

### Pe. Philippe François

Esteve conosco em maio o R.P. Philippe François, da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, atualmente na Martinica e Guadalupe.

Ele fez uma série de conferências sobre o Pe. Emmanuel, santo sacerdote, pároco do Mesnil-Saint-Loup, na França, de 1849 a 1903; que transformou sua paróquia numa outra Ars.

Pe. François falou sobre o método de apostolado do Pe. Emmanuel: vida de oração em comum praticada por todos os paroquianos, especialmente oração litúrgica; instrução religiosa; devoção a Nossa Senhora da Santa Esperança; e modéstia cristã nas mulheres.



Conservando o nome de nosso jornalzinho, mudamos um pouco o logotipo. O nome, *Ontem Hoje Sempre*, é sugerido pela perenidade da doutrina confiada por Nosso Senhor à sua Igreja, que a transmite fielmente, conservando sempre o mesmo sentido (*eodem sensu*) através dos séculos: ontem, hoje e sempre.

A tocha sustentada pela mão simboliza a Fé católica que, desde os

Apóstolos é transmitida como de mão em mão até nós (*quasi per manus traditae*), conforme as palavras do Concílio Vaticano I:

"... essa verdade salvífica e essa norma moral estão contidas nos Livros escritos e nas Tradições não-escritas que, recebidas pelos Apóstolos dos lábios de Cristo, chegaram como de mão em mão até nós, *quasi per manus traditae*" (Sess. IV, c.8).

## ANEXO 29

## ☉ UMA PROFECIA DA ATUALIDADE ☉

São Nilo, que vivia numa ermida no século V, recebeu do céu revelações surpreendentes sobre a humanidade do fim dos tempos. Eis aqui alguns extratos dessas revelações:

«Depois do ano 1900, pelo meado do século 20, quando aproximar-se o tempo do Anti-Cristo, a inteligência dos homens será obscurecida pelas paixões carnisais, o mundo se tornará irreconhecível. Impossível será distinguir os homens das mulheres por causa do descaramento na sua maneira de vestir-se e no modo de seus cabelos. Não se respeitarão os pais e as pessoas idosas. O amor desaparecerá. E os pastores cristãos, bispos e sacerdotes, serão homens frívolos, inteiramente incapazes de distinguir o caminho da direita e o da esquerda.

As leis morais e as tradições dos cristãos e da Igreja mudarão. As pessoas não praticarão mais a modéstia, e reinará a dissolução dos costumes. A mentira e a cobiça atingirão grandes proporções. A libertinagem e o adultério, as ações secretas e o homicídio serão regra de sociedade.

Nesse tempo futuro, por causa de tal depravação, as pessoas serão privadas da graça recebida em seu batismo, e não sentirão mais sequer remorso. Passarão a vida no conforto, sem se aperceberem que isto é embuste de Satanás. E ele, o ímpio, impregnará a tal ponto a ciência de vaidade que ela se afastará da via reta e conduzirá os homens até a perda da fé na existência de Deus, de um Deus em três pessoas.

Então Deus infinitamente bom, verá a decadência da raça humana e abreviará os dias por amor do pequeno número dos que se salvarão, pois o inimigo quereria tentar os próprios eleitos, se fora possível. A espada do castigo cairá repentinamente e abaterá o corruptor e os seus servidores».

(Bulletin Indépendant d'information Catholique - julho/agosto 1977 - Bruxelas - Bélgica) Transcrito de «O DEFENSOR DA FÉ» - agosto / 1977.

### NÃO SEJAMOS SURDOS À VOZ DE DEUS

«Assim como nos dias de Noé, assim será nos dias do Filho do homem: comiam, bebiam, casavam-se até o dia em que Noé entrou na arca. Veio o dilúvio e perdeu a todos.» Lc 17, 26-27